



SENADO FEDERAL

ANAIIS DO SENADO

ANO DE 1829
LIVRO 1



Secretaria Especial de Editoração e Publicações - Subsecretaria de Anais do Senado Federal

TRANSCRIÇÃO

Nº 20

07.04.02 – Divisão do Orçamento.
2.0.00 – Transferências.
2.1.00 – Auxílios e Subvenções.
2.1.03 – Subvenções Extraordinárias.
18) Piauí.
Acrescente-se:

	Cr\$
Associação Rural de Parnaíba	50.000,00
Associação Rural de Esperantina	50.000,00
Associação Rural de Uruçuí	50.000,00
Associação Rural de Amarante	50.000,00
Associação Rural de Itaveira	50.000,00
Associação Rural de Angical	50.000,00
Associação Rural de Água Branca ...	50.000,00
Associação Rural de Jaicós	50.000,00
Associação Rural de Pio IX	50.000,00
Associação Rural de Teresina	50.000,00
Associação Rural de Picos	50.000,00
Associação Piauiense dos Criadores	200.000,00
Associação Rural de São Félix do Piauí	<u>50.000,00</u>
Total	<u>800.000,00</u>

Nº 21

07.04.02 – Divisão do Orçamento.
2.0.00 – Transferências.
2.1.00 – Auxílios e Subvenções.
2.1.03 – Subvenções Extraordinárias.
18) Piauí.

Acrescente-se:

	Cr\$
Associação Rural de Picos	50.000,00
Associação Rural de Pio IX	<u>20.000,00</u>
Total	<u>70.000,00</u>

Nº 22

07.04.02 – Divisão do Orçamento.
2.0.00 – Transferências.
2.1.00 – Auxílios e Subvenções.
2.1.03 – Subvenções Extraordinárias.
20) Rio de Janeiro.
Acrescente-se:

	Cr\$
Instituto Industrial e Agrícola S. João Batista – Itaboraí R. J.	<u>30.000,00</u>

Nº 23

07.04.02 – Divisão do Orçamento.
2.0.00 – Transferências.
2.1.00 – Auxílios e Subvenções.
2.1.03 – Subvenções Extraordinárias.
22) Rio Grande do Sul.
Acrescente-se:

	Cr\$
Escola Normal Rural Estrêla da Manhã – Estrêla	20.000,00
Associação Rural de São Borja – São Borja	<u>100.000,00</u>
Total	<u>120.000,00</u>

Nº 24

07.04.02 – Divisão do Orçamento.
2.0.00 – Transferências.
2.1.00 – Auxílios e Subvenções.

2.1.03 – Subvenções Extraordinárias.					Cr\$
24) Santa Catarina.					
Acrescente-se:					
		Cr\$			
Associação Rural – Presidente				Colônia de Pescadores Z-25 –	
Getúlio.....	50.000,00			Navegantes.....	20.000,00
Associação Rural – Urubici.....	50.000,00			Colônia de Pescadores Z-27 –	
Associação Rural – Capinzal.....	50.000,00			Penha do Itapocorói.....	20.000,00
Total.....	<u>150.000,00</u>			Colônia de Pescadores Z-30 –	
				Calacanga.....	20.000,00
				Colônia de Pescadores Z-35 –	
				Itapema.....	20.000,00
				Colônia de Pescadores Z-37 –	
				Pôrto Belo.....	20.000,00
				Colônia de Pescadores Z-38 –	
				Zimbros.....	20.000,00
				Colônia de Pescadores Z-41 –	
				Sítio Novo (Imaruí).....	20.000,00
				Colônia de Pescadores Z-42	
				Campo Verde (Laguna).....	20.000,00
				Colônia de Pescadores Z-43 –	
				Cabo de Santa Marta.....	20.000,00
				Colônia de Pescadores Z-44 –	
				Arroio Corrente.....	20.000,00
				Colônia de Pescadores Z-45 –	
				Caputera (Laguna).....	20.000,00
				Colônia de Pescadores Z-46 –	
				Imaruí.....	20.000,00
				Colônia de Pescadores Z-47 –	
				Ibiraguera (Araçatuba).....	20.000,00
				Colônia de Pescadores Z-48 –	
				Barra Velha.....	20.000,00
				Total.....	<u>580.000,00</u>
				Nº 27	
				07.04.02 – Divisão do Orçamento.	
				2.0.00 – Transferências.	
				2.1.00 – Auxílios e Subvenções.	
				2.1.02 – Subvenções Ordinárias.	
				Resolução 133-58 (Da Câmara) artigo 3º.	
				24) Santa Catarina.	
					Cr\$
				Colônia de Pescadores Z-2 – São	
				Francisco do Sul.....	20.000,00
				Colônia de Pescadores Z-3 –	
				Sambaqui.....	20.000,00

	Cr\$	Acrescente-se:		Cr\$
Colônia de Pescadores Z-5 – Armação da Piedade.....	20.000,00	Associação Rural de Mogi das Cruzes.....		100.000,00
Colônia de Pescadores Z-6 – Pinheira.....	20.000,00	Associação Rural de Franco da Rocha.....		100.000,00
Colônia de Pescadores Z-7 – Saco dos Limões.....	20.000,00	Total.....		<u>200.000,00</u>
Colônia de Pescadores Z-9 – Canaveiras.....	20.000,00			
Colônia de Pescadores Z-10 – Magalhães.....	20.000,00	Nº 29		
Colônia de Pescadores Z-13 – Biguaçu.....	20.000,00	07.04.02 – Divisão do Orçamento.		
Colônia de Pescadores Z-14 – Cangicás.....	20.000,00	2.0.00 – Transferências.		
Colônia de Pescadores Z-15 – Aririú.....	20.000,00	2.1.00 – Auxílios e Subvenções.		
Colônia de Pescadores Z-16 – Garopaba.....	20.000,00	2.1.03 – Subvenções Extraordinárias.		
Colônia de Pescadores Z-19 – Pântano do Sul.....	20.000,00	26) Sergipe.		
Colônia de Pescadores Praia dos Ingleses.....	20.000,00	Acrescente-se:		
Colônia de Pescadores Z-22 – Tijucas do Sul.....	20.000,00			Cr\$
Colônia de Pescadores Z-24 – Barra do Camboriú.....	20.000,00	Associação Rural de Ribeirópolis..		25.000,00
Colônia de Pescadores Z-26 – Lagoa.....	20.000,00	Associação Rural de Rosário do Catete.....		25 000,00
Colônia de Pescadores Z-29 – Coqueiros.....	20.000,00	Associação Rural de Itaporanga...		20.000,00
Colônia de Pescadores Z-31 – Canto dos Ganchos.....	20.000,00	Associação Rural de Arauá.....		20.000,00
Colônia de Pescadores Z-36 – Serraria.....	20.000,00	Associação Rural de Campo de Brito.....		50.000,00
Colônia de Pescadores Z-40 – Imituba.....	20.000,00	Total.....		<u>140.000,00</u>
Total.....	<u>380 000,00</u>			
	Nº 28	Nº 30		
		07.04.02 – Divisão do Orçamento.		
		2.0.00 – Transferências.		
		2.1.00 – Auxílios e Subvenções.		
		2.1.03 – Subvenções Extraordinárias.		
		26) São Paulo.		
		Acrescente-se:		
				Cr\$
07.04.02 – Divisão do Orçamento.		Associação Rural Riachuelo.....		100.000,00
2.0.00 – Transferências.		Associação Rural de Estância.....		100.000,00
2.1.00 – Auxílios e Subvenções.		Total.....		<u>200.000,00</u>
2.1.03 – Subvenções Extraordinárias.				

<p>Nº 31</p> <p>01 – Gabinete do Ministro.</p> <p>1.0.00 – Custeio.</p> <p>1.2.00 – Pessoal Civil.</p> <p>1.1.18 – Gratificação pela representação de Gabinete.</p> <p>Aumente-se de Cr\$ 1.200.000,00, para Cr\$ 1.800.000,00.</p>	<p>Inclua-se:</p> <p>1.1.09 – Ajuda de Custo – Cruzeiros 35.000,00.</p> <p>1.1.10 – Diárias – Cr\$ 55.000,00.</p> <p>Consignação 1.5.00 – Serviços de Terceiros.</p> <p>Inclua-se:</p> <p>1.5.02 – Passagens etc. – Cruzeiros 60.000,00.</p>
<p>Nº 32</p> <p>01 – Gabinete do Ministro.</p> <p>1.0.00 – Custeio.</p> <p>1.5.00 – Serviços de Terceiros</p> <p>1.5.02 – Passagens, transporte de pessoas e de suas bagagens.</p> <p>Aumente-se de Cr\$ 300.000,00, para Cr\$ 350.000,00.</p>	<p>Nº 36</p> <p>07.01 – Departamento de Administração – Diretoria Geral.</p> <p>1.0.00 – Custeio.</p> <p>1.1.00 – Pessoal Civil.</p> <p>Onde se diz:</p> <p>Subconsignação 1.1.09 – Ajuda de Custo – Cr\$ 10.000,00.</p> <p>Diga-se:</p> <p>Subconsignação 1.1.09 – Ajuda de Custo – Cr\$ 50.000,00.</p> <p>Onde se diz:</p> <p>Subconsignação 1.1.10 – Diárias – Cr\$ 15.000,00.</p> <p>Diga-se:</p> <p>Subconsignação 1.1.10 – Diárias – Cr\$ 80.000,00.</p>
<p>Nº 33</p> <p>06 – Seção de Segurança Nacional.</p> <p>1.0.00 – Custeio.</p> <p>1.1.00 – Pessoal Civil.</p> <p>Inclua-se:</p> <p>1.1.15 – Gratificação de função – Cr\$ 150.000,00.</p>	<p>Nº 37</p> <p>07.02.01 – Divisão do Material.</p> <p>1.0.00 – Custeio.</p> <p>1.5.00 – Serviços de Terceiros.</p> <p>1.5.06 – Reparos, adaptações, recuperação e conservação de bens móveis.</p> <p>Aumente-se a dotação para – Cr\$ 5.000.000,00.</p>
<p>Nº 34</p> <p>06 – Seção de Segurança Nacional.</p> <p>4.0.00 – Investimentos.</p> <p>4.2.00 – Equipamentos e instalações.</p> <p>4.2.03 – Camionetes de passageiros, ônibus, ambulâncias e jipes.</p> <p>Inclua-se:</p> <p>Cr\$ 500.000,00.</p>	<p>Nº 38</p> <p>07.04.02 – Divisão do Orçamento.</p> <p>1.0.00 – Custeio.</p> <p>1.1.00 – Pessoal Civil.</p> <p>1.1.06 – Tarefeiros.</p>

Aumente-se de Cr\$ 906.000,00 – para Cr\$ 2.058.000,00.

Nº 39

07.04.02 – Divisão do Orçamento. (Despesas Próprias).

1.0.00 – Custeio.

1.5.00 – Serviços de Terceiros.

Inclua-se:

Subconsignação 1.5.14 – Serviços Contratuais.

Cr\$

1) Serviços mecânicos de contabilidade..... 1.710.000,00

Nº 40

07.04.02 – Divisão do Orçamento. (Encargos Gerais).

3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.

3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.

23) Colonização.

Cr\$

1) Para reforço do "Fundo de Colonização", instituído pelo art. 28, do Decreto nº 36.193, de 20 de setembro de 1954, que aprovou a nova redação do regulamento do Instituto Nacional de Imigração e Colonização, e a fim de permitir a execução de um plano sistemático de investimentos que assegurem a ampliação das atividades de colonização, bem como o início das de recolonização..... 200.000.000,00

Nº 41

07.04.02 – Divisão do Orçamento.

1.0.00 – Custeio.

1.6.00 – Encargos Diversos.

1.6.23 – Reaparelhamento e desenvolvimento de programas.

Inclua-se:

Cr\$

Despesas de qualquer natureza, inclusive compra de equipamento agrícola para o Patronato Agrícola do São Francisco, em Santa Maria da Boa Vista – Pernambuco 2.000.000,00

Justificação

É uma obra de grande vulto que vem sendo construída no Nordeste. O trabalho a ser desenvolvido será todo êle agrícola, justo portanto que não falte equipamento. – *Novaes Filho*.

Nº 41-A

07.04.02 – Divisão do Orçamento. (Encargos Gerais).

1.0.00 – Custeio.

1.6.00 – Encargos Diversos.

1.6.23 – Reaparelhamento e desenvolvimento de programas, serviços e trabalhos específicos.

Aumente-se de:

Cr\$

2) Manutenção do Escritório Técnico de Agricultura etc. – para..... 20.000.000,00

Nº 42

07.04.02 – Divisão do Orçamento.

1.0.00 – Custeio.

1.6.00 – Encargos Diversos.

1.6.23 – Reparcelamento e desenvolvimento de programas, serviços e trabalhos específicos.

Aumente-se de Cr\$ 3.000.000,00 a dotação destinada à Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (ASCAR).

Nº 44

07.04.02 – Divisão do Orçamento.

1.0.00 – Custeio.

1.6.00 – Encargos Diversos.

1.6.23 – Reparcelamento e desenvolvimento de programas, serviços e trabalhos específicos.

Inclua-se:

	Cr\$
16) Comissão Nacional de	
Avicultura.....	8.000.000,00

Nº 45

07.04.02 – Divisão do Orçamento. (Encargos Gerais).

1.0.00 – Custeio.

1.6.00 – Encargos Diversos.

1.6.23 – Reparcelamento e desenvolvimento de programas, serviços e trabalhos específicos.

Aumente-se de Cr\$ 2.000.000,00 a dotação destinada ao número 14) Cooperativa etc.

Nº 46

07.04.02 – Divisão do Orçamento. (Encargos Gerais).

1.0.00 – Custeio.

1.6.00 – Encargos Diversos.

1.6.23 – Reparcelamento e desenvolvimento de programas, serviços e trabalhos específicos.

06) Ceará.

Inclua-se:

Cr\$

Para prosseguimento e conclusão das obras de aproveitamento da Cachoeira do Garapa, Rio Sorôro, no Ceará, inclusive da Usina Hidrelétrica e melhoramento na rede atual de iluminação da cidade de Itapipoca.....	3.000.000,00
--	--------------

Nº 47

07.04.02 – Divisão do Orçamento.

1.0.00 – Custeio.

1.6.00 – Encargos Diversos.

1.6.23 – Reparcelamento e desenvolvimento de programas, serviços e trabalhos específicos

06) Ceará.

Inclua-se:

Cr\$

Escola Profissional D. Bosco para desenvolvimento agrícola – Fortaleza.....	500.000,00
---	------------

Nº 48

07.04.02 – Divisão do Orçamento. (Encargos Gerais).

1.0.00 – Custeio.

1.6.00 – Encargos Diversos.

1.6.23 – Reparcelamento e desenvolvimento de programas, serviços e trabalhos específicos.

06) Ceará.

Inclua-se:

Cr\$

Para construção de uma rede de armazéns e silos nas zonas de produção de gêneros de primeira necessidade.....	25.000.000,00
---	---------------

Nº 49

07.04.02 – Divisão do Orçamento. (Encargos Gerais). Despesas Ordinárias.
1.6.00 – Encargos Diversos.
1.6.23 – Reaparelhamento e desenvolvimento de programas, serviços e trabalhos específicos.
7) Distrito Federal.
Acrescente-se:

	Cr\$
Escola Rural do Orfanato Teresa Cristina, para as obras de sua sede social, aquisição de equipamento.....	2.000.000,00

Nº 51

07.04.02 – Divisão do Orçamento.
1.0.00 – Custeio.
1.6.00 – Encargos Diversos.
1.6.23 – Reaparelhamento e desenvolvimento de programas, serviços e trabalhos específicos.
08) Espírito Santo.
Inclua-se:

	Cr\$
Despesas de qualquer natureza com a construção de um prédio destinado a Fábrica de Leite em Pó, a ser construída em Cachoeira do Itapemirim, Estado do Espírito Santo, em convênio com a Fundação Internacional de Socorro à Infância – (FISI).....	30.000.000,00

Nº 52

07.04.02 – Divisão do Orçamento. (Encargos Gerais).
1.0.00 – Custeio.
1.6.00 – Encargos Diversos.
1.6.23 – Reaparelhamento e desenvolvimento de programas, serviços e trabalhos específicos.
Onde se lê:
10) Goiás.

	Cr\$
24) Para melhoria dos servidores de Anicuns – Goiás.....	1.000.000,00

Leia-se:

24) Para a ultimateção, aparelhamento e funcionamento da usina hidrelétrica de Anicuns – Goiás.....	2.000.000,00
---	--------------

Nº 54

07.04.02 – Divisão do Orçamento. (Encargos Gerais).
1.0.00 – Custeio.
1.6.00 – Encargos Diversos.
1.6.23 – Reaparelhamento e desenvolvimento de programas, serviços e trabalhos específicos.
Onde se diz:

11) Despesas de qualquer natureza com a construção, equipamento e instalação das fábricas de leite em pó e derivados em Leopoldina, Minas Gerais, Pelotas, no Rio Grande do Sul,

Cr\$				Leite Condensado	
Belo Jardim, Pernambuco, em colaboração com o F.I.S.I. (Fundo Internacional de Socorro à Infância).....				Minas Gerais.....	282
30.000.000,00				Espírito Santo.....	–
Diga-se:				Rio de Janeiro.....	7.717
11) Despesas de qualquer natureza com a				São Paulo.....	16.913
construção, equipamento e instalação das fábricas				Santa Catarina.....	–
de leite em pó e derivados em:				Rio Grande do Sul.....	–
Cr\$				Goiás.....	–
a) Pelotas, no Rio Grande do				Pernambuco.....	–
Sul, Belo Jardim,				Rio Grande do Norte.....	–
Pernambuco, em				Paraíba.....	–
colaboração com o F.I.S.I.				Alagoas.....	–
(Fundo Internacional de				Bahia.....	–
Socorro à Infância).....				Distrito Federal.....	–
20.000.000,00				Total do Brasil.....	24.912
b) Na região da Mantiqueira,				Nº 55	
Minas Gerais, em				07.04.02 – Divisão do Orçamento.	
colaboração com o Governo				1.0.00 – Custeio.	
do Estado.....				1.6.00 – Encargos Diversos.	
20.000.000,00				1.6.23 – Reaparelhamento e desenvolvimento	
Total.....				de programas, serviços e trabalhos específicos.	
40.000.000,00				13) Minas Gerais.	
Produtos industrializados do leite, em				Onde se lê:	
toneladas:				Cr\$	
Leite em pó	Manteiga	Queijo	Total	Construção do Parque Exposição	
538	16.371	31.541	48.732	em Curvelo.....	
–	175	243	418	1.000.000,00	
3.997	1.431	547	13.692	Leia-se:	
17.074	4.536	1.003	39.526	Para prosseguimento das obras	
–	617	512	1.129	de construção do Parque de	
–	788	–	788	Exposições Getúlio Vargas, da	
–	3.854	–	3.854	Sociedade Rural de Curvelo, em	
–	44	–	44	Curvelo.....	
–	11	–	11	2.000.000,00	
–	7	–	7	Nº 56	
–	27	–	27	07.04.02 – Divisão do Orçamento.	
–	223	–	223	1.0.00 – Custeio.	
–	106	–	106	1.5.00 – Serviços de Terceiros.	
29.609	28.190	33.846	116.557		

1.6.23 – Reparelhamento e desenvolvimento de programas, serviços e trabalhos específicos.

14) Pará.

Inclua-se:

	Cr\$
Casa do Filho do Seringueiro – Ananindeua.....	<u>2.000.000,00</u>

Nº 57

07.04.02 – Divisão do Orçamento.

1.0.00 – Custeio.

1.6.00 – Encargos Diversos.

1.6.23 – Reparelhamento e desenvolvimento de programas, serviços e trabalhos específicos.

15) Paraíba.

Acrescente-se:

	Cr\$
5) Para convênio já firmado com a Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural (ANCAR), nos Estados da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará.....	<u>10.000.000,00</u>

Nº 58

07.04.02 – Divisão do Orçamento.

1.0.00 – Custeio.

1.6.00 – Encargos Diversos.

1.6.23 – Reparelhamento e desenvolvimento de programas, serviços e trabalhos específicos.

15) Pará.

Inclua-se:

	Cr\$
Assembléia Paraense (entidade civil) – Belém.....	<u>3.000.000,00</u>

Nº 59

07.04.02 – Divisão do Orçamento.

1.0.00 – Custeio.

1.6.00 – Encargos Diversos.

1.6.23 – Reparelhamento e desenvolvimento de programas, serviços e trabalhos específicos.

17) Pernambuco.

Inclua-se:

	Cr\$
Círculos Operários de Surubim, para prosseguimento dos serviços sociais no meio rural do agreste de Pernambuco.....	<u>500.000,00</u>

Nº 60

07.04.02 – Divisão do Orçamento.

1.0.00 – Custeio.

1.6.00 – Encargos Diversos.

1.6.23 – Reparelhamento e desenvolvimento de programas, serviços e trabalhos específicos.

18) Piauí

Inclua-se:

	Cr\$
Obras complementares do Parque de Exposições de Animais e Produtos derivados – Teresina, em cooperação com a Federação das Associações Rurais.....	2.000.000,00
Ação Social Arquidiocesana de Teresina, para campanha de educação no meio rural.....	1.000.000,00
Jóquei Clube do Piauí Teresina – para melhoria e aperfeiçoamento da criação, inclusive ampliação.....	<u>1.500.000,00</u>
Total.....	<u>4.500.000,00</u>

<p>Nº 61</p> <p>07.04.02 – Divisão do Orçamento.</p> <p>1.0.00 – Custeio.</p> <p>1.6.00 – Encargos Diversos.</p> <p>1.6.23 – Reparcelhamento e desenvolvimento de programas, serviços e trabalhos específicos.</p> <p>Inclua-se:</p> <p>Associação de Crédito e Assistência Rural do Piauí, por intermédio e sob a supervisão da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural.....</p> <p style="text-align: right;">Cr\$ 6.000.000,00</p>	<p>Acrescente-se:</p> <p>20) Rio de Janeiro.</p> <p style="text-align: right;">Cr\$</p> <p>Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado do Rio de Janeiro.....</p> <p style="text-align: right;">10.000.000,00</p>
<p>Nº 61-A</p> <p>07.04.02 – Divisão do Orçamento.</p> <p>1.0.00 – Custeio.</p> <p>1.6.00 – Encargos Diversos.</p> <p>1.6.23 – Reparcelhamento e desenvolvimento de programas, serviços e trabalhos específicos.</p> <p>20) Rio de Janeiro.</p> <p>Acrescente-se:</p> <p>Construção da sede da Residência Agrícola, dependência do Ministério da Agricultura no Município de Nova Friburgo, em terrenos doados pela respectiva Prefeitura.....</p> <p style="text-align: right;">Cr\$ 1.000.000,00</p>	<p>Nº 63</p> <p>07.04.02 – Divisão do Orçamento.</p> <p>1.0.00 – Custeio.</p> <p>1.6.00 – Encargos Diversos.</p> <p>1.6.23 – Reparcelhamento e desenvolvimento de programas, serviços e trabalhos específicos.</p> <p>22) Rio Grande do Sul.</p> <p>Inclua-se:</p> <p style="text-align: right;">Cr\$</p> <p>Programa de eletrificação a cargo da Cooperativa Nordeste de Eletricidade Rural Limitada, mediante convênio – Santa Tereza – Bento Gonçalves.....</p> <p style="text-align: right;">1.000.000,00</p> <p>Programa de eletrificação da Cooperativa Bossoroquense de Fôrça e Luz, mediante convênio – Bossoroca – São Luís Gonzaga....</p> <p style="text-align: right;">1.000.000,00</p> <p>Total.....</p> <p style="text-align: right;">2.000.000,00</p>
<p>Nº 62</p> <p>07.04.02 – Divisão do Orçamento.</p> <p>1.0.00 – Custeio.</p> <p>1.6.00 – Encargos Diversos.</p> <p>1.6.23 – Reparcelhamento e desenvolvimento de programas, serviços e trabalhos específicos.</p>	<p>Nº 64</p> <p>07.04.02 – Divisão do Orçamento.</p> <p>1.0.00 – Custeio.</p> <p>1.6.00 – Encargos Diversos.</p> <p>1.6.23 – Reparcelhamento e desenvolvimento de programas, serviços e trabalhos específicos.</p> <p>25) São Paulo.</p>

Onde se lê:	Cr\$	Acrescente-se:	Cr\$
1) Escola Superior de Agricultura "Luís de Queirós", de Piracicaba.....	2.200.000,00	Projeto e construção de linhas de transmissão e estações abaixadoras a cargo da Cia. Sul Sergipana de Eletricidade, partindo de Estância para Sta. Luzia do Itanhi, Arauá, Itabaianinha e Tobias Barreto.....	15.000.000,00
2) Instituto Oceanográfico de S. Paulo.....	1.000.000,00	Projeto e construção de linhas de transmissão e estações abaixadoras a cargo da Cia. Sul Sergipana de Eletricidade, para Buquim, Riachão do Dantas, Pedrinhas e Arauá.....	10.000.000,00
Total.....	<u>3.200.000,00</u>	Total.....	<u>25.000.000,00</u>
Leia-se:			
1) Escola Superior de Agricultura "Luís de Queirós", de Piracicaba.....	5.000.000,00		
2) Instituto Oceanográfico de S. Paulo.....	2.000.000,00		
Nº 65		Nº 67	
07.04.02 – Divisão do Orçamento.		07.04.02 – Divisão do Orçamento.	
1.0.00 – Custeio.		1.0.00 – Custeio.	
1.5.00 – Serviços de Terceiros.		1.6.00 – Encargos Diversos.	
1.6.23 – Reparelhamento e desenvolvimento de programas, serviços e trabalhos específicos.		27) Diversos.	
26) Sergipe.		Inclua-se:	
Inclua-se:			
	Cr\$		Cr\$
2) Associação Rural de Estância, em convênio para desenvolvimento da eletrificação rural.....	<u>3.000.000,00</u>	Despesas de qualquer natureza com a experimentação e aquisição de máquinas de quebrar coquilhos e secadores para fôlhas de carnaubeiras e licuri, inclusive prêmios aos inventores, fabricantes e industriais.....	<u>6.000.000,00</u>
Nº 66		Nº 68	
07.04.02 – Divisão do Orçamento.		07.04.02 – Divisão do Orçamento. (Encargos Gerais).	
1.0.00 – Custeio.			
1.5.00 – Serviços de Terceiros.			
1.6.23 – Reparelhamento e desenvolvimento de programas, serviços e trabalhos específicos.			
26) Sergipe.			

<p>1.6.24, item 1, onde se lê: Decreto nº 39.966, de 11 de setembro de 1956,</p>	<p>1.6.24 – Inclua-se o item 3, com a seguinte redação:</p>
<p>Leia-se: Decreto nº 41.561, de 22 de maio de 1957.</p>	<p>Cr\$</p>
<p>Nº 69</p>	<p>3) Serviços a cargo da Criação do Cavalo Nacional (Lei nº 2.820, de 10-7-57, e Decreto nº 41.561, de 22-5-57)..... 4.000.000,00</p>
<p>07.04.02 – Divisão do Orçamento. (Encargos Gerais).</p>	<p>Nº 72</p>
<p>1.6.24 – Substitua-se o item 2, pelo seguinte:</p>	<p>07.04.02 – Divisão do Orçamento. 2:0.00 – Transferências.</p>
<p>Cr\$</p>	<p>2.1.00 – Auxílios e Subvenções.</p>
<p>2) Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional, para concessão de empréstimos na forma por que dispõe a Lei nº 2.820, de 10 de julho de 1956 e o Decreto nº 41.561, de 22 de maio de 1957..... 4.320.000,00</p>	<p>2.1.01 – Auxílios. 3) Entidades Autárquicas. 2) Instituto Nacional de Imigração, e Colonização. 1) Instituto Nacional de Imigração e Colonização (art. 6º da Lei nº 2.163, de 5 de janeiro de 1954) – Cr\$ 300.000.000,00 – Reduza-se para Cr\$ 289.799.560,00.</p>
<p>Nº 70'</p>	<p>Nº 73</p>
<p>07.04.02 – Divisão do Orçamento. (Encargos Gerais).</p>	<p>07.04.02 – Divisão do Orçamento. 2.0.00 – Transferências.</p>
<p>1.0.00 – Custeio.</p>	<p>2.1.00 – Auxílios e Subvenções.</p>
<p>1.6.00 – Encargos Diversos.</p>	<p>2.1.01 – Auxílios.</p>
<p>1.6.24 – Diversos.</p>	<p>3). Entidades Autárquicas</p>
<p>Acrescente-se</p>	<p>2) Instituto Nacional de Imigração e Colonização.</p>
<p>1) Governos Estaduais.</p>	<p>Cr\$</p>
<p>Cr\$</p>	<p>Para atender a despesas de qualquer natureza com a localização, aquisição, construção, ampliação ou modificação de Hospedarias de Imigrantes e Postos de Imigração, bem como com o seu aparelhamento..... <u>20.000.000,00</u></p>
<p>1) Serviço Social do Departamento de Imigração e Colonização do Estado de São Paulo..... 5.000.000,00</p>	<p>Nº 71</p>
<p>Nº 71</p>	<p>07.04.02 – Divisão do Orçamento. (Encargos Gerais).</p>

Nº 74

07.04.02 – Divisão do Orçamento. (Encargos Gerais).

2.0.00 – Transferências.
2.1.00 – Auxílios e Subvenções.
2.1.01 – Auxílios.

3) Entidades Autárquicas.

2) Instituto Nacional de Imigração e Colonização.

Acrescente-se:

Para construção de hospedarias com capacidade para 2.500 emigrantes, inclusive desajustados pelo flagelo das secas nas seguintes cidades do Estado do Ceará:

	Cr\$
Sobral.....	8.000.000,00
Pentecostes.....	8.000.000,00
Quixadá.....	8.000.000,00
Iguatu.....	8.000.000,00
Russas.....	8.000.000,00
Total.....	40.000.000,00

Nº 75

07.04.02 – Divisão do Orçamento. (Encargos Gerais).

2.0.00 – Transferências.
2.1.00 – Auxílios e Subvenções.
2.1.01 – Auxílios.

7) Outras Entidades.

02) Alagoas.

	Cr\$
Confederação Rural Brasileira, para o início da construção de sua sede...	5.000.000,00

Nº 76

07.04.02 – Divisão do Orçamento. (Encargos Gerais).

2.0.00 – Transferências.
2.1.00 – Auxílios e Subvenções.
2.1.01 – Auxílios.
02) Alagoas.

Inclui-se:

	Cr\$
Associação Rural de Penedo	200.000,00
Associação Rural de Maceió	200.000,00
Associação Rural de Major Izidoro	200.000,00
Associação de Porto Calvo.	200.000,00
Total	800.000,00

Nº 77

07.04.02 – Divisão do Orçamento. (Encargos Gerais).

2.0.00 – Transferências.
2.1.00 – Auxílios e Subvenções.
2.1.01 – Auxílios.

7) Outras Entidades.

02) Alagoas.

Onde se lê:

	Cr\$
1) Para aplicação nos termos da Lei nº 2.656, de 26 de novembro de 1955.....	<u>80.000.000,00</u>

Leia-se:

1) Para aplicação nos termos da Lei nº 2.656, de 26 de novembro de 1955.....	100.000.000,00
--	----------------

Nº 78

07.04.02 – Divisão do Orçamento. (Encargos Gerais).

2.0.00 – Transferências.
2.1.00 – Auxílios e Subvenções.
2.1.01 – Auxílios.
7) Outras Entidades.
02) Alagoas.

<p>Cr\$</p> <p>Confederação Rural Brasileira, p/ aplicação nos termos do art. 23, do Decreto-lei nº 8.127, e art. 37, do Decreto nº 19.882, ambos de 24 de outubro de 1945.....</p>	<p>Nº 81</p> <p>07.04.02 – Divisão do Orçamento. (Encargos Gerais). 2.0.00 – Transferências. 2.1.00 – Auxílios e Subvenções. 2.1.01 – Auxílios. 2) Governos Municipais. 06) Ceará.</p>
<p>Nº 79</p> <p>07.04.02 – Divisão do Orçamento. 2.0.00 – Transferências. 2.1.00 – Auxílios e Subvenções. 2.1.01 – Auxílios. 7) Outras Entidades. Acrescente-se:</p>	<p>Cr\$</p> <p>1) A Prefeitura Municipal de Conselheiro Pena para indenização do antigo detentor da concessão outorgada para aproveitamento da energia hidráulica da Cachoeira João Pinto Grande, no ribeirão de igual nome, distrito da sede do Município de Conselheiro Pena, Estado de Minas Gerais, nos termos do Decreto nº 41.994, de 7 de agosto de 1957.....</p>
<p>Cr\$</p> <p>Diretório Acadêmico da Escola de Agronomia da Amazônia.....</p>	<p>2.000.,000,00</p>
<p>Nº 80</p> <p>07.04.02 – Divisão do Orçamento. 2.0.00 – Transferências. 2.1.00 – Auxílios e Subvenções. 2.1 01 – Auxílio. 7) Outras Entidades. 06) Ceará. Inclua-se:</p>	<p>Nº 82</p> <p>07.04.02 – Divisão do Orçamento.] 2.0.00 – Transferências. 2.1.00 – Auxílios e Subvenções. 2.1.01 – Auxílios. 7) Outras Entidades. 06) Ceará. Inclua-se:</p>
<p>Cr\$</p> <p>Para auxílio à execução do convênio celebrado entre a ANDAR, o Govêrno do Ceará, a Universidade do Ceará e outras Entidades.....</p>	<p>Cr\$</p> <p>Desenvolvimento da Campanha de Educação Rural, no Ceará, a cargo da seção estadual da Associação Brasileira de Educação Rural (A.B.E.R.).....</p>
<p>5.000.000,00</p>	<p>2.000.000,00</p>

Nº 83	Nº 86
07.04.02 – Divisão do Orçamento. 2.0.00 – Transferências. 2.1.00 – Auxílios e Subvenções. 2.1.01 – Auxílios. 7) Outras Entidades. 13) Minas Gerais.	07.04.02 – Divisão do Orçamento. (Encargos Gerais). 2.0.00 – Transferências. 2.1.00 – Auxílios e Subvenções. 2.1.01 — Auxílios. 7) Outras Entidades. Inclua-se:
Cr\$	Cr\$
A Sociedade Mineira de Medicina e Veterinária de Belo Horizonte..... <u>500.000,00</u>	5) Comissão Executiva do Sisal (Lei nº 3.428, de 15 de julho de 1958..... <u>20.000.000,00</u>
Nº 84	Nº 87
] 07.04.02 – Divisão do Orçamento. 2.0.00 – Transferências. 2.1.00 – Auxílios e Subvenções. 2.1.01 – Auxílios. 7) Outras Entidades. 13) Minas Gerais.	07.04.02 – Divisão do Orçamento. 2.0.00 – Transferências. 2.1.00 – Auxílios e Subvenções. 2.1.01 – Auxílios. 2) Serviço Rural (art. 15 da Lei nº 2.613, de 23 de setembro de 1955). 22) Rio Grande do Sul. Destaque-se, da verba global, a importância de – Cr\$ 5.000.000,00 para as Casas dos Agricultores de São Luiz Gonzaga, Santa Cruz do Sul e Iraí.
Cr\$	
Para prosseguimento das-obras de Construção da "Casa Rural", sede social da Sociedade Rural de Curvelo, Minas Gerais, incluindo dependências dos diversos serviços assistenciais aos trabalhadores e homens do campo. <u>3.500:000,00</u>	
Nº 85	Nº 88
07.04.02 – Divisão do Orçamento. 2.0.00 – Transferências. 2.1.00 – Auxílios e Subvenções. 2.1.01 – Auxílios. 7) Outras Entidades. Acrescente-se:	07.04.02 – Divisão do Orçamento. (Encargos Gerais). 2.0.00 – Transferências. 2.1.00 – Auxílios e Subvenções. 2.1.01 – Auxílios. 7) Outras Entidades. 25) São Paulo.
Cr\$	Cr\$
Federação das Associações Rurais do Estado do Pará..... <u>1.000.000,00</u>	Para reconstituição do Estádio Dr. Alfredo Castilho do Esporte Clube Noroeste, Bauru..... <u>15.000.000,00</u>

Nº 89	Nº 92
07.04.02 – Divisão do Orçamento. 2.0.00 – Transferências. 2.1.00 – Auxílios e Subvenções. 2.1.01 – Auxílios. 23) Sergipe. 7) Outras Entidades. Inclua-se:	07.04.02 – Divisão do Orçamento. (Encargos Gerais). 2.0.00 – Transferências. 2.1.00 – Auxílios e Subvenções. 2.1.02 – Subvenções Ordinárias. 5) Bahia. Acrescente-se.
<div>Cr\$</div> Diocese de Aracaju, para a comemoração do seu cinquentenário.. <u>2.000.000,00</u>	<div>Cr\$</div> Associação Rural de São Gonçalo, no Estado da Bahia..... <u>100.000,00</u>
Nº 90	Nº 94
07.04.02 – Divisão do Orçamento. (Encargos Gerais). 2.0.00 – Transferências. 2.1.00 – Auxílios e Subvenções. 2.1.02 – Subvenções Ordinárias. 05) Bahia. Acrescente-se:	07.04.02 – Divisão do Orçamento. (Encargos Gerais). Despesa Ordinária. 2.0.00 – Transferências. 2.1.00 – Auxílios e Subvenções. 2.1.02 – Subvenções Ordinárias. 7) Outras Entidades. 6) Ceará.
<div>Cr\$</div> Combate à "podridão parda" do cacau, no Estado da Bahia, em colaboração com o Instituto de Cacau da Bahia..... <u>5.000.000,00</u>	<div>Cr\$</div> Onde se lê: Associação Rural de Granja..... <u>10.000,00</u>
Nº 91	Leia-se:
07.04.02 – Divisão do Orçamento. (Encargos Gerais). 2.0.00 – Transferências. 2.1.00 – Auxílios e Subvenções. 2.1.02 – Subvenções Ordinárias. 05) Bahia. Acrescente-se:	Associação Rural de Granja..... <u>500.000,00</u>
Federação das Associações Rurais da Bahia – Salvador..... 300.000,00	Nº 95
	07.04.02 – Divisão do Orçamento. (Encargos Gerais). 2.0.00 – Transferências. 2.1.00 – Auxílios e Subvenções. 2.1.02 – Subvenções Ordinárias. 7) Outras Entidades. 06) Ceará.

Onde se lê:	Onde se diz:
<div>Cr\$</div> <div>Federação das Associações Rurais do Estado do Ceará..... <u>2.000.808,00</u></div>	<div>Cr\$</div> <div>Associação Rural de Itumbiara..... <u>150.000,00</u></div>
Leia-se:	Diga-se:
<div>Federação das Associações Rurais do Estado do Ceará..... <u>3.000.000,00</u></div>	<div>Associação Agropecuária, Comércio e Indústria Itumbiara..... <u>150.000,00</u></div>
Nº 96	Nº 99
07.04.02 – Divisão do Orçamento. (Encargos Gerais). Despesa Ordinária. 2.0.00 – Transferências. 2.1.00 – Auxílios e Subvenções. 2.1.03 – Subvenções Extraordinárias. 7) Outras Entidades. 7) Distrito Federal. Inclua-se:	07.04.02 – Divisão do Orçamento. (Encargos Gerais). Despesa Ordinária. 2.0.00 – Transferências. 2.1.00 – Auxílios e Subvenções. 2.1.02 – Subvenções Ordinárias. 7) Outras Entidades. 11) Maranhão.
<div>Cr\$</div> <div>Associação de Registro Genealógico da Raça "Schwitz" do Brasil..... <u>500.000,00</u></div>	<div>Cr\$</div> <div>Associação Rural de Viana..... <u>200.000,00</u></div>
Nº 97	Nº 101
07.04.02 – Divisão do Orçamento. 2.0.00 – Transferências. 2.1.00 – Auxílios e Subvenções. 2.1.02 – Subvenções Ordinárias. 7) Espírito Santo. Eleve-se para Cr\$ 400.000,00 a verba, destinada à Federação das Associações Rurais do Espírito Santo.	07.04.02 – Divisão do Orçamento. (Encargos Gerais). 2.0.00 – Transferências. 2.1.00 – Auxílios e Subvenções. 2.1.02 – Subvenções Ordinárias. 15) Paraíba. Inclua-se:
Nº 98	Nº 102
07.04.02 – Divisão do Orçamento. 2.0.00 – Transferências. 2.1.00 – Auxílios e Subvenções. 2.1.02 – Subvenções Ordinárias. 10) Goiás.	07.04.02 – Divisão do Orçamento. 2.0.00 – Transferências. 2.1.00 – Auxílios e Subvenções. 2.1.02 – Subvenções Ordinárias. 21) Rio Grande do Norte.
	<div>Cr\$</div> <div>Cúria Diocesana Cajazeiras, Estado da Paraíba..... <u>2.000.000,00</u></div>

Onde se diz:
Assistência às famílias dos trabalhadores rurais, em Nísia Floresta – R.G.N.

Diga-se:
Instituto de Assistência às famílias dos trabalhadores rurais, em Nísia Floresta – R.G.N.

Nº 103

07.04.02 – Divisão do Orçamento.
2.0.00 – Transferências.
2.1.00 – Auxílios e Subvenções.
2.1.02 – Subvenções Ordinárias.
24) Santa Catarina.

	Cr\$
Associação Rural de Presidente Getúlio.....	150.000,00
Associação Rural de Timbó.....	150.000,00
Núcleo Rural de Pedra Branca – Timbòsinho – P. União.....	150.000,00
Associação Rural de Jaguaruna.....	150.000,00
Total	<u>450.000,00</u>

Nº 104

07.04.02 – Divisão do Orçamento.
2.0.00 – Transferências.
2.1.00 – Auxílios e Subvenções.
2.1.02 – Subvenções Ordinárias
25) São Paulo.
Inclua-se:

	Cr\$
Associação Brasileira de Criadores de Bovinos da Raça Holandesa, de S. Paulo – (SP)	<u>700.000,00</u>

Nº 105

07.04.02 – Divisão do Orçamento.
2.0.00 – Transferências.
2.1.00 – Auxílios e Subvenções.
2.1.03 – Subvenções Extraordinárias.
7) Outras Entidades.
02) Alagoas.
Inclua-se:

	Cr\$
Para a construção da Sede da Federação das Associações Rurais de Alagoas.....	5.000.000,00

Nº 106

07.04.02 – Divisão do Orçamento.
2.0.00 – Transferências.
2.1.00 – Auxílios e Subvenções.
2.1.03 – Subvenções Extraordinárias.
04) Amazonas.
Inclua-se:

	Cr\$
Associação dos Agrônomos e Veterinários do Amazonas – Subvenção.....	<u>100.000,00</u>

Nº 107

07.04.02 – Divisão do Orçamento.
2.0.00 – Transferências.
2.1.00 – Auxílios e Subvenções.
2.1.03 – Subvenções Extraordinárias.
04) Amazonas.
Inclua-se :

	Cr\$
Associação Rural de Eirunepé.....	<u>50.000,00</u>

<p>Nº 108</p> <p>07.04.02 – Divisão do Orçamento. 2.0.00 – Transferências. 2.1.00 – Auxílios e Subvenções. 2.1.03 – Subvenções Extraordinárias. 04) Amazonas. Inclua-se:</p> <p>Associação Rural de Ilha Grande..... Cr\$ 50.000,00</p>	<p>Inclua-se:</p> <p>Federação das Associações Rurais do Estado do Amazonas: para construção de sua sede..... Cr\$ 1.000.000,00</p>
<p>Nº 109</p> <p>07.04.02 – Divisão do Orçamento. (Encargos Gerais). 2.0.00 – Transferências. 2.1.00 – Auxílios e Subvenções. 2.1.03 – Subvenções Extraordinárias. 04) Amazonas. Inclua-se:</p> <p>Associação Rural de Manaus – para instalação da Casa Rural..... Cr\$ 1.000.000,00 Formação de um Centro de Praticagem..... 380.000,00 Edição de uma Revista Agro-Pecuária. 120.000,00 Total 1.500.000,00</p>	<p>Nº 111</p> <p>07.04.02 – Divisão do Orçamento. 2.000 – Transferências. 2.1.00 – Auxílios e Subvenções. 2.1.03 – Subvenções Extraordinárias. 04) Amazonas. Inclua-se:</p> <p>Associação Rural de Autazes..... Cr\$ 300.000,00 Associação Rural de Airão..... 200.000,00 Associação Rural de Manicoré..... 100.000,00 Associação Rural do Careiro..... 200.000,00 Associação Rural de Uaupés..... 300.000,00 Associação Rural de Codajás..... 200.000,00 Associação Rural de Humaitá..... 100.000,00 Associação Rural de Barreirinha..... 200.000,00 Associação Rural de Maués..... 200.000,00 Associação Rural de Muraã..... 50.000,00 Associação Rural de Jutas..... 100.000,00 Total..... 1.950.000,00</p>
<p>Nº 110</p> <p>07.04.02 – Divisão do Orçamento. 2.0.00 – Transferências. 2.1.00 – Auxílios e Subvenções. 2.1.03 – Subvenções Extraordinárias. 04) Amazonas.</p>	

Nº 112

07.04.02 – Divisão do Orçamento.
2.0.00 – Transferências.
2.1.00 – Auxílios e Subvenções.
2.1.03 – Subvenções Extraordinárias.
05) Bahia.
Inclua-se:

Cr\$

Associação Rural de Baixa Grande,
para aquisição de terreno destinado à
sua sede..... 200.000,00

Nº 113

07.04.02 – Divisão do Orçamento.
(Encargos Gerais).
2.0.00 – Transferências.
2.1.00 – Auxílios e Subvenções.
2.1.03 – Subvenções Extraordinárias.
05) Bahia.
Inclua-se:

Cr\$

Para a construção da Sede Social da
Associação Rural de Maragogipe –
Estado da Bahia 200.000,00

Nº 114

07.04.02 – Divisão do Orçamento.
(Encargos Gerais).
2.0.00 – Transferências.
2.1.00 – Auxílios e Subvenções.
2.1.03 – Subvenções Extraordinárias.
05) Bahia.
Inclua-se:

Cr\$

Associação Fornecedora da Cana..... 200.000,00

Nº 115

07.04.02 – Divisão do Orçamento.
(Encargos Gerais).
2.0.00 – Transferências.
2.1.00 – Auxílios e Subvenções.
2.1.03 – Subvenções Extraordinárias.
05) Bahia.
Inclua-se :

Cr\$

Associação Rural de Mutuipe para
conclusão, de casa do agricultor e
início da construção de uma granja
modelo..... 160.000,00

Nº 116

07.04.02 – Divisão do Orçamento.
(Encargos Gerais).
2.0.00 – Transferências.
2.1.00 – Auxílios e Subvenções.
2.1.03 – Subvenções Extraordinárias
Inclua-se:
06) Ceará.

Cr\$

Programa do desenvolvimento da
Campanha de Educação Rural
pelo Rádio a cargo da Escola
Normal Rural de Itapipoca,
Ceará 2.000.000, 00

Nº 117

07.04.02 – Divisão do Orçamento.
(Encargos Gerais).
2.0.00 – Transferências.
2.1.00 – Auxílios e Subvenções.
2.1.03 – Subvenções Extraordinárias.

Subvenções

–

Inclua-se:

	Cr\$
Despesas de qualquer natureza com a construção e instalação de um hotel de Turismo, em Guaramiranga, no Ceará.....	<u>5.000.000,00</u>

Nº 118

07.04.02 – Divisão do Orçamento.
2.0.00 – Transferências.
2.1.00 – Auxílios e Subvenções.
2.1.03 – Subvenções Extraordinárias.
07) Distrito Federal.
Acrescente-se:

	Cr\$
Federação dos Plantadores de Cana do Brasil.....	<u>200.000,00</u>

Nº 119

07.04.02 – Divisão do Orçamento.
(Encargos Gerais).
2.0.00 – Transferências.
2.1.00 – Auxílios e Subvenções.
2.1.03 – Subvenções Extraordinárias.
10) Goiás.

	Cr\$
Associação Rural de Itumbiara.....	100 000,00
Associação Rural de São Luiz de Montes Belos.....	100.000,00
Associação Rural de Buriti Alegre.....	100.000,00
Escola Profissional Rural do Rio Verde.....	<u>50.000,00</u>
Total.....	<u>350.000,00</u>

Nº 120

07.04.02 – Divisão do Orçamento.
2.0.00 – Transferências.
2.1.00 – Auxílios e Subvenções.
2.1.03 – Subvenções Extraordinárias.
10) Goiás.

	Cr\$
Para a "Associação Rural de Formosa", destinados à construção do "Parque de Exposições".....	<u>1.000.000,00</u>

Nº 121

07.04.02 – Divisão do Orçamento.
(Encargos Gerais).
2.0.00 – Transferências.
2.1.00 – Auxílios e Subvenções.
2.1.03 – Subvenções Extraordinárias.
10)Goiás.
Acrescente-se:

	Cr\$
Construção, instalação e funcionamento do serviço de abastecimento de água de Sítio d'Abadia – Goiás.....	<u>1.500.000,00</u>

Nº 122

07.04.02 – Divisão do Orçamento.
(Encargos Gerais).
2.0.00 – Transferências.
2.1.00 – Auxílios e Subvenções.
2.1.03 – Subvenções Extraordinárias.
7) Outras Entidades.
11)Maranhão.

	Cr\$
Associação Rural de Viana.....	100.000,00

Nº 123

07.04.02 – Divisão do Orçamento.
2.0.00 – Transferências.
2.1.00 – Auxílios e Subvenções.
2.1.03 – Subvenções Extraordinárias.
7) Outras Entidades.
13) Minas Gerais.
Inclua-se :

	Cr\$
Associação Rural de Santa Rita de Jacutinga	<u>200.000,00</u>

Nº 124.

07.04.02 – Divisão do Orçamento.
2.0.00 – Transferências.
2.1.00 – Auxílios e Subvenções.
2.1.03 – Subvenções Extraordinárias.
15) Paraíba.
Acrescente-se:

	Cr\$
Associação Rural de Campina Grande	400.000,00
Associação Rural de Cabaceiras.....	200.000,00
Associação Rural de Araruna.....	200.000,00
Associação Rural de Soledade	<u>100.000,00</u>
Total	<u>900.000,00</u>

Nº 125

07.04.02 – Divisão do Orçamento.
2.0.00 – Transferências.
2.1.00 – Auxílios e Subvenções.
2.1.03 – Subvenções Extraordinárias.
15) Paraíba.

Inclua-se :

	Cr\$
União Beneficente Agrícola Catoleense.....	<u>500.000,00</u>

Nº 126

07.04.02 – Divisão do Orçamento.
2.0.00 – Transferências.
2.1.00 – Auxílios e Subvenções.
2.1.03 – Subvenções Extraordinárias
15) Paraíba.
Inclua-se:

	Cr\$
Associação Rural de Bananeiras.....	<u>200.000,00</u>

Nº 127

07.04.02 – Divisão do Orçamento.
2.0.00 – Transferências.
2.1.00 – Auxílios e Subvenções.
2.1.03 – Subvenções Extraordinárias.
22) Rio Grande do Sul.
Inclua-se :

	Cr\$
Associação Rural de Cachoeira do Sul.....	<u>150.000,00</u>

Nº 128

07.04.02 – Divisão do Orçamento.
2.0.00 – Transferências.
2.1.00 – Auxílios e Subvenções.
2.1.03 – Subvenções Extraordinárias.
24) Santa Catarina.

	Cr\$
Associação Rural de Viciai Ramos.....	100.000,00
Associação Rural de Joaçaba	<u>100.000,00</u>

Cr\$	Nº 129
Associação Rural de Jaraguá do Sul.....	100.000,00
Associação Rural de Camboriú.....	100.000,00
Associação Rural de Brusque.....	100.000,00
Associação Rural de Mafra.....	100.000,00
Associação Rural de Tijucas.....	100.000,00
Associação Rural de Videira.....	100.000,00
Associação Rural de Xanxerê.....	100.000,00
Associação Rural de Itajaí.....	100.000,00
Associação Rural de Indaial.....	100.000,00
Associação Rural de Palmitos.....	100.000,00
Associação Rural de Mondaí.....	100.000,00
Associação Rural de Laje.....	200.000,00
Clube Agrícola de Caçador.....	50.000,00
Patronato Salesiano de Ascurra.....	200.000,00
Associação Rural de Curitiba.....	100.000,00
Associação Rural de Capinzal.....	100.000,00
Associação Rural de Rio Negrinho..	100.000,00
Associação Rural de São Bento do Sul.....	100.000,00
Associação Rural de São Carlos.....	100.000,00
Associação Rural de São Francisco do Sul.....	100.000,00
Associação Rural de São Joaquim..	<u>100.000,00</u>
Total.....	<u>2.450.000,00</u>
	07.04.02 – Divisão do Orçamento.
	2.0.00 – Transferências.
	2.1.00 – Auxílios e Subvenções.
	2.1.03 – Subvenções Extraordinárias.
	25) São Paulo.
	Inclua-se:
	Associação Rural de Franco da Rocha..... <u>200.000,00</u>
	Nº 130
	07.04.02 – Divisão do Orçamento.
	2.0.00 – Transferências.
	2.1.00 – Auxílios e Subvenções.
	2.1.03 – Subvenções Extraordinárias.
	26) Sergipe.
	Acrescente-se:
	Associação Rural de Riachão do Dantas – Sergipe..... 100.000,00
	Associação Rural de São Cristóvão 100.000,00
	Associação Rural de Itabaiana – Sergipe..... <u>100.000,00</u>
	Total..... <u>300.000,00</u>
	Nº 132
	07.04.02 – Divisão do Orçamento.
	2.0.00 – Transferências.
	2.1.00 – Auxílios e Subvenções.
	2.1.03 – Subvenções Extraordinárias.
	7) Outras Entidades.

Inclua-se:	Cr\$		Cr\$
Associação Rural de Estância.....	500.000,00	Para prosseguimento da Escola de Iniciação Agrícola em S. João Batista – Tijucas.....	<u>800.000,00</u>
Associação Rural de Maroim.....	500.000,00		
Associação Rural de Carmópolis.....	500.000,00		
Total.....	<u>1.500.000,00</u>	Nº 137	
Nº 134		07.04.02 – Divisão do Orçamento.	
07.04.02 – Divisão do Orçamento.		3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.	
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.		3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.	
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.		3.1.03 – Desenvolvimento da Produção.	
3.1.15 – Fundo Nacional do Ensino Médio etc.		24) Santa Catarina.	
22) Rio Grande do Sul			
Repitam-se as dotações que constam do orçamento vigente.			
Nº 135			
07.04.02 – Divisão do Orçamento.			
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.			
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.			
3.1.03 – Desenvolvimento da Produção.			
24) Santa Catarina.			
	Cr\$		Cr\$
Prosseguimento do plano de recuperação agrícola da Ilha de Santa Catarina.....	<u>500.000,00</u>	Para construção (prosseguimento) da Escola de Pesca Sara Kubitschek, em Ribeirão da Ilha, Florianópolis.....	<u>5.00.000,00</u>
Nº 136		Nº 138	
07.04.02 – Divisão do Orçamento.		07.04.02 – Divisão do Orçamento.	
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.		(Encargos Gerais).	
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.		3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.	
3.1.17 – Acordos.		3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.	
24) Santa Catarina.		3.1.03 – Desenvolvimento da Produção.	
		25) São Paulo.	
		Acrescente-se:	
		Desenvolvimento da Produção na área da Bacia do Rio Una, dentro do programa de reerguimento do Vale do Paraíba, em execução ao disposto na cláusula décima segunda do Projeto	

nº 4, de 25 de janeiro de 1955,
mediante termo aditivo..... Cr\$ 9.000.000,00

Nº 139

07.06 – Seção de Organização.
1.0.00 – Custeio.
1.1.00 – Pessoal Civil.
Inclua-se:

	Cr\$
Subconsignação 1.1.09 – Ajuda de Custo.....	30.000,00
Subconsignação 1.1.10 – Diárias.....	50.000,00
Consignação 1.5.00 – Serviços de Terceiros.	
Subconsignação 1.5.02 Passagens, transportes de pessoas etc.....	<u>30.000,00</u>
Total.....	<u>110.000,00</u>

Nº 140

08 – Serviço de Estatística da Produção.
1.0.00 – Custeio.
1.5.00 – Serviços de Terceiros.
1.5.14 – Outros serviços contra.
1) Serviços mecânicos de estatística e contabilidade e apuração de dados estatísticos.
Onde se diz :
Cr\$ 3.600.000,00.
Diga-se:
Cr\$ 5.000.000,00.

Nº 141

08 – Serviço de Estatística da Produção.
1.0.00 – Custeio.

1.3.00 – Material de Consumo e de Transformação.

1.3.04 – Combustíveis e lubrificantes.

Onde se diz :

Cr\$ 70.000,00.

Diga-se :

Cr\$ 150.000,00.

Nº 142

08 – Serviço de Estatística da Produção.

1.0.00 – Custeio.

1.3.00 – Material de Consumo e de Transformação.

1.3.05 – Materiais e Acessórios de Máquinas, de Viaturas e Aparelhos.

	Cr\$
Aumente-se de Cruzeiros para.....	<u>55.000,00 80.000,00</u>

Nº 143

08 – Serviço de Estatística da Produção.

1.0.00 – Custeio.

1.3.00 – Material de Consumo e de Transformação.

1.3.10 – Matérias primas, manufaturadas ou semi-manufaturadas, destinadas a qualquer transformação.

	Cr\$
Aumente-se de Cruzeiros para.....	<u>990.000,00 1.000.000,00</u>

Nº 144

09.02.01 – Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas.

(Órgão Central).

1.0.00 – Custeio.

1.1.00 – Pessoal Civil.

1.1.15 – Gratificação de função.

<p>Substitua-se: Gratificação de função – Cruzeiros 80.400,00. – Aumente-se para Cr\$ 110.400,00.</p>	<p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento. 3.1.03 – Desenv. da Produção. Inclua-se:</p>
<p>Nº 145</p>	<p>Cr\$</p>
<p>09.02.01 – Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas. (Órgão Central). 1.0.00 – Custeio. 1.5.00 – Serviços de Terceiros. Acrescente-se:</p>	<p>Despesas de qualquer natureza como prosseguimento da instalação e manutenção da Estação Experimental de Cáceres do S.N.P.A. em Mato Grosso; criada pela Lei nº 729, de 3 de junho de 1949..... <u>6.000.000,00</u></p>
<p>Cr\$</p>	<p>Nº 148</p>
<p>Subconsignação 1.5.12 – Aluguel ou arrendamento de imóveis; foros..... <u>350.000,00</u></p>	<p>09.02.02 – Instituto de Ecologia e Experimentação Agrícola. 3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social. 3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento. 3.1.03 – Desenv. da Produção. 06) Ceará. Inclua-se:</p>
<p>Nº 146</p>	<p>Cr\$</p>
<p>09.02.01 – Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas. 3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social. 3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento. 3.1.03 – Desenv. da Produção. Acrescente-se:</p>	<p>1) Instalação de um Pôsto Florestal em Acaraú..... <u>5.000.000,00</u> 2) Estação Experimental de Itaperi... <u>1.000.000,00</u> Total..... <u>6.000.000,00</u></p>
<p>Cr\$</p>	<p>Nº 149</p>
<p>Desenvolvimento dos trabalhos técnico-agronômicos em cooperação com o Instituto Agrônômico da Secretaria da Agricultura do Estado de S. Paulo, em Campinas <u>32.000.000,00</u></p>	<p>09.02.02 – Instituto de Ecologia e Experimentação Agrícola. 3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social. 3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento. 3.1.03 – Desenv. da Produção. 15) Paraíba.</p>
<p>Nº 147</p>	
<p>09.02.01 – Serviço Nacional de Pesquisas Agronômicas. (Órgão Central). 3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p>	

Destaque-se:

1) Sendo, Cr\$ 4.000.000,00 para pesquisa e experimentação do milho híbrido e palma, no Estado da Paraíba.

Nº 150

09.02.02 – Instituto de Ecologia e Experimentação Agrícola.

3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e social.

3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.

3.1.17 – Acordos.

Inclua-se:

Cr\$

Acôrdio com o Estado de Pernambuco, Instituto do Açúcar e do Alcool e Cooperativa dos Uzineiros de Pernambuco, para pesquisa e experimentos sôbre cana de açúcar.....	2.000.000,00
---	--------------

N° 151

09.02.02 – Instituto de Ecologia e Experimentação Agrícola.

3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e

3.1.03 – Desenv. da Produção.

Inclua-se:

Cr\$

Despesa de qualquer natureza com o desenvolvimento da cultura da uva em Garanhuns, Pernambuco.....	1.000.000,00
--	--------------

Nº 152

09.02.02 – Instituto de Ecologia e Experimentação Agrícola.

3.1.00 –;Serviços em Regime Especial de Financiamento.

3.1.03 – Desenv. da Produção.

-26) Sergipe.

-Inclua-se:

Cr\$

Despesa de qualquer natureza com o fomento da cultura do côco no Município de Estância em colaboração com a Prefeitura local...	1.000.000,00
---	--------------

N° 153

09.02.03 – Instituto de Fermentação.

1.0:00 – Custeio.

1.5.00 – Serviços. de Terceiros.

1.5.12 – Aluguéis de Imóveis.

05) Bahia.

Onde se diz:

Cr\$ 1.922.400,00.

Diga se:

Cr\$ 1.982.000,00.

N° 154

09.02.10 – Instituto Agronômico do Sul.

2.0.00 – Transferências.

2.1.00 – Auxílios e Subvenções.

2.1.01 – Auxílios.

7) Outras Entidades.

Onde se diz:

Cr\$

Diretório Acadêmico da Escola de	
Agronomia Eliseu Maciel.....	40.000,00

Diga-se:

Diretório Acadêmico da Escola de	
Agronomia Eliseu Maciel.....	70.000,00

<p>Nº 155</p> <p>09.02.03 – Instituto de Fermentação. 3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social. 3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento. 3.1.03 – Desenv. da Produção.</p> <p>Cr\$</p> <p>8) Realizações etc..... <u>5.000.000,00</u></p> <p>Modifique-se para:</p> <p>Cr\$</p> <p>8) Realizações etc, a ser feito em convênio com as Secretarias de Agricultura do Nordeste..... <u>10.000.000,00</u></p>	<p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento. 3.1.03 – Desenv. da Produção. Inclua-se:</p> <p>Cr\$</p> <p>Desenvolvimento da cultura da videira em Petrolina, mediante convênio com a Prefeitura Municipal <u>1.000.000,00</u></p>
<p>Nº 156</p> <p>09.02.03 – Instituto de Fermentação. 3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social. 3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento. 3.1.03 – Desenv. da Produção. Acrescente-se: Alínea...</p> <p>Cr\$</p> <p>Despesas de qualquer natureza com a instalação, inclusive obras e manutenção da Estação Experimental de Aracati, para estudos do suco e outros subprodutos do caju..... <u>2.000.000,00</u></p>	<p>Nº 159</p> <p>09.02.03 – Instituto de Fermentação. 3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social. 3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento. 3.1.03 – Desenv. da Produção.</p> <p>Cr\$</p> <p>Para a instalação de um posto vitivinícola em Nova Trento, Estado de Santa Catarina..... <u>500.000,00</u></p>
<p>Nº 158</p> <p>09.02.03 – Instituto de Fermentação. 3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p>	<p>Nº 160</p> <p>09.02.03 – Instituto de Fermentação. 3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social. 3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento. 3.1.03 – Desenv. da Produção. Acrescente-se:</p> <p>Despesas de qualquer natureza com a construção e instalação de uma Estação Experimental de Ecologia em Barretos, São Paulo,</p>

Cr\$	Cr\$
mediante convênio com a Associação dos Pecuaristas do Vale do Rio Grande..... <u>2.500.000,00</u>	2) Despesas de qualquer natureza para instalação e manutenção de um campo experimental de laranjeiras e outras fruteiras no Município de Estância em convênio com a Prefeitura local. <u>1.000.000,00</u>
Nº 161	Nº 163
09.02.03 – Instituto de Fermentação.	09.02.04 – Instituto de óleos.
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.	3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.	3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.
3.1.03 – Desenv. da Produção.	3.1.03 – Desenv. da Produção.
Acrescente-se:	Acrescente-se:
Cr\$	Cr\$
Despesas de qualquer natureza com o desenvolvimento dos trabalhos e instalações, inclusive obras, de uma Estação de Ecologia em São Roque, Estado de São Paulo..... <u>1.000.000,00</u>	5) Despesas de qualquer natureza com pesquisas científicas, tecnológicas e industriais, através da Escola de Agronomia do Ceará, sobre cêra de carnaúba..... <u>3.000.000,00</u>
Nº 162	Nº 164
09.02.03 – Instituto de Fermentação.	09.02.04 – Instituto de óleos.
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.	3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.	3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.
3.1.03 – Desenv. da Produção.	3.1.03 – Desenv. da Produção.
Inclua-se:	Inclua-se:
Cr\$	
1)-Despesas de qualquer natureza para instalação e manutenção de um campo experimental de cana de açúcar em Carmópolis, mediante convênio com a Prefeitura local..... <u>1.000.000,00</u>	Instituto Brasileiro de Inventores (I.B.I.), com sede no Distrito Federal, para despesas de qualquer natureza com

<p>pesquisas científicas, tecnológicas e industriais..... <u>Cr\$ 2.000.000,00</u></p>	
<p>Nº 165</p>	
<p>09.02.04 – Instituto de óleos. 3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social. 3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento. 3.1.03 – Desenv. da Produção. Acrescente-se:</p>	<p>3) Despesas de qualquer natureza com pesquisas tecnológicas de controle espectrográfico de óleos e cêras vegetais..... <u>Cr\$ 250.000,00</u></p>
<p>Despesas de qualquer natureza com pesquisas, experimentação e fomento das culturas oleaginosas de valor econômico: Carnaúba, tucum, dendê, côco, licuri, mamona, oliveira, amendoim, gergelim, soja e outros oleaginosos, realizados mediante Plano de Trabalho organizado e executado como determina o Decreto nº 42.655, de 18 de novembro de 1957 <u>Cr\$ 10.000.000,00</u></p>	<p>Nº 167</p>
<p>Nº 166</p>	<p>09.02.04 – Instituto de óleos. 3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social. 3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento. 3.1.03 – Desenv. da Produção. Inclua-se:</p>
<p>09.02.04 – Instituto de óleos. 3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social. 3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento. 3.1.03 – Desenv. da Produção. Acrescente-se:</p>	<p>Despesas de qualquer natureza com a experimentação e aquisição de máquinas de quebrar coquinhos oleaginosos e secadores para folhas de carnaubeiras e licuri, inclusive prêmios aos inventores, fabricantes e industriais..... <u>Cr\$ 6.000.000,00</u></p>
<p>1) Despesas de qualquer natureza com realização de pesquisas científicas e tecnológicas sobre oleaginosos etc <u>Cr\$ 2.000.000,00</u></p>	<p>Nº 168</p>
	<p>09.02.04 – Instituto de óleos. 3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social. 3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento. 3.1.17 – Acordos. Acrescente-se:</p>
	<p>3) Alemanha, Espanha, França, Itália, e países sul-americanos.. <u>Cr\$ 5.500.000,00</u></p>

<p>Nº 169</p> <p>09.02.04 – Instituto de óleos. 3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social. 3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento. 3.1.17 Acordos. 26) Sergipe. Inclua-se:</p> <p>Cr\$</p> <p>1) Execução de acordos de assistência técnica com a Associação Rural de Estância destinados à realização de pesquisas sobre a industrialização do côco da Bahia..... <u>2.000.000,00</u></p>	<p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento. 3.1.17 – Acordos. Inclua-se:</p> <p>Cr\$</p> <p>Despesa de qualquer natureza, para realização de estudos, pesquisas e experiências práticas sobre a solubilização dos fosfatos naturais e por meio das vinhaças, produtos acéticos do babaçú e da madeira e por interferência biológica, em colaboração com o Instituto de Tecnologia Industrial de Minas Gerais e a CAMIG, órgãos técnicos controlados pela Estado ... <u>15.000.000,00</u></p>
<p>Nº 170</p> <p>09.02.05 – Instituto de Química Agrícola. 3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social. 3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento. 3.1.17 – Acordos.</p> <p>Cr\$</p> <p>Despesa de qualquer natureza para produção de inseticidas, em cooperação com o Estado de Minas Gerais e sob a orientação do Instituto de Tecnologia Industrial e da CAMIG, órgãos técnicos controlados pelo Governo do Estado..... <u>12.000.000,00</u></p>	<p>Nº 172</p> <p>09.02.06 – Instituto Agrônomo do Leste. 3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social. 3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento. 3.1.03 – Desenv. da Produção. Acrescentar:</p> <p>Cr\$</p> <p>Construção, instalação e manutenção de uma estação experimental da Oliveira, em Goiás <u>2.000.000,00</u></p>
<p>Nº 171</p> <p>09.02.05 – Instituto de Química Agrícola. 3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p>	<p>Nº 173</p> <p>09.02.06. – Instituto Agrônomo do Leste. 3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p>

3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.	Acrescente-se:
3.1.03 – Desenv. da Produção. 26) Sergipe. Inclua-se:	Cr\$
<p>Manutenção e ampliação dos serviços de seleção, plantio e distribuição de mudas de coqueiro da Associação Rural de Estância 500.000,00</p> <p>Aquisição e instalação de fábrica de farinha de mandioca para os municípios sergipanos de Maroim, Riachuelo, Carmópolis e Estância, através de suas respectivas Associações Rurais, sendo Cr\$ 250.000,00 para cada fábrica <u>1.000.000,00</u></p> <p>Total <u>1.500.000,00</u></p>	<p>Construção de uma barragem sobre o Rio Mundaú e instalação de um sistema de irrigação na Estação Experimental de União dos Palmares – Alagoas..... 2.5000.000,00</p> <p>Nº 176</p> <p>09.02.07 – Instituto Agrônômico do Nordeste. 3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social. 3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento. 3.1.03 – Desenv. da Produção. Inclua-se:</p> <p>Cr\$</p>
<p>Nº 174</p> <p>09.02.07 – Instituto Agrônômico do Nordeste. 1.0.00 – Custeio. 1.1.00 – Pessoal Civil. 1.1.06 – Substitua-se: Na Subconsignação 1.1.06 – Contratados, leia-se: 1.1.05 – Contratados.</p>	<p>Despesa de qualquer natureza com o prosseguimento da instalação do "Centro Regional de Treinamento para o Nordeste" na área da sede do Instituto Agrônômico do Nordeste 10.000.000,00</p>
<p>Nº 175</p> <p>09.02.07 – Instituto Agrônômico do Nordeste. 3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social. 3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento. 3.1.03 – Desenv. da Produção. 02) Alagoas.</p>	<p>Nº 177</p> <p>09.02.07 – Instituto Agrônômico do Nordeste. 3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social. 3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento. 3.1.03 – Desenv. da Produção. Inclua-se:</p> <p>Conclusão das obras do conjunto Residencial dos Servidores da Estação.....</p>

Cr\$		Justificação
Experimental de Itapirema – Pernambuco	<u>1.500.000,00</u>	Tem sido muito útil a iniciativa do Ministério da Agricultura no sentido de instalar fábricas de farinha em alguns Estados. Alagoas foi pouco contemplada e é justo que se destaque no Orçamento uma dotação para corrigir a deficiência. – <i>Rui Palmeira</i> .
Nº 178		
09.02.07 – Instituto Agronômico do Nordeste. 3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social. 3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento. 3.1.03 – Desenv. da Produção. Inclua-se:		Nº 180
Cr\$		09.02.07 – Instituto Agronômico do Nordeste. 3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social. 3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento. 3.1.03 – Desenv. da Produção. 02) Alagoas. Inclua-se:
Ampliação do açude de abastecimento d'agua para irrigação das culturas experimentais	<u>2.000.000,00</u>	
Nº 179		
09.02.07 – Instituto Agronômico do Nordeste. 3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social. 3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento. 3.1.03 – Desenv. da Produção. Inclua-se: Aquisição ou instalação de Fábricas de Farinha nos seguintes Municípios:		Cr\$
Cr\$		Instalação de uma usina de beneficiar arroz em Pôrto Calvo – Alagoas 500.000,00
Nº 181		
09.02.07 – Instituto Agronômico do Nordeste. 3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social. 3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento. 3.1.03 – Desenv. da Produção. 02) Alagoas. Inclua-se:		
Cr\$		Cr\$
Instalação de uma usina de beneficiar arroz em Coruripe		<u>500.000,00</u>
Nº 182		
09.02.07 – Instituto Agronômico do Nordeste. 3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.		

3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.	dras, Cr\$ 1.400.000,00, aumente-se a dotação para
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.	Cr\$ 2.800.000,00.
3.1.03 – Desenv. da Produção.	Nº 184
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.	09.02.07 – Instituto Agronômico do Nordeste.
3.1.03 – Desenv. da Produção.	3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.
Inclua-se:	3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.
	3.1.03 – Desenv. da Produção.
	Inclua-se:
Cr\$	Cr\$
Despesas de qualquer natureza com a instalação e manutenção mediante acôrdo com as Prefeituras da União dos Palmares, Santana do Ipanema, Delmiro de Viçosa, em Alagoas, de campos experimentais para uniformização de algodão Arbóreo e Herbáceo	Auxílio a Associação Rural de Itapipoca, Estado do Ceará para aquisição e montagem de uma moderna fábrica para beneficiamento de algodão e óleos.....
3.000.000,00	5.000.000,00
<i>Justificação</i>	Nº 185
É tarefa das mais importantes a que se procura realizar através da <i>emenda – Rui Palmeira. – Freitas Cavalcanti.</i>	09.02.07 – Instituto Agronômico do Nordeste.
	3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.
	3.1.03 – Desenv. da Produção.
	Inclua-se:
Nº 183	Cr\$
09.02.07 – Instituto Agronômico do Nordeste.	9) Despesas de qualquer natureza para o desenvolvimento dos trabalhos da Subestação Experimental de Barbalha, no Ceará.....
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.	500.000,00
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.	
3.1.03 – Desenv. da Produção.	Nº 186
Onde se lê:	09.02.07 – Instituto Agronômico do Nordeste.
Instalação de casas de farinha nos Municípios de Colégio, União dos Palmares, Água Branca, Feira Grande, Maragogi, Pôrto de Pe-	3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.
	3.1.00 – Serviços em Regime

Especial de Financiamento.
3.1.03 – Desenv. da Produção.
Inclua-se:

	Cr\$
Despesas de qualquer natureza com a instalação e manutenção de campos experimentais p/ uniformização das fibras de algodão arbóreo e herbáceo, em convênio com o Estado do Ceará	3.000.000,00
Despesas de qualquer natureza para a instalação e manutenção de campos experimentais para a cultura racional do côco-da-Bahia, em convênio com o Estado	3.000.000,00
Total	6.000.000,00

Nº 187

09.02.07 – Instituto Agronômico do Nordeste.
4.0.00 – Investimentos.
4.1.00 – Obras.
4.1.03 – Prosseguimento e conclusão de obras.
Aumente-se para Cr\$ 3.000.000,00.

Ampliação do açude para abastecimento d'água para irrigação das culturas experimentais do Instituto.

Nº 188

09.02.07 – Instituto Agronômico do Nordeste.
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.
Inclua-se:

Despesas de qualquer natureza com a instalação de uma fábrica de farinha mecânica no Pôsto	
--	--

de Assistência e Colonização da Diocese de Petrolina, mediante convênio 500.000,00

Nº 189

09.02.07 – Instituto Agronômico do Nordeste.
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.
3.1.03 – Desenv. da Produção.
Inclua-se:

Cr\$

Despesas de qualquer natureza com a aquisição e manutenção de um plantel de gado leiteiro para realização de estudos a cargo da Escola Rural N. S. Auxiliadora de Petrolina, mediante convênio 600.000,00

Nº 190

09.02.07 – Instituto Agronômico do Oeste.
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.
3.1.03 – Desenv. da Produção.
13) Minas Gerais.

Cr\$

Desenvolvimento da Produção de Melhoramento da Cultura do Café, em convênio com o Estado de Minas Gerais..... 15.000.000,00

Nº 191

09.03 – Superintendência de Edifícios e Parques.
1.0.00 – Custeio.
1.5.00 – Serviços de Terceiros.
1.5.11 – Telefone, telefonemas, telegramas, radiogramas, porte postal e assinaturas de caixas postais.

Cr\$

Aumente-se de Cruzeiros
300.000,00 para 700.000,00

Nº 192

09.05 – Universidade Rural.
2.0.00 – Transferências.
2.1.00 – Auxílios e Subvenções.
7) Outras Entidades.
Acrescente-se:

Cr\$

4) Diretório Central dos Estudantes de Agronomia do Brasil 500.000,00

Nº 193

09.05 – Universidade Rural.
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.
3.1.03 – Desenv. da Produção.
2) Desenvolvimento da produção de núcleos de agricultura, zootecnia, indústrias rurais da Escola Agrotécnica Ildelfonso Simões Lopes.
Onde se lê:
Cr\$ 2.600.000,00.
Leia-se:
Cr\$ 3.500.000,00.

Nº 194

10 – Departamento Nacional da Produção Animal. (Despesa Ordinária).
1.0.00 – Custeio.
1.3.00 – Serviços de Terceiros.
1.5.14 – Outros Serviços Contratuais.
1) Manutenção de registros genealógicos, mediante contrato:
Onde se lê:

Cr\$

6) A Associação de Registro Genealógico da Raça "Schwitz" do Brasil..... 100.000,00

Leia-se:

Cr\$

6) A Associação de Registro Genealógico da Raça "Schwitz" do Brasil..... 200.000,00

Nº 195

10 – Departamento Nacional da Produção Animal.
1.0.00 – Custeio.
1.5.00 – Serviços de Terceiros.
1.5.14 – Outros Serviços Contratuais.
Onde se lê :

Cr\$

13) Associação de Criadores de Gado Holandês do Rio Grande do Sul 80.000,00

Leia-se:

Cr\$

13) Associação de Criadores de Gado Holandês do Rio Grande do Sul..... 350.000,00

<p>Nº 197</p> <p>10 – Departamento Nacional da Produção Animal</p> <p>1.0.00 – Custeio.</p> <p>1.5.00 – Serviços de Terceiros.</p> <p>1.5.14 – Outros Serviços Contratuais.</p> <p>À Associação Paulista de Criadores de Bovinos – Cr\$ 100.000,00.</p> <p>Aumente-se para:</p> <p>Cr\$ 1.000.000,00.</p>	<p>Cr\$</p> <p>8) Pavimentação, instalação de silo para forragens e obras diversas no recinto do Parque de Exposições Getúlio Vargas, da Sociedade Rural de Curvelo, em Curvelo – Minas 1.5000.000,00</p> <p>Total <u>2.300.000,00</u></p>
<p>Nº 198</p> <p>10 – Departamento Nacional da Produção Animal.</p> <p>1.0.00 – Custeio.</p> <p>1.6.00 – Encargos Diversos.</p> <p>1.6.14 – Exposições, Congressos e Conferências.</p> <p>02) Alagoas.</p> <p>Inclua-se:</p> <p>Cr\$</p> <p>Construção do Parque Exposição em Batalha..... <u>1.000.000,00</u></p>	<p>Nº 200</p> <p>10 – Departamento Nacional da Produção Animal.</p> <p>1.0.00 – Custeio.</p> <p>1.6.00 – Encargos Diversos.</p> <p>1.6.14 – Exposições, Congressos e Conferências.</p> <p>Inclua-se:</p> <p>Cr\$</p> <p>Para a Grande Exposição Nacional que será realizada em Recife, em outubro de 1959 <u>5.000.000,00</u></p>
<p>Nº 199</p> <p>10 – Departamento Nacional da Produção Animal.</p> <p>1.0.00 – Custeio.</p> <p>1.6.00 – Encargos Diversos.</p> <p>1.6.14 – Exposições, Congressos e Conferências.</p> <p>Inclua-se:</p> <p>Cr\$</p> <p>7) Exposição Regional Agropecuária e Industrial a ser promovida, pela Sociedade Rural de Curvelo e Congresso Regional de Pecuária de corte, em Curvelo – Minas..... 800.000,00</p>	<p>Nº 201</p> <p>10 – Departamento Nacional da Produção Animal.</p> <p>1.0.00 – Custeio.</p> <p>1.6.00 – Encargos Diversos.</p> <p>1.6.14 – Exposições, Congressos e Conferências.</p> <p>Inclua-se:</p> <p>Cr\$</p> <p>5) Exposição de animais e produtos derivados, comemorativa do 1º Centenário da cidade de Bagé (Rio Grande do Sul), promovida pela Associação Rural de Bagé .. <u>5.000.000,00</u></p>

Nº 202

Inclua-se:

Cr\$

10 – Departamento Nacional da Produção Animal.

1.0.00 – Custeio.

1.6.00 – Encargos Diversos 1.6.23 – Reaparelhamento e desenvolvimento de programas, serviços e trabalhos específicos

2) Instalação e complementação de Postos Agropecuários nos seguintes Estados e Territórios.

25) São Paulo

Inclua-se:

Para continuar a construção do Parque de Exposição Agropecuária de Formiga, Minas Gerais.....

2.000.000,00

Nº 205

10 – Departamento Nacional da Produção Animal.

1.0.00 – Custeio.

1.6.00 – Encargos Diversos.

1.6.24 – Diversos.

Onde se lê:

Cr\$

Nº 203

10 – Departamento Nacional da Produção Animal.

1.0.00 – Custeio.

1.6.23 – Reaparelhamento e desenvolvimento de programas, serviços e trabalhos específicos.

Redija-se assim o item 1:

1) Despesa de qualquer natureza a com- a realização de cursos permanentes no Instituto de Laticínios "Cândido Tostes", em Juiz de Fora, Minas Gerais, em colaboração com o DIPOA, para retireiros, operários de fábricas de laticínios, industriais, funcionários do Ministério da Agricultura etc 800.000,00

Aumente-se o quantitativo da verba para 1.200.000,00

Nº 204

10 – Departamento Nacional da Produção Animal.

1.0.00 – Custeio.

1.6.00 – Encargos Diversos.

1.6.24 – Diversos.

13) – Minas Gerais.

Nº 205-A

07.04.02 – Divisão de Orçamento.

2.0.00 – Transferências.

2.1.00 – Auxílios e Subvenções.

2.1.03 – Subvenções Extraordinárias.

26) Sergipe.

	Cr\$
Pôsto Agropecuário de Caconde, para continuação da instalação	3.000.000,00

	Cr\$
Manutenção dos Entrepósitos de Pesca de Recife, João Pessoa e Penedo	5.000.000,00

Acrescente-se:		Nº 207	
	Cr\$	10 – Departamento Nacional da Produção Animal.	
Associação Rural de Indiaraba – Sergipe	100.000,00	3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.	
Associação Rural de Ribeirópolis – Ribeirópolis – Sergipe	100.000,00	3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.	
Associação Rural de Itabaiana Itabaiana – Sergipe.	100.000,00	3.1.02– Defesa Sanitária Animal e Vegetal.	
Associação Rural de Riachão do Dantas – Riachão do Dantas Sergipe.....	100.000,00	Inclua-se:	
Associação Rural de S. Cristóvão – S. Cristóvão – Sergipe	100.000,00		Cr\$
Associação Rural de Laranjeiras – Laranjeiras – Sergipe	100.000,00	Despesas de qualquer natureza com a construção e instalação de um Pôsto de Vigilância Sanitária Animal, em Penedo, inclusive da Casa do Lavrador	<u>1.000.000,00</u>
Associação Rural de Santa Rosa de Lima – Santa Rosa de Lima – Sergipe	100.000,00		
Associação Rural de Divina Pastora Município de Divina Pastora – Sergipe.	<u>100.000,00</u>		
Total	<u>800.000,00</u>		
Nº 206		Nº 208	
10 – Departamento Nacional da Produção Animal.		10 – Departamento Nacional da Produção Animal.	
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.		3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.	
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.'		3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.	
3.1.02– Defesa Sanitária Animal; e Vegetal.		3.1.02 – Defesa Sanitária Animal e Vegetal.	
Inclua-se:		Inclua-se:	
	Cr\$		Cr\$
Instalação do Pôsto de Defesa Sanitária Animal, em Piranhas	<u>300.000,00</u>	Instalação de um Pôsto de Vigilância Sanitária Animal em Limoeiro de Anadia	<u>300.000,00</u>
		Nº 209	
		10 –Departamento Nacional da Produção Animal.'	
		3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.	
		3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.	

3.1.02 – Defesa Sanitária Animal e Vegetal. 02) Alagoas.	Cr\$	do Instituto Biológico da Bahia e para ampliação de suas atividades .	Cr\$	3.000.000,00
Para a Sociedade de Agronomia e Veterinária de Alagoas	Cr\$		Nº 212	
	100.000,00		10 – Departamento Nacional da Produção Animal.	
Nº 210			3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.	
10 – Departamento Nacional da Produção Animal.			3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.	
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.			3.1.02 – Defesa Sanitária Animal e Vegetal.	
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.			06) Ceará.	
3.1.02 – Defesa Sanitária Animal e Vegetal. 02) Alagoas.			Inclua-se:	
	Cr\$			Cr\$
Despesas de qualquer natureza com a construção e instalação de um Pôsto de Vigilância Animal, em Santana de Ipanema, Alagoas	Cr\$		1) Execução das leis, regulamentos e demais disposições federais, sôbre a inspeção de produtos de natureza animal, em colaboração com o Estado do Ceará	2.000.000,00
	500.000,00		2) Pôsto de vigilância sanitária animal, em Quixadá.	1.000.000,00
Nº.211			Total	3.000.000,00
10 – Departamento Nacional da Produção Animal 3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.			Nº 213	
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.			10 – Departamento Nacional da Produção Animal.	
3.1.02 – Defesa Sanitária Animal e Vegetal. Acrescente-se:			3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.	
Para defesa sanitária animal, em convênio com o Estado da Bahia, através			3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.	
			3.1.02 - Defesa Sanitária Animal e Vegetal.	
			Inclua-se, onde couber:	
			Despesa de qualquer natureza para defesa sanitária dos	

Cr\$		Acrescente-se:	
Postos e do Serviço de Inseminação Artificial de Soure e Arariuna, na Ilha de Marajó, Estado do Pará, do Instituto de Zootecnia.....		Cr\$	
	300.000,00	Despesa de qualquer natureza com a manutenção do Posto de Vigilância Sanitária Animal em Campina Grande – Paraíba	
Nº 214			<u>1.000.000,00</u>
10 – Departamento Nacional da Produção Animal.		Nº 216	
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.		10 – Departamento Nacional da Produção Animal.	
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.		3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.	
3.1.02 – Defesa Sanitária Animal e Vegetal.		3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.	
Inclua-se:		3.1.02 – Defesa Sanitária Animal e Vegetal.	
Cr\$		16) Paraná.	
19) Despesas de qualquer natureza com dois postos de Vigilância Sanitária Animal a cargo dos Postos de Inseminação Artificial de Arariuna e Soure, na Ilha de Marajó, Estado do Pará, e orientação do Instituto de Zootecnia		Inclua-se:	
	600.000,00	Cr\$	
Nº 215		Para a Associação Paranaense de Criadores Bovinos	
10 – Departamento Nacional da Produção Animal.			<u>3.000.000,00</u>
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.		Nº 217	
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.		10 – Departamento Nacional da Produção Animal.	
3.1.02 – Defesa Sanitária Animal e Vegetal.		3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.	
Inclua-se:		3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.	
Cr\$		3.1.02 – Defesa Sanitária Animal e Vegetal.	
Despesas de qualquer natureza com a ampliação, produção de vacinas, do Laboratório Regional do Instituto de Biologia Animal do Recife		Inclua-se:	
		Cr\$	
		Despesas de qualquer natureza com a ampliação, produção de vacinas, do Laboratório Regional do Instituto de Biologia Animal do Recife	
			<u>5.000.000,00</u>

<p>Nº 218</p> <p>10 – Departamento Nacional da Produção Animal.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.03 – Desenv. da Produção.</p> <p>02) Alagoas.</p> <p>Inclua-se:</p> <p>Casa de Saúde Lessa de Azevedo para prestação de serviços médico-cirúrgicos aos pescadores, mediante convênio, aumente-se para.....</p> <p>Cr\$ <u>1.000.000,00</u></p>	<p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.03 – Desenv. da Produção.</p> <p>02) Alagoas.</p> <p>Inclua-se:</p> <p>Cr\$</p> <p>Para instalação de Postos Agropecuários em Batalha, Jacará dos Homens, Dois Riachos, Cacimbinhas e Major Isidoro.....</p> <p><u>1.500.000,00</u></p>
<p>Nº 219</p> <p>10 – Departamento Nacional da Produção Animal.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.03 – Desenv. da Produção.</p> <p>Cr\$</p> <p>1) Para formação de plantéis de gado Holandês e Zebu, destinados à produção de reprodutores, nos Postos Agropecuários da Inspetoria Regional de Fomento Agrícola, de Alagoas.....</p> <p><u>5.000.000,00</u></p>	<p>Nº 221</p> <p>10 – Departamento Nacional da Produção Animal.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.03 – Desenv. da Produção.</p> <p>Cr\$</p> <p>Despesa de qualquer natureza com a construção e instalação de um Pôsto de Vigilância Sanitária Animal em Ôlho d'Água das Flores, Estado de Alagoas.....</p> <p><u>400.000,00</u></p>
<p>Nº 220</p> <p>10 – Departamento Nacional da Produção Animal.</p>	<p>Nº 222</p> <p>10 – Departamento Nacional da Produção Animal.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.03 – Desenv. da Produção.</p> <p>02) Alagoas.</p>

Instalação de ambulatório nas Colônias de Pescadores de Pajuçara, Ponta da Barra e Bebedouro.....	1.000.000,00
---	--------------

Inclua-se:

Pôsto de suíno-cultura em Atalaia, mediante convênio com a Associação Rural.....	1.000.000,00
--	--------------

Inclua-se:

Instalação e manutenção de um Pôsto de Recepção de Pescado em Jequiá da Praia, mediante convênio com a Colônia de Pescadores.....	500.000,00
---	------------

Inclua-se:

Total.....	500.000,00
------------	------------

Inclua-se:

Colônia de Pescadores de Pôsto da Rua, para remédios e material para o ambulatório.....	100.000,00
---	------------

<p>Colônia de Pescadores de Pilar, para remédios e material para ambulatório..... 100.000,00</p> <p>Colônia de Pescadores de Jequiá da Praia, para remédios e material para o ambulatório..... 100.000,00</p> <p>Colônia de Pescadores de Pontal de Coruripe, para remédios e material para o ambulatório..... 100.000,00</p> <p>Colônia de Pescadores de Coqueiro Sêco, para remédios e material para o ambulatório..... 100.000,00</p> <p>Colônia de Pescadores de Pontal da Barra (Maceió), para remédios para o ambulatório..... 100.000,00</p> <p>Total..... <u>600.000,00</u></p>	<p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social. 3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento. 3.1.03 – Desenv. da Produção. 02) Alagoas. Inclua-se:</p> <p>Cr\$</p> <p>Para instalação de uma Granja Modelo em São Miguel dos Campos, Alagoas..... <u>3.000.000,00</u></p> <p>Nº 229</p> <p>10 – Departamento Nacional da Produção Animal. 3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social. 3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento. 3.1.03 – Desenv. da Produção. Inclua-se:</p>
<p>Nº 227</p> <p>10 – Departamento Nacional da Produção Animal. 3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social. 3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento. 3.1.03 – Desenv. da Produção. 02) Alagoas. Acrescente-se:</p> <p>Cr\$</p> <p>Escola de Pesca de Alagoas, em convênio com Abrigo Cristo Redentor..... <u>2.000.000,00</u></p>	<p>Nº 230</p> <p>10 – Departamento Nacional da Produção Animal. 3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social. 3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento. 3.1.03 – Desenv. da Produção. Inclua-se:</p> <p>Cr\$</p> <p>Escola de Pescadores da Colônia de Pajuçara, Alagoas..... <u>100.000,00</u></p>
<p>Nº 228</p> <p>10 – Departamento Nacional da Produção Animal.</p>	<p>Cr\$</p> <p>Para prosseguimento das instalações da Fazenda Experimental de Criação de União dos Palmares..... 2.000.000,00</p>

<p>Nº 231</p> <p>10 – Departamento Nacional da Produção Animal.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.03 – Desenv. da Produção.</p> <p>Inclua-se:</p> <p>Despesas de qualquer natureza com o fomento à cultura da Palma forrageira, no Município de Anádia, no Estado de Alagoas.....</p> <p>Cr\$ 1.000.000,00</p>	<p>Inclua-se:</p> <p>Aquisição de arame farpado e grampos para cercas, destinados à revenda aos criadores etc. Inclua-se Alagoas, aumentando a dotação em.....</p> <p>Cr\$ 1.500.000,00</p>
<p>Nº 232</p> <p>10 – Departamento Nacional da Produção Animal.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.03 – Desenv. da Produção.</p> <p>Inclua-se:</p> <p>Instalação e manutenção de um Posto de Apicultura, em S. José da Laje, mediante convênio com a Associação Rural.....</p> <p>Cr\$ 500.000,00</p>	<p>Nº 234</p> <p>10 – Departamento Nacional da Produção Animal.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.03 – Desenv. da Produção.</p> <p>Inclua-se:</p> <p>Manutenção das Escolas nas Colônias de Pescadores.....</p> <p>Cr\$ 16.000.000,00</p>
<p>Nº 233</p> <p>10 – Departamento Nacional da Produção Animal.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.03 – Desenv. da Produção.</p>	<p>Nº 235</p> <p>10 – Departamento Nacional da Produção Animal.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.03 – Desenv. da Produção.</p> <p>Melhoramentos a serem executados no Parque de Exposição Animal, em Maceió – Alagoas – constantes de pista para desfile de animais, arquibancada, banheiros, sanitários para tratadores e pavilhões para manutenção de animais.....</p> <p>Cr\$ 6.000.000,00</p>

<p>Nº 236</p> <p>10 – Departamento Nacional da Produção Animal.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.03 – Desenv. da Produção.</p> <p>Inclua-se:</p> <p>Cr\$</p> <p>Despesas de qualquer natureza com o desenvolvimento da cultura da Palma no Pôsto Zootécnico de Igaci, Município de Palmeira dos Índios – Alagoas..... <u>1.500.000,00</u></p>	<p>Inclua-se:</p> <p>Cr\$</p> <p>Despesas de qualquer natureza com o fomento à cultura da Palma forrageira nos Municípios de Major Isidoro, Batalha e Pão de Açúcar, no Estado de Alagoas..... <u>2.000.000,00</u></p>
<p>Nº 237</p> <p>10 – Departamento Nacional da Produção Animal.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.03 – Desenv. da Produção.</p> <p>Cr\$</p> <p>Despesas de qualquer natureza com a conclusão das instalações do Pôsto Agrostológico de Anádia..... <u>1.000.000,00</u></p>	<p>Nº 239</p> <p>10 – Departamento Nacional da Produção Animal.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.03 – Desenv. da Produção.</p> <p>02) Alagoas.</p> <p>Cr\$</p> <p>Desenvolvimento da avicultura, em cooperação com a Associação Rural de Rio Largo..... <u>1.000.000,00</u></p>
<p>Inclua-se:</p> <p>Nº 238</p> <p>10 – Departamento Nacional da Produção Animal.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.03 – Desenv. da Produção.</p>	<p>Nº 240</p> <p>10 – Departamento Nacional da Produção Animal.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.03 – Desenv. da Produção.</p> <p>Inclua-se:</p> <p>Cr\$</p> <p>Instalação de um Pôsto de criação de suínos em cooperação com a Associação Rural de Marechal Deodoro..... <u>500.000,00</u></p>

<p>Nº 241</p> <p>10 – Departamento Nacional da Produção Animal.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.03 – Desenv. da Produção.</p> <p>02) Alagoas.</p> <p>Inclua-se:</p>	<p>Inclua-se:</p> <p>Cr\$</p> <p>Despesa de qualquer natureza com a construção e instalação do Posto de Vigilância Sanitária Animal, em Palmeira dos Índios, Alagoas..... <u>800.000,00</u></p>
<p>Cr\$</p> <p>Pôsto Agropecuário em Quebrângulo – Alagoas..... <u>3.000.000,00</u></p>	<p>Nº 244</p> <p>10 – Departamento Nacional da Produção Animal.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.03 – Desenv. da Produção.</p> <p>05) Bahia.</p> <p>Inclua-se:</p>
<p>Nº 242</p> <p>10 – Departamento Nacional da Produção Animal.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.03 – Desenv. da Produção.</p> <p>Inclua-se:</p>	<p>Cr\$</p> <p>Para construção de um Frigorífico para peixe e carne, em Salvador, em convênio com o Estado da Bahia..... <u>20.000.000,00</u></p>
<p>Cr\$</p> <p>Construção do prédio do Ambulatório de Pescadores de Jequiá da Praia..... <u>300.000,00</u></p>	<p>Nº 245</p> <p>10 – Departamento Nacional da Produção Animal.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.03 – Desenv. da Produção.</p> <p>Inclua-se, onde couber.</p> <p>05) Bahia.</p>
<p>Nº 243</p> <p>10 – Departamento Nacional da Produção Animal.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.03 – Desenv. da Produção.</p>	<p>Despesas de qualquer natureza com a instalação e cons-</p>

<p>Cr\$</p> <p>trução da Estação Experimental de Pecuária de Corte, em Itapetinga.... <u>10.000.000,00</u></p>	<p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento. 3.1.03 – Desenv. da Produção. 162) Redija-se: Alínea...</p>
<p>Nº 246</p>	<p>Cr\$</p>
<p>10 – Departamento Nacional da Produção Animal. 3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social. 3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento. 3.1.03 – Desenv. da Produção. Inclua-se:</p>	<p>Plano de Assistência Social e Econômica aos Pescadores do Nordeste, sendo Cr\$ 1.000.000,00 para o Pôsto de Recepção de Pescado de Aracati – Ceará..... <u>10.000.000,00</u></p>
<p>Cr\$</p>	<p>Nº 249</p>
<p>Para instalação de um frigorífico destinado à conservação do pescado na Colônia de Pescadores de Arembepe, em Camaçari – Bahia <u>2.000.000,00.</u></p>	<p>10 – Departamento Nacional da Produção Animal.</p>
<p>Nº 247</p>	<p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social. 3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p>
<p>10 – Departamento Nacional da Produção Animal. 3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social. 3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento. 3.1.03 – Desenv. da Produção. Inclua-se:</p>	<p>3.1.03 – Desenv. da Produção. 06) Ceará. Acrescente-se:</p>
<p>Cr\$</p>	<p>Cr\$</p>
<p>Ambulatório dos Pescadores da Bahia..... <u>500.000,00</u></p>	<p>Pôsto de Recepção de Pescado, em Aracati, Ceará, prosseguimento de construção e instalação..... <u>1.000.000,00</u></p>
<p>Nº 248</p>	<p>Nº 250</p>
<p>10 – Departamento Nacional da Produção Animal. 3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p>	<p>10 – Departamento Nacional da Produção Animal. 3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social. 3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento. 3.1.03 – Desenv. da Produção.</p>

Acrescente-se:			
	Cr\$		Cr\$
34) Pôsto de Vigilância Sanitária Animal, em Quixadá, Ceará....	800.000,00	Tamboril.....	300.000,00
		Senador Pompeu.....	300.000,00
		Várzea Alegre.....	300.000,00
		Camocim.....	300.000,00
		Total.....	2.100.000,00
Nº 251		Nº 253	
10 – Departamento Nacional da Produção Animal.		10 – Departamento Nacional da Produção Animal.	
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.		3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.	
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.		3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.	
3.1.03 – Desenv. da Produção.		3.1.03 – Desenv. da Produção.	
06) Ceará.		Alínea: 153.	
Inclua-se:		06) Ceará.	
	Cr\$	Redija-se:	
Prosseguimento das obras a cargo do Instituto Regional de Fomento da Produção Animal (I.R.F.P.A.), do Ceará, em Itaperi, Sobral e Ubajara.....	200.000,00	Alínea ..) Manutenção dos Postos de Recepção de Pescado e Fábricas de Gêlo, em Acaraú, Aracati e Mandsu – Ceará.	
Nº 252		Nº 254	
10 – Departamento Nacional da Produção Animal.		10 – Departamento Nacional da Produção Animal.	
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.		3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.	
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.		3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.	
3.1.03 – Desenv. da Produção.		3.1.03 – Desenv. da Produção.	
Acrescente-se:		06) Ceará.	
Para a instalação de Parques de Exposição, nos seguintes Municípios, diretamente ou em acôrdo com os mesmos:		Inclua-se:	
	Cr\$		Cr\$
Santana do Acaraú.....	300.000,00	Fábrica Escola de Laticínios, em Fortaleza.....	6.000.000,00
Cedro.....	300.000,00		
Aurora.....	300.000,00	Nº 255	
		10 – Departamento Nacional da Produção Animal.	

<p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social. 3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento. 3.1.03 – Desenv. da Produção. 07) Distrito Federal. Inclua-se:</p>	<p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento. 3.1.03 – Desenv. da Produção. Inclua-se:</p>
<p>Cr\$</p> <p>Para reforma de 20 câmaras frigoríficas, com capacidade cada uma para 22 toneladas de pescado, no Entrepasto de Pescado do Rio de Janeiro, com a colaboração da Divisão de Obras da Caixa de Crédito da Pesca.....</p>	<p>Cr\$</p> <p>Despesas de qualquer natureza com a instalação de um frigorífico e aquisição de um barco de pesca, para a Escola de Pesca Caboclo Bernardo, Estado do Espírito Santo</p>
<p>20.000.000,00</p>	<p>3.500.000,00</p>
<p>Nº 256</p>	<p>Nº 258</p>
<p>10 – Departamento Nacional da Produção Animal.</p>	<p>10 – Departamento Nacional da Produção Animal.</p>
<p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social. 3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento. 3.1.03 – Desenv. da Produção. Inclua-se:</p>	<p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social. 3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento. 3.1.03 – Desenv. da Produção. Inclua-se:</p>
<p>Cr\$</p> <p>Para despesas de qualquer natureza com a instalação da Confederação Brasileira de Caça e Tiro e do Clube de Tiro Guanabara.....</p>	<p>Cr\$</p> <p>Despesas de qualquer natureza com a instalação de uma fábrica-escola de tecelagem de seda, na Estação Sericícola de Vargem Alta – Espírito Santo.....</p>
<p>2.000.000,00</p>	<p>2.000.000,00</p>
<p>Nº 257</p>	<p>Nº 259</p>
<p>10 – Departamento Nacional da Produção Animal. 3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p>	<p>Divisão de Caça e Pesca. Verba 3.0.00. Consignação 3.1.00. Subconsignação 3.1.03. 5) Manutenção de ambulatórios de pescadores nos Estados. Onde se lê: Cr\$ 22.000.000,00.</p>

Leia-se:
Cr\$ 30.000.000,00.

Nº 260

10 – Departamento Nacional da Produção Animal.

3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.

3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.

3.1.03 – Desenv. da Produção.

06) Espírito Santo.

Acrescentar:

	Cr\$
3) Manutenção do Pôsto de Piscicultura de Itapina, junto à Escola de Iniciação Agrícola de Itapina, Município de Colatina....	1.000.000,00
4) Instalação de um Entrepasto de pesca em Vitória.....	1.000.000,00
5) Estudos de locação, demarcação e início de instalação dos novos Parques de refúgio de animais silvestres, doados pelo Estado e manutenção do Parque de Reserva, Refúgio e Criação de Animais, em Linhares.....	800.000,00
6) Despesa de qualquer natureza, com aquisição, instalação e manutenção de um frigorífico na Colônia de Pescadores Marcílio Dias, em Anchieta.....	1.000.000,00
Total.....	<u>3.800.000,00</u>

Nº 261

Cr\$

Divisão de Caça e Pesca

Proteção às reservas florestais cedidas ao Ministério da Agricultura, pelo Govêrno do Estado do Espírito Santo, para organização de refúgios de animais silvestres e para ampliação das instalações do Parque Sooretama.....

2.000.000,00

Nº 262

Divisão de Caça e Pesca.

3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.

3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.

3.1.03 – Desenv. da Produção.

Cr\$ 4.000.000,00.

Em 1956 constou no orçamento a quantia de Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), bem como Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros) em 1957. Em 1958, Cruzeiros 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros) foram incluídos na proposta orçamentária da Divisão de Caça e Pesca, que, discutindo-a no D.A.S.P., obteve Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros), os quais, entretanto, não constaram do Subanexo 4.13 do Ministério da Agricultura, volume 4, atualmente na Câmara, por um lapso, conforme nos informou o Diretor da Divisão de Orçamento daquele Órgão Federal.

A dotação acima é indispensável ao funcionamento do maior Laboratório Tecnológico do Pescado da América do Sul, instalado pela Divisão de Caça e Pesca, na cidade do Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul, para estudos dos processos de industrialização do pescado, visando o aperfeiçoamento dos mesmos, com o propó-

sito de se poder obter produtos exportáveis, para a obtenção de divisas.

Os trabalhos anexos, demonstram estar o Laboratório Tecnológico em pleno funcionamento.

Nº 263

Divisão de Caça e Pesca.
Verba 3.0.00.
Consignação 3.1.00.
Subconsignação 3.1.03.

Cr\$

Para a realização de pesquisas relativas à ecologia dos ambientes aquáticos do Estado do Espírito Santo, visando ao seu aproveitamento no fomento da criação de, peixes, inclusive em aquisição de tudo que fôr necessário aos estudos e aos peixamentos dos mesmos ambientes, assim como pagamento de serviços de terceiros.....

1.500.000,00

Nº 264

Inclua-se:

10 – Departamento Nacional da Produção Animal.
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.
3.1.03 – Desenv. da Produção.
Inclua-se:

Cr\$

Construção de poços semi-artesianos e captação d'água em Hidrolândia, em cooperação com a Prefeitura.....

2.000.000,00

Nº 265

10 – Departamento Nacional da Produção Animal.
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.
3.1.03 – Desenv. da Produção.
10) Goiás.
Inclua-se:

Cr\$

Para construção de um Matadouro Industrial, integrante do Centro Municipal de Goiânia, mediante convênio com a Prefeitura.....

1.500.000,00

Nº 266

10 – Departamento Nacional da Produção Animal.
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.
3.1.03 – Desenv. da Produção.
11) Maranhão.
Acrescente-se:

Cr\$

Para construção de bebedouros em regiões de estiagem – em Benedito Leite.....

1.000.000,00

Nº 267

10 – Departamento Nacional da Produção Animal.
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.
3.1.03 – Desenv. da Produção.
11) Maranhão.

Inclua-se:		Nº 270	
	Cr\$	10 – Departamento Nacional da Produção Animal.	
Reequipamento da fábrica de produtos do Coração, em São Luiz	<u>3.000.000,00</u>	3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.	
Nº 268		3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.	
10 – Departamento Nacional da Produção Animal.		3.1.03 – Desenv. da Produção.	
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.		13) Minas Gerais.	
3.1.00 –		Inclua-se:	
Serviços em Regime Especial de Financiamento.			Cr\$
3.1.03 – Desenv. da Produção.		Além Paraíba.....	<u>1.000.000,00</u>
Acrescente-se:		Para atender despesa de qualquer natureza, inclusive pagamento de serviço de terceiros, com a construção, instalação e funcionamento de um Posto de Fomento à piscicultura, em Além Paraíba, Minas Gerais.	
	Cr\$	Nº 271	
Ao Serviço do Acôrdo de Fomento Animal no Maranhão, para aquisição de arame farpado, a fim de cercar o campo de Anajatuba, no lugar São João da Mata	<u>500.000,00</u>	10 – Departamento Nacional da Produção Animal.	
Nº 269		3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.	
10 – Departamento Nacional da Produção Animal.		3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.	
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.		3.1.03 – Desenv. da Produção.	
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.		13) Minas Gerais.	
3.1.03 – Desenv. da Produção.		Inclua-se:	
Inclua-se:			Cr\$
	Cr\$	Instalação de uma Granja Experimental de Avicultura Curvelo. destinado ao Centro de Pesquisas e Fomento à Avicultura Regional, em Cooperação com a A.C.A.R. e com o projeto ETA – 42 do Escritório Técnico de Agricultura Brasil-Estados Unidos.....	<u>1.500.000,00</u>
Associação dos Criadores do Maranhão, para aquisição de arame farpado para revenda aos criadores.....	<u>2.000.000,00</u>		

Nº 272	Cr\$
10 – Departamento Nacional da Produção Animal.	lação de um Pôsto de Profilaxia e Combate às Epizootias, em Curvelo.....
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.	<u>3.500.000,00</u>
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.	Nº 274
3.1.03 – Desenv. da Produção.	10 – Departamento Nacional da Produção Animal.
13) Minas Gerais.	3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.
Inclua-se:	3.1.00 – Serviços em Regime Especial de
Cr\$	Financiamento.
Sociedade Rural de Curvelo (Minas Gerais) – Para construção de um pavilhão destinado a concursos e provas de aptidão leiteiro, para bovinos, e cursos ou aulas práticas atinentes ao assunto, no Parque "Getúlio Vargas".....	3.1.03 – Desenv. da Produção.
<u>1.000.000,00</u>	13) Minas Gerais.
Nº 273	Acrescente-se:
10 – Departamento Nacional da Produção Animal.	Cr\$
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.	Para construção de um pavilhão destinado à exposição e cursos práticos sobre suinocultura, no Parque "Getúlio Vargas", da Sociedade Rural de Curvelo.....
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.	<u>1.000.000,00</u>
3.1.03 – Desenv. da Produção.	Nº 275
13) Minas Gerais.	10 – Departamento Nacional da Produção Animal.
Inclua-se:	3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.
Instalação de um Laboratório de Pesquisas e Fabricação de vacinas contra Aftosa e Brucelose bovinas, inclusive aquisições e desapropriações, bem como, assim, a insta-	Financiamento.
	3.1.03 – Desenv. da Produção.
	13) Minas Gerais.
	Inclua-se:
	Despesas de qualquer natureza com a instalação de um Pôsto de Criação, Seleção e Fomento para melhoria das aptidões de carne e

<p>leite das raças bovinas de clima tropical de origem Indiana, no Município de Curvelo (Minas Gerais), inclusive aquisições e desapropriações, subordinado à Inspeção Regional do Ministério da Agricultura em Minas Gerais</p>	<p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento. 3.1.03 – Desenv. da Produção. 13) Minas Gerais. Inclua-se:</p>
<p align="right">Cr\$ <u>15.000.000,00</u></p>	<p align="right">Cr\$</p>
<p align="center">Nº 276</p>	<p>Para construção de uma fábrica de rações balanceadas no Município de Curvelo Sociedade Rural de Curvelo, inclusive aquisição do material necessário plantio e cultura leguminosas e outras espécies forrageiras de clima quente.....</p>
<p>10 – Departamento Nacional de Produção Animal.</p>	<p align="right"><u>2.000.000,00</u></p>
<p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p>	<p align="center">Nº 278</p>
<p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p>	<p>10 – Departamento Nacional de Produção Animal.</p>
<p>3.1.03 – Desenv. da Produção.</p>	<p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p>
<p>13) Minas Gerais</p>	<p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p>
<p>Inclua-se:</p>	<p>3.1.03 – Desenv. da Produção.</p>
<p align="right">Cr\$</p>	<p align="right">Cr\$</p>
<p>Aquisição e instalação de uma balança para pesagem coletiva de animais, pela sociedade Rural de Curvelo, para servir aos produtos de gado e produtos agrícolas para os centos consumidores.....</p>	<p>Cooperação entre o Ministério da Agricultura e o estado de Minas Gerais para despesas de qualquer natureza referente a instalação de usinas para desidratação de ervas destinadas a rações que dispensa, o farelo de trigo, sob a orientação do Instituto de Tecnologia Industrial e Camig. órgão técnico controlados pelo Estado.....</p>
<p align="right"><u>650.000,00</u></p>	<p align="right"><u>15.000.000,00</u></p>
<p align="center">Nº 277</p>	
<p>10 – Departamento Nacional de Produção Animal.</p>	
<p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p>	

Nº 279	Inclua-se:	
<p>10 – Departamento Nacional de Produção Animal.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.03 – Desenv. da Produção.</p> <p>13) Minas Gerais.</p> <p>Inclua-se:</p>	<p>Para prosseguimento dos serviços de terraplenagem bem como das instalações para alojamento de cavalos puro sangue da raça inglesa, no Hipódromo da Pampulha, executado pelo Jockey Club Belo Horizonte, Minas Gerais</p>	<u>15.000.000,00</u>
Cr\$	Nº 281	
<p>Despesas de qualquer natureza com trabalhos zootécnicos e instalações dos serviços da Prova de Ganho de Pêso para bovinos, assim como desenvolvimento de pesquisas e demonstrações agrostológicas, pela Sociedade Rural de Curvelo, no Município de Curvelo – Minas Gerais – inclusive aquisição da necessária área de terra, compra de balança, construções, cultivo de plantas forrageiras etc.....</p>	<p>10 – Departamento Nacional de Produção Animal.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.03 – Desenv. da Produção.</p> <p>24) Santa Catarina.</p> <p>Inclua-se:</p>	<u>30.000.000,00</u>
<u>15.000.000,00</u>	Nº 282	
Nº 280	<p>10 – Departamento Nacional de Produção Animal.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.03 – Desenv. da Produção.</p> <p>Inclua-se:</p>	<u>1.5000.000,00</u>
<p>10 – Departamento Nacional de Produção Animal.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.03 – Desenv. da Produção.</p> <p>13) Minas Gerais.</p>	<p>Cooperativa dos Criadores do Paraná.....</p>	<u>1.5000.000,00</u>

Nº 283

10 – Departamento Nacional de Produção Animal.
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.
3.1.03 – Desenv. da Produção.
Inclua-se:

	Cr\$
Associação Paranaense de Criadores de Bovinos.....	<u>1.500.000,00</u>

Nº 284

10 – Departamento Nacional de Produção Animal.
3.1.03 – Substitua-se o item 18 pelo seguinte:

	Cr\$
18) À Divisão de Fortaleza da Produção Animal para fomento da criação de equíneos, na forma da Lei nº 2.820, de 10-7-56 e do Decreto nº 41.561, de 22-5-27	<u>5.400.000,00</u>

Nº 285

10 – Departamento Nacional de Produção Animal.
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.
3.1.03 – Desenv. da Produção.
15) Paraíba.

Acrescente-se:

Em João Pessoa, Paraíba, sendo para esta última Cr\$ 6.000.000,00 e para as demais Cr\$ 8.000.000,00 para cada.

Nº 286

10 – Departamento Nacional de Produção Animal.
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.
3.1.03 – Desenv. da Produção.
15) Paraíba.
Acrescente-se:

	Cr\$
Para construção de usina de pasteurização de leite, no Estado da Paraíba.....	<u>10.000.000,00</u>

Nº 287

10 – Departamento Nacional de Produção Animal.
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.
3.1.03 – Desenv. da Produção.
17) Pernambuco.
Inclua-se:

	Cr\$
Aquisição de gado leiteiro e reprodutores para clima quente, destinado à Inspetoria do Fomento da Produção Animal, em Tegipió, em Pernambuco, p/ revenda aos criadores do Nordeste.....	<u>2.000.000,00</u>

Nº 288	Cr\$
10 – Departamento Nacional de Produção Animal.	do Fomento da Produção Animal e do Serviço de Fomento da Produção Animal, em Pernambuco.....
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social	4.000.000,00
3.1.00 –	Nº 290
Serviços em Regime Especial de Financiamento.	10 – Departamento Nacional de Produção Animal.
3.1.03 – Desenv, da Produção.	3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.
17) Pernambuco.	3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.
Cr\$	3.1.03 – Desenv, da Produção
Despesas de qualquer natureza com a instalação de uma câmara frigorífica em Petrolina.....	18) Piauí.
10.000.000,00	Inclua-se:
<i>Justificação</i>	Cr\$
A perda de alimentos por falta de conservação é muito grande, especialmente no verão, onde a temperatura ambiente não favorece a conservação por muito tempo. A instalação de frigoríficos nestes municípios já foi estudada pela Secretaria da Agricultura, faltando apenas recursos financeiros.	Instalação e manutenção de um Pôsto de Fiscalização de Caça e Pesca, em Luiz Correia – Piauí.....
<i>Novaes Filho.</i>	600.000,00
Nº 289	Nº 291
10 – Departamento Nacional de Produção Animal.	10 – Departamento Nacional de Produção Animal.
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.	3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.	3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.
3.1.03 – Desenv, da Produção.	3.1.03 – Desenv, da Produção.
17) Pernambuco.	18) Piauí.
Inclua-se:	Inclua-se:
Cr\$	Cr\$
Estudos e pesquisas sobre Agrostologia, no estado de Pernambuco, a cargo do Serviço de Acôr-	Despesas de qualquer natureza com os trabalhos da Comissão Coordenadora da Valorização de Pecuária do Vale do Paraíba.....
	10.000.00

<p>Nº 292</p> <p>10 – Departamento Nacional de Produção Animal.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.03 – Desenv. da Produção.</p> <p>Acrescente-se:</p> <p>Cr\$</p> <p>Para incremento e melhoria da suinocultura em Santo Cristo, Rio Grande do Sul..... <u>1.000.000,00</u></p>	<p>Inclua-se:</p> <p>Construção de um "píer," para acostagem de embarcação no Entrepasto de Pesca em São Lourenço do Sul.</p> <p>Nº 295</p> <p>10 – Departamento Nacional de Produção Animal.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.03 – Desenv. da Produção.</p> <p>22) Rio Grande do Sul.</p> <p>Aumente-se de Cr\$ 300.000,00 para Cr\$ 500.000,00 a verba destinada ao Pôsto de Fomento da Piscicultura, em Iraí, no Rio Grande do Sul.</p>
<p>Nº 293</p> <p>10 – Departamento Nacional de Produção Animal.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.03 – Desenv. da Produção</p> <p>Inclua-se:</p> <p>Cr\$</p> <p>Despesas de qualquer natureza com a instalação e manutenção de um Pôsto de Suinocultura em Horizontina, Rio Grande do Sul..... <u>3.000.000,00</u></p>	<p>Nº 296</p> <p>10 – Departamento Nacional de Produção Animal.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.03 – Desenv. da Produção.</p> <p>Acrescente-se, na verba destinada a incremento e melhoria, em Encantado, Rio Grande do Sul, as palavras: "mediante convênio com entidade cooperativa".</p>
<p>Nº 294</p> <p>10 – Departamento Nacional de Produção Animal.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.03 – Desenv. da Produção.</p> <p>22) Rio Grande do Sul.</p>	<p>Nº 297</p> <p>10 – Departamento Nacional de Produção Animal.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.03 – Desenv. da Produção.</p> <p>24) Santa Catarina.</p>

Inclua-se:		3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.	
		3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.	
		3.1.03 – Desenv. da Produção.	
		Ambulatórios de Pescadores em:	
Federação das Colônias de Pescadores de Santa Catarina	Cr\$ 500.000,00		
Nº 298		Cr\$	
10 – Departamento Nacional de Produção Animal.		Colônia de Pescadores Z-9 – Canavieiras – Florianópolis.....	500.000,00
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.		Colônia de Pescadores Z-20 – Praia dos Ingleses – Florianópolis.....	500.000,00
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.		Colônia de Pescadores Z-30 – Ribeirão da Ilha Caiacanga – Florianópolis.....	500.000,00
3.1.03 – Desenv. da Produção.		Colônia de Pescadores Z-16 – Garopada.....	500.000,00
17) Santa Catarina.		Total.....	2.000.000,00
		Nº 301	
Manutenção e ampliação do Posto de Fomento da Piscicultura, da Lagoa do Peri.....	Cr\$ 1.500.000,00	10 – Departamento Nacional de Produção Animal.	
Nº 299		(Despesas Gerais).	
10 – Departamento Nacional de Produção Animal.		3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.	
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.		3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.	
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.		3.1.03 – Desenv. da Produção.	
3.1.03 – Desenv. da Produção.		Cr\$	
Inclua-se:		Colônia de Pescadores Z-9, em Canavieira, Estado de Santa Catarina, para construção de uma câmara fria e fabrico de gelo.....	
		1.000.000,00	
		Nº 302	
		10 – Departamento Nacional de Produção Animal.	
		3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.	
Despesas de qualquer natureza com o aproveitamento piscícola de Lagoa da Conceição.....	Cr\$ 2.000.000,00		
Nº 300			
10 – Departamento Nacional de Produção Animal.			
(Despesas Gerais).			

3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.

3.1.03 – Desenv. da Produção.

Inclua-se:

Prosseguimento das obras de construção da Escola Técnica de Pesca da Ilha de Santa Catarina, bem como para sua instalação e funcionamento.....	Cr\$ 5.000.000,00
--	----------------------

Nº 303

Divisão de Caça e Pesca do Departamento Nacional da Produção Animal.

3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.

3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.

3.1.03 – Desenv. da Produção.

Para adaptação do frigorífico e fábrica de gelo no Mercado Municipal de Laguna.....	Cr\$ 1.500.000,00
---	----------------------

Nº 304

10 – Departamento Nacional de Produção Animal.

3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.

3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.

3.1.03 – Desenv. da Produção.

Inclua-se:

	Cr\$
Para instalação de Ambulatório de Pescadores em Garopada.....	200.000,00
Idem em Armação, no Município de Penha.....	200.000,00
Total.....	<u>400.000,00</u>

Nº 305

10 – Departamento Nacional de Produção Animal.

3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.

3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.

3.1.03 – Desenv. da Produção.

24) Santa Catarina.

Inclua-se:

	Cr\$
Para instalação de Ambulatório de Pescadores em Garopada.....	200.000,00
Idem em Armação, no Município de Penha.....	200.000,00
Total.....	<u>400.000,00</u>

Nº 306

Divisão de Caça e Pesca do Departamento Nacional da Produção Animal.

3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.

3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.

3.1.03 – Desenv. da Produção.

Acrescente-se:	3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento,
	3.1.03 – Desenv. da Produção.
Cr\$ Para construção de um Entrepasto de Pesca em São Francisco do Sul, Estado de Santa Catarina <u>2.000.000,000</u>	Cr\$ Para conclusão das instalações da Escola de Pesca em Pôrto Belo, em Santa Catarina <u>500.000,00</u>
Nº 307	
Divisão de Caça e Pesca do Departamento Nacional da Produção Animal.	Nº 310
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.	10 – Departamento Nacional de Produção Animal.
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.	3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.
3.1.03 - Desenv. da Produção.	3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.
Cr\$	3.1.03 – Desenv. da Produção.
Para adaptação e funcionamento do frigorífico e fábrica de gelo de Coqueiros, Florianópolis <u>2.000.000,000</u>	25) São Paulo.
Nº 308	Cr\$
Divisão de Caça e Pesca do Departamento Nacional da Produção Animal.	Aquisição de plantel de gado leiteiro, destinado ao abastecimento e à realização de estudos sobre alimentos no pôsto. Agropecuário de Caconde, Estado de São Paulo <u>5.000.000,00</u>
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.	
3.1.00 Serviços em Regime Especial de Financiamento.	Nº 311
3.1.03– Desenv. da Produção.	10 – Departamento Nacional de Produção Animal.
Cr\$	3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.
Para a construção da Base de Pesca, em Santa Catarina <u>20.000.000,000</u>	3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.
Nº 309	3.1.03 – Desenv. da Produção.
10 – Departamento Nacional de Produção Animal.	Acrescente-se:
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.	Para o Instituto Oceanográfico de S. Paulo, para aquisição de um navio de pesca, destinado a

<p>pesquisas sobre biologia da pesca em toda a costa brasileira <u>Cr\$ 15.000.000,00</u></p>	<p>Aumente-se para – Cruzeiros 25.000.000,00. Nº 314</p>
<p>Nº 312</p> <p>10 – Departamento Nacional de Produção Animal:</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.03 – Desenv. da Produção.</p> <p>25) São Paulo.</p> <p>Acrescente-se:</p>	<p>10 – Departamento Nacional de Produção Animal.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.03 – Desenvolvida Produção.</p> <p>25) São Paulo.</p> <p>Acrescente-se:</p>
<p>Desenvolvimento da Sericicultura em regime de acordo com o Serviço de Sericicultura da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo..... <u>Cr\$ 3.000.000,00</u></p>	<p>Despesas de qualquer natureza para combate à praga denominada "coronha", na região do Estado de São Paulo, situada entre os Rios Paranapanema e Tietê, em regime de acordo com a Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo <u>Cr\$ 5.000.000,00</u></p>
<p>Nº 313</p> <p>10 – Departamento Nacional de Produção Animal.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.03 – Desenv. da Produção.</p> <p>25) São Paulo.</p> <p>Acrescente-se:</p> <p>Onde se lê:</p>	<p>Nº 315</p> <p>10 – Departamento Nacional de Produção Animal.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1 00 – Serviços em Regime de Financiamento.</p> <p>3.1.03 – Desenv. da Produção.</p> <p>25) São Paulo</p> <p>Inclua-se:</p>
<p>2) Para o Instituto Oceanográfico de São Paulo (para aquisição de um navio de pesquisas e sua manutenção) <u>Cr\$ 5.000.000,00</u></p>	<p>Desenvolvimento dos estudos e trabalhos faunísticos, em cooperação com o Departamento de Zoologia do Estado de São Paulo <u>Cr\$ 3.000.000,00</u></p>

Nº 316		Cr\$
10 – Departamento Nacional de Produção Animal.	lança, construção da sede própria e instalação de um gabinete dentário	1.300.000,00
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.	Colônia de Pescadores em São Vicente, Estado de São Paulo, para construção de uma câmara fria e instalação de um gabinete-dentário	1.5000.000,00
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.	Colônia de Pescadores "Júlio Conceição", em Piruipe, Itanhaem, Estado de São Paulo, para instalação de Ambulatório e gabinete dentário	800.000,00
3.1.03 – Desenv. da Produção.	Colônia de Pescadores "Veiga Miranda", em Iguape, Estado de São Paulo, para instalação de um pôrto	700.000,00
Acrescente-se:	"Benjamim Constant", em Caraguatuba, Estado de São Paulo, p/ construção de ambulatório e sede própria	1.200.000,00
	Colônia de Pescadores "Bandeirantes", em Cananéa, Estado de São Paulo, p/ aquisição de uma lancha-ambulatório	1.000.000,00
	Colônia de Pescadores "Ministro Fernando Costa", em Ubatuba, Estado de São Paulo, para construção de um Correio e Ambulatório	500.000,00
	Colônia de Pescadores "Emílio Varoli", em Pindamonhangaba, Estado de S. Paulo, para a instalação	150.000,00
	Colônia de Pescadores "Almirante Silvio Noronha", em Registro, Estado de S.	
Colônia de Pescadores "José Bonifácio", Santos, Estado de São Paulo, para construção de sede própria	1.000.000,00	
Colônia de Pescadores "Tiradentes", Bairro da Areia Branca Santos, Estado de São Paulo, p/ construção de um pôrto e conclusão da sede própria	850.000,00	
Colônia de Pescadores "Júlio Conceição", Ilha Belo, Estado de São Paulo, para compra de uma lancha destinada à assistência médica aos pescadores	1.800.000,00	
Colônia de Pescadores "José Anchieta", em Itanhaem, Estado de São Paulo para a construção da sede própria e gabinete dentário	400.000,00	
Colônia de Pescadores "Santo Amaro", em Santo Amaro, Estado de São Paulo, p/ a construção da sede própria e câmara fria	1.100.000,00	
Colônia de Pescadores "Floriano Peixoto", de Vicente Carvalho, Guarujá, Estado de São Paulo, p/ compra de uma		

Paulo, para a construção de uma câmara fria	Cr\$ 1.150.000,00	3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento. 3.1.03 – Desenv. da Produção. Acrescente-se:
Colônia de Pescadores "Almirante Tamandaré", em São Sebastião, Estado de São Paulo, para construção de uma câmara fria e fabrico de gelo	2.200.000,00	Cr\$ Para Assistência Médico-Hospitalar aos Pescadores de Sergipe e suas famílias <u>400.000,00</u>
Colônia de Pescadores "Lucas Nogueira Garcez", em Samarano, Estado de S. Paulo, para instalações	50.000,00	Nº 318 10 – Departamento Nacional de Produção Animal. 3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social. 3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento. 3.1.03 – Desenv. da Produção. Acrescente-se:
Colônia de Pescadores "Monteiro Lobato", em Táubaté, Estado de São Paulo, para instalações	50.000,00	CR\$ Aquisição de um caminhão frigorífico e sua manutenção p/ o Serviço de Caça e Pesca do Estado de Sergipe <u>2.500.000,00</u>
Colônia de Pescadores "São Pedro", em Guaratinguetá, Estado de São Paulo, para instalações	50.000,00	Nº 319 10 – Departamento Nacional da Produção Animal. 3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social. 3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento. 3.1.03 – Desenv. da Produção. Acrescente-se:
Colônia de Pescadores "Laurentino Marcondes", Estado de São Paulo, para instalações ...	50.000,00	Cr\$ Prosseguimento, de construção, instalação e manutenção do Centro Assistencial de Pescadores "Leandro Maciel", no Bairro Industrial, em Aracaju – Sergipe <u>1.200.000,00</u>
Colônia de Pescadores "29 de Julho", em São José dos Campos", Estado de São Paulo, para instalações	50.000,00	
Federação dos Pescadores do Estado de São Paulo – Santos, sede própria	5.000.000,00	
Total.....	<u>21.900.000,00</u>	
Nº 317		
10 – Departamento Nacional de Produção Animal.		
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.		

Nº 320	Nº 322
<p>10 – Departamento Nacional da Produção Animal.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.03 – Desenv. da Produção.</p> <p>26) Sergipe.</p> <p>Acrescente-se:</p>	<p>10 – Departamento Nacional da Produção Animal.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.03 – Desenv. da Produção.</p> <p>26) Sergipe.</p> <p>Acrescente-se:</p>
<p>Cr\$</p> <p>Serviço de Caça e Pesca do Estado de Sergipe, para construção de uma banca para recepção de pescado, no povoado Mosqueiro – Sergipe..</p> <p>200.000,00</p>	<p>Cr\$</p> <p>Despesa de qualquer natureza, inclusive pagamento de serviços de terceiros, com manutenção da Ambulância e Jeeps do Serviço de Caça e Pesca do Estado de Sergipe, em regime de Acôrdo com o Ministério da Agricultura</p> <p>250.000,00</p>
Nº 321	Nº 323
<p>10 – Departamento Nacional da Produção Animal.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.03 – Desenv. da Produção.</p> <p>Acrescente-se:</p>	<p>10 – Departamento Nacional da Produção Animal.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.03 – Desenv. da Produção.</p> <p>Acrescente-se:</p> <p>Prosseguimento das instalações e manutenção dos ambulatórios de Pescadores de:</p>
<p>Cr\$</p> <p>Para instalação e manutenção de Escolas para filhos de Pescadores e Pescadores, nas cidades de São Cristóvão, Estância, Propriá, Neópolis, Laranjeiras, Aracaju, Pirambu, Barra dos Coqueiros, em Sergipe</p> <p>1.200.000,00</p>	<p>Cr\$</p> <p>Estância – Sergipe 300.000,00</p> <p>Propriá – Sergipe 300.000,00</p> <p>Nespolis – Sergipe 300.000,00</p> <p>Pirambu – Sergipe 300.000,00</p> <p>Barra dos Coqueiros – Sergipe 300.000,00</p> <p>São Cristóvão – Sergipe 300.000,00</p>

	Cr\$
Laranjeiras – Sergipe	300.000,00
Indiaroba – Sergipe	300.000,00
Total.....	<u>2.100.000,00</u>

Nº 324

10 –Departamento Nacional de Produção Animal.	
3.0.00 –Desenvolvimento Econômico e Social	
3.1.00 –Serviços em Regime Especial de Financiamento.	
3.1.03 –Desenv. da Produção.	

Acrescente-se:

	Cr\$
Equipamento pára o Entrepoto de Pesca de Aracaju – a Sergipe	<u>6.000.000,00</u>

Nº 325

10. –Departamento Nacional da Produção Animal.	
3.0.00 –Desenvolvimento Econômico e Social.	
3.1.00 –Serviços em Regime Especial, de Financiamento.	
3.1.03 –Desenv. da Produção.	

Acrescente-se:

	Cr\$
Prosseguimento e conclusão das obras e instalação do Entrepoto de Pesca de Aracaju – Sergipe	<u>6.000.000,00</u>

Nº 326

10. –Departamento Nacional da Produção Animal.	
3.0.00 –Desenvolvimento Econômico e Social.	

3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.

3.1.03 – Desenv. da Produção.

26) Sergipe.

Inclua-se:

	Cr\$
Combate à peste de New Castle nos Municípios de Estância e Santa Luzia do Itanhhy, em convênio com as respectivas Associações Rurais, sendo para a 1ª	350.000,00
Para a 2ª	<u>150.000,00</u>
Total.....	<u>500.000,00</u>

Nº 327

10 – Departamento Nacional da Produção Animal.

3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.

3.1.00 – Serviços em Regime Especial, de Financiamento.

3.1.03 – Desenv. da Produção.

26) Sergipe.

Inclua-se:

	Cr\$
Aquisição de arame farpado para revenda aos agricultores dos municípios através da importação conjunta das Prefeituras Municipais de Estância, Maroim, Carmópolis e Riachuelo, em colaboração com, a Associação Rural dos respectivos municípios, sendo a quantidade de arame importado dividida igualmente entre os 4 municípios	<u>2.000.000,00</u>

Nº 328	Diga-se:
<p>10 – Departamento Nacional da Produção Animal.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.03 – Desenv. da Produção.</p> <p>27) Diversos.</p> <p>Onde se lê:</p>	<p>11 Maranhão <u>Cr\$ 2.000.000,00</u></p>
<p>40) Desenvolvimento das pesquisas zoo-técnicas e agrostológicas pelo Instituto de Zootecnia, nos Estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco em regime de colaboração e mediante Termo de ajuste com as Secretarias de Agricultura ou Universidade dos Estados mencionados <u>Cr\$ 7.500.000,00</u></p> <p>Aumente-se para – Cruzeiros 15.000.000,00.</p>	<p>Nº 330</p> <p>10 – Departamento Nacional da Produção Animal.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico, e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.07 – Acordos.</p> <p>5) Outros acordos:</p> <p>Inclua-se:</p> <p>Ao Serviço do Acôrdo de Fomento Animal no Maranhão, para construção de uma barragem no Igarapé, Barro Vermelho do Município de Rosário <u>Cr\$ 400.000,00</u></p> <p>Nº 331</p> <p>10 – Departamento Nacional da Produção Animal.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.17 Acordos:</p> <p>5) Outros acordos.</p> <p>Inclua-se:</p> <p>Ao Serviço do acordo da Defesa Sanitária Animal do Maranhão, para o combate à peste suína, inclusive aquisição de vacina <u>Cr\$ 1.500.000,00</u></p>
Nº329	
<p>10 – Departamento Nacional da Produção Animal.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.07 – Acordos</p> <p>1) Defesa Sanitária Animal mediante acôrdo com os Estados.</p> <p>Onde se diz:</p> <p>11) Maranhão <u>1.000.000,00</u></p>	

<p>Nº 332</p> <p>10 – Departamento Nacional da Produção Animal.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.07 – Acordos.</p> <p>5) Outros acordos.</p> <p>Inclua-se:</p> <p>Ao Serviço de Acôrd de Fomento Animal no Maranhão para construção de um açude no lugar Ilhiota, Município de Anajatuba, Maranhão Cr\$ 500.000,00</p>	<p>Acrescente-se: 25)</p> <p>S. Paulo Cr\$ 2.000.000,00</p>
<p>Nº 333</p> <p>10 – Departamento Nacional da Produção Animal.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.07 Acordos.</p> <p>Acrescente-se:</p> <p>Pesquisa zootécnica e agrostológica, mediante acôrd com os Estados: – 25) São Paulo... Cr\$ 5.000.000,00</p>	<p>Nº 334</p> <p>10 – Departamento Nacional da Produção Animal.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.07 – Acordos.</p> <p>3) Serviços de Caça e Pesca em colaboração com os Estados.</p> <p>25) São Paulo – Cr\$ 1.100.000,00 – Aumente-se para Cruzeiros 5.000.000,00.</p>
<p>Nº 333-A</p> <p>10 – Departamento Nacional da Produção Animal.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.07 – Acordos.</p> <p>1) Defesa Sanitária Animal etc.</p>	<p>Nº 335</p> <p>10 – Departamento Nacional da Produção Animal.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>Acrescente-se:</p> <p>Tecnologia de Produtos de Origem Animal, mediante acôrd com os Estados:</p> <p>25) S. Paulo Cr\$ 2.000.000,00</p> <p>Nº 336</p> <p>4.0.00 – Investimentos.</p> <p>4.1.00 – Obras.</p> <p>4.1.03 – Prosseguimento e conclusão de obras.</p> <p>7). Prosseguimento de obras na Divisão de Caça e Pesca.</p> <p>Entrepasto de Pesca de Maceió – Cr\$ 8.000.000,00</p>

Nº 337	Inclua-se:
<p>10 – Departamento Nacional da Produção Animal.</p> <p>4.0.00 – Investimentos.</p> <p>4.1.00 – Obras.</p> <p>4.1.03 – Prosseguimento e conclusão de obras.</p> <p>Acrescente-se:</p>	<p>Cr\$</p> <p>Prosseguimento e conclusão de obras no Laboratório Regional de Biologia Animal do Recife <u>3.000.000,00</u></p>
<p>Cr\$</p> <p>Para construção e instalação do edifício sede e de casas rurais para servidores na Fazenda Experimental de Criação, de União dos Palmares, Alagoas <u>3.000.000,00</u></p>	<p><i>Justificação</i></p> <p>Nada justifica o abandono da ampliação de prédio do Laboratório de Biologia Animal de Recife. Para se ter uma idéia do alcance do Laboratório, basta saber que para o acôrd estadual foram vendidas sômente no exercício de 1956, 56.174 doses de vacinas tôdas elas empregadas nas vacinações dos rebanhos de Pernambuco. Hoje êsse Laboratório está praticamente inativo.</p>
Nº 338	Nº 340
<p>10 – Departamento Nacional da Produção Animal.</p> <p>4.0.00 – Investimentos.</p> <p>4.1.00 – Obras.</p> <p>4.1.03 – Prosseguimento e conclusão de obras.</p> <p>06) Ceará.</p> <p>Onde se lê:</p>	<p>10 – Departamento Nacional da Produção Animal.</p> <p>4.0.00 – Investimentos.</p> <p>4.1.00 – Obras.</p> <p>4.1.03 – Prosseguimento e conclusão de obras.</p> <p>Aumente-se de Cr\$ 500.000,00 para Cr\$ 1.000.000,00, a verba destinada ao Pôrto Modelo de criação de suínos, junto ao Pôrto Agropecuário de Encantado, no Rio Grande do Sul.</p>
<p>Cr\$</p> <p>Entrepasto de Pesca de Fortaleza <u>7.000.000,00</u></p>	<p>Cr\$</p> <p>Entrepasto de Pesca "Dragão do Mar", de Fortaleza <u>10.000.000,00</u></p>
Nº 339	Nº 341
<p>10 – Departamento Nacional da Produção Animal.</p> <p>4.0.00 – Investimentos.</p> <p>4.1.00 – Obras.</p> <p>4.1.03 – Prosseguimento e conclusão de obras.</p>	<p>10 – Departamento Nacional da Produção Animal.</p> <p>(Despesas Gerais).</p> <p>4.0.00 – Investimentos.</p> <p>4.1.00 – Obras.</p> <p>4.1.03 – Prosseguimento e conclusão de obras.</p>

<p>Escola de Pesca de Ribeirão da Ilha, em Santa Catarina, para prosseguimento e conclusão das obras <u>2.500.000,00</u></p>	<p>Nº 343</p> <p>10 – Departamento Nacional da Produção Animal.</p> <p>4.0.00 – Investimentos.</p> <p>4.1.00 – Obras:</p> <p>4.1.03 – Prosseguimento e conclusão de obras.</p> <p>Acrescente-se:</p>
<p>Nº 342</p> <p>10 – Departamento Nacional da Produção Animal:</p> <p>4.0.00 – Investimentos.</p> <p>4.1.00 – Obras</p> <p>4.1.03 – Prosseguimento e conclusão de obras.</p> <p>Acrescente-se:</p>	<p>Cr\$</p> <p>Entrepasto de pesca em Santos, Estado de São Paulo <u>10.000.000,00</u></p>
<p>Cr\$</p> <p>Escola de Pesca de Ribeirão da Ilha, em Florianópolis, Estado de Santa Catarina, para prosseguimento de obras <u>2.000.000,00</u></p>	<p>Nº 344</p> <p>10 Departamento Nacional da Produção Animal:</p> <p>4.0.00 – Investimentos.</p> <p>4.2.00 – Equipamentos e Instalações.</p> <p>4.2.10 – Instalações, e Equipamentos.</p> <p>Inclua-se:</p>
<p>Nº 342-A</p> <p>10 – Departamento Nacional da Produção Animal.</p> <p>4.0.00 – Investimentos:</p> <p>4.1.00 – Obras.</p> <p>4.1.03 – Prosseguimento e conclusão de obras.</p> <p>Acrescente-se:</p>	<p>Cr\$</p> <p>Equipamento do Entrepasto de Pesca de Maceió <u>10.000.000,00</u></p>
<p>Cr\$</p> <p>Prosseguimento de obras na Fazenda Experimental de Criação de São Carlos, Inspetoria Regional em São Carlos, Estado de São Paulo <u>2.000.000,00</u></p>	<p>Nº 345</p> <p>10 – Departamento Nacional da Produção Animal:</p> <p>4.0.00 – Investimentos.</p> <p>4.2.00 – Equipamentos e Instalações:</p> <p>4.2.10 – Instalações e Equipamentos para Obras.</p> <p>Acrescente-se:</p> <p>Cr\$</p> <p>Conclusão das instalações do Entrepasto de Pesca em Santos, São Paulo <u>10.000.000,00</u></p>

Nº 346	Inclua-se:	Cr\$
10 – Departamento Nacional da Produção Animal.	Para construção e instalação de poços semi-artesianos nos lugares São Joaquim e Barro Branco (em Uruburetama) e Lagoa do Carneiro e Lagoa da Cruz, em Itapipoca, no Ceará, diretamente ou em convênio com as Associações Rurais dos respectivos Municípios, sendo Cruzeiros 250.000,00 para cada poço.....	<u>1.000.000,00</u>
1.0.00 – Custeio. 1.6.00 – Encargos Diversos. 1.6.21 – Diversos.		
Inclua-se:		
Instituto Geográfico e Geológico do Estado de São Paulo, para trabalhos de pesquisas, tratamento e análise de minérios radioativos.....	Cr\$	
		<u>5.000.000,00</u>
Nº 348	Nº 350	
11 – Departamento Nacional da Produção Mineral.	11 – Departamento Nacional da Produção Mineral.	
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.	3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.	
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.	3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.	
3.1.03 – Desenv. da Produção.	3.1.03 – Desenv. da Produção.	
Despesas de qualquer natureza com estudos e pesquisas químicas e tecnológicas sobre solos e fertilizante em Alagoas.....	Inclua-se:	Cr\$
	Construção de estações abaixadoras e linhas de transmissão de CHESF para suprimento de energia elétrica ao Vale do Jaguaribe, através de Jaguaribe, Icó, Jaguaretama, Morada Nova, Limoeiro do Norte, Quixeré, Russas, Jaguaruana, Itaíçaba até Aracati.....	<u>10.000.000,00</u>
2.000.000,00		
Nº 349	Nº 351	
11 – Departamento Nacional da Produção Mineral.	11 – Departamento Nacional da Produção Mineral.	
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.		
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.		
3.1.03 – Desenv. da Produção.		
06) Ceará.		

3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de
Financiamento.
3.1.03 – Desenv. da Produção.
Inclua-se:

	Cr\$
Instalação e custeio de uma Seção do Departamento Nacional da Produção Mineral no Ceará.....	5.000.000,00
Instalação e custeio de um laboratório de análises minerais, em Fortaleza, Ceará, pelo regime de cooperação com a Escola de Agronomia.....	3.000.000,00
Total.....	<u>8.000.000,00</u>

Nº 352

11 – Departamento Nacional da Produção Mineral.
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de
Financiamento.
3.1.03 – Desenv. da Produção.
Acrescente-se:

	Cr\$
Para melhoria do Serviço de Luz e Fôrça da cidade de Aracati, em cooperação com a Prefeitura Municipal.....	3.000.000,00

Nº 353

11 – Departamento Nacional da Produção Mineral.
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.

3.1.00 – Serviços em Regime Especial de
Financiamento.
3.1.03 – Desenv. da Produção.
06) Ceará.
Inclua-se ou modifique-se para:

	Cr\$
Construção pela C.H.E.S.F. de estações abaixadoras e linhas de transmissão a partir de Senador Pompeu, em convênio com o Estado do Ceará.....	35.000.000,00
Instalação e custeio de um laboratório de análises e fomento mineral em Fortaleza.....	5.000.000,00
Prosseguimento dos serviços de captação e canalização das águas das fontes da Serra do Araripe.....	5.000.000,00
Total.....	<u>45.000.000,00</u>

Nº 354

11 – Departamento Nacional da Produção Mineral.
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de
Financiamento.
3.1.03 – Desenv. da Produção.
10) Goiás.

	Cr\$
Para abertura de poços semiartesianos em Dianópolis (sede) e Conceição do Norte (distrito de Dianópolis), mediante convênio com a respectiva Prefeitura.....	5.000.000,00

<p>Nº 354-A</p> <p>Divisão de Orçamento (Encargos Gerais). Custeio. Serviços de Terceiros. Outros Serviços Contratuais. 10) Goiás. Inclua-se:</p> <p>Para prosseguimento de obras e equipamentos da Fundação do Instituto Profissional Agro-Industrial São José, Dianópolis..... <u>2.000.000,00</u></p>	<p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento. 3.1.03 – Desenv. da Produção. Instalação e Manutenção de Patrulhas Mecanizadas nos Estados. 16) Paraná. Inclua-se:</p> <p style="text-align: right;">Cr\$</p> <p>Para instalação e manutenção de patrulha agrícola mecanizada, em Ponta Grossa, Paraná..... <u>3.000.000,00</u></p>
<p>Nº 355</p> <p>11 – Departamento Nacional da Produção Mineral. 3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social. 3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento. 3.1.03 – Desenv. da Produção. Inclua-se:</p> <p style="text-align: right;">Cr\$</p> <p>Para Poços Semiartesianos e adutora em convênio com a Prefeitura de Sapucaí Mirim..... <u>500.000,00</u> Para Poços Semiartesianos e adutora em convênio com a Prefeitura de Pequeri..... <u>500.000,00</u> Total..... <u>1.000.000,00</u></p>	<p>Nº 357</p> <p>11 – Departamento Nacional da Produção Mineral. 3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social. 3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento. 3.1.03 – Desenv. da Produção. Inclua-se:</p> <p style="text-align: right;">Cr\$</p> <p>A Companhia Paranaense de Energia Elétrica fará o planejamento do aproveitamento progressivo do potencial hidrelétrico do Rio Iguaçu..... <u>100.000.000,00</u></p>
<p>Nº 356</p> <p>11 – Departamento Nacional da Produção Mineral. 3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p>	<p>Nº 358</p> <p>11 – Departamento Nacional da Produção Mineral. 3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social. 3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento. 3.1.03 – Desenv. da Produção. 22) Rio Grande do Sul.</p>

Acrescente-se:		Inclua-se:	
	Cr\$		Cr\$
Despesas de qualquer natureza para o acesso do Entrepasto de Pesca de São Lourenço do Sul.....	<u>1.000.000,00</u>	Construção da linha de transmissão de energia, ligando a CHESF à cidade de Campo Brito.....	<u>5.000.000,00</u>
Nº 359		Nº 361	
11 – Departamento Nacional da Produção Mineral.		11 – Departamento Nacional da Produção Mineral.	
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.		3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.	
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.		3.1.00 – Serviço em Regime Especial de Financiamento.	
3.1.03 – Desenv. da Produção.		3.1.03 – Desenv. da Produção.	
24) Santa Catarina.		26) Sergipe.	
		Acrescente-se:	
	Cr\$		Cr\$
Instalação da linha de transmissão que atravessa a lagoa, no Município de Imaruí.....	<u>400.000,00</u>	Conclusão da linha de transmissão de energia, ligando a CHESF às cidades de Frei Paulo, Carrira e Pinhão.....	<u>10.000.000,00</u>
Poços semiartezianos e obras complementares, em Nova Veneza – Município de Criciúma.....	<u>400.000,00</u>		
Total.....	<u>800.000,00</u>		
Nº 360		Nº 362	
11 – Departamento Nacional da Produção Mineral.		11 – Departamento Nacional da Produção Mineral.	
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.		3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.	
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.		3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.	
3.1.03 – Desenv. da Produção.		3.1.03 – Desenv. da Produção.	
26) Sergipe.		26) Sergipe.	
		Inclua-se:	
		Despesas de qualquer natureza com a formação de acordos com as Prefeituras Municipais para o desenvolvimento da horticultura (cinturão verde) nos Mu-	

Cr\$	Inclua-se:	Cr\$
<p>nicípios sergipanos de Maroim, Riachuelo, São Cristóvão, Propriá e Estância, sendo Cruzeiros 600.000,00 para cada um..... <u>3.000.000,00</u></p> <p>Nº 363</p> <p>11 – Departamento Nacional da Produção Mineral.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.03 – Desenv. da Produção.</p> <p>26) Sergipe.</p> <p>Inclua-se:</p> <p>Reforma das rês de distribuição de energia elétrica das cidades de Arauá, Buquim, Itabaianinha, Tobias Barreto e Riachão de acôrdo com as respectivas Prefeituras e através da Sulgipe, sendo Cr\$ 1.500.000,00 para cada uma das cidades..... <u>6.000.000,00</u></p> <p>Nº 364</p> <p>11 – Departamento Nacional da Produção Mineral.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviço em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.03 – Desenv. da Produção.</p> <p>26) Sergipe.</p>	<p>Despesas de qualquer natureza com a instalação de uma patrulha mecânica no Município de Estância, em convênio com a Prefeitura Municipal e com a colaboração da Associação Rural dêsse Município..... <u>10.000.000,00</u></p> <p>Nº 365</p> <p>11 – Departamento Nacional da Produção Mineral.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.03 – Desenv. da Produção.</p> <p>26) Sergipe.</p> <p>Inclua-se:</p> <p>Associação Rural de Estância, para aquisição de uma perfuratriz de poços artesianos..... <u>1.500.000,00</u></p> <p>Nº 366</p> <p>11 – Departamento Nacional da Produção Mineral.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.03 – Desenv. da Produção.</p> <p>26) Sergipe.</p>	

<p>Inclua-se:</p> <p>Ampliação dos serviços de Agrostologia do Posto Agropecuário de Riachuelo.....</p>		<p>Nº 369</p> <p>11 – Departamento Nacional da Produção Mineral.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviço em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.05 – Sondagem e estudos de jazidas minerais.</p> <p>Acrescente-se:</p> <p>06) Ceará.</p>
<p>Cr\$</p> <p>300.000,00</p>		<p>Cr\$</p>
<p>Nº 367</p> <p>11 – Departamento Nacional da Produção Mineral.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.05 – Sondagem e estudos de jazidas minerais.</p> <p>02) Alagoas.</p> <p>Inclua-se:</p> <p>Destaque-se para sondagens e prospecção de jazidas minerais em Alagoas.....</p>		<p>8) Prosseguimento de estudos e sondagens e prospecção, nos Estados do Piauí e Ceará.....</p> <p>Destaque-se do nº 1 o seguinte:</p> <p>a) Prosseguimento dos estudos e sondagens nas jazidas de xisto betuminoso, nos Municípios de Crato e outros do Sul do Ceará, e nas minas de cobre do Cochá, nos Municípios de Aurora e Milagres, no mesmo Estado.....</p>
<p>Cr\$</p> <p>2.000.000,00</p>		<p>Cr\$</p> <p>6.000.000,00</p> <p>10.000.000,00</p>
<p>Nº 368</p> <p>11 – Departamento Nacional da Produção Mineral.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.05 – Sondagem e estudos de jazidas minerais.</p> <p>Acrescente-se:</p> <p>Para pesquisas minerais no Estado da Bahia, inclusive estendendo-se a Sergipe.....</p>		<p>Nº 370</p> <p>11 – Departamento Nacional da Produção Mineral.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.05 – Sondagem e estudos de jazidas minerais.</p> <p>Inclua-se:</p> <p>Para sondagens, estudos e pesquisas de carvão, no Piauí.....</p>
<p>Cr\$</p> <p>30.000.000,00</p>		<p>Cr\$</p> <p>10.000.000,00</p>

<p>Nº 371</p> <p>11 – Departamento Nacional da Produção Mineral.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.05 – Sondagem e estudos de jazidas minerais.</p> <p>Acrescente-se:</p> <p style="text-align: right;">Cr\$</p> <p>Sondagens, pesquisas e prospecção de tungstênio no Município de Santana do Matos – Rio Grande do Norte..... <u>3.000.000,00</u></p>	<p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.05 – Sondagem e estudos de jazidas minerais.</p> <p>Acrescente-se:</p> <p style="text-align: right;">Cr\$</p> <p>Manutenção e complementação das instalações do Laboratório de análises minerais de Natal, Rio Grande do Norte, inclusive estudos.. <u>2.000.000,00</u></p>
<p>Nº 372</p> <p>11 – Departamento Nacional da Produção Mineral.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.06 – Irrigação e Energia Hidráulica.</p> <p>21) Rio Grande do Norte.</p> <p>Inclua-se:</p> <p style="text-align: right;">Cr\$</p> <p>Ampliação e melhoramentos da rede de energia elétrica de Angicos..... <u>1.500.000,00</u></p>	<p>Nº 374</p> <p>11 – Departamento Nacional da Produção Mineral.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.05 – Sondagem e estudos de jazidas minerais.</p> <p>Aumente-se para Cr\$ 15.000.000,00 – item 4) Levantamento da carta geográfica do País.</p>
<p>Nº 373</p> <p>11 – Departamento Nacional da Produção Mineral.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p>	<p>Nº 375</p> <p>11 – Departamento Nacional da Produção Mineral.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.06 – Irrigação e Energia Elétrica.</p> <p>02) Alagoas.</p> <p>Inclua-se:</p> <p>Para construção pela CHESF, no Sistema Central de Alagoas, de linhas de transmissão de Energia Elétrica para as cidades de Olhos</p>

Cr\$		Cr\$	
d'Água das Flores, Santana do Ipanema, Major Isidoro, Batalha e Jacaré dos Homens.....		10.000.000,00	
Nº 376			
11 – Departamento Nacional da Produção Mineral.		ções e linhas de transmissão a partir das subestações de Garanhuns, Angelim (Pernambuco) e Mata Grande (Alagoas) beneficiando as cidades de Bom Conselho (Pernambuco), Palmeira dos Índios, Arapiraca, Içosa, Capela, Atalaia e Santana do Ipanema.....	
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.		50.000.000,00	
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.		5) Para atender às despesas com o prosseguimento da construção da subestação abaixadora e linha de transmissão para a cidade de Palmares, Pernambuco, em convênio com a Companhia Hidrelétrica do S. Francisco...	
3.1.06 – Irrigação e Energia Hidráulica.		30.000.000,00	
02) Alagoas.		6) Para atender às despesas com a construção da linha de transmissão para as cidades de Brejão e Bom Conselho – Pernambuco.....	
		10.000.000,00	
		Total.....	
		45.000.000,00	
Nº 377			
18) Leia-se.....		11 – Departamento Nacional da Produção Mineral.	
25.000.000,00		3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.	
06) Ceará.		3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.	
11) Leia-se.....		3.1.06 – Irrigação e Energia Elétrica.	
50.000.000,00			
17) Pernambuco.			
3) Leia-se.....			
100.000.000,00			
27) Diversos.			
2) Leia-se.....			
100.000.000,00			
06) Ceará.			
20) Para atender às despesas da construção da subestação de Ingazeiras, em convênio com a Companhia Hidrelétrica do S. Francisco.....			
50.000.000,00			
17) Pernambuco.			
4) Para atender às despesas, em convênio com a Companhia Hidrelétrica do São Francisco, da construção de subesta-			

Inclua-se: 02) Alagoas.	Cr\$	Acrescente-se:	Cr\$
Linhas de transmissão da CHESF, para Paulo Jacinto e Quebrângulo (Alagoas) e estações abaixadoras..	<u>15.000.000,00</u>	Para os serviços de abastecimento de água de Pontas de Coruripe – Alagoas em convênio com a Prefeitura.....	<u>1.000.000,00</u>
Nº 378		Nº 380	
11 – Departamento Nacional da Produção Mineral. 3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social. 3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento. 3.1.06 – Irrigação e Energia Hidráulica. 02) Alagoas. Diversos.		11 – Departamento Nacional da Produção Mineral. 3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social. 3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento. 3.1.06 – Irrigação e Energia Elétrica. 02) Alagoas. Inclua-se:	Reforma da rede de distribuição de energia de São Luiz do Quitunde, em convênio com o Município..... <u>2.000.000,00</u>
Para prosseguimento de estudos e construção de uma usina hidrelétrica no Município de Passo de Camaragibe, com aproveitamento de uma queda de água do Rio Camaragibe – Aumente-se para.....	<u>10.000.000,00</u>	Nº 381	
Nº 379		11 – Departamento Nacional de Produção Mineral. 3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social. 3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento. 3.1.06 – Irrigação e Energia Hidráulica. Redija-se assim:	19) Despesas de qualquer natureza com a instalação da estação abaixadora e linhas de transmissão da CHESF no Município de São Mi-
11 – Departamento Nacional da Produção Mineral. 3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social. 3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento. 3.1.06 – Irrigação e Energia Hidráulica. Diversos. 02) Alagoas.			

<p>guel dos Campos para atender à cidade e aos centros industriais do Município.....</p>		<p>Nº 384</p> <p>11 – Departamento Nacional de Produção Mineral.</p>
	Cr\$	
	10.000.000,00	
<p>Nº 382</p> <p>11 – Departamento Nacional de Produção Mineral.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.06 – Irrigação e Energia Elétrica.</p> <p>02) Alagoas.</p> <p>Inclua-se:</p>		<p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.06 – Irrigação e Energia Elétrica.</p> <p>02) Alagoas.</p> <p>Inclua-se:</p>
<p>Reforma da rede de distribuição de energia do Pôrto Real do Colégio, mediante convênio com o município.....</p>		<p>Cr\$</p> <p>Estado e aproveitamento das fontes de água mineral em Alagoas.....</p>
	2.000.000,00	500.000,00
<p>Nº 383</p> <p>11 – Departamento Nacional de Produção Mineral.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.06 – Irrigação e Energia Elétrica.</p> <p>02) Alagoas.</p> <p>Inclua-se:</p>		<p>Nº 385</p> <p>11 – Departamento Nacional da Produção Mineral.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.06 – Irrigação e Energia Hidráulica.</p> <p>Diversos.</p> <p>02) Alagoas.</p> <p>Inclua-se:</p>
<p>Reforma da rede de distribuição de energia elétrica da cidade de Atalaia, mediante convênio com a Prefeitura.....</p>	Cr\$	<p>Cr\$</p> <p>Para os serviços de abastecimento de água na cidade de Limoeiro de Anádia – Alagoas – em convênio com a Prefeitura.....</p>
	3.000.000,00	3.000.000,00

Nº 386

11 – Departamento Nacional da Produção Mineral.
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.
3.1.06 – Irrigação e Energia Elétrica.
02) Alagoas.
Inclua-se:

	Cr\$
1) Abastecimento de água de Coruripe (convênio com o Município).....	3.000.000,00
2) Abastecimento de água de Capela (convênio com o Município).....	3.000.000,00
3) Abastecimento de água de Maragogi (convênio com o Município).....	<u>3.000.000,00</u>
Total.....	<u>9.000.000,00</u>

Nº 387

11 – Departamento Nacional da Produção Mineral.
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.
3.1.06 – Irrigação e Energia Elétrica.
02) Alagoas.
Inclua-se:

	Cr\$
Reforma da rede de distribuição de energia de São José da Laje, mediante convênio com o Município.	<u>2.000.000,00</u>

Nº 388

11 – Departamento Nacional da Produção Mineral.
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.
3.1.06 – Irrigação e Energia Elétrica.
02) Alagoas.

	Cr\$
Para melhoramentos nos serviços elétricos de Coruripe, mediante convênio com o Município.....	<u>1.000.000,00</u>

Nº 389

11 – Departamento Nacional da Produção Mineral.
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.
3.1.06 – Irrigação e Energia Elétrica.
02) Alagoas.
Inclua-se:

	Cr\$
Extensão da linha da CHESF de União dos Palmares para São José da Laje, em Alagoas.....	<u>20.000.000,00</u>

Nº 390

11 – Departamento Nacional da Produção Mineral.
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.

<p>3.1.06 – Irrigação e Energia Elétrica. 05) Bahia. Inclua-se:</p> <p>Cr\$</p> <p>Construção da rede elétrica da cidade de Conquista, integrada no sistema hidrelétrico do Rio Pardo, inclusive aquisição de materiais..... <u>500.000,00</u></p>	<p>Nº 393</p> <p>11 – Departamento Nacional da Produção Mineral.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.06 – Irrigação e Energia Elétrica.</p> <p>05) Bahia.</p> <p>Aumente-se para Cr\$ 25.000.000,00 o item 25), dando a seguinte redação: "Usina Hidrelétrica do Rio Pardo, em Itambé, inclusive desapropriações dos terrenos inundados, mediante convênio com a Prefeitura de Itambé".</p>
<p>Nº 391</p> <p>11 – Departamento Nacional da Produção Mineral.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.06 – Irrigação e Energia Elétrica.</p> <p>05) Bahia.</p> <p>Inclua-se:</p> <p>Cr\$</p> <p>Ampliação da rede de distribuição de energia da CHESF, da cidade de Alagoinhas..... <u>4.000.000,00</u></p>	<p>Nº 394</p> <p>11 – Departamento Nacional da Produção Mineral.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>05) Bahia.</p> <p>Acrescente-se:</p> <p>Cr\$</p> <p>Estudos e obras da usina de Tremembé, Município de Maraú..... <u>3.000.000,00</u></p>
<p>Nº 392</p> <p>11 – Departamento Nacional da Produção Mineral.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.06 – Irrigação e Energia Elétrica.</p> <p>05) Bahia.</p> <p>Aumente-se para Cr\$ 10.000.000,00 o item 5 linha de transmissão Castro Alves – Santa Teresinha Paraíso – Amargosa.</p>	<p>Nº 395</p> <p>11 – Departamento Nacional da Produção Mineral.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.06 – Irrigação e Energia Elétrica.</p> <p>05) Bahia.</p>

<p>Aumente-se para Cr\$ 15.000.000,00 o item 31) – linha de transmissão Feira – Tanquinho – Conceição do Coité e Valente.</p>	<p>Cr\$</p> <p>a começar pelas de 66 KW Juazeiro, Crato, Ingazeiras, Cedro, Iguatu, Acopiara, Senador Pompeu.....</p> <p>30.000.000,00</p>
<p>Nº 396</p> <p>11 – Departamento Nacional da Produção Mineral.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.06 – Irrigação e Energia Hidráulica.</p> <p>05) Bahia.</p> <p>Acrescente-se:</p>	<p>Nº 398</p> <p>11 – Departamento Nacional da Produção Mineral.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.06 – Irrigação e Energia Hidráulica.</p> <p>06) Ceará.</p> <p>Majorem-se assim os seguintes quantitativos, constantes da Redação Final da Câmara:</p>
<p>Cr\$</p> <p>Para a aquisição e instalação da rede aérea para distribuição de energia elétrica, na sede do Município de Camaçari, como também nos Distritos de Dias d'Ávila e Parafuso, no Estado da Bahia.....</p> <p>500.000,00</p> <p>Nº 397</p>	<p>Cr\$</p> <p>2) Despesas de qualquer natureza para prosseguimento das obras nos campos de irrigação de Gadelha, Bugi, Penha, Cardoso e Mata Pasto, Município de Iguatu, Estado do Ceará, compreendendo a construção de novas redes de canais, reparos nos canais existentes e aquisição de motobombas</p> <p>3.000.000,00</p> <p>16) Construção de linhas de transmissão do açude Banabuiu a Quixadá.....</p> <p>20.000.000,00</p> <p>17) Construção de barragem sobre o riacho "Unha de Gato", nos lugares Tranqueira e</p>
<p>11 – Departamento Nacional da Produção Mineral.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.07 – Irrigação e Energia Hidráulica.</p> <p>06) Ceará.</p> <p>Acrescente-se:</p> <p>Construção da CHESF de linhas de transmissão e Estações transformadoras do sistema Cariri em território Cearense</p>	

		Cr\$		
São Domingos, no Município de Lavras da Mangabeira.....		2.500.000,00	3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.	
19) Construção, em cooperação com particulares, de canais de irrigação e poços semi-artezianos no vale do riacho olho d'Água, afluente do Rio Machado, no Município de Várzea Alegre.....		2.500.000,00	3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.	
Total.....		28.000.000,00	3.1.06 – Irrigação e Energia Elétrica.	
Nº 399			Onde se lê:	
11 – Departamento Nacional da Produção Mineral.			Cr\$	
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.			Para a extensão de energia de Paulo Afonso à cidade de Missão Velha.....	
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.			1.500.000,00	
3.1.06 – Irrigação e Energia Hidráulica.			Leia-se:	
06) Ceará.			Para a extensão de energia de Paulo Afonso à cidade de Missão Velha.....	
Acrescente-se:			4.500.000,00	
		Cr\$	Nº 401	
Para o sistema do Cariri em território cearense, inclusive extensão da energia de Paulo Afonso às cidades de Santanópolis, Várzea Alegre, Lama, Aurora, Missão Velha, Quixadá, Barbalha, Milagres, Cariacó, Jardim, Icó, Jucás, Solonópolis e Ipaumirim.....		50.650.000,00	11 – Departamento Nacional da Produção Mineral.	
Nº 400			3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.	
11 – Departamento Nacional da Produção Mineral.			3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.	
			3.1.06 – Irrigação e Energia Hidráulica.	
			I) Altere-se:	
			Cr\$	
			2) Construção de campos de irrigação em cooperação com particulares, nos moldes do Decreto-lei nº 1.499, de 9 de agosto de 1939.....	
			10.000.000,00	
			II) Acrescente-se:	
			13) Aproveitamento da energia hidráulica da Cachoeira de Labirinto e outras fontes de energia, em Baturité, Ceará...	
			6.000.000,00	

<p>14) Aproveitamento da energia hidráulica no Vale do Inhuçu e na Cachoeira de Lontra, Ceará.</p> <p style="text-align: right;">Cr\$</p> <p style="text-align: right;">8.000.000,00</p> <p>Total..... 14.000.000,00</p>	<p style="text-align: right;">Cr\$</p> <p>Ingazeiras – Milagres – Brejo Santo..... 1.500.000,00</p> <p>Total..... 4.500.000,00</p>
<p style="text-align: center;">Nº 402</p> <p>11 – Departamento Nacional da Produção Mineral.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.06 – Irrigação e Energia Elétrica.</p> <p>Extensão da energia de Paulo Afonso ao sistema Cariri às cidades de Santanópolis, Quixadá, Várzea Alegre, Lavras e Aurora.</p> <p>Onde se lê:</p> <p>Cr\$ 10.000.000,00.</p> <p>Leia-se:</p> <p>Cr\$ 20.000.000,00.</p>	<p>Leia-se:</p> <p>Construção pela CHESF das linhas de transmissão: Ingazeiras – Juazeiro – Crato (conclusão) 3.000.000,00</p> <p>Ingazeiras – Milagres – Brejo Santo..... 6.010.000,00</p> <p>Total..... 9.010.000,00</p>
<p style="text-align: center;">Nº 403</p> <p>11 – Departamento Nacional da Produção Mineral.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.06 – Irrigação e Energia Elétrica.</p> <p>Onde se lê:</p>	<p style="text-align: center;">Nº 404</p> <p>11 – Departamento Nacional da Produção Mineral.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.06 – Irrigação e Energia Elétrica.</p> <p>06) Ceará.</p>
<p>Construção pela CHESF das linhas de transmissão:</p> <p style="text-align: right;">Cr\$</p> <p>Ingazeiras – Juazeiro – Crato (conclusão)..... 3.000.000,00</p>	<p style="text-align: right;">Cr\$</p> <p>Extensão da energia de Paulo Afonso, no sistema Cariri, às cidades de Jucá, Icó, Mombaça e Solonópolis..... 16.612.000,00</p>
	<p style="text-align: center;">Nº 405</p> <p>11 – Departamento Nacional da Produção Mineral.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.06 – Irrigação e Energia Hidráulica.</p>

Cr\$		Acrescente-se:	
8). Espírito Santo		08) Espírito Santo.	
Aproveitamento do potencial hidrelétrico da Cachoeira antigamente denominada do Rio Pardo, no Rio Norte Esquerdo, no Município de Iuna, em convênio com a ESCELSA – (Espírito Santo Centrais Elétricas S. A.).....		Cr\$	
		Para prosseguimento da construção da Usina Hidrelétrica da Cachoeira do Inferno, no Município de Ibiráçu.....	3.000.000,00
		Para a construção da Usina Hidrelétrica do Rio São José, no Município de Linhares.....	5.000.000,00
		Para a construção da Usina Hidrelétrica da Cachoeira de Cafundó, no Município de Alfredo Chaves.....	5.000.000,00
		Total.....	13.000.000,00
Nº 406		Para a melhoria do sistema elétrico, nos seguintes Municípios:	
11 – Departamento Nacional da Produção Mineral.		Cr\$	
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.		(Povoação e Sede)	
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.		Linhares.....	3.200.000,00
3.1.06 – Irrigação e Energia Hidráulica.		Domingos Martins.....	1.000.000,00
08) Espírito Santo.		Castelo.....	1.000.000,00
		São Mateus.....	1.000.000,00
		Mucurici.....	1.000.000,00
		Ecoporanga.....	1.000.000,00
		Conceição da Barra.....	1.000.000,00
		Guaçu.....	1.000.000,00
		Alegre.....	1.000.000,00
		S. Leopoldina.....	1.000.000,00
		S. Tereza.....	1.000.000,00
		Baixo Guandu.....	1.000.000,00
		Total.....	14.200.000,00
Cr\$		Nº 408	
Construção da Usina Hidrelétrica de Itaguaçu para prosseguimento, em cooperação com a Prefeitura de Itaguaçu.....		11 – Departamento Nacional da Produção Mineral.	
		3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.	
		3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.	
		3.1.06 – Irrigação e Energia Elétrica.	
Nº 407		11 – Departamento Nacional da Produção Mineral.	
		3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.	
		3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.	
		3.1.06 – Irrigação e Energia Elétrica.	

<p>3.1.06 – Irrigação e Energia Elétrica. 08) Espírito Santo. Acrescente-se:</p>	<p>Inclua-se:</p>
<p>Cr\$</p> <p>Para prosseguimento da construção da Usina Hidrelétrica da Cachoeira da Onça, no Rio São José, no Município de Colatina (Distritos de São Domingos e São Gabriel da Palha).....</p>	<p>Cr\$</p> <p>Para início da construção da Usina Elétrica da Cachoeira do Cafundó, Município de Alfredo Chaves.....</p>
<p><u>3.000.000,00</u></p>	<p><u>20.000.000,00</u></p>
<p>Nº 409</p> <p>11 – Departamento Nacional da Produção Mineral.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.06 – Irrigação e Energia Elétrica.</p> <p>Acrescente-se:</p>	<p>Nº 411</p> <p>11 – Departamento Nacional da Produção Mineral.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.06 – Irrigação e Energia Elétrica.</p> <p>Inclua-se:</p>
<p>Cr\$</p> <p>Para conclusão da construção e aparelhamento da Usina Elétrica de Caprini, Município de Alfredo Chaves.....</p>	<p>Cr\$</p> <p>Construção de uma Usina Hidrelétrica no Município de Rio Novo do Sul, com aproveitamento dos estudos aprovados pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica do Espírito Santo.....</p>
<p><u>4.000.000,00</u></p>	<p><u>3.000.000,00</u></p>
<p>Nº 410</p> <p>11 – Departamento Nacional da Produção Mineral.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.06 – Irrigação e Energia Elétrica.</p>	<p>Nº 412</p> <p>11 – Departamento Nacional da Produção Mineral.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.06 – Irrigação e Energia Elétrica.</p> <p>Inclua-se:</p> <p>Para captação e construção de uma adutora de água pura</p>

<p>à cidade de Muqui, no Estado do Espírito Santo.....</p>		<p>Nº 415</p> <p>11 – Departamento Nacional da Produção Mineral.</p>
<p>3.000.000,00</p>		<p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p>
<p>Nº 413</p>		<p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p>
<p>11 – Departamento Nacional da Produção Mineral.</p>		<p>3.1.06 – Irrigação e Energia Elétrica.</p>
<p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p>		<p>Inclua-se:</p>
<p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p>		<p>Cr\$</p>
<p>3.1.06 – Irrigação e Energia Elétrica.</p>		<p>Encampação da Cia. Eletricidade Muqui do Sul, ampliação da rede elétrica e construção de barragem e aumento da produção de energia elétrica, pela Prefeitura Municipal de Muqui, Estado do Espírito Santo</p>
<p>Inclua-se:</p>		<p>8.000.000,00</p>
<p>Cr\$</p>		<p>Nº 416</p>
<p>Para conclusão da construção da Usina Santa Lúcia, em Santa Teresa, Estado do Espírito Santo....</p>		<p>11 – Departamento Nacional da Produção Mineral.</p>
<p>500.000,00</p>		<p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p>
<p>Nº 414</p>		<p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p>
<p>11 – Departamento Nacional da Produção Mineral.</p>		<p>3.1.06 – Irrigação e Energia Elétrica.</p>
<p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p>		<p>08) Espírito Santo.</p>
<p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p>		<p>Acrescentar:</p>
<p>3.1.06 – Irrigação e Energia Elétrica.</p>		<p>1) Aproveitamento do potencial etc., mais.....</p>
<p>Inclua-se:</p>		<p>13.200.000,00</p>
<p>Cr\$</p>		<p>Inclua-se:</p>
<p>Para aproveitamento da Cachoeira Viçosa, no Distrito de Conceição de Castelo e construção de uma hidrelétrica.....</p>		<p>Cr\$</p>
<p>5.000.000,00</p>		<p>8) Aproveitamento do potencial elétrico da Cachoeira da Fumaça no Município de Alegre</p>
<p></p>		<p>15.000.000,00</p>

	Cr\$
9) Aproveitamento do potencial elétrico da Cachoeira do Inferno, Município de Ibirapu.....	10.000.000,00
Total.....	<u>25.000.000,00</u>

Nº 417

11 – Departamento Nacional da Produção Mineral.
 3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.
 3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.
 3.1.06 – Irrigação e Energia Elétrica.
 10) Goiás.
 Inclua-se:

	Cr\$
Ampliação da Usina Hidrelétrica de Anicuns.....	<u>3.000.000,00</u>

Nº 418

11 – Departamento Nacional da Produção Mineral.
 3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.
 3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.
 3.1.06 – Irrigação e Energia Elétrica.
 Acrescente-se:

	Cr\$
Para a construção do sistema de água e esgotos de Corumbáiba, em Goiás.....	<u>500.000,00</u>

Nº 419

11 – Departamento Nacional da Produção Mineral.
 3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.
 3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.
 3.1.06 – Irrigação e Energia Hidráulica.
 Acrescente-se:

	Cr\$
Conclusão dos serviços de abastecimento de água e os de esgoto da cidade de Jataí – Goiás..	<u>6.000.000,00</u>

Nº 420

11 – Departamento Nacional da Produção Mineral.
 3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.
 3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.
 3.1.06 – Irrigação e Energia Elétrica.
 Acrescente-se:

	Cr\$
Rêde de transmissão e de distribuição de energia elétrica para o Município de Itauçu – em convênio com a "Centrais Elétricas de Goiás S. A.".....	<u>3.000.000,00</u>

Nº 421

11 – Departamento Nacional da Produção Mineral.
 3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.
 3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.

3.1.06 – Irrigação e Energia Elétrica.	Cr\$	das cachoeiras nos afluentes caudalosos do Rio Paranaíba.....	Cr\$ 4.000.000,00
Para conclusão das obras da Usina Hidráulica de Santa Cruz, de Goiás	Cr\$ 3.000.000,00		
Nº 422		Nº 424	
11 – Departamento Nacional da Produção Mineral.		11 – Departamento Nacional da Produção Mineral.	
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.		3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.	
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.		3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.	
3.1.06 – Irrigação e Energia Elétrica.		3.1.06 – Irrigação e Energia Hidráulica.	
10) Goiás.			Cr\$
Acrescente-se:		Construção, aparelhamento e funcionamento da Usina Hidrelétrica de Caiapônia.....	3.000.000,00
	Cr\$	Nº 425	
Para a ampliação e conservação da Usina Hidráulica de Morrinhos – em Goiás.....	1.000.000,00	11 – Departamento Nacional da Produção Mineral.	
Nº 423		3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.	
11 – Departamento Nacional da Produção Mineral.		3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.	
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.		3.1.06 – Irrigação e Energia Hidráulica.	
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.		Acrescente-se:	
3.1.06 – Irrigação e Energia Hidráulica.			Cr\$
Acrescentar novo item depois do último:		Ultimação da instalação, aparelhamento e funcionamento da Usina Hidrelétrica de Sítio D'Abadia, em Goiás.....	2.000.000,00
(Item ..) Estudos e projetos do aproveitamento da energia hidrelétrica das Cachoeiras do Canal de São Simão da corredeira entre esta e a Cachoeira Dourada, bem como		Nº 426	
		11 – Departamento Nacional da Produção Mineral.	
		3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.	

3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.	Cr\$
3.1.06 – Irrigação e Energia Hidráulica.	Construção, instalação, aparelhamento e funcionamento do abastecimento de energia elétrica de Crixás, em Goiás..... <u>3.000.000,00</u>
Cr\$	
Convênio com a Prefeitura Municipal de Carmo do Rio Verde, Estado de Goiás, para a conclusão da Usina Hidrelétrica do Município, inclusive aquisição de materiais e acessórios necessários..... <u>1.000.000,00</u>	Nº 429
Nº 427	11 – Departamento Nacional da Produção Mineral.
11 – Departamento Nacional da Produção Mineral.	3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.	3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.	3.1.06 – Irrigação e Energia Hidráulica.
3.1.06 – Irrigação e Energia Hidráulica.	10) Goiás.
Acrescente-se:	Inclua-se:
Cr\$	Cr\$
Construção, aparelhamento, instalações e funcionamento da Usina Hidráulica da Cachoeira de Goiás..... <u>3.000.000,00</u>	Prefeitura Municipal de Jaraguá, para os serviços, de abastecimento de água..... <u>4.000.000,00</u>
Nº 428	Nº430
11 – Departamento Nacional da Produção Mineral.	11 – Departamento Nacional da Produção Mineral.
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.	3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.	3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.
3.1.06 – Irrigação e Energia Hidráulica.	3.1.06 – Irrigação e Energia Hidráulica.
	11) Maranhão.
	Inclua-se:
	Para estudos e projeto de aproveitamento da Cachoeira Criminosa, no Rio Itapicuru, para fornecimento de força e luz, às cidades de Caxias, Timon, Codó,

<p>no Maranhão, e Teresina, capital do Piauí..... <u>Cr\$ 5.000.000,00</u></p>	<p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento. 3.1.06 – Irrigação e Energia Hidráulica. Acrescente-se:</p>
<p>Nº 431</p>	
<p>11 – Departamento Nacional da Produção Mineral. 3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social. 3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento. 3.1.06 – Irrigação e Energia Hidráulica. 11) Maranhão. Acrescente-se:</p>	<p>Cr\$ Para prosseguimento das obras da Usina Hidrelétrica de Torixoreu, no Estado de Mato Grosso..... <u>2.000.000,00</u></p>
<p>Cr\$ 1) Construção de uma Usina Elétrica – Cr\$ 2.000.000,00 – em Benedito Leite.</p>	<p>Nº 434</p>
<p>Nº 432</p>	<p>11 – Departamento Nacional da Produção Mineral. 3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social. 3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento. 3.1.06 – Irrigação e Energia Hidráulica. 13) Minas Gerais. Acrescente-se:</p>
<p>11 – Departamento Nacional da Produção Mineral. 3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social. 3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento. 3.1.06 – Irrigação e Energia Hidráulica. 12) Mato Grosso. Acrescente-se:</p>	<p>Cr\$ Linha de transmissão de Carioca para Torneiros Antunes <u>1.000.000,00</u></p>
<p>Cr\$ Para ampliação da Usina de Coxim, Mato Grosso..... <u>1.000.000,00</u></p>	<p>Nº 435</p>
<p>Nº 433</p>	<p>11 – Departamento Nacional da Produção Mineral. 3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social. 3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento. 3.1.06 – Irrigação e Energia Hidráulica. 13) Minas Gerais. Inclua-se:</p>
<p>11 – Departamento Nacional da Produção Mineral. 3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p>	<p>Para auxílio ao Estado de Minas Gerais, por intermédio da</p>

<p>Centrais Elétricas de Minas Gerais S. A., para construção da linha de transmissão, sub-estação, rede de distribuição e demais serviços correlatos destinados ao suprimento de energia elétrica ao Município de Cristais, partindo da Usina Hidrelétrica do Anil.....</p>	<p>Cr\$</p>	<p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento. 3.1.06 – Irrigação e Energia Elétrica. 13) Minas Gerais. Onde se lê:</p>
<p>Nº 436</p>		<p>Cr\$</p>
<p>11 – Departamento Nacional da Produção Mineral. 3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social. 3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento. 3.1.06 – Irrigação e Energia Elétrica. 13) Minas Gerais. Inclua-se:</p>		<p>Linhas de transmissão de Cachoeira Dourada, em território mineiro.....</p>
<p>Construção de poço arteziano, em regime de acordo com a Prefeitura Municipal de Rio Pomba.....</p>	<p>Cr\$</p>	<p>30.000.000,00</p>
<p>Construção de poço arteziano, em regime de acordo com a Prefeitura Municipal de Rio Novo.....</p>	<p>Cr\$</p>	<p>30.000.000,00</p>
<p>Total.....</p>	<p>Cr\$</p>	<p>30.000.000,00</p>
<p>Nº 437</p>		<p>Nº 438</p>
<p>11 – Departamento Nacional da Produção Mineral. 3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p>		<p>11 – Departamento Nacional da Produção Mineral. 3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social. 3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento. 6) Linhas de transmissão.</p>
<p>4) Santa do Deserto a Simão Pereira, em convênio com a Prefeitura.....</p>		<p>Cr\$</p>
<p>Nº 439</p>		<p>Cr\$</p>
<p>11 – Departamento Nacional da Produção Mineral. 3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p>		<p>11 – Departamento Nacional da Produção Mineral. 3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social. 3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p>
<p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p>		<p>4) Santa do Deserto a Simão Pereira, em convênio com a Prefeitura.....</p>
<p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p>		<p>3.000.000,00</p>

3.1.06 – Irrigação e Energia Elétrica. 13) Minas Gerais.	Inclua-se:	Cr\$
Inclua-se: Construção de Usina Hidrelétrica em Aventureiro, Município de Além Paraíba, Minas Gerais.	Para ampliação e reforma da rede urbana de eletricidade da cidade de Piumbu.....	4.000.000,00
Nº 440	Para ampliação e reforma da rede urbana de energia elétrica da cidade de Santo Antônio do Monte.	4.000.000,00
11 – Departamento Nacional da Produção Mineral.	Para ampliação e reforma da rede urbana de energia elétrica da cidade de Formiga.....	4.000.000,00
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.	Para aquisição e reforma de usina de energia elétrica na cidade de Santa Rita de Jacutinga.....	4.000.000,00
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.	Rêde de abastecimento de água na cidade de Passa Tempo.....	3.000.000,00
3.1.06 – Irrigação e Energia Elétrica.	Total.....	19.000.000,00
13) Minas Gerais.	Nº 442	
Inclua-se:	11 – Departamento Nacional da Produção Mineral.	
Cr\$	3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.	
Para a construção, em convênio com a Prefeitura Municipal de Além Paraíba, Estado de Minas Gerais, da Usina Hidrelétrica de Aventureiro, distrito daquele Município.....	3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.	3.000.000,00
Nº 441	3.1.06 – Irrigação e Energia Hidráulica.	
11 – Departamento Nacional da Produção Mineral.	13) Minas Gerais:	
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.	Onde se lê:	
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.	Para complementação da linha de transmissão entre a Usina Hidrelétrica pertencente à Cemig, e a Vila Conceição de Tronqueiras e a cidade de Coroaci,	
3.1.06 – Irrigação e Energia Elétrica.		
13) Minas Gerais.		

Nº 446

11 – Departamento Nacional da Produção Mineral.
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.
3.1.06 – Irrigação e Energia Hidráulica.
Inclua-se:
Para prosseguimento dos acordos, para melhoramentos das linhas de transmissão elétricas e reforma das usinas elétricas, com as Prefeituras Municipais de:

	Cr\$
Antônio Dias.....	1.000.000,00
S. José do Goiabal.....	500.000,00
Coimbra.....	500.000,00
Total.....	<u>2.000.000,00</u>

Nº 447

11 – Departamento Nacional da Produção Mineral.
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.
3.1.06 – Irrigação e Energia Hidráulica.
13) Minas Gerais.

	Cr\$
1) Construção de linhas de distribuição de energia elétrica nas seguintes cidades, em Minas Gerais:	
a) S. José do Goiabal.....	2.000.000,00
b) Conquista.....	3.000.000,00
c) São Gotardo.....	3.000.000,00
2) Continuação da Usina Elétrica Cachoeira dos Dorne-	

Cr\$

les, Rio Pará, Município de Passa Tempo, Minas Gerais, conforme convênio já assinado com a Prefeitura de Passa Tempo..... 3.000.000,00
3) Para reforma da Usina Elétrica do Rio São Domingos, em convênio com a Prefeitura de Arcos..... 2.000.000,00
Total..... 13.000.000,00

Nº 448

11 – Departamento Nacional da Produção Mineral.
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.
3.1.06 – Irrigação e Energia Hidráulica.
13) Minas Gerais.

Nº 449

11 – Departamento Nacional da Produção Mineral.
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.
3.1.06 – Irrigação e Energia Hidráulica.
13) Minas Gerais.
Onde se lê:

Cr\$

Melhoramentos das linhas de transmissão de Boa Esperança, em convênio com a Prefeitura Municipal .. 3.000.000,00

Leia-se:	Nº 452
<div>Cr\$</div> <div>Melhoramentos das linhas de transmissão da cidade de São Gotardo, Minas Gerais, em convênio com a Prefeitura Municipal</div> <div>3.000.000,00</div>	<div>11 – Departamento Nacional da Produção Mineral.</div> <div>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</div> <div>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</div>
Nº 450	3.1.06 – Irrigação e Energia Hidráulica.
11 – Departamento Nacional da Produção Mineral.	13) Minas Gerais.
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.	Onde se lê:
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.	Cr\$
3.1.06 – Irrigação e Energia Hidráulica.	Melhoramentos das linhas de transmissão de Boa Esperança e Campos Gerais, em convênio com a Prefeitura Municipal.....
Inclua-se:	3.000.000,00
Cr\$	Leia-se:
Para a linha de transmissão Salto Grande a Virgíópolis, Minas Geral	Melhoramentos das linhas de transmissão de Boa Esperança e Campos Gerais, em convênio com a Prefeitura Municipal.....
6.000.000,00	3.000.000,00
Nº 451	Nº 453
11 – Departamento Nacional da Produção Mineral.	11 – Departamento Nacional da Produção Mineral.
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.	3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.	3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.
3.1.06 – Irrigação e Energia Hidráulica.	3.1.06 – Irrigação e Energia Elétrica.
Inclua-se:	13) Minas Gerais.
Cr\$	
Instalação de energia elétrica em Granjas, Município de Minas Novas (Minas Gerais).....	
500.000,00	

Inclua-se:	Nº 456
<div>Cr\$</div> <div>Para instalação de energia elétrica em Santa Rita, Município de Minas Novas (Minas Gerais).....</div> <div>500.000,00</div>	<div>11 – Departamento Nacional da Produção Mineral.</div> <div>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</div> <div>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</div>
Nº 454	
<div>11 – Departamento Nacional da Produção Mineral.</div> <div>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</div> <div>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</div> <div>3.1.06 – Irrigação e Energia Elétrica.</div> <div>16) Paraná.</div> <div>Inclua-se:</div>	<div>3.1.06 – Irrigação e Energia Elétrica.</div> <div>16)Paraná.</div> <div>Inclua-se:</div>
Cr\$	Cr\$
<div>8) Aproveitamento do potencial hidrelétrico do Rio Ocoí, afluente do Rio Paraná, em cooperação com o Departamento de Águas e Energia Elétrica do Estado do Paraná.....</div> <div>50.000.000,00</div>	<div>A Companhia Paranaense de Energia Elétrica, para prosseguimento e execução do planejamento do aproveitamento hidroelétrico da Bacia dos Rios Capivari e Cachoeira, no litoral paranaense.....</div> <div>500.000.000,00</div>
Nº 455	Nº 457
<div>11 – Departamento Nacional da Produção Mineral.</div> <div>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</div> <div>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</div> <div>3.1.03 – Desenv. da Produção.</div> <div>14) Pará.</div> <div>Inclua-se:</div>	<div>11 – Departamento Nacional da Produção Mineral.</div> <div>3.0.00 - Desenvolvimento Econômico e Social.</div> <div>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</div> <div>3.1.06 – Irrigação e Energia Hidráulica.</div> <div>17) Pernambuco</div>
Cr\$	Cr\$
<div>Casa do Filho do Seringueiro de Ananindeua.....</div> <div>400.000,00</div>	<div>Linha de transmissão entre Goiana e os distritos.....</div> <div>10.000.000,00</div>
Nº 458	Nº 458
Cr\$	Cr\$
<div>11 – Departamento Nacional da Produção Mineral.</div> <div>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</div>	<div>11 – Departamento Nacional da Produção Mineral.</div> <div>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</div>

3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.
3.1.06 – Irrigação e Energia Hidráulica.
17) Pernambuco.

Cr\$

Linha de transmissão entre Caruaru e Altino, em convênio com o Estado de Pernambuco..... 10.000.000,00

Nº 459

11 – Departamento Nacional da Produção Mineral.
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.
3.1.06 – Irrigação e Energia Hidráulica.
17) Pernambuco.
Inclua-se:

Cr\$

Estação abaixadora e linha de transmissão partindo de Angelim para Lajedo..... 5.000.000,00

Justificação

Os serviços foram estudados e iniciados. Tem que haver ligeira alteração no sistema de transmissão por vantagens técnicas que representou todavia um encarecimento dos serviços previstos.

Nº 460

11 – Departamento Nacional da Produção Mineral.
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.
3.1.06 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.

3.1.06 – Irrigação e Energia Hidráulica.
17) Pernambuco.
Inclua-se.

Cr\$

Instalação e linha de transmissão entre Caruaru e a estância hidromineral de Carapatós..... 3.600.000,00

Nº 461

11 – Departamento Nacional da Produção Mineral.
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.
3.1.06 – Irrigação e Energia Hidráulica.
17) Pernambuco.

Cr\$

Aumente-se para..... 80.000.000,00

Plano piloto de eletrificação rural no Vale do São Francisco, partindo de Bom Nome, para Salgueiro, Cabrobó, Santa Maria da Boa Vista e Petrolina, em convênio com a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) e o Governo do Estado de Pernambuco.

Nº 462

11 – Departamento Nacional da Produção Mineral.
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.
3.1.06 – Irrigação e Energia Hidráulica.
27) Diversos.

2) Construção de linhas de transmissão e estações rebaixadoras a cargo da CHESF, no Rio Grande do Norte, sistema Goianinha (PE), Campina Grande (PB) e Santa Cruz (RGN).

Onde se diz:

Cr\$ 20.000.000,00.

Aumente-se para:

Cr\$ 60.000.000,00.

Nº 463

11 – Departamento Nacional da Produção Mineral.

3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.

3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.

3.1.06 – Irrigação e Energia Hidráulica.

22) Rio Grande do Sul.

Inclua-se:

Cr\$

Espumoso – Alto Alegre – Campo Borges (para linha de transmissão)..... 500.000,00

Soledade – Fontoura Xavier (para linha de transmissão)..... 500.000,00

Total..... 1.000.000,00

Nº 464

11 – Departamento Nacional da Produção Mineral.

3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.

3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.

3.1.06 – Irrigação e Energia Hidráulica.

22) Rio Grande do Sul.

Inclua-se:

Cr\$

Para a rede de distribuição de energia elétrica para os Travessões Rondelli, S. Vítor, Lagoa Bela, S. Liberal, em Flôres da Cunha..... 1.500.000,00

Para a rede de distribuição de energia elétrica para Monte Bérnico, em Flôres da Cunha..... 1.000.000,00

Para a rede de distribuição de energia elétrica para o Travessão Bonito, em Flôres da Cunha..... 1.000.000,00

Para a rede de distribuição de energia elétrica para o Travessão Acioli, em Flôres da Cunha..... 1.000.000,00

Total..... 4.500.000,00

Nº 465

11 – Departamento Nacional da Produção Mineral.

3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.

3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.

3.1.06 – Irrigação e Energia Hidráulica.

24) Santa Catarina.

Onde se diz:

Cr\$

Linha de transmissão de energia elétrica Joinville – Barra Velha – Piçarras..... 30.000.000,00

Diga-se:

	Cr\$
Linha de transmissão de energia elétrica de Araguari para Itapocu, São João, Barra Velha, Itajuba e Piçarras.....	<u>3.000.000,00</u>

Nº 466

11 – Departamento Nacional da Produção Mineral.
 3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.
 3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.
 3.1.06 – Irrigação e Energia Hidráulica.
 24) Santa Catarina.
 Onde se diz:

		Cr\$
6)	Serviço de abastecimento de água de Criciúma.....	<u>3.350.000,00</u>

Diga-se:

6)	Serviço de abastecimento de água de Criciúma.....	<u>7.000.000,00</u>
----	---	---------------------

Nº 467

11 – Departamento Nacional de Produção Mineral.
 3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.
 3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.
 3.1.06 – Irrigação e Energia Hidráulica.
 24) Santa Catarina.

Acrescente-se:

	Cr\$
Estudo e abastecimento da Estância hidro-mineral de Gravataí – Tubarão.....	<u>2.000.000,00</u>

Onde se diz:

5) Linha de transmissão de energia elétrica Capivara – São Joaquim – Lajes.....	<u>7.000.000,00</u>
---	---------------------

Diga-se:

5) Linha de transmissão de energia elétrica Capivari – São Joaquim – Lajes.....	<u>14.000.000,00</u>
---	----------------------

Nº 468

11 – Departamento Nacional de Produção Mineral.
 3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.
 3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.
 3.1.06 – Irrigação e Energia Hidráulica.
 24) Santa Catarina.
 Acrescente-se mais os seguintes itens:

Aproveitamento do Salto do Famoso, Município de Descanso, em convênio com a Prefeitura Municipal.....	<u>1.000.000,00</u>
Aproveitamento do Salto do Chicão, Distrito de Palma Sola, Município de Dionísio Cerqueira, em convênio com a Prefeitura Municipal.....	<u>500.000,00</u>
Total.....	<u>1.500.000,00</u>

<p>Nº 469</p> <p>11 – Departamento Nacional de Produção Mineral.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.06 – Irrigação e Energia Hidráulica.</p> <p>Inclua-se:</p> <p>Cr\$</p> <p>Construção de rede de energia elétrica de Guarujá – Estado de São Paulo..... <u>5.000.000,00</u></p>	<p>Inclua-se:</p> <p>25) São Paulo.</p> <p>Cr\$</p> <p>Usina Hidrelétrica de Barra Bonita.. <u>50.000.000,00</u></p>
<p>Nº 470</p> <p>11 – Departamento Nacional de Produção Mineral.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.06 – Irrigação e Energia Hidráulica.</p> <p>Acrescente-se:</p> <p>25) São Paulo.</p> <p>Cr\$</p> <p>Construção da Usina de Urubupungá..... <u>200.000.000,00</u></p>	<p>Nº 472</p> <p>11 – Departamento Nacional de Produção Mineral.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.06 – Irrigação e Energia Hidráulica.</p> <p>25) São Paulo.</p> <p>21) Acôrdo com a Prefeitura Municipal de Cachoeira Paulista, para prosseguimento e conclusão dos serviços de água, irrigação e energia.</p> <p>Onde se lê:</p> <p>Cr\$ 2.000.000,00.</p> <p>Leia-se:</p> <p>Cr\$ 14.000.000,00.</p>
<p>Nº 471</p> <p>11 – Departamento Nacional de Produção Mineral.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.06 – Irrigação e Energia Hidráulica.</p>	<p>Nº 473</p> <p>11 – Departamento Nacional de Produção Mineral.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.06 – Irrigação e Energia Hidráulica.</p> <p>25) São Paulo.</p> <p>Inclua-se:</p> <p>Cr\$</p> <p>Extensão da rede elétrica de 10 quilômetros ligando a Estação de Canguera – Município de São Roque – à cidade de Ibiuna..... <u>2.000.000,00</u></p>

Cr\$		Acrescente-se:	
Extensão da rede elétrica de São Roque aos bairros agrícolas, num raio de 5 quilômetros.....		Cr\$	
	5.000.000,00	Construção das barragens do sistema Jaguari-Buquira, para regularização do Rio Paraíba.....	
Extensão da rede elétrica de Cotia ao bairro agrícola do Portão.....			100.000.000,00
Total.....			
	8.600.000,00		
Nº 474		Nº 476	
11 – Departamento Nacional de Produção Mineral.		11 – Departamento Nacional de Produção Mineral.	
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.		3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.	
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.		3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.	
3.1.06 – Irrigação e Energia Hidráulica.		3.1.06 – Irrigação e Energia Hidráulica.	
Inclua-se:		Inclua-se:	
		Cr\$	
Prosseguimento do aproveitamento hidrelétrico do Salto do Urubupungá, localizado na Bacia do Rio Paraná.....		Despesas de qualquer natureza com os serviços de reforma, ampliação, reconstrução e melhoramento da rede elétrica e do serviço de abastecimento de água da Escola Agrotécnica de Quissamã – Sergipe.	
	200.000.000,00		3.000.000,00
Nº 475		Nº 477	
11 – Departamento Nacional de Produção Mineral.		11 – Departamento Nacional de Produção Mineral.	
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.		3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.	
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.		3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.	
3.1.06 – Irrigação e Energia Hidráulica.		3.1.06 – Irrigação e Energia Hidráulica.	
		26) Sergipe.	

<p>Acrescente-se:</p> <p>Cr\$</p> <p>Para captação e adução de água, melhoramentos e aparelhamentos das termas e do balneário de Salgado – Sergipe..... <u>5.000.000,00</u></p>	<p>3.1.06 – Irrigação e Energia Hidráulica. 26) Sergipe. Inclua-se:</p>
<p>Nº 478</p> <p>11 – Departamento Nacional de Produção Mineral. 3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social. 3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento. 3.1.06 – Irrigação e Energia Hidráulica. Onde está na Redação Final:</p>	<p>Cr\$</p> <p>Despesas de qualquer natureza com a captação e adução de águas minerais, aparelhamento de termas e balneários e instalação de energia elétrica, em estâncias hidro-minerais, mediante convênio com os Municípios (Lei nº 2.661, de 3-12-55), em Salgado, Município de Salgado..... <u>1.000.000,00</u></p>
<p>Cr\$</p> <p>2) Construção de campos de irrigação, em cooperação com particulares, nos moldes do Decreto-lei nº 1.498, de 9 de agosto de 1939..... <u>8.000.000,00</u></p>	<p>Nº 480</p>
<p>Diga-se:</p> <p>2) Construção de campos de irrigação, em cooperação com particulares, nos moldes do Decreto-lei nº 1.498, de 9 de agosto de 1959..... <u>10.000.000,00</u></p>	<p>12 – Departamento Nacional de Produção Vegetal. 1.0.00 – Custeio. 1.5.00 – Serviços de Terceiros. 1.5.14 – Outros Serviços Contratuais. Inclua-se Cr\$ 500.000,00 para o Aprendizado Agrícola Cel. José Vicente – Lorena, Estado de São Paulo.</p>
<p>Nº 479</p> <p>11 – Departamento Nacional de Produção Mineral. 3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social. 3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p>	<p>Nº 481</p> <p>12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal. 1.0.00 – Custeio. 1.5.00 – Serviços de Terceiros. 1.5.14 – Outros Serviços Contratuais. Inclua-se Cr\$ 500.000,00 para a Escola Salesiana São José – Campinas – São Paulo.</p>

Nº 482

12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.

1.0.00 – Custeio.

1.6.00 – Encargos Diversos.

1.6.23 – Reaparelhamento e desenvolvimento de programas, serviços e trabalhos específicos.

Instalação, prosseguimento, complementação e fomento de produção de Postos Agropecuários nos seguintes Estados e Territórios.

02) Alagoas.

Inclua-se:

Cr\$

Pôsto Agropecuário de Limoeiro de Anadia..... 3.000.000,00

Nº 483

12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.

1.0.00 – Custeio.

1.6.00 – Encargos Diversos.

1.6.23 – Reaparelhamento e desenvolvimento de programas, serviços e trabalhos específicos.

1) Manutenção e complementação de Postos Agropecuários nos seguintes Estados e Territórios.

Cr\$

04) Amazonas..... 8.000.000,00

Nº 484

12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.

1.0.00 – Custeio.

1.6.00 – Encargos Diversos.

1.6.23 – Reaparelhamento e desenvolvimento de programas, serviços e trabalhos específicos.

1) Manutenção e complementação de Postos Agropecuários nos seguintes Estados e Territórios.

Cr\$

04) Amazonas..... 8.000.000,00

Nº 485

12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.

1.0.00 – Custeio.

1.6.00 – Encargos Diversos.

1.6.23 – Reaparelhamento e desenvolvimento de programas, serviços e trabalhos específicos.

1) Manutenção e complementação de Postos Agropecuários nos seguintes Estados e Territórios.

Cr\$

06) Ceará..... 13.274.000,00

Eleve-se o destaque da quantia

acima para..... 20.000.000,00

Nº 486

12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.

1.0.00 – Custeio.

1.6.00 – Encargos Diversos.

1.6.23 – Diversos.

2) Para instalação, prosseguimento, complementação e fomento de produção de Postos Agropecuários, etc.

06) Ceará.

Acrescente-se:

Cr\$

Camocim..... 500.000,00

Nº 487

12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.

1.0.00 – Custeio.

1.6.00 – Encargos Diversos.

1.6.23 – Diversos.

06) Ceará.

2) Instalação, prosseguimento, complementação e fomento de produção dos Postos Agropecuários nos seguintes Estados e Territórios.

Inclua-se:

	Cr\$
Solonópole.....	<u>500.000,00</u>

Nº 488

12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.

1.0.00 – Custeio.

1.6.00 – Encargos Diversos.

1.6.23 – Reaparelhamento e desenvolvimento de programas, serviços e trabalhos específicos.

1) Manutenção e complementação de Postos Agropecuários nos seguintes Estados e Territórios.

06) Ceará.

Acrescente-se ao que consta da Redação Final da Câmara:

	Cr\$
Assaré.....	1.500.000,00
Caririaçu.....	1.500.000,00
Mombaça.....	1.500.000,00
Solonópole.....	1.500.000,00
Pereiro.....	3.000.000,00
Total.....	<u>9.000.000,00</u>

Nº 489

12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.

1.0.00 – Custeio.

1.6.00 – Encargos Diversos.

1.6.23 – Reaparelhamento e desenvolvimento de programas, serviços e trabalhos específicos.

Inclua-se:

2) Instalação, prosseguimento, complementação e fomento de produção de Postos Agropecuários nos seguintes Estados e Territórios.

06) Ceará.

	Cr\$
Ipueiras.....	1.000.000,00
Porangá.....	500.000,00
Independência.....	1.000.000,00
Novo Oriente.....	500.000,00
Alcântara.....	500.000,00
Total.....	<u>3.500.000,00</u>

Nº 490

12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.

1.0.00 – Custeio.

1.6.00 – Encargos Diversos.

1.6.23 – Diversos.

2) Instalação, prosseguimento, complementação e fomento de produção de Postos Agropecuários nos seguintes Estados e Territórios.

10) Goiás.

Acrescente-se:

	Cr\$
Pôsto Agropecuário Goiânia.....	<u>200.000,00</u>

Nº 491

12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.

1.0.00 – Custeio.

1.6.00 – Encargos Diversos.

1.6.23 – Reaparelhamento e desenvolvimento de programas, serviços e trabalhos específicos.

2) Instalação, prosseguimento, complementação e fomento de produção de Postos Agropecuários nos seguintes Estados e Territórios.
10) Goiás.

Cr\$

Para instalação de um Pôsto Agropecuário com silagem, em Jataí..... 5.000.000,00

Nº 492

12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.
1.0.00 – Custeio.
1.6.00 – Encargos Diversos.
1.6.23 – Reaparelhamento e desenvolvimento de programas, serviços e trabalhos específicos.
11) Maranhão.
Acrescente-se:

Cr\$

Para aquisição de equipamentos para o Pôsto Agropecuário de Benedito Leite..... 800.000,00

Nº 493

12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.
1.0.00 – Custeio.
1.6.00 – Encargos Diversos.
1.6.23 – Reaparelhamento e desenvolvimento de programas, serviços e trabalhos específicos.
2) Instalação, prosseguimento, complementação e fomento de produção de Postos Agropecuários nos seguintes Estados e Territórios.
13) Minas Gerais.

Cr\$

Mutum..... 1.500.000,00

Nº 494

12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.
1.0.00 – Custeio.
1.6.00 – Encargos Diversos.
1.6.23 – Reaparelhamento e desenvolvimento de programas, serviços e trabalhos específicos.
1) Manutenção de Postos Agropecuários.
15) Paraíba.

Cr\$

Paraíba..... 5.000.000,00
– sendo através dos Escritórios da ANCAR..... 2.800.000,00
Total..... 7.800.000,00

Nº 495

12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.
1.0.00 – Custeio.
1.6.00 – Encargos Diversos.
1.6.23 – Reaparelhamento e desenvolvimento de programas, serviços e trabalhos específicos.
1) Manutenção e complementação de postos agropecuários nos seguintes Estados e Territórios.
17) Pernambuco.
Onde se diz:
Cr\$ 12.000.000,00.
Diga-se:
Cr\$ 16.000.0000,00.

Nº 496

12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.
1.0.00 – Custeio.
1.6.00 – Encargos Diversos.

1.6.23 – Reparcelamento e desenvolvimento de programas, serviços e trabalhos específicos.

Acrescente-se, no fim do item 2) – Instalação, prosseguimento e complementação de postos agro-pecuários etc., as palavras: “nos termos da Lei nº 3.281, de 7 de outubro de 1957”.

Nº 497

12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.

1.0.00 – Custeio.

1.6.00 – Encargos Diversos.

1.6.23 – Reparcelamento e desenvolvimento de programas, serviços e trabalhos específicos.

Acrescente-se, no fim do nº

1) “Manutenção e complementação etc.” – as palavras: “nos termos da Lei nº 3.381, de 7-10-57”.

Nº 498

12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.

1.0.00 – Custeio.

1.6.00 – Encargos Diversos.

1.6.23 – Reparcelamento e desenvolvimento de programas, serviços e trabalhos específicos.

2) Instalação, prosseguimento, complementação e fomento da produção de Postos Agropecuários nos seguintes Estados e Territórios.

22) Rio Grande do Sul.

Especifique-se a dotação destinada à instalação de novos postos agropecuários no Estado.

Nº 499

12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.

1.0.00 – Custeio.

1.6.00 – Encargos Diversos.

1.6.23 – Reparcelamento e desenvolvimento de programas, serviços e trabalhos específicos.

24) Santa Catarina.

	Cr\$
Canoinhas.....	300.000,00
Ibirama.....	300.000,00
Içara – Criciúma.....	300.000,00
Mafra.....	300.000,00
Orleães.....	300.000,00
Timbé – Turvo.....	300.000,00
Total.....	<u>18.000.000,00</u>

Nº 500

12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.

1.0.00 – Custeio.

1.6.00 – Encargos Diversos.

1.6.23 – Reparcelamento e desenvolvimento de programas, serviços e trabalhos específicos.

24) Santa Catarina.

2) Para prosseguimento e complementação de Postos Agropecuários.

	Cr\$
Araguari.....	300.000,00
Araranguá.....	300.000,00
Biguaçu.....	300.000,00
Bom Retiro.....	300.000,00
Biguaçu.....	300.000,00
Capinzal.....	300.000,00
Chapecó.....	300.000,00
Criciúma.....	300.000,00
Mafra.....	300.000,00
Pôrto União.....	300.000,00
Santo Amaro.....	300.000,00
São Bento do Sul.....	300.000,00
Total.....	<u>3.600.000,00</u>

<p>Nº 501</p> <p>12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.</p> <p>1.0.00 – Custeio.</p> <p>1.6.00 – Encargos Diversos.</p> <p>1.6.23 – Reaparelhamento e desenvolvimento de programas, serviços e trabalhos específicos.</p> <p>Inclua-se Cr\$ 500.000,00 – para Aprendizado Agrícola Cel. Horta – Lavrinhas – Estado de S. Paulo.</p>	<p>Inclua-se:</p> <p>Cr\$</p> <p>Campanha contra a “cigarrinha” nas pastagens dos Rios Pardo, Colônia e outro da Bahia (em convênio ou cooperação com o Instituto Biológico da Bahia)..... <u>5.000.000,00</u></p>
<p>Nº 502</p> <p>12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.02 – Defesa Sanitária Animal e Vegetal.</p> <p>02) Alagoas.</p> <p>Inclua-se:</p> <p>Cr\$</p> <p>Despesas de qualquer natureza com o “Anel Vermelho” dos coqueirais de Alagoas..... <u>1.000.000,00</u></p>	<p>Nº 505</p> <p>12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.02 – Defesa Sanitária Animal e Vegetal.</p> <p>Inclua-se:</p> <p>Cr\$</p> <p>Para combate à “podridão parda” e outras pragas do cacau, em cooperação com o Instituto do Cacau da Bahia..... <u>20.000.000,00</u></p>
<p>Nº 504</p> <p>12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.02 – Defesa Sanitária Animal e Vegetal.</p>	<p>Nº 506</p> <p>12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.03 – Desenv. da Produção.</p> <p>Inclua-se:</p> <p>Para manutenção das patrulhas agrícolas empregadas nos serviços de produção de sementes selecio-</p>

<p>nadas pela Inspetoria Regional de Fomento Agrícola de Alagoas.....</p>	<p>Cr\$ <u>2.000.000,00</u></p>	<p>Nº 509 12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.</p>
<p>Nº 507 12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal. 3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social. 3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento. 3.1.03 – Desenv. da Produção.</p>	<p>Cr\$ 1) Aquisição de conjuntos para irrigação, por aspersão, destinados aos trabalhos de fomento à Horticultura e à Fruticultura que vêm sendo feitos pela Inspetoria Regional de Fomento Agrícola de Alagoas</p>	<p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social. 3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento. 3.1.03 – Desenv. da Produção. Inclua-se: Cr\$ Para ampliar as instalações da Usina de Beneficiar Algodão de Santana do Ipanema, de forma a poder fabricar pasta de algodão, no Estado de Alagoas.....</p>
<p><u>2.000.000,00</u></p>	<p><u>2.000.000,00</u></p>	<p><u>2.000.000,00</u></p>
<p>Nº 508 12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal. 3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social. 3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento. 3.1.03 – Desenv. da Produção. 12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.</p>	<p>Cr\$ Fomento da Cultura do Algodão “Mocó”, no Estado de Alagoas.....</p>	<p>Nº 510 12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal. 3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social. 3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento. 3.1.03 – Desenv. da Produção. 2) Fomento da produção vegetal de todo o País. 02) Alagoas. Inclua-se: Cr\$ Despesas de qualquer natureza com a manutenção de um centro de aradores e tratoristas no Aprendizado Agrícola de Satuba, Alagoas.....</p>
<p><u>2.000.000,00</u></p>	<p><u>2.000.000,00</u></p>	<p><u>500.000,00</u></p>

<p>Nº 511</p> <p>12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.03 – Desenv. da Produção.</p> <p>Inclua-se:</p> <p>Criação de um Campo de Multiplicação de Sementes, em Mata Grande, Alagoas.....</p>	<p>Cr\$</p> <p>Fomento à produção de sementes selecionadas, com a organização de duas patrulhas moto-mecanizadas, em Alagoas.....</p> <p><u>5.000.000,00</u></p>
<p>Nº 512</p> <p>12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.03 – Desenv. da Produção.</p> <p>Para ampliação das instalações do Posto Agropecuário de Major Izidoro, em Alagoas.....</p>	<p>Nº 514</p> <p>12 – Divisão de Fomento da Produção Vegetal. Inspetoria Regional de Fomento Agrícola de Alagoas.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.03 – Desenv. da Produção.</p> <p>Cr\$</p> <p>Instalação de uma Estação de Experimentação Agrícola em Palmeira dos Índios, Estado de Alagoas.....</p> <p><u>4.000.000,00</u></p> <p>Nº 515</p> <p>12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.03 – Desenv. da Produção.</p> <p>02) Alagoas.</p>
<p>Nº 513</p> <p>12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>13.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.03 – Desenv. da Produção.</p>	<p>Cr\$</p> <p>Destinados ao fomento da cultura do milho híbrido, no Estado de Alagoas. <u>2.000.000,00</u></p> <p>Nº 516</p> <p>12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.</p>

3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.	Cr\$
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.	com o objetivo de atender aos serviços decorrentes da criação do "Grupo Alagoas", oriundo do Decreto nº 39.295, de 1º de junho de 1956.....
3.1.03 – Desenv. da Produção.	
	4.000.000,00
<div>Cr\$</div> <div>Para manutenção da Estação de Plantas forrageiras de Pão de Açúcar, em Alagoas.....</div>	
1.000.000,00	
Nº 517	Nº 519
12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.	12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.	3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.	3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.
3.1.03 – Desenv. da Produção.	3.1.03 – Desenv. da Produção.
Inclua-se:	02) Alagoas.
	Inclua-se:
	Cr\$
<div>Cr\$</div> <div>Para complementação das instalações da Usina de Beneficiamento de Algodão, de Anádia, em Alagoas.....</div>	Para a aquisição de veículos destinados a possibilitar colaboração mais ampla da Inspeção Regional de Fomento Agrícola ao "Grupo Alagoas", criado pelo convênio decorrente do Decreto nº 39.295, de 1º de junho de 1956.....
2.000.000,00	
Nº 518	2.000.000,00
12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.	Nº 520
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.	12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.	3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.
3.1.03 – Desenv. da Produção.	3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.
02) Alagoas.	3.1.03 – Desenv. da Produção.
Inclua-se:	02) Alagoas.
Para instalação de uma patrulha, moto-mecanizada no Posto Agropecuário de Major Izidoro,	

Inclua-se:	Cr\$	Acrescente-se:	Cr\$
Para instalação de uma patrulha moto-mecanizada no Município de Palmeira dos Índios, com o objetivo de atender aos serviços decorrentes da criação do "Grupo Alagoas", oriundo do Decreto nº 39.295, de 1º de junho de 1956.....	<u>6.000.000,00</u>	Irrigação mecânica dos tabuleiros alagoanos, nos Municípios de São Miguel dos Campos, Rio Largo, Atalaia Murici, Capela Viçosa, União, São José da Laje, Camaragibe, São Luiz do Quitunde, Colônia de Leopoldina, Coruripe, Pôrto Calvo, Pilar e Maceió.....	<u>10.000.000,00</u>
N. 521		Nº 523	
12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.		12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.	
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.		3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.	
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.		3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.	
3.1.03 – Desenv. da Produção.		3.1.03 – Desenv. da Produção.	
01) Alagoas.		Inclua-se:	
Inclua-se:			
	Cr\$		Cr\$
Para complementação da Estação Experimental de Plantas Forrageiras de Pão de Açúcar, em Alagoas.....	<u>2.000.000,00</u>	Compra de mudas de oliveira para distribuição entre os agricultores, em convênio com as Associações Rurais de Palmeira dos Índios, Viçosa, Anádia e São Miguel dos Campos.....	<u>1.000.000,00</u>
Nº 522		Nº 524	
12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.		12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.	
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.		3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.	
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.		3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.	
3.1.03 – Irrigação e Energia Hidráulica.		3.1.03 – Desenv. da Produção.	

Inclua-se:

	Cr\$
Para fomento da oliveira em Alagoas.....	1.000.000,00

Nº 525

12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.

3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.

3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.

3.1.03 – Desenv. da Produção.

Inclua-se:

	Cr\$
Fomento da cultura da Fruta de Conde em Palmeira dos Índios, mediante convênio com a Associação Rural.....	500.000,00

Nº 526

12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.

3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.

3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.

3.1.03 – Desenv. da Produção.

02) Alagoas.

Inclua-se:

	Cr\$
Para a instalação de um campo de Fruticultura em Mar Vermelho.....	500.000,00

Nº 527

12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.

3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.

3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.

3.1.03 – Desenv. da Produção.

02) Alagoas.

Inclua-se:

	Cr\$
Usina de beneficiar arroz em Maragogi, Alagoas.....	500.000,00

Nº 528

12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.

3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.

3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento

3.1.03 – Desenv. da Produção.

Inclua-se:

	Cr\$
Instalação de um Pôsto de Avicultura em Palmeira dos Índios, Palmeira dos Índios, em convênio com a Associação Rural local.....	1.000.000,00

Nº 529

12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.

3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.

3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.

3.1.03 – Desenv. da Produção.

Inclua-se:

	Cr\$
Despesas de qualquer natureza com a irrigação dos tabuleiros de Maceió.....	5.000.000,00

Nº 530

Inclua-se:

12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.

3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.

3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.

3.1.03 – Desenv. da Produção.

02) Alagoas.

Inclua-se:

	Cr\$
Usina de beneficiar arroz em Pôrto das Pedras.....	500.000,00

	Cr\$
Fomento da cultura do arroz nos Vales do Sumaúma e Niquim, Alagoas	500.000,00

Nº 533

12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.

3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.

3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.

3.1.03 – Desenv. da Produção.

Inclua-se:

	Cr\$
Aquisição moto-bombas para revender aos agricultores mediante convênio com a Federal das Associações Rurais.....	3.000.000,00

Nº 531

12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.

3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.

3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.

3.1.03 – Desenv. da Produção.

Inclua-se:

	Cr\$
Instalação de uma fábrica de farinha em Traipu.....	500.000,00

Nº 534

12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.

3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.

3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.

3.1.03 – Desenv. da Produção.

Inclua-se:

	Cr\$
Para experimentação com tipos de café resistentes em zona cafeeira de Alagoas.....	1.000.000,00

Nº 532

12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.

3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.

3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.

3.1.03 – Desenv. da Produção.

Nº 535

12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.

3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.
 3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.
 3.1.03 – Desenv. da Produção.
 04) Amazonas.

	Cr\$
Despesas de qualquer natureza com os trabalhos de fomento à cultura do cacau, no Estado do Amazonas.....	1.500.000,00

Nº 536

12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.
 3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.
 3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.
 3.1.03 – Desenv. da Produção.
 04) Amazonas.

	Cr\$
Despesas de qualquer natureza com o fomento da juta.....	5.000.000,00

Nº 537

12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.
 3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.
 3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.
 3.1.03 – Desenv. da Produção.
 1) Em vez de ler-se: Fomento da Produção Vegetal em todo o País, leia-se:

	Cr\$
1) Fomento da produção vegetal em todo o País, inclusive Cr\$ 3.000.000,00, para o fomento da cultura do dendê no Estado do Amazonas.....	66.000.000,00

Nº 538

12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.
 3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.
 3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.
 3.1.03 – Desenv. da Produção.
 04) Amazonas.

	Cr\$
Despesas de qualquer natureza com o fomento da cultura da seringueira.....	3.000.000,00

Nº 539

12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.
 3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.
 3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.
 3.1.03 – Desenv. da Produção.
 04) Amazonas.

	Cr\$
Importância que se destina a aquisição de arames farpado para revenda aos agricultores e criadores do Estado.....	10.000.000,00

Nº 540

12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.

3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.
3.1.03 – Desenv. da Produção.
04) Amazonas.

	Cr\$
Despesas de qualquer natureza com os trabalhos de fomento à horticultura e pomicultura no Estado do Amazonas.....	2.000.000,00

Nº 541

12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.
3.1.03 – Desenv. da Produção.
4) Instalação e manutenção de patrulhas mecanizadas nos Estados.
Aumente-se:

	Cr\$
04) Amazonas.....	8.000.000,00

Nº 542

12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.
3.1.03 – Desenv. da Produção.

	Cr\$
Despesas de qualquer natureza com a continuação dos trabalhos de fomento e racionalização da cultura do guaraná no Estado do Amazonas	5.000.000,00

Nº 543

12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.
3.1.03 – Desenv. da Produção.
04) Amazonas.

	Cr\$
Para aquisição de um motor marítimo p/ motorização da lancha de transporte da Inspetoria Regional de Fomento Agrícola no Amazonas..	2.000.000,00

Nº 545

12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.
3.1.03 – Desenv. da Produção.
4) Instalação e manutenção de patrulhas mecanizadas nos Estados.
Aumente-se:

	Cr\$
04) Amazonas.....	8.000.000,00

Nº 547

12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.

3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.

3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.

3.1.03 – Desenv. da Produção.

04) Amazonas.

	Cr\$
Para aquisição de um motor marítimo p/ motorização da lancha de transporte da Inspetoria Regional de Fomento Agrícola no Amazonas.....	2.000.000,00

Nº 548

12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.

3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.

3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.

3.1.03 – Desenv. da Produção.

04) Amazonas.

	Cr\$
Despesas de qualquer natureza com os trabalhos de fomento à cultura do cacau, no Estado do Amazonas.....	1.500.000,00

Nº 550

12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.

3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.

3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.

3.1.03 – Desenv. da Produção.

05) Bahia.

Inclua-se:

	Cr\$
Para a reconstrução do edifício do Mercado de Rio Fundo, Santo Amaro, Bahia.....	500.000,00
Para a reconstrução do Mercado do Distrito de Aliança, Bahia.....	500.000,00
Total.....	1.000.000,00

Nº 551

12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.

3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.

3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.

3.1.03 – Desenv. da Produção.

05) Bahia.

Modifique-se:

Onde se lê:

	Cr\$
12) Compra e instalação de uma fábrica de farinha de mandioca, no Município de Boa Nova – Estado da Bahia...	400.000,00

Diga-se:

12) Compra e instalação de uma fábrica de farinha em Guaraçu, Município de Conquista – Estado da Bahia.. 400.000,00

Nº 552

12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.

3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.

3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.

3.1.17 – Acordos.

2) Fomento da produção vegetal em regime de acordo com os Estados e os Municípios.

Inclua-se:

	Cr\$
Acôrdo com o Estado da Bahia.....	5.000.000,00

Nº 553

12 – Departamento nacional da Produção Vegetal.

3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.

3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.

3.1.03 – Desenv. da Produção.

Onde se diz:

4) Instalações e manutenção de patrulhas mecanizadas nos Estados.

Diga-se:

4) Instalação e manutenção de patrulhas motomecanizadas para prestação de serviços aos agricultores através das Seções do Fomento Agrícola nos Estados.

	Cr\$
Aumente-se a dotação para.....	250.000.000,00

Nº 554

12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.

3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.

3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.

3.1.03 – Desenv. da Produção.

4) Instalação e manutenção de patrulhas mecanizadas nos Estados.

Onde se diz:

	Cr\$
05) Bahia.....	3.000.000,00

Diga-se:

05) Bahia.....	10.000.000,00
----------------	---------------

Nº 555

12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.

3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.

3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.

3.1.03 – Desenv. da Produção.

Acrescente-se:

	Cr\$
Para distribuição de mudas de cajueiro no Ceará.....	2.000.000,00

Nº 556

12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.

3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.

3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.

3.1.03 – Desenv. da Produção.

4) Instalações e manutenção de patrulhas mecanizadas nos Estados.

06) Ceará.

Cr\$ 3.000.000,00.

Aumente-se a dotação acima para Cr\$ 15.000.000,00.

Nº 557

12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.

3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.

3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.

3.1.03 – Desenv. da Produção.

Onde se lê:

Despesas de qualquer natureza etc.

Leia-se:

	Cr\$
Despesas de qualquer natureza, com o desenvolvimento da cultura de carnaubeira, no Baixo-Jaguaribe	1.000.000,00

Nº 558

12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.

3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.

3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.

3.1.03 – Desenv. da Produção.

Acrescente-se:

		Cr\$
11)	Instalação de um Pôsto Experimental de cultura de arroz, no Município de Várzea Alegre – Ceará.....	4.000.000,00
12)	Desenvolvimento da cultura de carnaúba no Estado do Ceará	5.000.000,00

Cr\$

13) Patrulhas mecanizadas nos Municípios de Camocim – Jaguaribe – Quixeramobim – Quixadá – Icó e Viçosa, no Estado do Ceará.....	5.000.000,00
Total.....	14.000.000,00

Nº 559

12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.

3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.

3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.

3.1.03 – Desenv. da Produção.

06) Ceará.

Onde está:

	Cr\$
Construção de campos de irrigação com particulares, na zona da Uruburetama, Ceará, mediante convênio com as Prefeituras Municipais de Itapipoca e Uruburetama etc.	2.000.000,00

Diga-se:

Construção de campos de irrigação em cooperação com particulares, na zona da Uruburetama.....	2.000.000,00
---	--------------

Nº 560

12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.

3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de
Financiamento.
3.1.03 – Desenv. da Produção.
6) Ceará.
Altere-se assim:

	Cr\$
Despesas de qualquer natureza com a instalação e manutenção de um Pôsto Experimental da cultura de arroz, no Município de Várzea Alegre.....	5.500.000,00
Despesas de qualquer natureza com a instalação e manutenção de um Pôsto Experimental da cultura do fumo no Município de Lavras da Mangabeira.....	4.000.000,00

Nº 561

12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de
Financiamento.
3.1.03 – Desenv. da Produção.
7) Instalação e manutenção de patrulhas motomecanizadas nos Estados.
06) Ceará.
Altere-se assim a Redação Final da Câmara:

	Cr\$
Quixadá.....	5.000.000,00
Campos Sales.....	1.500.000,00
Lavras da Mangabeira.....	1.500.000,00
Jaguaribe.....	1.500.000,00
Total.....	8.000.000,00

Nº 562

12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de
Financiamento.
3.1.03 – Desenv. da Produção.
06) Ceará.
Acrescente-se:

	Cr\$
Despesas de qualquer natureza com o desenvolvimento da cultura do algodão, diretamente ou em cooperação com o Estado.....	10.000.000,00
Despesas de qualquer natureza com o desenvolvimento da cultura da carnaúba diretamente ou em cooperação com o Estado.....	5.000.000,00
Total.....	15.000.000,00

Nº 563

12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de
Financiamento.
3.1.03 – Desenv. da Produção.
5) Fomento da Cultura do Algodão.
Inclua-se:
08) Espírito Santo.

Cr\$	4) Instalação e manutenção de patrulhas mecanizadas nos Estados.
Instalação de uma usina de beneficiamento de algodão em Cachoeiro do Itapemirim e fomento da cultura no Estado.....	08) Espírito Santo.
Estudos e construção de silos e armazéns nos Municípios de Colatina, Barra de São Francisco, Castelo e Cachoeiro do Itapemirim.....	Acrescente-se:
Fomento do milho híbrido.....	Cr\$
Despesa de qualquer natureza com a cultura da oliveira.....	Instalação e manutenção de uma patrulha mecanizada no Município de Muniz Freire.....
Despesa de qualquer natureza com a cultura da mamona.....	Comitê Pró-Melhoramento de Castelo para serviço de patrulha mecanizada.....
Despesas de qualquer natureza com a cultura da videira, do marmelo e dos cítricos.....	Total.....
Prosseguimento dos trabalhos de recuperação e conservação dos silos em cooperação com as Prefeituras de Mimoso do Sul, Afonso Cláudio, Itaguaçu e Santa Teresa.....	
Execução do Plano de Fomento Agropecuário, mediante acôrdo com o Estado.....	
Total.....	
Nº 564	Nº 565
12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.	12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.	3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.	3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.
3.1.03 – Desenv. da Produção.	3.1.03 – Desenv. da Produção.
	11) Maranhão.
	Inclua-se:
	Cr\$
	Despesas de qualquer natureza com a construção dos Armazéns Gerais de Caxias, a cargo da Associação Rural de Caxias.....
	Nº 566
	12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.
	3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.

3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.	Inclua-se:
3.1.03 – Desenv. da Produção.	Cr\$
11) Maranhão.	
Inclua-se:	
	Cr\$
Racionalização e fomento da produção do algodão Mocó.....	Sociedade Rural de Curvelo, Minas Gerais – Para aquisição de um conjunto motomecanizado destinado a trabalhos de recuperação do solo, sua conservação e defesa, formação de pastagens, construção de açudes, terreçamento, bem como reflorestamento e difusão de tais práticas entre os proprietários rurais.....
Racionalização e fomento da produção de arroz.....	3.500.000,00
Racionalização e fomento da produção do babaçu, inclusive desbaste dos palmeirais.....	Total.....
Total.....	4.500.000,00
Nº 567	Nº 569
12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.	12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.	3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.	3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.
3.1.03 – Desenv. da Produção.	3.1.03 – Desenv. da Produção.
12) Mato Grosso.	Inclua-se:
Inclua-se:	Cr\$
	Cr\$
Patrulha Motomecanizada em Cuiabá.....	Para fomento da cultura do Fumo, em convênio com a Prefeitura Municipal de Natércia, Minas Gerais.....
6.000.000,00	2.000.000,00
Nº 568	Nº 570
12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.	12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.	3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.	3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.
3.1.03 – Desenv. da Produção.	3.1.03 – Desenv. da Produção.
13) Minas Gerais.	13) Minas Gerais.

<p>Cr\$</p> <p>Instalação de uma Estação Experimental para pesquisas agronômicas sobre a cultura e estudos para o aproveitamento industrial das frutas silvestres de clima tropical que se desenvolvem em terras pobres e áridas, como sejam o Baru, Tingui, Araticum, Pequi, Pindoba, Grão de Galo, Muriti, Mangaba, Fruta de Lobo, Cagaita, forragens (silvestres), nativas etc., no Município de Curvelo, sua principal zona de ocorrência, inclusive aquisições e desapropriações.....</p> <p><u>3.000.000,00</u></p>	<p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social. 3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento. 3.1.03 – Desenv. da Produção. 13) Minas Gerais. Inclua-se:</p>
<p>Nº 571</p> <p>12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social. 3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento. 3.1.03 – Desenv. da Produção. Inclua-se:</p>	<p>Cr\$</p> <p>Despesa de qualquer natureza com o fomento da cultura da batata no sul de Minas, em colaboração com a Secretaria da Agricultura do Estado.....</p> <p><u>2.000.000,00</u></p>
<p>Cr\$</p> <p>Despesas de qualquer natureza com o fomento da cultura do algodão em Minas Novas, em cooperação com a Prefeitura.....</p> <p><u>1.000.000,00</u></p>	<p>Nº 573</p>
<p>Nº 572</p> <p>12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.</p>	<p>12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social. 3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento. 3.1.03 – Desenv. da Produção. 13) Minas Gerais. Inclua-se:</p> <p>Cr\$</p> <p>Para despesas de qualquer natureza, inclusive construção de edifícios, para a instalação de uma oficina mecânica destinada à assistência à máquina agrícola, no Município de Ituiutaba.....</p> <p>5.000.000,00</p> <p>Para aquisição de uma patrulha mecânica no Posto Agropecuário de Pains.....</p> <p>3.000.000,00</p> <p>Para instalação de uma Escola de Tratoristas no Posto Agropecuário de Pains.....</p> <p><u>3.000.000,00</u></p> <p>Total.....</p> <p><u>11.000.000,00</u></p>

Nº 574

12– Departamento Nacional da Produção Vegetal.
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.
3.1.03 – Desenv. da Produção.
13) Minas Gerais.
Acrescente-se:

Cr\$

Fomento da cultura do algodão em Espinosa, Porteirinha, Mato Verde, Monte Azul, Janaúba, Rio Pardo e Francisco Sá, em cooperação com a Secretaria da Agricultura do Estado de Minas Gerais..... 2.000.000,00

Nº 575

12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.
3.1.03 – Desenv. da Produção.
4) Instalação e manutenção das patrulhas mecanizadas.
15) Paraíba.
Inclua-se:

Cr\$

Campina Grande..... 3.000.000,00
Itabaiana..... 2.000.000,00
Total..... 5.000.000,00

Nº 576

12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.
3.1.03 – Desenv. da Produção.
15) Paraíba.
Acrescente-se:
– sendo Cr\$ 3.000.000,00 para realização do Plano Paraibano de incentivo de Palma, em cooperação com o Governo do Estado.

Nº 577

12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.
3.1.03 – Desenv. da Produção.
15) Paraíba.
Acrescente-se:
Cr\$ 5.000.000,00 – destinado à realização do Plano Paraibano de Incentivo à Cultura da Palma, através da Estação Experimental de Alagoinha, na Paraíba.

Nº 578

12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.
3.1.03 – Desenv. da Produção.
15) Paraíba.

Acrescente-se:
5) sendo, Cr\$ 3.000.000,00 nos Municípios de Guarabira (Rio Guinhem) e Alagoa Grande (Rio Zumbi).

Nº 579

12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.

3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.

3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento

3.1.03 – Desenv. da Produção.

15) Paraíba.

Acrescente-se:

Cr\$

Para aquisição e instalação de fábricas de farinha de mandioca, em convênio como Estado da Paraíba..... 10.000.000,00

Nº 580

12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.

3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.

3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.

3.1.03 – Desenv. da Produção.

15) Paraíba.

Acrescente-se:

Cr\$

Destinado a atender convênio com o Governo do Estado da Paraíba, para realização de trabalhos experimentais de produção de milho híbrido..... 5.000.000,00

Nº 581

12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.

3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.

3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.

3.1.03 – Desenv. da Produção.

Inclua-se:

Cr\$

Para a aquisição de inseticidas e pulverizadores, destinados ao combate à praga do algodão, mediante convênio com o Governo do Estado da Paraíba..... 50.000.000,00

Nº 582

12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.

3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.

3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.

3.1.03 – Desenv. da Produção.

16) Paraná.

Acrescente-se:

Cr\$

Despesas de qualquer natureza com o prosseguimento das instalações dos Postos Agropecuários do Estado do Paraná, criados há dez anos e ainda em fase de instalação..... 10.000.000,00

Nº 583

12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.

3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.	3.1.00 – Serviços em Regime Especial de
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.	Financiamento.
3.1.03 – Desenv. da Produção.	3.1.03 – Desenv. da Produção.
16) Paraná.	16) Paraná.
Acrescente-se:	Acrescente-se:
	Cr\$
Despesas de qualquer natureza com a instalação e manutenção de uma Patrulha Agrícola Moto-mecanizada no Município de Curitiba, inclusive instalação de uma Oficina Mecânica central.....	Despesa de qualquer natureza com a construção ou aquisição e instalação da sede própria para a Inspetoria Regional de Fomento Agrícola no Estado do Paraná, sediada em Curitiba.....
20.000.000,00	20.000.000,00
Nº 584	Nº 586
12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.	12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.	3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.	3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.
3.1.03 – Desenv. da Produção.	3.1.03 – Desenv. da Produção.
16) Paraná.	16) Paraná.
Acrescente-se:	Acrescente-se:
	Cr\$
Para o fomento da triticultura especialmente para a aquisição de conjuntos de colheita e trilhagem.....	Despesas de qualquer natureza com o prosseguimento da instalação e manutenção dos Campos de Multiplicação de Sementes e Mudanças de Pinhalzinho, Toledo e Coronel Vivida, sendo Cruzeiroiros 3.000.000,00 para cada um.....
10.000.000,00	9.000.000,00
Nº 585	Nº 587
12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.	12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.	

<p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social. 3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento. 3.1.03 – Desenv. da Produção. 16) Paraná. Acrescente-se:</p>	<p>Inclua-se:</p> <p>Despesas de qualquer natureza com a Associação Pernambucana de Cafeicultores, para incentivar a cultura de cafés finos no Estado de Pernambuco.....</p>	<p>Cr\$</p> <p>1.000.000,00</p>
<p>Criação de uma patrulha mecanizada para atender a região norte do Estado do Paraná, com sede no Município de Londrina.....</p>	<p>Nº 588</p> <p>12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal. 3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social. 3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento. 3.1.03 – Desenv. da Produção. 16) Paraná.</p>	<p>20.000.000,00</p>
<p>2) Para o estudo e fomento da agrostologia, melhoramento e conservação de pastagens no Estado do Paraná.....</p>	<p>Nº 589</p> <p>12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal. 3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social. 3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento. 3.1.03 – Desenv. da Produção. 17) Pernambuco.</p>	<p>4.000.000,00</p>
<p>12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal. 3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social. 3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento. 3.1.03 – Desenv. da Produção. 17) Pernambuco.</p>	<p>Inclua-se:</p> <p>Despesas de qualquer natureza com a Associação Pernambucana de Cafeicultores, para incentivar a cultura de cafés finos no Estado de Pernambuco.....</p>	<p>Cr\$</p> <p>1.000.000,00</p>
<p>12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal. 3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social. 3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento. 3.1.03 – Desenv. da Produção. 17) Pernambuco.</p>	<p>Nº 590</p> <p>12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal. 3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social. 3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento. 3.1.03 – Desenv. da Produção. 7) Instalação e manutenção de patrulhas mecanizadas nos Estados. 17) Pernambuco. Onde se diz: Cr\$ 4.000.000,00. Diga-se: Cr\$ 8.000.000,00.</p>	<p>Cr\$</p> <p>4.000.000,00</p>
<p>12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal. 3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social. 3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento. 3.1.03 – Desenv. da Produção. 17) Pernambuco.</p>	<p>Nº 591</p> <p>12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal. 3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social. 3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento. 3.1.03 – Desenv. da Produção. 17) Pernambuco.</p>	<p>Cr\$</p> <p>4.000.000,00</p>
<p>12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal. 3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social. 3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento. 3.1.03 – Desenv. da Produção.</p>	<p>Inclua-se:</p> <p>Despesas de qualquer natureza com a cultura do algodão fibra longa, no sertão de Pernambuco, em</p>	<p>Cr\$</p> <p>4.000.000,00</p>

cooperação com a Secretaria da Agricultura.....	Cr\$	Inclua-se:	Cr\$
	<u>2.000.000,00</u>	Despesas de qualquer natureza com a organização de trabalhos concernentes à conservação do solo e difusão das práticas de irrigação.....	<u>2.000.000,00</u>
Nº 592		Nº 594	
12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.		12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.	
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.		3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.	
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.		3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.	
3.1.03 – Desenv. da Produção.		3.1.03 – Desenv. da Produção.	
18) Piauí.		20) Rio de Janeiro.	
Inclua-se:		Inclua-se:	
Despesas de qualquer natureza com o fomento, estudo e desenvolvimento das culturas de carnaúba e borracha, bem como a mecanização e racionalização da produção de cêra de carnaúba e borracha, em cooperação com o Estado do Piauí, nas fazendas de propriedade do Estado.....	Cr\$	Despesas de qualquer natureza com os trabalhos de fomento da produção de côcos no Município de Macaé, no Estado do Rio de Janeiro.....	Cr\$
	<u>10.000.000,00</u>		<u>1.000.000,00</u>
Nº 593		Nº 595	
12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.		12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.	
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.		3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.	
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.		3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.	
3.1.03 – Desenv. da Produção.		3.1.03 – Desenv. da Produção.	
20) Rio de Janeiro.		20) Rio de Janeiro.	
		Inclua-se:	
		Despesas de qualquer natureza, destinadas à ampliação das oficinas mecânicas da Inspetoria	

<p>Regional do Fomento Agrícola no Estado do Rio de Janeiro..... <u>Cr\$ 3.000.000,00</u></p>	<p>Nº 599</p> <p>12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.</p>
<p>Nº 596</p> <p>12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.03 – Desenv. da Produção.</p> <p>20) Rio de Janeiro.</p> <p>Inclua-se:</p>	<p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.03 – Desenv. da Produção.</p> <p>20) Rio de Janeiro.</p> <p>Inclua-se:</p>
<p>Despesas de qualquer natureza com a instalação de Usinas de Beneficiamento de Arroz no Estado do Rio de Janeiro..... <u>Cr\$ 2.000.000,00</u></p>	<p>Cr\$</p> <p>Despesas de qualquer natureza com a cultura do algodão nos Municípios localizados na região Norte do Estado do Rio de Janeiro, inclusive a construção de uma Usina de Beneficiar..... <u>3.000.000,00</u></p>
<p>Nº 597</p> <p>Nº 598</p>	<p>Nº 600</p> <p>12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.</p>
<p>12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.03 – Desenv. da Produção.</p> <p>20) Rio de Janeiro.</p> <p>Inclua-se:</p>	<p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.03 – Desenv. da Produção.</p> <p>20) Rio de Janeiro.</p> <p>Inclua-se:</p>
<p>Despesas de qualquer natureza com a instalação de uma patrulha agrícola mecanizada no Município de Campos <u>Cr\$ 10.000.000,00</u></p>	<p>Cr\$</p> <p>Início da construção da sede para a Inspetoria Regional do Fomento Agrícola no Estado do Rio de Janeiro..... <u>10.000.000,00</u></p> <p>Nº 601</p> <p>12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.</p>

3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.	
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento	
3.1.03 – Desenv. da Produção.	
20) Rio de Janeiro.	
Inclua-se:	
	Cr\$
Despesas de qualquer natureza com a cultura do arroz na Baixada do Estado do Rio de Janeiro.....	<u>2.000 000,00</u>

Nº 602

12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.	
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.	
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.	
3.1.03 – Desenv. da Produção.	
22) Rio Grande do Sul.	
Inclua-se:	
	Cr\$
Incentivo à cultura da acácia negra e combate à praga do serrador, mediante, convênio com a Prefeitura Municipal de Montenegro.....	1.000.000,00
Despesas de qualquer natureza com a instalação e manutenção de estação de fruticultura, na Estância de águas minerais de Irai, mediante convênio com o Município (Lei nº 2.661, de 3-12-55, art. 2º XI).....	<u>1.000.000,00</u>
Total.....	<u>2.000 000,00</u>

Nº 603	
12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.	
3.0.00 – Desenvolvimento: Econômico e Social.	
3.1.00 Serviços em Regime Especial de Financiamento	
3.1.03 – Desenv. da Produção.	
Acrescente-se :	
	Cr\$
Despesas de qualquer natureza com o campo de multiplicação de sementes de cevada de Ibiã – Tangará – em Santa Catarina.....	<u>500.000,00</u>

Nº 604.

12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.	
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.	
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.	
3.1.03 – Desenv. da Produção.	
3) Trabalhos de conservação etc.	
Destaque-se	
	Cr\$
Instalação e manutenção patrulhas agrícolas mecanizadas, em Campos Novos.....	<u>1.000.000,00</u>

Nº 605

12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.	
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.	
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.	
3.1.03 – Desenv. da Produção.	

	Cr\$
Para prosseguimento das obras de instalação do campo de multiplicação de sementes de cevada no Município de Tangará, Santa Catarina.....	1.000.000,00
Para manutenção dos trabalhos de pomicultura no Município de São Joaquim, Santa Catarina.....	1.000.000,00
Total.....	<u>2.000.000,00</u>

Nº 606

12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.
 3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.
 3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.
 3.1.03 – Desenv. da Produção.
 24) Santa Catarina.

	Cr\$
Prosseguimento do Plano de Recuperação Agrícola da Ilha de Santa Catarina.....	3.000.000,00
Instalação de um Pôsto de Fruticultura, em Curitiba, em Santa Catarina.....	1.000.000,00
Total.....	<u>4.000.000,00</u>

Nº 607

12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.
 3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.
 3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.
 3.1.03 – Desenv. da Produção.

Destaque-se:

	Cr\$
Desenvolvimento dos trabalhos experimentais de cereais e outras culturas e produção de sementes inclusive a instalação de campos de multiplicação de mudas de cana em Florianópolis, Biguaçu, Camboriú, Mondaí, Pôrto Belo, São José e Tijucas.....	<u>1.500.000,00</u>

Nº 608

12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.
 3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.
 3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.
 3.1.03 – Desenv. da Produção.
 Acrescente-se :

	Cr\$
Serviços de conservação do solo, fomento e extensão agrícola no Vale do Paraíba (Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais).....	<u>7.500.000,00</u>

Nº 609

12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.
 3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.
 3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.
 3.1.03 – Desenv. da Produção.

Inclua-se:		Nº 612
	Cr\$	12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.
Prosseguimento da instalação de uma patrulha agrícola mecanizada em Lindóia – Estado de São Paulo...	<u>6.000.000,00</u>	3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social
		3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento
Nº 610		3.1.03 – Desenv. da Produção.
12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.		Cr\$
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.		Para estudos das possibilidades de aproveitamento para a irrigação das áreas situadas nos Estados da Bahia, Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte, com aproveitamento da água do Rio S. Francisco.....
3.1.00 – Serviços. em Regime Especial de Financiamento.		<u>15.000.000,00</u>
3.1.03 – Desenv. da Produção.		
Acrescente-se:		Nº 613
	Cr\$	12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.
Assistência técnica à cafeicultura, mediante acôrdo com o Departamento de Produção Vegetal da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo.....	<u>20.000.000,00</u>	3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.
Nº 611		3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.
12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.		3.1.03 – Desenv. da Produção.
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.		Cr\$
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.		Despesas de qualquer natureza para o regime de convênios com o Ministério da Agricultura para o fomento agrícola, mecanização da lavoura, irrigação, etc.....
3.1.03 – Desenv. da Produção.		<u>10.000.000,00</u>
27) Diversos.		Nº 614
	Cr\$	12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.
Aquisição de arame farpado e grampos para cêrcas, destinados à revenda aos criadores do Estado de Minas Gerais.....	<u>5.000.000,00</u>	3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.

3.100 – Serviços em Regime Especial de Financiamento

3.1.03 – Desenv. da Produção.

9) Serviços de conservação do solo, fomento e extensão agrícola no Vale do Paraíba (Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais).

Onde se lê:

Cr\$ 7.500.000,00.

Leia-se:

Cr\$ 16.500.000,00.

Nº 615

12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.

3.0 00 – Desenvolvimento Econômico e Social.

3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.

3.1.05 – Sondagens, e estudos de jazidas minerais.

02) Alagoas.

Inclua-se:

Cr\$

Prospecção e pesquisas das jazidas de apatito de Arapiraca e de Salgema e calcários de Palmeira dos Índios, Estado de Alagoas..... 1:000.000,00

Nº 616

12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.

3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.

3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.

3.1.06 – Irrigação e Energia Elétrica.

Cr\$

Serviços de irrigação dos vales úmidos e secos de Alagoas..... 10.000.000,00

Nº 617

12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.

3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.

3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.

3.1.06 – Irrigação e Energia Elétrica.

Inclua-se

Cr\$

Irrigação dos tabuleiros próximos à cidade de Maceió..... 5.000.000,00

Justificação

Em redor de Maceió, capazes de assegurar a existência do cinturão verde, há tabuleiros de grande fertilidade aos quais só falta a presença de água – *Rui Palmeira. – Freitas Cavalcanti.*

Nº 618

12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.

3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.

3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.

3.1.06 – Irrigação e Energia Hidráulica.

Inclua-se:

Cr\$

Para aquisição de três perfuratrizes completas destinadas à perfuração de poços..... 10.000.000,00

Nº 619	Nº 621
<p>12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.06 – irrigação e Energia Hidráulica.</p> <p>Acrescente-se:</p> <p style="text-align: right;">Cr\$</p> <p>3) Serviços de irrigação nos vales úmidos e secos do Ceará..... 6.000.000,00</p> <p>4) Prosseguimento, dos trabalhos de irrigação mecânica, na Bacia do Jaguaribe e em outras Bacias, no Estado do Ceará..... 5.000.000,00</p> <p>Total..... 11.000.000,00</p>	<p>12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.</p> <p>Despesas de Capital.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.17 – Acordos.</p> <p>20) Rio de Janeiro.</p> <p>Acrescente-se:</p> <p>2) Fomento da Produção Vegetal em regime de acôrdo com os Estados e Municípios...</p> <p style="text-align: right;">Cr\$</p> <p>20) Rio de Janeiro..... 8.000.000,00</p>
Nº 620	Nº 622
<p>12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.17 – Acordos.</p> <p>2) Fomento da Produção Vegetal em regime de acôrdo com os Estados e Municípios.</p>	<p>13 – Serviço. de Economia Rural.</p> <p>1.0.00 – Custeio.</p> <p>1:5.00 – Serviços de Terceiros.</p> <p>1.5.12 – Aluguel ou arrendamento de imóveis foros ou despesas de condomínio.</p> <p>Eleve-se de Cr\$ 2.000.000,00 – para Cr\$ 3.000.000,00 a dotação respectiva.</p>
Nº 623	Nº 623
<p style="text-align: right;">Cr\$</p> <p>16) Paraná..... 8.000.000,00</p> <p>1) Londrina..... 2.000.000,00</p> <p>Total..... 10.000.000,00</p>	<p>13 – Serviço de Economia Rural.</p> <p>1.0.00 – Custeio.</p> <p>1.6.00 – Encargos Diversos.</p> <p>Acrescente-se:</p> <p>Diversos.</p> <p>Para pagamento da diferença de aluguel do prédio onde tem sede a Agência do Serviço de Econo-</p>

<p>Cr\$</p> <p>mia Rural em Minas Gerais nos exercícios de 1957 a 1958..... <u>126.000,00</u></p>	<p>Nº 626</p> <p>14 – Serviço de Expansão do Trigo. 1.0.00 – Custeio. 1.1.00 – Pessoal Civil. 1.1.15 – Gratificação de Função. Acrescente-se a importância de Cr\$ 240.000,00, destinada, de acôrdo com a justificativa abaixo, à maioração das seguintes funções gratificadas:</p>
<p>Nº 624</p> <p>13 – Serviço de Economia Rural. 3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social. 3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento. 3.1.03 – Desenv. da Produção.</p>	<p>Cr\$</p> <p>1 função de Chefe da Seção de Administração: De FG-4 = 3.000,00 p/FG-2 = 5.000,00 + 24.000,00 9 funções de Chefe de Inspetorias: De FG-4 = 3.000,00 p/FG-2 = 5.000,00 +216.000,00 Valor da emenda <u>240.000,00</u></p>
<p>Eleve-se de Cr\$ 10.000.000,00 para Cr\$ 15.000.000,00, a dotação do item 1) Despesas de qualquer natureza com o desenvolvimento do cooperativismo e atividades atinentes à classificação e fiscalização dos produtos agropecuários em todo o País.</p>	
<p>Nº 625</p> <p>13 – Serviço de Economia Rural. 3.0.00 – Despesas de Capital 3.1.00 – Desenvolvimento Econômico e Social. 3.1.03 – Serviços em Regime Especial de Financiamento Desenv. da Produção.</p>	<p>Nº 627</p> <p>14 – Serviço de Expansão do Trigo. Despesa de Capital. 3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social. 3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento. 3.1.03 – Desenv. da Produção. Inclua-se: 08) Espírito Santo. 1) Despesas de qualquer natureza com o desenvolvimento do trigo em:</p>
<p>Cr\$</p> <p>1) Convênio com a Confederação Rural Brasileira, destinado ao fomento agrícola do País, mediante, principalmente, a aquisição de pequenos Silos econômicos, na forma do art. 19, letras d e f, e art. 20, do Decreto-lei nº 8.127, de 24-10-1945..... <u>50.000.000,00</u></p>	<p>Cr\$</p> <p>1) Castelo..... 500.000,00 2) Guaçuí..... 500.000,00 3) Iuna..... 500.000,00 4) Afonso Cláudio..... 500.000,00 5) Muniz Freire..... 500.000,00 Total..... <u>2.500.000,00</u></p>

<p>Nº 628</p> <p>14 – Serviço de Expansão do Trigo.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Ecocômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.03 – Desenv. da Produção.</p> <p>Cr\$</p> <p>Despesas de qualquer natureza com a cons tração de silos e armazéns em Patos, Catiára, Presidente Olegário, Passos e Machado, em colaboração com a CASEMIG, Minas Gerais.....</p>	<p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.03 – Desenv. da Produção.</p> <p>Aumente-se para Cr\$ 2.000.000,00 cada uma, as dotações destinadas ao incremento da cultura de trigo em São Luiz Gonzaga e Iraí, no Rio Grande do Sul.</p>
	<p>Nº 631</p> <p>14 – Serviço de Expansão do Trigo.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Ecocômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.17 – Acordos.</p>
	<p>Cr\$</p> <p>Execução dos trabalhos. relativos à expansão da cultura do trigo, mediante acôrdo com o Estado de Minas Gerais.....</p>
	<p><u>6.000.000,00</u></p>
<p>Nº 629</p> <p>14 – Serviço de Expansão do Trigo.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Ecocômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento</p> <p>3.1.03 – Desenv. da Produção.</p>	<p>Nº 632</p>
	<p>14 – Serviço de Expansão do Trigo.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Ecocômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.17 – Acordos.</p> <p>Inclua-se:</p>
	<p>Cr\$</p>
	<p>Acôrdo com a Comissão do Vale do São Francisco para serviços relativos à, expansão da cultura do trigo nas regiões do Vale em regime de convênio.....</p>
	<p><u>5.000.000,00</u></p>
<p>Nº 630</p> <p>14 – Serviço de Expansão do Trigo.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Ecocômico e Social.</p>	<p>Nº 632-A</p> <p>15 – Serviço Florestal.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Ecocômico e Social.</p>

3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.		Cr\$
3.1.02 – Defesa Sanitária Animal e Vegetal. Inclua-se:	Instalação de Hórto Florestal em Inhapim, Minas Gerais, inclusive com desapropriações e aquisições...	<u>3.000.000,00</u>
	Nº 635	Cr\$
a) para o Pôsto Florestal, de Andaraí, na Bahia.....	15 – Serviço Florestal.	
b) para o Pôsto Florestal, de Maracás, na Bahia.....	3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.	
c) para o Pôsto Florestal de Itabero bahia Bahia.....	3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.	
d) para o Pôsto Florestal, de Poções (Poções), na Bahia ...	3.1.03 – Desenv. da Produção.	
Total.....	Despesas de qualquer natureza com a instalação e manutenção de campos para produção de mudas de eucaliptos em Caratinga, Minas Gerais.....	<u>3.000.000,00</u>
Nº 633	Nº 636	Cr\$
15 – Serviço Florestal.	15 – Serviço Florestal.	
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.	3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.	
3.1.00 – Serviços em Regime Especial, de Financiamento.	3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.	
3.1.03 – Desenv. da Produção.	31.03 – Desenv. da Produção.	
Inclua-se	Inclua-se.	
Cr\$	Despesas de qualquer natureza com prosseguimento dos trabalhos de construção, no Hórto Florestal de Palmares, inclusive compra de veículos, produção de mudas de essências florestais e serviço de reflorestamento no Estado do Piauí.....	<u>4.000.000,00</u>
Despesas de qualquer natureza com a manutenção do Hórto Florestal a cargo da Associação Rural de Itapipoca, Estado do Ceará.....		<u>200.000,00</u>
Nº 634		
15 – Serviço Florestal.		
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.		
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.		
3.1.03 – Desenv. da Produção.		

<p>Para prosseguimento dos trabalhos de instalação e manutenção do Pôsto Florestal de Valença do Piauí</p> <p style="text-align: right;">Cr\$</p> <p style="text-align: right;">600.000,00</p> <p style="text-align: right;">Total..... 4.600.000,00</p>	<p style="text-align: center;">Nº 638</p> <p>15 – Serviço Florestal.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p>
<p style="text-align: center;">Nº 637</p> <p>15 – Serviço Florestal.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.04 – Proteção às Florestas e Reflorestamento.</p> <p>Acrescente-se:</p>	<p>3.1.04 – Proteção às Florestas e Reflorestamento.</p> <p style="text-align: right;">Cr\$</p> <p>Despesas de qualquer natureza com a criação e manutenção de patrulhas volantes, inclusive aquisição de veículos, destinadas à Proteção e Fiscalização das Reservas Florestais do Estado de Minas Gerais..... 8.000.000,00</p>
<p style="text-align: right;">Cr\$</p> <p>Para levantamento aerofotogramétrico de áreas cobertas de matas e delimitação das reservas, florestais protetoras; aquisição de áreas cobertas de florestas ou não consideradas importantes sob o ponto de proteção, regeneração natural das espécies florestais suscetíveis de desaparecimento, abrigo de fauna e finalidades correlatas..... 5.000.000,00</p> <p>Para inventário florestal das áreas consideradas importantes sob o ponto de vista econômica de proteção das reservas florestais do Estado, inclusive elaboração de um mapa fitogeográfico destas reservas..... 5.000.000,00</p> <p style="text-align: right;">Total..... 10.000.000,00</p>	<p style="text-align: center;">Nº 639</p> <p>15 – Serviço Florestal.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.04 – Proteção às Florestas e Reflorestamento.</p> <p>Onde se lê</p> <p style="text-align: right;">Cr\$</p> <p>15) Prosseguimento e manutenção do Hôrto Florestal do açude Estêvão Marinho, às margens do Rio Piancó..... 500.000,00</p> <p>16) Prosseguimento e manutenção do Hôrto Florestal do açude Boqueirão, no Município de Cabaceiras..... 500.000,00</p> <p style="text-align: right;">Total..... 1.000.000,00</p>

Diga-se:		3.1.04 – Proteção às Florestas e Reflorestamento.
	Cr\$	Inclua-se, Subconsignação acima, a importância de Cr\$ para fazer face às despesas com a criação, instalação e manutenção do Parque Nacional de São Joaquim, no Município de São Joaquim, Estado de Santa Catarina
15) Prosseguimento e manutenção do Hôto Florestal do açude Estêvão Marinho, às margens do Rio Piancó.....	500.000,00	
Prosseguimento e manutenção do Hôto Florestal do açude Boqueirão, no Município de Cabaceiras.....	1.000.000,00	Nº 642
Total.....	<u>2.000.000,00</u>	15 – Serviço Florestal.
Nº 640		3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.
15 – Serviço Florestal		3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.		3.1.17 – Acordos
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.		08) Espírito Santo.
3.1.04 – Proteção às Florestas e Reflorestamento		Onde se diz:
Onde se diz:		Cr\$ 60.000,00.
		Diga-se:
		Cr\$ 1.600.000,00.
		Nº 643
	Cr\$	15 – Serviço Florestal.
18) Aquisição, no Estado de Santa Catarina, de uma grande área etc., etc.....	<u>3.000.000,00</u>	3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.
Diga-se :		3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.
18) Aquisição, no Estado de Santa Catarina, para aquisição de uma grande área etc. etc.....	<u>10.000.000,00</u>	3.1.17 – Acordos.
Nº 641		13) Minas Gerais.
15 – Serviço Florestal.		Inclua-se:
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.		
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento		Cr\$
		Para a criação, em convênio com a Prefeitura Municipal, do Serviço de Reflorestamento e Proteção às Matas, em Além Paraíba.....
		<u>300.000,00</u>
		Nº 644
		15 – Serviço Florestal.
		3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.

3.1.00 – Serviços em Regime Especial de
Financiamento.
17) Pernambuco.

Cr\$

Manutenção da Reserva Florestal da
Serra Negra, com Pôsto de
Reflorestamento em cooperação
com a Diretoria de Defesa do Solo
do Estado de Pernambuco e
despesa de qualquer natureza em
Parques Florestais nos Municípios
do Estado..... 5.000.000,00

Nº 645

15 – Serviço Florestal.
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e
Social.
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de
Financiamento.
3.1.17 – Acordos.
Acôrdo sôbre o fomento do serviço de
reflorestamento com os Estados – Municípios e
particulares.

18) Piauí.

Cr\$

Inclua-se:
Valença do Piauí..... 400.000,00

Nº 646

15 – Serviço Florestal.
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e
Social.
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de
Financiamento.
3.1.17 – Acordos.
22) Rio Grande do Sul.
Suprime-se a verba de Cruzeiros 500.000,00
destinada a Iraí.

Nº 647

15 – Serviço Florestal.
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de
Financiamento.
3.1.17 – Acordos.
Destaque-se:

Cr\$

Para execução de trabalhos de
fomento e defesa florestal, em
regime de acôrdo com a Prefeitura
Municipal de Mafra..... 1.000.000,00

Nº 648

15 – Serviço Florestal.
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de
Financiamento.
3.1.17 – Acordos.
Inclua-se:

Cr\$

Reflorestamento da Estância
Hidromineral de Ibirá, Estado de
São Paulo..... 2.000.000,00

Nº 649

15 – Serviço Florestal.
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de
Financiamento.
4.3.01 – Início de desapropriação etc.
24) Santa Catarina.

Para despesas com estudos de
localização, levantamento
topográfico e desapropriação de
área destinada à forma-

<p>ção de um Parque Florestal no Sul da Ilha de Santa Catarina, compreendendo os morros circundantes à Lagoa do Peri até a Ponta dos Naufragados e prevendo a anexação de terras devolutas existentes na região..... <u>5.000.000,00</u></p>	<p>Nº 652</p> <p>16 – Serviço de Informação Agrícola. 1.0.00 – Custeio. 1.6.00 – Encargos Diversos. 1.6.13 – Serviços Educativos e culturais. Inclua-se:</p>
<p>Nº 650</p> <p>16 – Serviço de Informação Agrícola. 1.0.00 – Custeio. 1.6.00 – Encargos Diversos. 1.6.13 – Serviços Educativos e culturais.</p> <p>Transfiram-se as importâncias de: Cr\$ 100.000,00 da Subconsignação 1.6.13 – Alínea 5 – <i>Realização de semanas ruralistas etc.</i> – para a Subconsignação 1.5.02 – <i>Passagens, transportes etc.</i>; 1.6.13 – Alínea 3 – <i>Custeio de campanhas de clubes agrícolas</i> – para a Subconsignação 1.3.04 – <i>Combustíveis e lubrificantes</i> e Cruzeiros 100.000,00 da Subconsignação 1.5.07 – <i>Publicações etc.</i> para a Subconsignação 1.3.05 – <i>Materiais e acessórios de máquinas, de viaturas e de aparelhos.</i></p>	<p>Despesas de qualquer natureza com a instalação da Rádio Rural em cooperação com o Departamento de Ação Social da Arquidiocese de Maceió..... <u>2.000.000,00</u></p> <p>Nº 653</p> <p>16 – Serviço de Informação Agrícola. 1.0.00 – Custeio. 1.6.00 – Encargos Diversos. 1.6.13 – Serviços Educativos e culturais. Acrescente-se: Alínea...</p> <p>Radiodifusão rural, inclusive aquisição e instalação de conjunto radiotransmissor do Curso Vocacional de Agricultura de Aracati. <u>1.000.000,00</u></p>
<p>Nº 651</p> <p>16 – Serviço de Informação Agrícola. 1.0.00 – Custeio. 1.6.00 – Encargos Diversos. 1.6.13 – Serviços Educativos e culturais.</p> <p>Destaque-se da verba sob o nº (5) o quantitativo de Cr\$ 200.000,00 para a Semana Ruralista de São Miguel dos Campos de Alagoas.</p>	<p>Nº 654</p> <p>16 – Serviço de Informação Agrícola. 1.0.00 – Custeio. 1.6.00 - Encargos Diversos. 1.6.13 – Serviços Educativos e culturais. Inclua-se:</p> <p>Radiodifusão rural, inclusive aquisição e instalação de conjunto radiotransmis-</p>

<p>Cr\$</p> <p>sor para a Fundação de Educação e Cultura de Estância..... <u>2.500.000,00</u></p>	<p>Onde se diz:</p> <p>Cr\$</p>
<p>Nº 655</p> <p>17 – Serviço de Meteorologia. 1.0.00 – Custeio. 1.6.00 – Encargos Diversos. 1.6.23 – Reparelhamento e desenvolvimento de programas, serviços e trabalhos específicos. Inclua-se:</p>	<p>1) Conclusão da construção do Instituto Regional de Meteorologia em S. Paulo..... <u>5.000.000,00</u></p> <p>Aumente-se para: Cr\$ 10.000.000,00.</p> <p>Nº 658</p> <p>17 – Serviço de Meteorologia. 4.0.00 – Investimentos. 4.2.00 – Equipamentos e instalações. Inclua-se:</p>
<p>Cr\$</p> <p>Instalação e manutenção de uma estação metereológica em Petrolina, Estado de Pernambuco, inclusive para observação e previsão das secas..... <u>1.000.000,00</u></p>	<p>Cr\$</p> <p>Para aquisição, instalação de mobiliário, aparelhos especiais e material necessários ao laboratório técnico e oficina técnica do Instituto Regional de Meteorologia de Salvador a quantia de..... <u>700.000,00</u></p>
<p>Nº 656</p> <p>17 – Serviço de Meteorologia. 1.0.00 – Custeio. 1.6.00 – Encargos Diversos. 1.6.23 – Reparelhamento e desenvolvimento de programas, serviços e trabalhos específicos. Inclua-se:</p>	<p>Nº 659</p> <p>18 – Serviço de Proteção aos Índios. 1.0.00 – Custeio. 1.6.00 – Encargos Diversos. 1.6.17 – Serviço de Assistência Social. Onde se diz:</p>
<p>Cr\$</p> <p>Instalação da estação de meteorologia de Canela, Rio Grande do Sul..... <u>500.000,00</u></p>	<p>Cr\$</p> <p>1) Assistência aos índios (Decreto nº 8.214, de 15-12-1911; Lei nº 5.484, de 27-7-928 e Decreto nº 736, de 6-4-36, artigo 8º)..... <u>13.000.000,00</u></p>
<p>Nº 657</p> <p>17 – Serviço de Meteorologia. 4.0.00 – Investimentos. 4.1.00 – Obras. 4.1.03 – Prosseguimento e conclusão de obras.</p>	<p>Diga-se:</p> <p>1) Assistência aos índios etc..... <u>20.000.000,00</u></p>

Nº 660

- 18 – Serviço de Proteção aos Índios.
1.0.00 – Custeio.
1.6.00 – Encargos Diversos.
1.6.24 – Diversos.

Aumente-se, de Cr\$ 36.300.000,00 para Cr\$ 40.580.000,00, a dotação consignada para Manutenção de Inspetoria e Postos Indígenas.

Nº 661

- 19.01 – Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário.
1.0.00 – Custeio.
1.1.00 – Pessoal Civil.
1.1.04 – Trabalhos de Tarefeiros.

Aumente-se para..... Cr\$
20.000.000,00

Nº 662

- 19.01 – Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário.
1.0.00 – Custeio.
1.5.00 – Serviços de Terceiros.
1.5.14 – Outros serviços contratuais.
13) Minas Gerais.
Onde se diz:

2) Instituto de Laticínios "Cândido Tostes"..... Cr\$
320.000,00

Aumente-se:

O quantitativo da verba para..... 700.000,00

Nº 663

- 19.01 – Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário.
1.0.00 – Custeio.

- 1.5.00 – Serviços de Terceiros.
1.5.14 – Outros serviços contratuais.
1) Ampliação de atividades didáticas etc.
Inclua-se:

Escola Doméstica de Petrolina, em Cr\$
cooperação com a Diocese..... 1.000.000,00

Nº 664

- 19.01 – Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário.
1.0.00 – Custeio.
1.5.00 – Serviços de Terceiros.
1.5.14 – Outros serviços contratuais.
1) Ampliação das atividades didáticas nas Escolas.

08) Espírito Santo.

Inclua-se:

2) Escola Normal Rural e Ginásio "Maria Matos" – Anchieta..... Cr\$
200.000,00
3) Escola Agro-Técnica – Santa Tereza..... 1.000.000,00
4) Escola de Iniciação Agrícola de Itapina..... 500.000,00
5) Escola Agro-Técnica de Relve – Alegre..... 500.000,00
Total..... 2.500.000,00

Nº 665

- 19.01 – Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário.
1.0.00 – Custeio.
1.500 – Serviços de Terceiros.
1.5.14 – Outros serviços contratuais.

Inclua-se:	Cr\$	Leia-se:	Cr\$
Para o Aprendizado Agrícola do Instituto Santa Cruz – Corumbá – Mato Grosso.....	<u>2.000.000,00</u>	1) Escola de Economia Doméstica Rural, da Associação Veranense de Assistência à Maternidade e à Infância, de Veranópolis, para equipamento, complementação de obras e desenvolvimento dos cursos.....	<u>1.000.000,00</u>
Nº 666		Nº 668	
19.01 – Superintendência do Ensino Agrícola Veterinário.		19.01 – Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário.	
1.0.00 – Custeio.		1.0.00 – Custeio.	
1.5.00 – Serviços de Terceiros.		1.5.00 – Serviços de Terceiros.	
1.5.14 – Outros serviços contratuais.		1.5.14 – Outros serviços contratuais.	
13) Minas Gerais.			
Acrescente-se:			
Despesas de qualquer natureza com a instalação de um Patronato ou Escola Agrícola em Curvelo, em cooperação com a Sociedade Rural de Curvelo.....	<u>2.000.000,00</u>	Para o Aprendizado Agrícola D. Ricaldon – Rio do Sul – Santa Catarina – para amparar os demais Aprendizados do Estado do Rio Grande e Paraná.....	<u>2.000.000,00</u>
Nº 667		Nº 669	
19.01 – Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário.		19.01 – Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário.	
1.0.00 – Custeio.		1.0.00 – Custeio.	
1.5.00 – Serviços de Terceiros.		1.5.00 – Serviços de Terceiros.	
1.5.14 – Outros serviços contratuais.		1.5.14 – Outros serviços contratuais.	
1) Ampliação das atividades didáticas das Escolas.		Inclua-se:	
23) Rio Grande do Sul.			
Onde se lê:			
1) Escola de Economia Doméstica Rural, da Associação Veranense de Assistência à Maternidade e à Infância, para equipamento.....	<u>500.000,00</u>	Para o Aprendizado Agrícola São Marcos, de S. Marcos, mantido pela Casa do Pequeno Operário – Rio Grande do Sul.....	<u>500.000,00</u>

Nº 670	Nº 673
<p>19.01 – Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário. 1.0.00 – Custeio. 1.6.00 – Encargos Diversos. 1.6.13 – Serviços educativos e culturais. Inclua-se:</p>	<p>19.01 – Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário. Despesas Ordinárias. 2.0.00 – Transferências. 2.1.00 – Auxílios e Subvenções. 2.1.01 – Auxílios. 7) Outras entidades. Inclua-se:</p>
<p style="text-align: right;">Cr\$</p> <p>Despesas de qualquer natureza para instalação e funcionamento de duas escolas pioneiras de indústrias rurais nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, conforme estudos feitos pelo Instituto de Tecnologia, Industrial de Minas para os referidos Estados <u>30.000.000,00</u></p>	<p style="text-align: right;">Cr\$</p> <p>4) Instituto de Laticínios "Cândido Tostes", Juiz de Fora, Minas Gerais – Auxílio para o reaparelhamento da Fábrica de Laticínios do Instituto..... <u>7.000.000,00</u></p>
Nº 671	<i>Justificação</i>
<p>1.0.00 – Custeio. 1.6.00 – Encargos Gerais. 1.6.13 – Reaparelhamento e desenvolvimento de programas, serviços e trabalhos específicos. 24) Santa Catarina.</p>	<p>A instituição em aprêço visa ao fomento da industrialização do leite e é, por conseguinte, básica no sistema de produção do País, merecendo todo o apoio da União.</p>
Nº 672	Nº 674
<p>19.01 – Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário. 1.0.00 – Custeio. 1.5.00 – Serviços de Terceiros. 1.5.14 – Outros serviços contratuais. 05) Bahia. Inclua-se:</p>	<p>19.01 – Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário. 2.0.00 – Transferências. 2.1.00 – Auxílios e Subvenções. 2.1.01 – Auxílios. 7) Outras entidades. Aumente-se para Cr\$ 20.000.000,00 a dotação consignada a Universidade Rural de Minas Gerais, em Viçosa (Lei nº 2.470, de 28-4-1955).</p>
<p style="text-align: right;">Cr\$</p> <p>Patronato Sílvia Monsão, do Instituto de Proteção e Assistência à Infância da Bahia..... <u>10.000.000,00</u></p>	Nº 675
	<p>19.01 – Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário. 2.0.00 – Transferências. 2.1.00 – Auxílios e Subvenções. 2.101 – Auxílios. 7) Outras entidades.</p>

Inclua-se:	Cr\$	Cr\$
Centro Social Rural – Maceió.....	1.000.000,00	Adaptações, instalações e manutenção do Biotério Geral..... 3.500.000,00
Nº 676		Adaptações, instalações e manutenção do Pavilhão de Inseminação Artificial..... 2.000.000,00
19.01 – Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário.		Adaptações, instalações e manutenção do Departamento de Fitotécnica..... 1.500.000,00
(Encargos Gerais).		Adaptações, instalações e manutenção do Departamento de Solos..... 2.500.000,00
Despesas Ordinárias.		Adaptações, instalações e manutenção do Departamento de Ciências Físicas e Matemáticas..... 2.000.000,00
2.0.00 – Transferências.		Ampliação e manutenção da Granja Experimental..... 3.000.000,00
2.1.00 – Auxílios e Subvenções.		Adaptações, instalações e manutenção da Casa do Estudante. 5.000.000,00
2.1.01 – Auxílios.		Adaptações, instalações, equipamentos e manutenção da Oficina Mecânica..... 3.500.000,00
2) Entidades Autárquicas.		Complementação e manutenção do Restaurante Universitário..... 3.000.000,00
1) Universidade Rural de Pernambuco.		Manutenção do Gabinete de Química Biológica..... 1.500.000,00
	Cr\$	Equipamento e manutenção do Hospital Veterinário..... 2.000.000,00
Para atender a despesas de qualquer natureza com o prosseguimento das obras de pavimentação de variante que liga a Rodovia PE BR-25, à Escola Agrotécnica de São Lourenço da Mata a Manutenção da sua Fazenda Experimental, inclua-se o quantitativo de.....	20.000.000,00	Adaptações, equipamentos e manutenção das Fábricas Pilotos de Laticínios e Óleos..... 2.500.000,00
Nº 677		Instalações e manutenção da Biblioteca Universitária..... 3.000.000,00
19.01 – Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário.		Adaptações, aparelhamentos e manutenção da Imprensa Universitária..... 3.000.000,00
2.0.00 – Transferências.		
2.1.00 – Auxílios e Subvenções.		
2.1.01 – Auxílios.		
2) Entidades Autárquicas.		
1) Universidade Rural de Pernambuco.		
O quantitativo de Cr\$ 50.000.000,00 para atender as despesas com manutenção, adaptações de locais e instalações, de acordo com o que se segue:		

Cr\$		Inclua-se:	
Instalação e manutenção do Museu de Ciências Naturais.....		Cr\$	
Aparelhos de Laboratório em geral		Para a Escola Média de Agricultura de Florestal.....	5.000.000,00
Total.....		Para a Escola Superior de Veterinária.....	5.000.000,00
		Para a Escola Superior de Veterinária.....	5.000.000,00
		Para a Escola de Ciências Domésticas.....	5.000.000,00
		Total.....	20.000.000,00
Nº 678		Nº 680	
19.01 – Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário.		19.01 – Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário.	
2.0.00 – Transferências.		3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.	
2.1.00 – Auxílios e Subvenções.		3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.	
2.1.01 – Auxílios.		3.1.03 – Desenv. da Produção.	
7) Outras entidades.		1) Manutenção de Centros e Escolas de Aradores, Tratoristas e de Mecânica Agrícola.	
Inclua-se:		Onde se diz:	
		Cr\$ 100.000.000,00.	
		Diga-se:	
		Cr\$ 150.000.000,00.	
		Nº 681	
		19.01 – Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário.	
		3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.	
		3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.	
		3.1.03 – Desenv. da Produção.	
		1) Manutenção de Centros e Escolas de Aradores, Tratoristas e de Mecânica Agrícola.	
		Aumente-se a verba de Cruzeiros	
		100.000.000,00 para – Cruzeiros 150.000.000,00.	

<p>Nº 682</p> <p>19.01. – Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.03 – Desenv. da Produção.</p> <p>02) Alagoas.</p> <p>Inclua-se:</p> <p>Cr\$</p> <p>Escola Normal Rural Monsenhor Freitas, em Pão de Açúcar..... <u>500.000,00</u></p>	<p>Inclua-se:</p> <p>Cr\$</p> <p>Patronato Agrícola de Issana..... 600.000,00</p> <p>Aprendizado Agrícola de Cauburi..... 600.000,00</p> <p>Total..... <u>1.200.000,00</u></p>
<p>Nº 683</p> <p>19.01 – Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.03 – Desenv. da Produção.</p> <p>02) Alagoas.</p> <p>Inclua-se:</p> <p>Cr\$</p> <p>Escola Artesanal mantida pela Associação Rural de São Miguel dos Campos..... <u>1.000.000,00</u></p>	<p>Nº 685</p> <p>19.01 – Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.03 – Desenv. da Produção.</p> <p>05) Bahia.</p> <p>Cr\$</p> <p>Para os serviços de assistência social e escolas da Federação dos Pescadores da Bahia..... <u>100.000,00</u></p>
<p>Nº 684</p> <p>19.01 – Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.03 – Desenv. da Produção.</p> <p>04) Amazonas.</p>	<p>Nº 686</p> <p>19.01 – Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.03 – Desenv. da Produção.</p> <p>1) Manutenção de Centros e Escolas de Aradores, Tratoristas e de Mecânica Agrícola.</p> <p>Onde se lê:</p> <p>Cr\$ 50.000.000,00.</p> <p>Leia-se:</p> <p>Cr\$ 100.000.000,00.</p> <p>Nº 687</p> <p>06) Ceará.</p>

Inclua-se:		Nº 690	
	Cr\$	19.01 – Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário.	
Aprendizado Agrícola São José – Joazeiro.....	<u>300.000,00</u>	3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.	
		3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.	
Nº 688		3.1.03 – Desenv. da Produção.	
19.01 – Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário.		1) Manutenção de Centros e Escolas de Lavradores, Tratoristas e Mecânica Agrícola.	
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.		Inclua-se:	
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.		08) Espírito Santo.	
3.1.03 – Desenv. da Produção.			Cr\$
06) Ceará.		Centros de Tratoristas em Itapemirim, Colatina e Linhares.....	<u>1.500.000,00</u>
Inclua-se:			
	Cr\$	Nº 691	
Para despesas de qualquer natureza com a aquisição de equipamentos para laboratórios, biblioteca, salas de aulas, implementos agrícolas, restaurante e serviços de rádio e cinema educativos na Escola Normal Rural Joaquim Magalhães, no Ceará.....	<u>3.000.000,00</u>	19.01 – Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário.	
		3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.	
Nº 689		3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.	
19.01 – Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário.		3.1.03 – Desenv. da Produção.	
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.		2) Escola de Iniciação Agrícola.	
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.		10) Goiás.	
3.1.03 – Desenv. da Produção.		Inclua-se:	
07) Distrito Federal.			Cr\$
	Cr\$	Escolas Agrícolas:	
Fundação Missionária das Fronteiras, para desenvolvimento agrícola.....	<u>1.000.000,00</u>	1) Dom Bosco, em Silvânia.....	1.200.000,00
		2) Itapaci.....	1.000.000,00
		3) São Luiz dos Montes Belos.....	800.000,00
		Total.....	<u>3.000.000,00</u>
		Nº 692	
		19.01 – Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário.	

<p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social. 3.1.00 – 3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento 3.1.03 – 3.1.03 – Desenv. da Produção. 10) Goiás. Inclua-se:</p>	Cr\$
Nº 693	Nº 694
<p>Aprendizado Agrícola de Pires do Rio 1.500.000,00 Aprendizado Agrícola de Rio Verde 1.500.000,00 Aprendizado Agrícola de Jataí 1.500.000,00 Aprendizado Agrícola de Pontalina 1.500.000,00 <u>Total 6.000.000,00</u></p>	<p>Para instalação de uma Escola Agrotécnica no Município de Carmo da Mata, em fazenda de propriedade da União 5.000.000,00 <u>Total 15.000.000,00</u></p>
<p>19.01 – Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário 3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social. 3.1.03 Serviços em Regime Especial de Financiamento. 3.1.03 Desenv. da Produção 13) Minas Gerais. Inclua-se:</p>	<p>19.01 –Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário. 3.00.00 – Desenvolvimento Econômico e Social. 3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento. 3.1.03 – Desenv. da Produção. 13) Minas Gerais Inclua-se:</p>
Cr\$	Cr\$
<p>Despesas de qualquer natureza, inclusive construções de edifício para instalação de uma oficina mecânica em Ituiutaba 5.000.000,00 Para instalação de uma Escola Agrícola no Município de Carmo da Mata, em fazenda de propriedade da União 5.000.000,00</p>	<p>Para a continuação das obras da Escola Agrícola de Montes Claros, Minas 10.000.000,00</p>
Nº 695	Nº 695
<p>19.01 – Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário 3.0.00 Desenvolvimento Econômico e Social 3.1.00 Serviços em Regime Especial de Financiamento 3.1.03 – Desenv. da Produção 14) Pará. Inclua-se:</p>	<p>19.01 – Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário 3.0.00 Desenvolvimento Econômico e Social 3.1.00 Serviços em Regime Especial de Financiamento 3.1.03 – Desenv. da Produção 14) Pará. Inclua-se:</p>
Cr\$	Cr\$
<p>Casa do Filho do Seringueiro, para desenvolvimento agrícola 800.000,00</p>	<p>Casa do Filho do Seringueiro, para desenvolvimento agrícola 800.000,00</p>

<p>Nº 696</p> <p>19.01 – Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.03 – Desenv. da Produção.</p> <p>24) Santa Catarina.</p> <p>Inclua-se:</p> <p style="text-align: right;">Cr\$</p> <p>Patronato Auxiliadora, para desenvolvimento agrícola 600.000,00</p> <p>19.01 – Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.03 – Desenv. da Produção</p> <p style="text-align: right;">Cr\$</p> <p>1)Centro de Tratoristas de Canoinhas 500.000,00</p> <p>2) Centro de Tratoristas de Pirabeiraba – Joinville 500.000,00</p> <p>Total <u>1.000.000,00</u></p>	<p style="text-align: right;">Cr\$</p> <p>Chapecó, Joaçaba, Criciúma, Catanduva, Canoinhas, Florianópolis, Lajes, por intermédio das Prefeituras Municipais <u>1.400.000,00</u></p> <p style="text-align: center;">Nº 699</p> <p>19.01 – Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.03 – Desenv. da Produção.</p> <p>Inclua-se:</p> <p style="text-align: right;">Cr\$</p> <p>Para o aprendizado Agro-Industrial do Instituto N. S. Auxiliadora de Araras – Estado de São Paulo <u>300.000,00</u></p> <p style="text-align: center;">N.º 700</p> <p>19.01 – Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário.</p> <p>3.0.00 Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.03 – Desenv. da Produção.</p> <p>Inclua-se:</p> <p style="text-align: right;">Cr\$</p> <p>Para Escola Agro-Artesanal S. Pascoal – Campinas –São Paulo <u>2.000.000,00</u></p> <p style="text-align: center;">Nº 701</p> <p>19.01 – Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário.</p>
<p style="text-align: center;">Nº 698</p> <p>19.01 – Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.03 – Desenv. da Produção.</p> <p>Destaque-se:</p> <p>Prosseguimento da instalação e manutenção dos Centros de Tratoristas nos Municípios de</p>	

3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de
Financiamento.
3.1.03 – Desenv. da Produção.

Inclua-se:

Cr\$

Para construção, instalação,
equipamentos e manutenção do
Centro Social Rural junto à Escola'
Agrotécnica Benjamin Constant
Sergipe 3.000.000,00

Nº 702

19.01. Superintendência do Ensino Agrícola e
Veterinário.
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico
e Social.

3.1.00 – Serviços em Regime Especial de
Financiamento.

Inclua-se:

Despesa de qualquer natureza para
equipamento e melhora-mento das
instalações da Escola Agrotécnica
de Quissamã, Sergipe, inclusive
início da instalação do Núcleo de
Indústrias Rurais 3.000.000,00

Nº 703

1.9.01 – Superintendência do Ensino Agrícola
e Veterinário.

3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.

3.1.00 – Serviços em Regime Especial de
Financiamento.

3.1.17 – Acordos.

1) Acordos etc:

1) Escolas. Agrotécnica.

25) São Paulo.

Inclua-se:

Cr\$

Tupã 5.000.000,00
Olímpia 5.000.000,00
Total 10.000.000,00

Nº 704

19.01 Superintendência do Ensino Agrícola e
Veterinário.

3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.

3.1.00 – Serviços em Regime Especial de
Financiamento.

3.1.03 – Desenv. da Produção.

3.1.17 – Acordos.

Acordos etc.

Escolas Agrotécnica.

08) Alagoas.

Inclua-se:

Cr\$

Santana do Ipanema 3.000.000,00

Nº 705

19.01 – Superintendência do Ensino Agrícola e
Veterinário.

3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.

3.1.00 – Serviços em Regime Especial de,
Financiamento.

3.1.17 – Acordos.

Acordos etc.

Escolas de Iniciação Agrícola.

25) São Paulo.

Inclua-se:

Cr\$

São Jose do Rio Pardo 1.000.000,00
Mococa 1.000.000,00
Tapiratiba 1.000.000,00
Total 3.000.000,00

N.º 706	
19.01 – Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário.	
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.	
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.	
3.1.17 – Acordos.	
2) Escolas de Iniciação Agrícola.	
Inclua-se:	
	Cr\$
Despesas de qualquer natureza com a instalação de uma Escola de Iniciação Agrícola em Santana do Ipanema	1.000.000,00

Nº 707	
19.01 – Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário.	
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.	
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.	
3.1.17 – Acordos.	
2) Escolas de Iniciação Agrícola.	
05) Bahia.	
Inclua-se:	
	Cr\$
Para a Escola: de Iniciação Agrícola de São Gonçalo dos Campos – Bahia	500.000,00
Idem, E. I. A. Sérgio de Carvalho, São Francisco do Conde	500.000,00
Total.....	1.000.000,00

Nº 708	
19.01 – Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário.	

3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.	
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.	
3.1.17 – Acordos.	
2) Escola de Iniciação Agrícola.	
10) Goiás. Inclua-se:	
Escolas Agrícolas:	
	Cr\$
Dom Bosco, em Silvânia	1.200.000,00
Itapaci	1.000.000,00
São Luiz dos Santos Belos	800.000,00
Total	3.000.000,00

Nº 709	
19.01 – Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário.	
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.	
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.	
3.1.17 – Acordos.	
2) Entidades Agrícolas.	
10) Goiás.	
Inclua-se:	
	Cr\$
Construção, instalação, financiamento da Escola Agrícola de São Luiz de Montes Belos, no Município do mesmo nome em Goiás	2.775.000,00

Nº 710	
19.01 – Superintendência do Ensino, Agrícola e Veterinário.	
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.	

<p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.17 – Acordos.</p> <p>2) Escola de Iniciação Agrícola.</p> <p>10) Goiás.</p> <p>Inclua-se:</p>	<p>Inclua-se:</p>
<p>Movimento de Assistência e Educação do Sudoeste, com sede em Jataí, para sua Escola de Iniciação Agrícola, em Rio Verde, Estado de Goiás <u>1.000.000,00</u></p>	<p>Cr\$</p> <p>Movimento de Assistência e Educação do Sudoeste – Rio Verde – Para a Escola de Iniciação Agrícola da Fazenda Cabeleira <u>1.000.000,00</u></p>
<p>Nº 711</p>	<p>Nº 713</p>
<p>19.01 – Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.17 – Acordos.</p> <p>2) Escola de Iniciação Agrícola.</p> <p>10) Goiás.</p> <p>Inclua-se:</p>	<p>19.01 – Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.17 – Acordos.</p> <p>2) Escola de Iniciação Agrícola.</p> <p>10) Goiás.</p> <p>Inclua-se:</p>
<p>Cr\$</p> <p>Instituto Agro-Profissional de Goiânia – Goiânia <u>2.000.000,00</u></p>	<p>Cr\$</p> <p>Movimento de Assistência e Educação do Sudoeste – Jataí <u>2.000.000,00</u></p>
<p>Nº 712</p>	<p>Nº 714</p>
<p>19.01 – Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.17 – Acordos.</p> <p>2) Escola de Iniciação Agrícola.</p> <p>10) Goiás.</p>	<p>19.01 – Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.17 – Acordos.</p> <p>Acordos estabelecidos pelo Dec. 22.470, de 20-1-47 etc</p> <p>1) Escolas Agrotécnica.</p>
<p>Cr\$</p> <p>Para criação de uma Escola Agrotécnica no Município de Cataguases – Estado de Minas Gerais <u>5.000.000,00</u></p>	<p>Cr\$</p> <p>Para criação de uma Escola Agrotécnica no Município de Cataguases – Estado de Minas Gerais <u>5.000.000,00</u></p>

Nº 715

19.01 – Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário.
 3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.
 3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.
 3.1.17 – Acordos.
 2) Escola de Iniciação Agrícola.
 15) Paraíba
 Acrescente-se:

	Cr\$
Para conclusão da Escola de Iniciação Agrícola de Belém	3.000.000,00
Para conclusão da Escola de Iniciação Agrícola de Cuité	3.000.000,00
Total	<u>6.000.000,00</u>

Nº 716

19.01 – Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário.
 3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.
 3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.
 3.1.17 – Acordos.
 2) Escolas Agrícolas.
 22) Rio Grande do Sul:
 Inclua-se:

	Cr\$
Escola Agrícola Santo Afonso, de São Leopoldo, para construção do novo prédio e compra de máquinas agrícolas	<u>5.000.000,00</u>

Nº 717

19.01 – Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário.
 3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.
 3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.
 3.1.17 – Acordos.
 2) Escolas de Iniciação Agrícola.
 22) Rio Grande do Sul.
 Inclua-se:

	Cr\$
Escola de Iniciação Agrícola de Caçapava do Sul, Rio Grande do Sul	2.000.000,00
Escola Agrotécnica de Santa Maria, Rio Grande do Sul	3.000.000,00
Total	<u>5.000.000,00</u>

Nº 718

19.01 – Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário.
 3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.
 3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.
 3.1.17 – Acordos.
 2) Escolas de Iniciação Agrícola.
 22) Rio Grande do Sul.
 Aumente-se, para Cr\$ 2.000.000,00, cada uma, as dotações da Escola de Iniciação Agrícola de Encantado e da Inspetoria Salesiana do Sul do Brasil, mantenedora do Aprendizado Agrícola Presidente Dutra, de Taquari.

<p>Nº 719</p> <p>19.01 – Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.17 – Acordos.</p> <p>2) Escolas de Iniciação Agrícola.</p> <p>22) Rio Grande do Sul.</p> <p>Inclua-se:</p> <p style="text-align: right;">Cr\$</p> <p>Cachoeira do Sul <u>1.200.000,00</u></p>	<p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.17 – Acordos.</p> <p>2) Escolas de Iniciação Agrícola.</p> <p>Onde se diz:</p> <p style="text-align: right;">Cr\$</p> <p>Escola de Iniciação Agrícola em</p> <p>Madre (Laguna) 1.000.000,00</p> <p>Tubarão 1.000.000,00</p> <p>Porto União <u>1.000.000,00</u></p> <p>Total <u>3.000.000,00</u></p> <p>Diga-se :</p> <p>Madre (Laguna) 1.500.000,00</p> <p>Porto União <u>1.500.000,00</u></p> <p>Total <u>3.000.000,00</u></p>
<p>Nº 720</p> <p>19.01 – Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social:</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.17 – Acordos.</p> <p>2) Escolas de Iniciação Agrícola.</p> <p>24) Santa Catarina.</p> <p>Onde se diz:</p> <p style="text-align: right;">Cr\$</p> <p>Araguari <u>2.000.000,00</u></p> <p>Diga-se:</p> <p>Araguari <u>8.000.000,00</u></p>	<p>19.01 – Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.17 Acordos.</p> <p>2) Escolas de Iniciação Agrícola.</p> <p>24) Santa Catarina.</p> <p>Onde se diz:</p> <p style="text-align: right;">Cr\$</p> <p>Escola de Iniciação Agrícola Madre</p> <p>(Laguna) 1.000.000,00</p> <p>Tubarão 1.000.000,00</p> <p>Porto União <u>1.000.000,00</u></p> <p>Total <u>3.000.000,00</u></p>
<p>Nº 721</p> <p>19.01 – Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p>	

<p>Diga-se:</p> <table> <tr> <td></td> <td>Cr\$</td> </tr> <tr> <td>Madre (Laguna)</td> <td>1.500.000,00</td> </tr> <tr> <td>Porto União</td> <td>1.500.000,00</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td><u>3.000.000,00</u></td> </tr> </table>		Cr\$	Madre (Laguna)	1.500.000,00	Porto União	1.500.000,00	Total	<u>3.000.000,00</u>	<p>Nº 725</p> <p>19.01 – Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.17 – Acordos.</p> <p>4) Escolas de Tratoristas.</p>
	Cr\$								
Madre (Laguna)	1.500.000,00								
Porto União	1.500.000,00								
Total	<u>3.000.000,00</u>								
<p>Nº 723</p> <p>19.01 – Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financia-mento.</p> <p>3.1.17 – Acordos.</p> <p>2) Escolas de Iniciação Agrícola.</p> <p>24) Santa Catarina.</p>	<p>Cr\$</p> <p>Para instalação e manutenção de duas Escolas de Tratoristas em Criciúma e Ibirama, em regime de acordo com as Prefeituras Municipais <u>3.000.000,00</u></p>								
<p>Cr\$</p> <p>Escola de Iniciação Agrícola de Valões, Município de Pôrto União <u>800.000,00</u></p>	<p>Nº 726</p> <p>19.01 – Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.17 – Acordos.</p> <p>1) Acordos etc.</p> <p>Inclua-se:</p>								
<p>Nº 724</p> <p>19.01 – Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.17 – Acordos.</p> <p>2) Escolas de Iniciação Agrícola.</p> <p>24) Santa Catarina.</p> <p>Acrescente-se:</p>	<p>Cr\$</p> <table> <tr> <td>Escola Prática de Agricultura "Cônego José Bento Jacarei"</td> <td>3.000.000,00</td> </tr> <tr> <td>Escola Prática de Agricultura "Sr Manoel"</td> <td>3.000.000,00</td> </tr> <tr> <td>Escola Pratica "'de Agricultura "Presidente Prudente"</td> <td>4.000.000,00</td> </tr> <tr> <td>Escola Prática de Agricultura; "Doutor Fernando Costa" – Piraçununga</td> <td><u>5.000.000,00</u></td> </tr> </table>	Escola Prática de Agricultura "Cônego José Bento Jacarei"	3.000.000,00	Escola Prática de Agricultura "Sr Manoel"	3.000.000,00	Escola Pratica "'de Agricultura "Presidente Prudente"	4.000.000,00	Escola Prática de Agricultura; "Doutor Fernando Costa" – Piraçununga	<u>5.000.000,00</u>
Escola Prática de Agricultura "Cônego José Bento Jacarei"	3.000.000,00								
Escola Prática de Agricultura "Sr Manoel"	3.000.000,00								
Escola Pratica "'de Agricultura "Presidente Prudente"	4.000.000,00								
Escola Prática de Agricultura; "Doutor Fernando Costa" – Piraçununga	<u>5.000.000,00</u>								
<p>Cr\$</p> <p>Para a instalação de uma Escola Agrotécnica, anexa ao Campo Experimental do Trigo em Caçador. <u>3.000.000,00</u></p>									

Cr\$		Inclua-se:	
Escola Prática de Agricultura – Jaboticabal	6.000.000,00		Cr\$
Escola Prática de Horticultura – Jundiá	3.000.000,00	Escola Agrícola da Universidade Católica de Campinas	<u>2.000.000,00</u>
Escola Agrotécnica “Dr. Carolino da” Motta e Silva” – Pinhal	4.000.000,00		Nº 729
Total	<u>25.000 000,00</u>		
Nº 727		19.01 – Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário.	
19.01 – Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário.		3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.	
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.		3.2.00 – Dispositivos Constitucionais.	
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financia-mento.		3.2.04 – Manutenção e desenvolvimento do ensino (art. 169 e parágrafo único do art. 171, da Constituição Federal).	
3.1.17 – Acordos.		Onde se diz:	
1) Acordos estabelecidos etc. Acrescente-se:			Cr\$
		Plano de Educação para o desenvolvimento	<u>140.000.000,00</u>
Cr\$		Diga-se:	
Instalação de uma Escola de Tratoristas junta à Escola Prática de Agricultura José Bonifácio – Jaboticabal – Estado de São Paulo		Plano de Educação para o desenvolvimento	200.000.000,00
<u>5.000.000,00</u>			Nº 730
Nº 728		19.01 – Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário.	
19.01 – Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário.		3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.	
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.		3.2.00 – Dispositivos Constitucionais.	
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.		3.2.04 – Manutenção e desenvolvimento do ensino (art.169 e parágrafo único do art. 171, da Constituição Federal).	
3.1.17 – Acordos.		1) Plano de Educação para, o desenvolvimento.	
Escolas Agrícolas.		Restau-re-se na quantia de duzentos milhões de cruzeiros a dotação que a proposta do Governo destina ao desenvolvimento dos programas de educação.	
25) São Paulo.			

Nº 731

19.02 – Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário.
4.0.00 – Investimentos.
4.3.00 – Desapropriação e Aquisição de Imóveis. 4.3.01 – Início etc.

Cr\$

Desapropriação de terras para ampliação da área da Escola Agrotécnica de Crato 600.000,00

Nº 732

19.02 – Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário.
4.0.00 – Investimentos.
4.1.00 – Obras.
4.1.03 – Prosseguimento e conclusão de obras.

Inclua-se:

Cr\$

Inst. Salesiano Pedro Palácios (Venda Nova – Município de Castelo – Espírito Santo) para construção de uma escola de iniciação agrícola 2.000.000,00

Nº 733

19.01 – Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário.
4.0.00 – Investimentos.
4.1.00 – Obras.
4.1.03 – Prosseguimento e conclusão de obras.

Acrescente-se:

Cr\$

Instituto de Botânica de São Paulo, para estudos e obras diversas 18.000.000,00

Nº 734

20 – Escola de Agronomia do Nordeste. (Areia – Paraíba).
1.0.00 – Custeio.
1.5.00 – Serviços de Terceiros.
1.5.06 – Reparos, adaptações, recuperação e conservação de bens móveis.

Aumentar para Cr\$ 700.000,00 (setecentos mil cruzeiros), uma vez que a Escola tendo adquirido um "chassis" de caminhão necessita fazer uma adaptação para carroceria de ônibus rural destinado a pequenas excursões e serviços de extensão agrícola já mantido por aquele estabelecimento de ensino.

Sala das Comissões, em de novembro de 1958 Senador *Ruy Carneiro*.

Nº 735

20 – Escola de Agronomia do Nordeste.
1.0.00 – Custeio.
1.6.00 – Encargos Diversos.
1.6.13 – Serviços Educativos e Culturais.
Onde se diz:

Cr\$

Manutenção e ampliação do Serviço de Extensão Agrícola 2.200.000,00

Diga-se:

Manutenção e ampliação dos serviços de extensão agrícola 4.000.000,00

Nº 736

17 – Serviço de Meteorologia.
1.0.00 – Custeio.
1.5.00 – Serviços de Terceiros.
1.5.14 – Outros Serviços Contratuais.

Onde se diz:		3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.	
	Cr\$	3.1.03 – Desenv. da Produção	
1) Pagamento à Missões Salesianas, conforme contrato, de serviços de observações meteorológicas, em estações situadas nos Estados do Amazonas e Mato Grosso.....	3.968.000,00	05) Bahia.	
		Inclua-se:	
			Cr\$
		Casa N. S. Soledade – Salvador – para desenvolvimento agrícola.....	1.000.000,00
		Nº 739	
		12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.	
		3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.	
		3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.	
		3.1.03 – Desenv. da Produção.	
		07) Distrito Federal.	
			Cr\$
		Escala Doméstica Profissional dos Santos Anjos – D.F. para desenvolvimento agrícola.....	2.000.000,00
		Nº 740	
		12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.	
		3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.	
		3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.	
		3.1.03 – Desenv. da Produção.	
		05) Bahia.	
		Inclua-se:	
	Cr\$		Cr\$
Casa N. S. das Mercês – Salvador – para desenvolvimento agrícola.....	1.000.000,00		
		Nº 738	
		12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.	
		3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.	
		07.04.02 – Divisão do Orçamento	
		2.0.00 – Transferências.	

2.1.00 – Serviços em Regime Especial de
Financiamento.

2.1.02 – Subvenções Extraordinárias.

1) Adendo "A".

14) Pará.

Inclua-se:

	Cr\$
Casa do Filho de Seringueiro de Ananindeua.....	200.000,00
Escola Doméstica de Ananindeua	<u>200.000,00</u>
Total.....	<u>400.000,00</u>

Nº 742

07.04.02 – Divisão do Orçamento.

2.0.00 – Transferências.

2.1.00 – Serviços em Regime Especial de
Financiamento.

2.1.03 – Subvenções Ordinárias.

1) Adendo "B".

14) Pará.

Inclua-se:

	Cr\$
Casa do Filho do Seringueiro de Ananindeua.....	200.000,00
Escola Doméstica de Ananindeua	<u>200.000,00</u>
Total.....	<u>400.000,00</u>

Nº743

07.04.02 – Divisão do Orçamento.

2.0.00 – Transferências.

2.1.00 – Serviços em Regime Especial de
Financiamento.

2.1.02 – Subvenções Ordinárias.

1) Adendo "A".

04) Amazonas.

Inclua-se:

	Cr\$
Patronato Profissional Agrícola de Issana.....	200.000,00
Patronato Profissional Agrícola de Cauburi.....	<u>200.000,00</u>
Total.....	<u>400.000,00</u>

Nº 744

07.04.02 – Divisão do Orçamento.

2.0.00 – Transferências.

2.1.00 – Serviços em Regime Especial de
Financiamento.

2.1.03 – Subvenções Extraordinárias.

1) Adendo "B".

04) Amazonas.

Inclua-se:

	Cr\$
Patronato Profissional Agrícola de Issana.....	200.000,00
Patronato Profissional Agrícola de Cauburi.....	<u>200.000,00</u>
Total.....	<u>400.000,00</u>

Nº 745

07.05.02 – Divisão do Pessoal.

1.0.00 – Custeio.

1.1.00 – Pessoal Civil.

1.1.04 – Salários de mensalistas.

1) Disponibilidade para atender etc.

Aumente-se de Cr\$ 154.064.200,00 para Cr\$
250.000.000,00.

Nº 746

07.05.02 – Divisão do Pessoal.

1.0.00 – Custeio.

1.1.00 – Pessoal Civil.

1.1.04 – Salários de mensalistas.

1) Disponibilidade para atender etc.
Aumente-se de Cr\$ 17.600.000,00 para Cr\$ 37.600.000,00.

Nº 747

4.13 – Ministério da Agricultura.
07.05.01 – Divisão do Pessoal.
(Despesas Próprias).
1.0.00 – Custeio.
1.1.00 – Pessoal Civil.
Inclua-se:
1.1.20 – Gratificação pela execução de trabalho de natureza especial, com risco de vida ou saúde.
Eleve-se de Cr\$ 330.400,00
Para Cr\$ 1.859.520,00.

Nº 748

4.13 – Ministério da Agricultura.
07.07 – Serviço de Comunicações.
1.0.00 – Custeio.
1.1.00 – Pessoal Civil.
Inclua-se:
1.1.20 – Gratificação pela execução de trabalho de natureza especial, com risco de vida ou saúde. Cr\$ 44.080,00.

Nº 749

4.13 – Ministério da Agricultura.
09.02.04 – Instituto de Óleos.
1.0.00 – Custeio.
1.1.00 – Pessoal Civil.
Inclua-se:
1.1.20 – Gratificação pela execução de trabalho de especial, com risco de vida ou saúde – Cruzeiros 28.800,00.

Nº 750

4.13 – Ministério da Agricultura.
09.02.06 – Instituto Agrônômico do Leste.
1.0.00 – Custeio.
1.1.00 – Pessoal Civil.
Inclua-se:
1.1.20 – Gratificação pela execução de trabalho de especial, com risco de vida ou saúde – Cruzeiros 55.200,00.

Nº 751

4.13 – Ministério da Agricultura.
09.02.09 – Instituto Agrônômico do Oeste.
1.0.00 – Custeio.
1.1.00 – Pessoal Civil.
Inclua-se:
1.1.20 – Gratificação pela execução de trabalho de natureza especial, com risco de vida ou saúde. Cr\$ 62.400,00.

Nº 752

4.13 – Ministério da Agricultura.
09.02.10 – Instituto Agrônômico do Sul.
1.0.00 – Custeio.
1.1.00 – Pessoal Civil.
Inclua-se:
1.1.20 – Gratificação pela execução de trabalho de natureza especial, com risco de vida ou saúde. Cr\$ 98.880,00.

Nº 753

4.13 – Ministério da Agricultura.
09.04 – Serviço Médico.
1.0.00 – Custeio.
1.1.00 – Pessoal Civil.

<p>Inclua-se: 1.1.20 – Gratificação pela execução de trabalho de natureza especial, com risco de vida ou saúde. Aumente-se de Cr\$ 110.640,00. Para Cr\$ 1.199.520,00.</p>	<p>Nº 757</p> <p>19.01 – Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário. (Despesas Próprias). 1.0.00 – Custeio. 1.1.00 – Pessoal Civil. Inclua-se: 1.1.20 – Gratificação pela execução de trabalho de natureza especial, com risco de vida ou saúde – Cr\$ 803.520,00.</p>
<p>Nº 754</p> <p>4.13 – Ministério da Agricultura. 10 – Departamento Nacional da Produção Animal. 1.0.00 – Custeio. 1.1.00 – Pessoal Civil. 1.1.20 – Gratificação pela execução de trabalho de natureza especial, com risco de vida ou saúde. Eleve-se de Cr\$ 292.800,00. Para Cr\$ 1.674.720,00.</p>	<p>Nº 758</p> <p>10 – Departamento Nacional da Produção Animal. 3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social. 3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento. 3.1.03 – Desenv. da Produção. Onde se lê: 10) Criação de trutas no Pôsto de Biologia e Piscicultura da Serra da Bocaina, em Bananal, Estado de São Paulo e instalação de novos postos. Leia-se: 10) Criação de trutas no Pôsto de Biologia e Piscicultura da Serra da Bocaina, em Bananal, Estado de São Paulo, e instalação de novos postos e manutenção e ampliação dos já existentes. Onde se lê: 12) Instalação de postos de fomento da piscicultura em colaboração com a Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário e com particulares. Leia-se: 12) Instalação e manutenção de postos de fomento da piscicul-</p>
<p>Nº 755</p> <p>4.13 – Ministério da Agricultura. 11 – Departamento Nacional da Produção Mineral. 1.0.00 – Custeio. 1.1.00 – Pessoal Civil. 1.1.20 – Gratificação pela execução de trabalho de natureza especial, com risco de vida ou saúde. Aumente-se de Cr\$ 3.822.720,00 Para Cr\$ 4.129.920,00.</p>	
<p>Nº 756</p> <p>15 – Serviço Florestal. 1.0.00 – Custeio. 1.1.00 – Pessoal Civil. Inclua-se: 1.1.20 – Gratificação pela execução de trabalho de natureza especial, com risco de vida ou saúde. Cr\$ 55.200,00.</p>	

tura, em colaboração com a Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário e com quaisquer outras repartições do D.N.P.A. e manutenção dos já existentes.

Nº 759

07.04.02 – Divisão do Orçamento.
2.0.00 – Transferências.
2.1.00 – Auxílios e Subvenções.
2.1.03 – Subvenções Extraordinárias.
13) Minas Gerais.
Inclua-se:

	Cr\$
Sociedade Rural do Triângulo Mineiro.....	<u>2.000.000,00</u>

Nº 760

12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.
1.0.00 – Custeio.
1.6.00 – Encargos Diversos.
1.6.23 – Reparelhamento etc. Diversos.
07) Distrito Federal.
Acrescente-se:

	Cr\$
Associação Protetora das Missões – Distrito Federal.....	<u>1.000.000,00</u>

Nº 761

12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.
3.1.03 – Desenv. da Produção.
07) Distrito Federal.

Inclua-se:

Associação Protetora das Missões.....	Cr\$ <u>500.000,00</u>
---------------------------------------	---------------------------

Nº 762

07.04.02 – Divisão do Orçamento. (Encargos Gerais).
2.0.00 – Transferências.
2.1.00 – Auxílios e Subvenções.
2.1.01 – Auxílios.
7) Outras Entidades.
Onde se lê:

	Cr\$
Entrepasto de Leite do Distrito Federal.....	<u>5.000.000,00</u>

Leia-se:

	Cr\$
Entrepasto de Leite do Distrito Federal.....	<u>10.000.000,00</u>

Nº 763

12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.
3.1.03 – Desenv. da Produção.
10) Goiás.
Onde se lê:

	Cr\$
Fomento da produção vegetal no novo Distrito Federal mediante convênio etc.....	<u>5.000.000,00</u>

Leia-se:

	Cr\$
Fomento da produção vegetal no novo Distrito Federal mediante convênio etc.....	<u>10.000.000,00</u>

Nº 764	Nº 767
<p>07.04.02 – Divisão de Orçamento. (Encargos Gerais).</p> <p>2.0.00 – Transferências.</p> <p>2.1.00 – Auxílios e Subvenções.</p> <p>2.1.03 – Subvenções Extraordinárias.</p> <p>10) Goiás.</p> <p>Inclua-se:</p> <p style="text-align: right;">Cr\$</p> <p>Para a Associação Rural da Cidade de Goiás, para aquisição de um trator agrícola de esteiras... <u>2.000.000,00</u></p>	<p>11 – Departamento Nacional da Produção Mineral.</p> <p style="text-align: right;">Cr\$</p> <p>Para a ligação do serviço de energia elétrica de Senhora dos Remédios ao sistema da CEMIG, em Minas Gerais..... <u>2.000.000,00</u></p>
Nº 765	Nº 769
<p>07.04.02 – Divisão de Orçamento.</p> <p>1.0.00 – Custeio.</p> <p>1.6.00 – Encargos Diversos.</p> <p>1.6.23 – Reparelhamento etc.</p> <p>Inclua-se:</p> <p style="text-align: right;">Cr\$</p> <p>Para ampliação e melhoramento das obras assistenciais da Missão de Taracúá no Rio Negro, Amazonas..... <u>12.000.000,00</u></p>	<p>10 – Departamento Nacional da Produção Animal.</p> <p>3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.</p> <p>3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.</p> <p>3.1.03 – Desenv. da Produção.</p> <p>Onde se lê:</p> <p style="text-align: right;">Cr\$</p> <p>Fomento da produção animal na região do novo Distrito Federal em cooperação com a Companhia Urbanizadora da Nova Capital..... <u>5.000.000,00</u></p> <p>Leia-se:</p>
Nº 766	Nº 770
<p>12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.</p> <p>1.0.00 – Custeio.</p> <p>1.6.00 – Encargos Diversos.</p> <p>1.6.23 – Reparelhamento etc. Diversos.</p> <p>24) Santa Catarina.</p> <p>Inclua-se:</p> <p style="text-align: right;">Cr\$</p> <p>Patronato Auxiliadora – Campos Novos – Santa Catarina..... <u>1.000.000,00</u></p>	<p style="text-align: right;">Cr\$</p> <p>Fomento da produção animal na região do novo Distrito Federal em cooperação com a Companhia Urbanizadora da Nova Capital..... <u>30.000.000,00</u></p> <p>19.01 – Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário.</p> <p>(Despesas Próprias).</p> <p>1.5.00 – Serviços de Terceiros.</p> <p>1.5.14 – Outros Serviços Contratuais.</p>

<p>1) Amputação das atividades didáticas das Escolas.</p> <p>12) Mato Grosso.</p> <p>Acrescente-se:</p>		Cr\$
	Nº 771	
Patronato Agrícola "Beato Roque"	Cr\$ <u>2.000.000,00</u>	
etc.		
07.04.02 – Divisão de Orçamento.		
1.0.00 – Custeio.		
1.6.00 – Encargos Diversos.		
1.6.23 – Reaparelhamento e desenvolvimento		
Onde se lê:		
	Cr\$	
Projeto nº 15, do Escritório Técnico de Agricultura, mediante convênio.....	<u>3.000.000,00</u>	
Leia-se:		
	Cr\$	
Projeto nº 15, do Escritório Técnico de Agricultura, mediante convênio etc.....	10.000.000,00	
Nº 772		
12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.		
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.		
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.		
3.1.03 – Desenv. da Produção.		
04) Amazonas.		
Inclua-se:		
	Cr\$	
Patronato Santa Terezinha de Cachoeirinha – Manaus.....	1.000.000,00	
Patronato Agrícola de Tapuruquara.....	1.000.000,00	

Aprendizado Profissional Agrícola de Demeni.....	Cr\$
Total.....	<u>3.000.000,00</u>
Nº 773	
07.04.02 – Divisão do Orçamento.	
1.0.00 – Custeio.	
1.5.00 – Serviços de Terceiros.	
1.6.23 – Reaparelhamento e desenvolvimento	
etc.	
04) Amazonas.	
Inclua-se:	
	Cr\$
Patronato Profissional Agrícola de Pari – Cachoeira.....	1.000.000,00
Aprendizado Agrícola de Barcelos	<u>2.000.000,00</u>
Total.....	<u>3.000.000,00</u>
Nº 774	
07.04.02 – Divisão de Orçamento.	
1.0.00 – Custeio.	
1.5.00 – Serviços de Terceiros.	
1.6.23 – Reaparelhamento e desenvolvimento	
etc.	
04) Amazonas.	
Inclua-se:	
	Cr\$
Aprendizado Profissional Agrícola – Urupês – Amazonas.....	2.000.000,00
Patronato Agrícola – de	<u>1.500.000,00</u>
Total.....	<u>3.500.000,00</u>
Nº 775	
07.04.02 – Divisão do Orçamento.	
1.0.00 – Custeio.	
1.5.00 – Serviços de Terceiros.	
1.6.23 – Reaparelhamento e desenvolvimento	
etc.	

Inclua-se: 04) Amazonas.		Nº 778	
	Cr\$	12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.	
Aprendizado Profissional Agrícola de Tapurucuara.....	2.000.000,00	3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.	
Patronato Profissional Agrícola de Cauburi.....	<u>1.500.000,00</u>	3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.	
Total.....	<u>3.500.000,00</u>	3.1.03 – Desenv. da Produção.	
Nº 776		18) Pernambuco.	
12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.		Inclua-se:	
1.0.00 – Custeio.			Cr\$
1.6.00 – Encargos Diversos.		Ginásio Rural Padre Rinaldi	
1.6.23 – Reparcelhamento e desenvolvimento etc.		Carpina – para desenvolvimento agrícola.....	<u>400.000,00</u>
Diversos.		Nº 779	
04) Amazonas.		07.04.02 – Divisão do Orçamento.	
Acrescente-se:		1.0.00 – Custeio.	
	Cr\$	1.5.00 – Serviços de Terceiros.	
Patronato Agrícola de Uaupés – Amazonas.....	1.000.000,00	1.6.23 – Reparcelhamento e desenvolvimento etc.	
Patronato Santa Terezinha da Cachoeira – Manaus – Amazonas	<u>1.000.000,00</u>	24) Santa Catarina.	
Total.....	<u>2.000.000,00</u>	Inclua-se:	
Nº 777			Cr\$
07.04.02 – Divisão do Orçamento		Patronato Auxiliadora – Campos	
1.0.00 – Custeio.		Novos.....	<u>2.000.000,00</u>
1.5.00 – Serviços de Terceiros.		Nº 780	
1.6.23 – Reparcelhamento e desenvolvimento etc.		12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.	
18) Pernambuco.		3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.	
Inclua-se:		3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.	
	Cr\$	3.1.02 – Defesa Sanitária Animal e Vegetal.	
Ginásio Rural Padre Rinaldi		Inclua-se:	
Carpina – p/ desenvolvimento agrícola.....	<u>1.000.000,00</u>	Destina-se à Inspetoria Regional do Fomento Agrícola a quantia de Cr\$ 10.000.000,00 para reparcelhamento e reequipamento do Posto Agro-Pecuário (PAP) de Entre Rios.	

Nº 781

20.01.02 – Serviço de Assistência a Menores.
2.0.00 – Transferências.
2.1.00 – Auxílios e Subvenções.
2.1.03 – Subvenções Extraordinárias.
13) Minas Gerais.
Inclua-se:

Cr\$

Instituto Souza Lima – Belo Horizonte..... 2.000.000,00

Nº 782

07.04.02 – Divisão do Orçamento.
2.0.00 – Transferências.
2.1.00 – Auxílios e Subvenções.
2.1.02 – Subvenções Ordinárias.
01) Território do Acre.
Acrescente-se:

Cr\$

Federação das Associações Rurais do Território do Acre..... 30.000.000,00

Nº 783

10 – Departamento Nacional da Produção Animal.
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.
3.1.03 – Desenv. da Produção.
27) Desenvolvimento da Sericicultura, apicultura, suinocultura, avicultura, cunicultura, caprinocultura, ovinocultura, equinocultura e bovinocultura.
Onde se lê:
6.000.000,00.
Leia-se:
Cr\$ 20.000.000,00.

Nº 784

19.02 – Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário.
(Encargos Gerais).
2.0.00 – Transferências.
2.1.00 – Auxílios e Subvenções.
2.1.01 – Auxílios.
7) Outras Entidades.

Cr\$

4) Escola Superior de Medicina Veterinária (Barretos – São Paulo)..... 3.000.000,00

Nº 785

11 – Departamento Nacional da Produção Mineral.
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.
3.1.06 – Irrigação e Energia Hidráulica.
10) Goiás.
Inclua-se:

Cr\$

Para a Usina Hidrelétrica de Arraias..... 4.000.000,00

Nº 786

11 – Departamento Nacional da Produção Mineral.
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.
3.1.06 – Irrigação e Energia Hidráulica.
Inclua-se:
10) Goiás.

	Cr\$
Construção da Usina Hidrelétrica para Itapirapuan e Jussara.....	6.000.000,00

Nº 787

07.04.02 – Divisão do Orçamento.
2.0.00 – Transferências.
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.
2.1.02 – Subvenções Ordinárias.
1) Adendo "A".
Inclua-se:

	Cr\$
Casa N. S. Soledade.....	150.000,00
Casa N. S. das Missões.....	150.000,00
Total.....	300.000,00

Nº 788

07.04.02 – Divisão do Orçamento.
2.0.00 – Transferências.
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.
2.1.03 – Subvenções Extraordinárias.
1) Adendo "B".
05) Bahia.
Inclua-se:

	Cr\$
Casa N. S. Soledade – Salvador...	200.000,00
Casa N. S. das Missões.....	200.000,00
Total.....	400.000,00

O grupo de emendas com pareceres contrários da Comissão de Finanças é o seguinte: Emendas ns. 43, 50, 53, 88, 93, 100, 131, 133, 157, 196, 503, 537, 544, 546, 549 e 768.

Em votação o grupo de emendas com pareceres contrários.

Os Senadores que aprovam as emendas, queiram permanecer sentados. (*Pausa*).

Estão rejeitadas.

São as seguintes as emendas rejeitadas:

Nº 43

07.04.02 – Divisão do Orçamento.
1.0.00 – Custeio.
1.6.00 – Encargos Diversos.
1.6.23 – Reparelhamento e desenvolvimento de programas, serviços e trabalhos específicos.
Alínea 7.
Onde se lê:

	Cr\$
Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (ASCAR), mediante convênio.....	12.000.000,00

Leia-se:

Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (ASCAR), mediante convênio.....	13.000.000,00
--	---------------

Nº 50

07.04.02 – Divisão do Orçamento.
Despesas Ordinárias.
1.0.00 – Custeio.
1.6.00 – Encargos Diversos.
1.6.23 – Reparelhamento e desenvolvimento de programas, serviços e trabalhos específicos.
07) Distrito Federal.
Acrescente-se:

	Cr\$
Escola Rural do Orfanato Teresa Cristina, para as obras de sua sede social, aquisição de equipamento.....	4.000.000,00

Nº 53

07.04.02 – Divisão do Orçamento
 1.0.00 – Custeio.
 1.6.00 – Encargos Diversos.
 1.6.23 – Reaparelhamento e desenvolvimento de programas, serviços e trabalhos específicos.
 13) Minas Gerais.
 6) Aumente-se de Cr\$ 1.000.000,00 para Cr\$ 1.500.000,00 a dotação consignada à Sociedade Rural de Curvelo, para construção de arquibancadas, alojamentos para técnicos, funcionários e trabalhadores e restaurantes, no Parque de Exposições Getúlio Vargas.

Nº 88

07.04.02 – Divisão do Orçamento. (Encargos Gerais) .
 2.0.00 – Transferências.
 2.1.00 – Auxílios e Subvenções
 2.1.01 – Auxílios.
 7) Outras Entidades.
 25) São Paulo.

Cr\$

Para reconstrução do Estádio Dr. Alfredo Castilho, do Esporte Clube Noroeste, Bauru 15.000.000,00

Nº 93

07.04.02 – Divisão do Orçamento. (Encargos Gerais) .
 2.0.00 – Transferências.
 2.1.00 – Auxílios e Subvenções.
 2.1.03 – Subvenções Extraordinárias.
 7) Outras Entidades.
 06) Ceará

Cr\$

Federação das Associações Rurais do Estado do Ceará 1.500.000,00

Nº 100

07.04.02 – Divisão do Orçamento. (Encargos Gerais)
 Despesas Ordinárias.
 2.0.00 – Transferências.
 2.1.00 – Auxílios e Subvenções.
 2.1.02 – Subvenções Ordinárias.
 7) Outras Entidades.
 11) Maranhão.

Cr\$

Associação de Registro Genealógico de Raça "Schwitz" do Brasil..... 200.000,00

Nº 131

07.04.02 – Divisão do Orçamento.
 2.0.00 – Transferências.
 2.1.00 – Auxílios e Subvenções.
 2.1.03 – Subvenções Extraordinárias.
 26) Sergipe.
 Aumente-se :

Cr\$

Associação Rural de Estância 500.000,00

Nº 133

07.04.02 – Divisão do Orçamento.
 2.0.00 – Transferências.
 2.1.00 – Auxílios e Subvenções.
 2.1.03 – Subvenções Extraordinárias.
 26) Sergipe.
 Inclua-se :

Cr\$

Associação Rural de Maroim 500.000,00
 Associação Rural de Riachuelo 500.000,00
 Associação Rural de Carmópolis 500.000,00
 Total 1.500.000,00

Nº 157

09.02.03 – Instituto de Fermentação.
3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.
3.1.00 – Serviços em Regime Especial.
3.1.03 – Desenv. da Produção.

Onde se lê:

	Cr\$
1) Desenvolvimento da vitivinicultura nacional.....	4.000.000, 00

Leia-se :

1) Desenvolvimento da vitivinicultura nacional, inclusive em Goiás.....	4.000.000,00
---	--------------

Nº 196

10 – Departamento Nacional da Produção Animal.

1.0.00 – Custeio.
1.5.00 – Serviços de Terceiros.
1.5.14 – Outros Serviços Contratuais.

15) Associação dos Criadores de Gado Holandês do Rio Grande do Sul.

Onde se lê :

Cr\$ 80.000,00.

Leia-se :

Cr\$ 300.000,00.

Nº 503

12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.

3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.
3.1.02 – Defesa Sanitária Animal e Vegetal.

Acrescente-se :

06) Ceará.

	Cr\$
1) Entrepasto de pesca de Fortaleza.....	7.000.000,00

Nº 537

12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.

3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.

3.1.03 – Desenv. da Produção.

1) Em vez de ler-se : Fomento da Produção Vegetal em todo o País, leia-se:

Cr\$

1) Fomento da produção vegetal em todo o País, inclusive Cr\$ 3.000.000,00 para o fomento da cultura do dendê no Estado do Amazonas.....	66.000.000,00
--	---------------

Nº 544

12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.

3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.
3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.

3.1.03 – Desenv. da Produção.

Cr\$

1) Despesas de qualquer natureza com a continuação dos trabalhos do fomento e racionalização da cultura do guaraná no Estado do Amazonas.....	5.000.000,00
---	--------------

Nº 546

12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.

3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.

3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.

3.1.03 – Desenv. da Produção.

04) Amazonas.

	Cr\$
Importância que se destina à aquisição de arame farpado para revenda aos agricultores e criadores do Estado	10.000.000,00

Nº 549

12 – Departamento Nacional da Produção Vegetal.

3.0.00 – Desenvolvimento Econômico e Social.

3.1.00 – Serviços em Regime Especial de Financiamento.

3.1.03 – Desenv. da Produção.

04) Amazonas.

	Cr\$
Despesas de qualquer natureza com o fomento da juta	5.000.000,00

Nº 768

07.04.02 – Divisão de Orçamento. (Encargos Gerais).

1.0.00 – Custeio.

1.6.00 – Encargos Diversos.

1.6.23 – Reaparelhamento e desenvolvimento de programas etc.

Alínea 2).

Aumente-se de Cr\$ 20.000.000,00 a verba de manutenção do Escritório Técnico de Agricultura para execução do programa de cooperação técnica, de conformidade com o estabelecido no acordo Brasil - Estados Unidos.

O SR. PRESIDENTE: – Em votação o projeto assim emendado.

Os Senhores Senadores que aprovam, queiram, conservar-se sentados. (*Pausa*).

Está aprovado.

A matéria vai à Comissão de Finanças para Redação Final.

Lembro aos Senhores Senadores que a primeira parte da hora do Expediente da sessão da tarde foi reservada às comemorações do Dia de Ação de Graças.

Está esgotada a matéria da Ordem do Dia.

Não há orador para esta oportunidade.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão. Designo para a próxima, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1 – Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara, nº 141, de 1958, que revigora, pelo prazo de dois anos, o crédito especial de Cr\$ 500.000.000,00, autorizado pela Lei nº 3.035, de 19 de dezembro de 1956, para ocorrer a despesas de exercícios encerrados, tendo Pareceres Favoráveis ao Projeto e à Emenda de Plenário, sob ns. 400 e 509, de 1958, da Comissão de Finanças.

2 – Discussão única, do Projeto de Lei da Câmara, nº 155, de 1958, que isenta de todos os impostos e taxas federais o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, tendo Pareceres Favoráveis (sob os ns. 533 e 534, de 1958) das Comissões de Economia e de Finanças.

Está encerrada a sessão.

Levanta-se a sessão às 12 horas e 5 minutos.

PRESIDÊNCIA DO SENHOR APOLÔNIO SALLES

Às 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Vivaldo Lima.
Mourão Vieira.
Prisco dos Santos.
Lameira Bittencourt.
Sebastião Archer.
Victorino Freire.
Públio de Mello.
Waldemar Santos.
Mathias Olympio.
Leônidas Mello.
Onofre Gomes.
Parsifal Barroso.
Fernandes Távora.
Kerginaldo Cavalcanti.
Reginaldo Fernandes.
Ruy Carneiro.
Argemiro de Figueiredo.
Apolônio Salles.
Novaes Filho.
Ezequias da Rocha.
Freitas Cavalcanti.
Rui Palmeira.
Júlio Leite.
Jorge Maynard.
Lourival Fontes.
Neves da Rocha.
Juracy Magalhães.
Lima Teixeira.
Carlos Lindenberg.
Atílio Vivacqua.
Ary Vianna.
Moreira Filho.
Paulo Fernandes.
Arlindo Rodrigues.
Alencastro Guimarães.
Caiado de Castro.
Gilberto Marinho.
Benedicto Valladares.
Lima Guimarães.
Lino de Mattos.

Moura Andrade.
Domingos Vellasco.
Coimbra Bueno.
Pedro Ludovico.
Mário Motta.
João Villasbôas.
Filinto Müller.
Othon Mäder.
Gaspar Venoso.
Gomes de Oliveira.
Francisco Gallotti.
Saulo Ramos.
Daniel Krieger.
Mem de Sá. – (54).

O SR. PRESIDENTE: – A lista de presença acusa o comparecimento de 54 Srs. Senadores. Havendo número legal, está aberta a sessão.

Vai ser lida a Ata.

O Sr. Quarto Secretário, servindo de Segundo, procede à leitura da Ata da sessão anterior, que, posta em discussão, é sem debate, aprovada.

O Sr. Terceiro Secretário, servindo de Primeiro, dá conta do seguinte:

EXPEDIENTE

Mensagens

Do Sr. Presidente da República, ns. 180 e 181, restituindo autógrafos, sancionados, dos seguintes Projetos de Lei da Câmara:

Nº 140, de 1958, que dispõe sobre a consignação de Cr\$ 300.000.000,00 no subanexo do Ministério da Via-

ção e Obras Públicas (DNER), durante cinco exercícios consecutivos, para a construção da nova rodovia São Paulo-Curitiba (BR-2);

Nº 188, de 1957, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de Cr\$ 20.000.000,00, destinado à construção de nova obra de arte sobre o Rio Paranaíba, na rodovia BR-31.

Ofício

Da Câmara dos Deputados nº 1.310, nos seguintes termos:

Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1958.

Nº 1.310.

Solicita modificações de dotações orçamentárias.

Secção de . Expediente.

Expedido em 27 de novembro de 1958.

Senhor Primeiro Secretário,

Solicito de V. Ex.^a as necessárias providências no sentido de que no Anexo 2 – Poder Legislativo – Subanexo 2.01 – Câmara dos Deputados – no Projeto de Orçamento para o exercício de 1959, em discussão nessa Casa do Congresso, sejam modificadas as dotações das subconsignações abaixo discriminadas:

VERBA 1.0.00 – CUSTEIO

Consignação 1.1.00 – Pessoal Civil

Subconsignações:	Fixa	
1.1.02 – Subsídios e representações	126.360.000	159.300.000
1.1.09 – Ajuda de custo		35.000.000
1.1.18 – Gratificação pela representação de Gabinete		
2) Gabinete do 1º Secretário	300.000.000	
3) Demais.Gab.	<u>1.620.000,000</u>	1.920.000.000
1.1.23 – Gratificação adicional por tempo de serviço.....		<u>31.000.000</u>
	<u>126.360.000</u>	<u>2.145.300.000</u>
		2.271.660.000

Aproveito o ensejo para reiterar a V. Ex.^a meus protestos de elevada estima e distinta consideração. –

José Bonifácio, 1º Secretário.

À Comissão de Finanças.

PARECER
Nº 552, DE 1958

Da Comissão de Finanças ao Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 1958, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1959 – Subanexo 2.01 – Câmara dos Deputados.

Relator: Sr. *Vivaldo Lima*.

A Comissão de Finanças é de parecer favorável ao projeto de orçamento da Câmara dos Deputados para 1959 e às Emendas ns. 1 e 2, apresentando a de nº 3-C.

Sala das Comissões, em 27 de novembro de 1958. – *Vivaldo Lima*, Presidente em exercício e. Relator. – *Daniel Krieger*. – *Othon Mäder*. – *Paulo Fernandes*. – *Ary Vianna*. – *Parsifal Barroso*. – *Lima Guimarães*. – *Lameira Bittencourt*. – *Francisco Galilotti*. – *Novaes Filho*. – *Júlio Leite*. – *Lino de Mattos*.

Nº 1

2.01 – Câmara dos Deputados.

1.0.00 – Custeio.

1.5.00 – Serviços de Terceiros.

1.5.07 – Publicações, serviços de impressão e encadernação.

Acrescente-se:

a) Biblioteca da Câmara dos Deputados. Para a impressão do Boletim da Biblioteca – Cruzeiros 300.000,00.

Victorino Freire

Nº 2

2.01 – Câmara dos Deputados.

4.0.00 – Investimentos.

4.1.00 – Obras.

4.1.04 – Reparos, adaptações, conservação e despesas de emergência com bens imóveis.

Inclua-se:

– Para mobiliário da Câmara no prédio do Congresso, em construção em Brasília – Cruzeiros 100.000.000,00.

Justificação

Sendo intenção do Governo Federal efetuar a mudança da Capital da República no primeiro semestre de 1960, é preciso cogitar já para o próximo exercício financeiro, das instalações da Câmara, cuja principal parte é constituída do mobiliário. A dotação prevista baseia-se em orçamento realista, à base dos preços vigentes. – *Coimbra Bueno*.

Nº 3-C

2.01 – Câmara dos Deputados.

1.0.02 – Custeio.

1.1.00 – Pessoal Civil.

1.1.02 – Subsídios de Representações.

Parte fixa – Aumente-se para Cr\$ 126.360.000,00.

Parte variável – Aumente-se para Cr\$ 159.300.000,00.

1.1.09 – Ajuda de custo.

Aumente-se para Cr\$ 35.000.000,00. 1.1.18 – Gratificação pela representação de Gabinete.

2) Gabinete do 1º Secretário.

Aumente-se para Cr\$, 300.000,00.

Inclua-se:

3) Demais Gabinetes – Cruzeiros 1.620.000,00.

1.1.23 – Gratificação adicional por tempo de serviço.

Aumente-se para Cr\$ 31.000.000,00.

Justificação

Alterações propostas pelo Senhor 1º
Secretário da Câmara dos Deputados em Ofício nº
1.310, de 26 de novembro de 1958.

PARECER
Nº 553, DE 1958

*Da Comissão de Finanças ao Projeto
de Lei da Câmara nº 143, de 1958, que estima
a Receita e fixa a Despesa da União para
o exercício financeiro de 1959 – Subanexo*

2.02 – Senado Federal.

Relator: Sr. *Vivaldo Lima*.

À Comissão de Finanças é de parecer
favorável ao orçamento do Senado Federal para
1959, com as alterações constantes das Emendas
anexas ns. 1 a 4.

Sala das Comissões, em 27 de novembro de
1958. – *Vivaldo Lima*, Presidente em exercício e
Relator. – *Novaes Filho*. – *Daniel Krieger*. – *Othon
Mäder*. – *Paulo Fernandes*. – *Ary Vianna*. – *Lameira
Bittencourt*. – *Francisco Gallotti*. – *Lino de Mattos*. –
Júlio Leite.

Nº 1

*Emenda ao Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 1958, que estima a Receita e Fixa a Despesa da
União para o exercício financeiro de 1959, Anexo 2 – Poder Legislativo, Subanexo 2.02 – Senado Federal:*

Rubricas da Despesa
DESPESAS ORDINÁRIAS

1.0.00 – Custeio
Consignação

1.1.00 – Pessoal Civil

Subconsignações:

DOTAÇÃO

Fixa
Cr\$

Variável
Cr\$

1.1.01 – Vencimentos	63.078.000	
1.1.02 – Subsídios e representações	27.990.000	34.242.000
1.1.05 – Salários de contratados		4.000.000
1.1.08 – Auxílio-doença		200.000
1.1.09 – Ajuda de custo		18.120.000
1.1.11 – Substituições		140.000
1.1.14 – Salário-família		2.000.000
1.1.15 – Gratificação de função	672.000	
1.1.17 – Gratificação pela prestação de serviço extraordinário		10.000.000
1.1.18 – Gratificação pela representação de gabinete		2.454.800

DESPESAS ORDINÁRIAS

Rubricas da Despesa	DOTAÇÃO	
	Fixa Cr\$	Variável Cr\$
1.1.23 – Gratificação adicional por tempo de serviço	19.975.500	
1.1.27 – Diversos		7.000.000
	<u>111.715.500</u>	<u>78.159.600</u>
Total da Consignação 1.1.00		189.875.100

Consignação

1.3.00 – Material de Consumo e de Transformação	
Subconsignações:	
1.3.02 – Artigos de expediente, desenho, ensino e educação	2.000.000
1.3.03 – Material de limpeza, conservação e desinfecção	700.000
1.3.04 – Combustíveis e lubrificantes	1.200.000
1.3.05 – Materiais e acessórios de máquinas, de viaturas e de aparelhos.	400.000
1.3.11 – Produtos químicos, biológicos, farmacêuticos e odontológicos; artigos cirúrgicos e outros de uso nos. laboratórios	150.000
1.3.13 – Vestuários, uniformes, equipamentos e acessórios; roupa de cama, mesa e banho	800.000
Total da Consignação 1.3.00	<u>5.250.000</u>

Consignação

1.4.00 – Material Permanente	
Subconsignações:	
1.4.03 – Material bibliográfico em geral; filmes	300.000.
1.4.05 – Materiais e acessórios para instalações elétricas....	100.000
1.4.09 – Utensílios de copa, cozinha, dormitório e enfermaria	100.000
1.4.12 – Mobiliário em geral	400.000
Total da Consignação 1.4.00	<u>900.000</u>

DESPESAS ORDINÁRIAS

Consignação	DOTAÇÃO	
	Fixa Cr\$	Variável Cr\$
Rubricas da Despesa		
1.5.00 – Serviços de Terceiros		
Subconsignações:		
1.5.03 – Assinatura de órgãos oficiais e de recortes de publicações periódicas		800.000
1.5.04 – Iluminação, força motriz e gás		500.000
1.5.06 – Reparos, adaptações, recuperação e conservação de bens móveis		800.000
1.5.07 – Publicações, serviços de impressão e de encadernação.....		2.000.000
1.5.11 – Telefone, telefonemas, telegramas, radiogramas, porte-postal e assinatura de caixa postais.....		800.000
1.5.13 – Seguros em geral		400.000
Total da Consignação 1.5.00.....		<u>5.300.000</u>
Consignação		
1.6.00 – Encargos Diversos		
Subconsignações :		
1.6.01 – Despesas miúdas de pronto pagamento		380.000
1.6.14 – Exposições, congressos conferências		
1) Grupo Brasileiro da União Interparlamentar		6.100.000
2) Grupo Brasileiro da Associação Interparlamentar de Turismo		3.000.000
3) Para a Conferência Interparlamentar Pró-Govêrno Mundial		500.000
4) Diversos		1.000.000
1.6.24 – Diversos		
1) Despesas. de qualquer natureza com o Gabinete do Vice-Presidente da República.....		230.000

DESPESAS ORDINÁRIAS

Rubricas da Despesa	DOTAÇÃO	
	Fixa Cr\$	Variável Cr\$
2) Para a assinatura de revistas técnicas e aquisição de livros indispensáveis à assessoria técnica do Senado a cargo da Diretoria das Comissões		150.000
3) Para despesas de qualquer natureza com os encargos da Lei nº 3.273 de 1-10-57		5.000.000
4) Para reequipamento e instalação de novos serviços na Diretoria do Arquivo		500.000
Total da Consignação 1.6.00.....		16.860.000
Total da Verba 1.0.00		218.185.100
Total das Despesas Ordinárias		218.185.100

DESPESAS DE CAPITAL

4.0.00 – Investimentos

Consignação

4.1.00 – Obras

Subconsignações:

4.1.04 – Reparos, adaptações, conservação e despesas de emergência com bens imóveis	600.000
Total da Consignação 4.1.00.....	600.000

Consignação:

4.2.00 – Equipamentos e Instalações

Subconsignações:

4.2.01 – Máquinas, motores e aparelhos	800.000
Total da Consignação 4.2.00	800.000
Total da Verba 4.0.00	1.400.000
Total das Despesas de Capital	1.400.000
Total Geral	219.585.100

Sala das Comissões, em 26 de novembro de 1958. – *Freitas Cavalcanti*.

Nº 2

2.02 – Senado Federal.

Inclua-se:

2.0.00 – Transferências.

2.1.00 – Auxílios e Subvenções.

2.1.01 – Auxílios.

Mútua Parlamentar – Cruzeiros 300.000,00.

Justificação

Só podem ser admitidos no quadro social da "Mútua Parlamentar" os membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e os funcionários da Secretaria das duas Casas do Congresso.

Trata-se de uma associação de assistência. Por falecimento de cada associado os demais contribuem com uma cota, e tôdas as cotas reunidas formam um pecúlio a ser entregue a quem o extinto haja designado.

Acontece que, por motivos óbvios, a coleta das contribuições é demorada e os beneficiários, – na maioria dos casos uma família pobre – ficam na contingência de receber o pecúlio com longo atraso ou recebê-lo aos pedaços, tornando menos proveitosa a sua aplicação. Além disso, às vezes ocorrem dois e mais falecimentos num mês, ficando ainda mais demorado o pagamento dos auxílios, tão úteis e necessários às famílias que perdem os seus chefes e cuja situação reclama recursos imediatos.

Justifica-se, portanto, o auxílio proposto na emenda, o qual constituirá reserva para pronto atendimento a beneficiários. – *Daniel Krieger*.

Nº 3

2.02 – Senado Federal.

4.0.00 – Investimentos.

4.1.00 – Obras.

4.1.04 – Reparos, adaptações, conservação e despesas de emergência com bens imóveis.

Inclua-se:

Mobiliário do Senado no prédio do Congresso, em construção em Brasília – Cr\$ 50.000.000,00.

Justificação

Sendo intenção do Governo Federal efetuar a mudança da Capital da República no primeiro semestre de 1960, é justo que o Senado Federal cuide desde já das futuras instalações do projetado Palácio do Congresso. Daí a necessidade de prever, no Orçamento de 1959, de uma dotação para a aquisição do mobiliário desta Casa do Congresso. – *Coimbra Bueno*.

Nº 4

1.0.00 – Custeio.

1.6.00 – Encargos Diversos.

1.6.24 – Diversos.

Inclua-se:

Despesas de qualquer natureza com a colaboração técnica de representantes do Senado nas obras de construção do prédio do Congresso Nacional em Brasília, de acôrdo com a Lei nº 3.273, de 1º de outubro de 1957 – Cruzeiros 5.000.000,00.

Justificação

Trata-se de verba já incluída no Orçamento de 1958 e objetiva a satisfazer a Lei nº 3.273, de 1º de outubro de 1957 que fixa a data da mudança da Capital Federal para Brasília. – *Domingos Vellasco*.

O SR. RESIDENTE: – Está finda a leitura do Expediente.

A primeira parte da hora do Expediente da sessão de hoje foi destinada à comemoração do "Dia de Ação de Graças".

Tem a palavra o nobre Senador Gilberto Marinho, orador inscrito.

O SR. GILBERTO MARINHO: – Sr. Presidente, que pode haver de mais justo e mais imperioso na criatura racional do que se elevar pela sua inteligência até o Soberano criador de tudo que existe e tributar-lhe, com a aquiescência da vontade, o mais livre reconhecimento de gratidão e lealdade?

Como pode ser de outra maneira "se tódia introspecção no homem tem que ser ao mesmo tempo uma contemplação do seu Deus", espírito soberano do qual o homem procede.

Cada um de nós, no mistério de suas vidas pessoais, dentro dos episódios de sua peregrinação quotidiana encontra motivos para agradecer a Deus os nossos caminhos e os nossos descaminhos, os grandes acertos das horas decisivas como as pequenas fraquezas dos momentos sem grandeza, tudo isso sob o céu aberto de uma Providência que vigia.

Mas o culto pessoal e privado de cada um de nós, no recesso das consciências individuais, traduzindo a intimidade da gratidão, se psicologicamente satisfaz, não corresponde integralmente às exigências de uma vocação comunitária que aglutina homens, fazendo-os todos solidários num mundo só.

Os povos, também, sentem Deus em sua história.

Aquela permanente presença na vida individual insere-se na tecedura social.

A história não é apenas a lembrança de comportamentos humanos, traduzindo conflitos e espelhando lutas e incompreensões; é a manifestação do Deus que governa os homens através dos seus erros e das suas contingências.

Para cada plano que a sua criatura livre inutiliza, Deus desdobra situações subseqüentes, colocando sempre os homens dentro dos seus grandes desígnios que jamais se

frustram e que jamais se perdem, doutrina, em notável oração, D. Carlos Coelho.

Já foi assinalado que no Brasil apesar de separados os campos de atuação do poder político e do poder espiritual, nunca entre eles houve choques de maior extensão respeitam-se e auxiliam-se. O Estado deixando à Igreja ampla liberdade de pregação, assegura-lhe ambiente propício a expandir-se e a ampliar o seu domínio sôbre as almas; os sacerdotes e missionários colaboram com o Estado timbrando em ser cidadãos exemplares, obedientes à lei civil, compreendendo que sem ela os costumes se corrompem, o sentido de dignidade humana se apaga e tódia a vida espiritual se estanca.

O SR. FERNANDES TÁVORA: – Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. GILBERTO MARINHO: – Com muita honra.

O SR. FERNANDES TÁVORA: – Nos dias amargurados em que vivemos, é um consôlo verificar que a humanidade, ao menos uma vez por ano, dobra os joelhos ante a Divindade, para reconhecer as suas faltas e homenagear o Todo Poderoso que lhe proporciona diâriamente os melhores benefícios.

O SR. NOVAES FILHO: – Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. GILBERTO MARINHO: – Pois não; com muito prazer.

O SR. NOVAES FILHO: – Em nome da Bancada do Partido Libertador, nesta Casa, associo-me à justa manifestação de V. Ex.^a no dia em que todos os que têm fé rendem graças a Deus. Nesta oportunidade, temos, ainda, um íntimo e grande motivo para render graças a Nosso Senhor, qual seja a feliz escolha do novo Chefe da Cristandade; porque já o Santo Padre João XXIII provou ao

mundo que, nas suas mãos, o grande cajado de Chefe da Cristandade é muito leve.

O SR. GILBERTO MARINHO: – Agradeço os apartes com que os eminentes Senadores Fernandes Távora e Novaes Filho deram ao meu discurso o brilho de que carecia.

O SR. MOURÃO VIEIRA: – Na realidade, há uma pausa entre as ambições humanas e suas aspirações maiores. Devemos aproveitar este dia para nos reconciliarmos conosco mesmos, acreditando que forças superiores regem os destinos do Mundo, esquecendo as amarguras a que se referiu há pouco o nobre Senador Fernandes Távora, elevando o pensamento bem para o alto, a fim de agradecer ao Todo Poderoso, principalmente, o dom do raciocínio, de podermos pensar por nós mesmos.

O SR. GILBERTO MARINHO: – Os brilhantes pronunciamentos de V. Ex.^a e dos ilustres colegas Senadores Fernandes Távora e Novaes Filho evidenciam que o Senado cumpre com emoção o seu dever, o primeiro para com Deus, como ensinava Pio XII, um dos mais sábios condutores da barca de Pedro de todos os tempos.

Sr. Presidente, ao Brasil, pelo seu notável episcopado, coube a honra de desfraldar esta bandeira da Cruzada Pró Dia Universal de Ação de Graça, inspirando-se, para essa campanha, nos sentimentos de fraternidade cristã que devem unir todos os povos e na necessidade de congregar todos os que crêem em Deus, na defesa da Fé.

E, assim como os dogmas cristãos não são invenção dos Papas ou dos Teólogos, mas apenas se definem ou manifestam extraídos das Sagradas Escrituras ou da tradição, assim a nobre virtude da gratidão para com Deus não constitui invenção moderna; é algo

intimamente ligado à natureza do homem, é mais um fio dessa admirável tela que formam as relações da criatura com o seu Criador.

Essa é a voz do Senado da República para o qual nos apelaram em vão os bispos e arcebispos da Nação, quando há mais de três décadas o exortavam a reconhecer à sociedade civil a obrigação natural de prestar seu culto à Divindade e agradecer-lhe seus benefícios, sustentando que a qualidade de secular ou leigo não exclui aquelas conseqüências necessárias.

A justiça, virtude cardinal e base indispensável, essencial de toda sociedade, para ser completa, deverá dar a Deus o que é de Deus e aos homens o que é dos homens.

Dando-lhe agora pública expressão, o que apenas se deseja é unir todas as vozes irmãs da terra, formar um só cântico, proferir um só brado uníssono, poderoso, que encha com o seu comovido eco as vinte e quatro horas deste dia escolhido pelos homens e abençoado por Deus. *(Muito bem! Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado).*

O SR. PRESIDENTE: – Continua facultada a palavra ao Senador que desejar falar sobre o Dia de Ação de Graças.

O SR. EZECHIAS DA ROCHA: – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE: – Tem a palavra o nobre Senador Ezechias da Rocha.

O SR. EZECHIAS DA ROCHA (lê o seguinte discurso): – Sr. Presidente, transcorre hoje o Dia de Ação de Graças, efeméride das mais gratas aos corações dos homens que não perderam a fé nas promessas divinas. Por isso e porque representamos um povo cuja

história surgiu e se confunde, muitas vezes, com a história da Fé Católica neste pedaço do Continente, cumpre-nos hoje, nesta Casa, elevar nossos corações aos céus e dar graças a Deus pelos bens que desfrutamos e também pelas provações que sofremos.

Diz a Escritura Sagrada que um homem chamado Jó, modelo de virtude, diante do Senhor, foi presa de muitas desgraças, chegando até a sofrer de uma chaga que lhe ia da cabeça aos pés.

Alguns amigos que o foram consolar, viram em tantos e tão grandes sofrimentos claros sinais de gravíssimos pecados. Não obstante protestar sua inocência, Jó não conseguiu convencê-los. E o próprio Deus, justo e misericordioso, parecia surdo aos seus lamentos e à sua desgraça. Entretanto, a sua confiança na justiça do céu nunca diminuiu. Nunca deixou de dar graças ao Senhor.

Ora, Jó era inocente e justo; nós somos injustos e pecadores. As atribulações que nos afligem, merece-as o nosso destemor de Deus, a nossa cobiça irrefreável, as nossas iniquidades. Mais do que nós sofrem nossos irmãos da Igreja do Silêncio, naquelas desgraças das terras, onde se espezinha a dignidade da pessoa humana, a ponto de negar-se à consciência sua própria razão de ser: o direito de crer e de pensar. E a Igreja do Silêncio, como Jó, levanta nesta hora o olhar para os céus e dá graças a Deus.

A despeito das tribulações destes dias, devemos considerar-nos um povo feliz. A Providência, sempre dadivosa, tudo nos deu. Nós é que, menosprezando essas dádivas ou dilapidando êsses tesouros, somos os responsáveis pela preamar de males que torturam nosso povo e assoberbam a República.

Confessemos nossas culpas, peçamos seu auxílio e demos sempre graças a Deus. Sem sua ajuda

nada podemos. Sem ela não poderemos realizar a verdadeira democracia.

E não esqueçamos nunca a definição de Abraão Lincoln: "Govêrno do povo, para o povo e pelo povo".

Não esqueçamos também as palavras de Bergson: "A democracia é de essência evangélica". Nem tão pouco esta opinião de Jacques Maritain: "O ideal democrático é o nome profano do ideal de cristandade".

Com esta convicção, veremos claro que está nas fontes das águas vivas de que falou o Divino Mestre, o remédio dos grandes males que minam o regime e atribulam a Nação.

"Paz na Terra aos homens de boa vontade" – é a grande promessa do Salvador. Mas não temos paz, que é, segundo Santo Agostinho, "a tranqüilidade na ordem". E não a temos, porque escasseia em nossos corações a boa vontade de que fala a Mensagem de Natal, virtude capaz de remover todos os tropeços que se antepõem à felicidade dos homens e ao bem-estar dos povos. Tanto é dizer que não observamos o grande mandamento da fraternidade cristã. Não temos sabido ser bons irmãos dos nossos irmãos. Impende-nos a todos "voltar atrás e retomar o antigo caminho", como aconselhava Chesterton: o caminho palmilhado pelos nossos antepassados que, embora pecadores também, mas tementes a Deus, apegados aos velhos e eternos padrões morais, souberam construir a nossa grande Pátria, que nos cumpre legar, mais engrandecida ainda, aos nossos filhos.

Sr. Presidente, ali está a imagem do Crucificado, sinal de que esta Casa deseja ser fiel ao seu passado, que é, por sinal, um belo capítulo da história da Cristandade. Vamos continuar a escrever êsse capítulo com as mesmas tin-

tas, o mesmo entusiasmo, a mesma diretriz com que a escreveram os nossos maiores. E, por isso, neste dia de gratidão e fé universal, em que rendemos graças a Deus por tudo quanto nos tem dado, comecemos por pedir e merecer a paz, a sua paz, de que tanto precisam os corações dos brasileiros, a vida do regime, a marcha da Nação. *(Muito bem; muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado).*

O SR. FRANCISCO GALLOTTI: – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE: – Tem a palavra o nobre Senador Francisco Gallotti.

O SR. FRANCISCO GALLOTTI (*): – Senhor Presidente, nobres colegas: acabamos de ouvir a palavra do eminente Senador Gilberto Marinho, que com tanto brilhantismo falou sobre o Dia de Ação de Graças.

O SR. GILBERTO MARINHO: – Bondade de Vossa Excelência.

O SR. FRANCISCO GALLOTTI: – Em seguida, o inteligente poeta alagoano, Senador Ezechias da Rocha, proferiu página não menos expressiva. Não nos devemos, porém, esquecer de que, há anos, 27 de novembro foi um dia tristíssimo para o Brasil. Nossos irmãos militares foram traiçoeiramente massacrados pelos desalmados comunistas.

Juntemos, pois, Sr. Presidente, Senhores Senadores, nossos pensamentos; e com a inspiração do coração, supliquemos a Deus possamos sempre render graças por não mais assistirmos a fato tão degradante, tão infamante para a História brasileira.

Que Deus inspire a todos os brasileiros, mesmo os distanciados dos sentimentos patrióticos, para que, pela Graça Divina, não mais pro-

cedam para com o Brasil e seus filhos tão desgraçadamente como o fizeram, naquele triste 27 de novembro. *(Muito bem! Muito bem! Palmas).*

O SR. PRESIDENTE: – Antes de passar à segunda parte da hora do Expediente, associe-me, em meu nome pessoal e no dos Membros da Mesa, às manifestações do Plenário em homenagem ao Dia de Ação de Graças, pelos benefícios concedidos por Deus ao Mundo, especialmente ao Brasil.

Nenhuma virtude exalta mais o coração e a alma humana do que a da gratidão pelos favores que Deus vem esparzindo a mancheias, sobre o Brasil. *(Pausa).*

Tem a palavra o nobre Senador Lino de Mattos, primeiro orador inscrito. *(Pausa).*

Não está presente.

Tem a palavra o nobre Senador Othon Mäder, segundo orador inscrito. *(Pausa).*

Também está ausente.

Tem a palavra o nobre Senador Novaes Filho, terceiro orador inscrito.

O SR. NOVAES FILHO (*): – Senhor Presidente, tenho recebido numerosos telegramas de associações dos servidores da União, de diferentes Estados, de apêlo a esta Casa para que examine e resolva o momentoso assunto da Reclassificação.

Respondendo a êsses reclamos, cabe-me esclarecer que, da tribuna, antecipara meu apoio a tão justa pretensão, e assinara emenda elaborada pelo eminente Líder da Minoria, Senador João Villasbôas, pela qual se concede ao funcionalismo em geral um aumento de 30%, a título precário e vigorando a partir do próximo exercício financeiro.

(*) – Não foi revisto pelo orador.

(*) – Não foi revisto pelo orador.

Desejo tornar bem claro que o pensamento da Minoria do Senado é colaborar, tanto quanto possível, nos estudos a que, certamente, procederá a Maioria.

Não temos qualquer dúvida em acompanhar a Bancada majoritária, a fim de se solucionar problema que, tão de perto, interessa aos servidores da União.

Se, porém, não se puder conceder ao funcionalismo brasileiro o que reclama, então, nós, da Minoria, nos bateremos, com o maior entusiasmo e interesse, pela aprovação da emenda do nobre Senador João Villasbôas, a fim de que os funcionários, diante do alto custo de vida, não fiquem sem melhoria no próximo exercício financeiro.

Sr. Presidente, êsse o pensamento e a orientação da Minoria desta Casa, que desejo fique bem claro para conhecimento dos interessados.

O SR. PRESIDENTE: – Continua a hora do Expediente.

Tem a palavra o nobre Senador Ruy Carneiro, quarto orador inscrito. *(Pausa)*.

Não está presente.

Não há outro orador inscrito.

O SR. VICTORINO FREIRE: – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE: – Tem a palavra o nobre Senador Victorino Freire.

O SR. VICTORINO FREIRE (*): – Senhor Presidente, há vinte e três anos, no dia de hoje, a Nação brasileira surpreendia-se com o levante comunista. Tomando o 3º Regimento de Infantaria e o 1º Regimento de Aviação, assassinavam companheiros adormecidos.

Não podemos, nesta data, esquecer a figura ímpar do General Eurico Gaspar Dutra, então Coman-

dante da 1ª Região Militar, que atacou, pessoalmente, a Unidade revoltada. Na Escola de Aviação, o Brigadeiro Eduardo Gomes foi ferido ao procurar dominar o levante. O coronel José Joaquim de Andrade, Comandante da Vila Militar, colocava a tropa em posição, e o Chefe do Estado Maior, hoje General Landry Salles, bombardeava o Regimento revoltado.

Sr. Presidente, na Praia Vermelha, quando o General Eurico Gaspar Dutra, à frente de sua tropa, expondo a vida, procurava posição para atacar o Regimento, vi tombar a seu lado, mortalmente ferido, o Capitão Ribeiro Pinheiro, seu Ajudante de Ordem.

Já porém, no meio dia de 27 de novembro de 1935, o General Eurico Gaspar Dutra abafava a revolta do 3º Regimento de Infantaria; e a Nação respirava tranqüila.

Dirigindo-se, em Ordem do Dia, ao Exército e à Nação, terminava o General Eurico Gaspar Dutra com estas palavras:

"Mães brasileiras, míseras espôsas, não deploreis os filhos nem consortes. O que a Pátria lhes deu à Pátria deram: o brio, a honra e a fama. Mortos hoje como heróis, ressuscitarão Deuses na eternidade".

Na manhã de hoje, o Exército na pessoa do bravo soldado que é o General Henrique Teixeira Lott, a Aeronáutica e a Marinha homenagearam, no Cemitério de São João Batista, aqueles que morreram em defesa do Brasil.

Sr. Presidente, deixando consignada nos Anais a bravura do General Eurico Gaspar Dutra, então comandante das tropas que dominaram a intentona vermelha, e a do eminente Brigadeiro Eduardo Gomes, que abafou a revolta no 1º Regimento de Aviação, rendo

(*) – Não foi revisto pelo orador.

minhas homenagens aos mortos da Revolução de 27 de novembro de 1935. *(Muito bem)*.

O SR. PRESIDENTE: – Sôbre a mesa dois requerimentos de dispensa de interstício.

São, sucessivamente, lidos e aprovados os seguintes requerimentos:

REQUERIMENTO
Nº 496, DE 1958

Nos termos do art 123, letra *a*, do Regimento Interno, requeiro dispensa de interstício para o Projeto de Lei da Câmara nº 143-58 (Orçamento) Anexo nº 2 – Poder Legislativo – Subanexo nº 2.01 – Câmara dos Deputados, a fim de que figure na Ordem do Dia da próxima sessão.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1958. – *Francisco Galotti*.

REQUERIMENTO
Nº 497, DE 1958

Nos termos do art. 123, letra *a*, do Regimento Interno, requeiro dispensa de interstício para o Projeto de Lei da Câmara nº 143-58 (Orçamento) Anexo nº 2 – Poder Legislativo – Subanexo nº 2.02 – Senado Federal, a fim de que figure na Ordem do Dia da próxima sessão.

Sala das Sessões, em 26 de novembro de 1958 – *Francisco Gallotti*.

O SR. PRESIDENTE: – As matérias ora dispensadas do interstício regimental serão incluídas na Ordem do Dia da próxima sessão.

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara nº 141, de 1958, que revigora, pelo prazo de dois anos, o cré-

dito especial de Cruzeiros 500.000.000,00, autorizado pela Lei nº 3.035, de 19 de dezembro de 1956, para ocorrer a despesas de exercícios encerrados, tendo pareceres favoráveis do projeto e à Emenda de Plenário, sob ns. 400 e 509, de 1958, da Comissão de Finanças.

O SR. PRESIDENTE: – Em votação à Emenda nº 1, substitutiva dos arts. 1º e 2º do projeto.

Os Srs. Senadores que aprovam a emenda, queiram permanecer sentados. *(Pausa)*.

Está aprovada. Ficam prejudicados os arts. 1º e 2º do projeto.

É a seguinte a emenda aprovada:

Nº 1

Substitutivo ao Projeto nº 141, de 1958, do Senado Federal.

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério da Fazenda um crédito especial de Cr\$ 700.000.000,00 (setecentos milhões de cruzeiros) para ocorrer a despesas de exercícios encerrados.

§ 1º – Dessa importância destacam-se Cr\$ 200.000.000,00, (duzentos milhões de cruzeiros), para pagamento das dívidas cuja liquidação obedece às normas estabelecidas pelo art. 78 do Código de Contabilidade da União.

§ 2º – Não se incluem nesse destaque os processos já relacionados pelo Ministério da Fazenda, de acôrdo com o § 4º do mencionado art. 78, cujos pagamentos já estejam autorizados por lei.

§ 3º – A autorização para pagamento dessas despesas é da competência do Diretor da Despesa Pública do Tesouro Nacional, que poderá delegá-la.

§ 4º – O processamento das despesas de que trata este artigo, obedecerá à ordem de entrada dos pedidos no Ministério da Fazenda.

Art. 2º – Do referido crédito será destacada ainda a parcela de Cr\$ 1.500.000,00 (hum milhão e quinhentos mil cruzeiros), destinada a ocorrer ao pagamento de gratificação pela prestação de serviços extraordinários e com base no art. 145, item III e art. 150, inciso I da Lei 1.711, de 28 de outubro de 1952.

O SR. PRESIDENTE: – Em votação o projeto, assim emendado.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. *(Pausa)*.

Está aprovado.

É o seguinte o projeto aprovado, com emenda, que vai à Comissão de Redação:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 141, DE 1958

(N. 3.391, de 1957, na Câmara dos Deputados)

Revigora, pelo prazo de dois anos, o crédito especial de Cr\$ 500.000.000,00, autorizado pela Lei nº 3.035, de 19 de dezembro de 1956, para ocorrer a despesas de exercícios encerrados.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º – É revigorado, pelo prazo de 2 (dois) anos, a partir de 1958, o crédito especial de Cr\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzeiros), autorizado pela Lei nº 3.035, de 19 de dezembro de 1956, para ocorrer a despesas de exercícios encerrados.

§1º – A autorização para pagamento dessas despesas é da competência do Diretor da Despesa Pública do Tesouro Nacional, que poderá delegá-la.

§ 2º – O processamento das despesas de que trata este artigo obedecerá à ordem de entrada dos pedidos no Ministério da Fazenda.

§ 3º – Independem de novo requerimento, para serem processadas, as dívidas de exercícios findos resultantes da liquidação das despesas decorrentes de solicitação feita a qualquer título, dentro da prescrição legal.

Art. 2º – Do referido crédito será destacada a parcela de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinada a ocorrer ao pagamento da gratificação pela prestação de serviços extraordinários, com base no art. 145, item III, e na forma do estipulado no art. 150, inciso I, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, aos funcionários designados para procederem ao estudo e preparo dos processos de exercícios encerrados existentes na Diretoria da Despesa Pública.

Art. 3º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara nº 155, de 1958, que isenta de todos os impostos e taxas federais o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, tendo Pareceres Favoráveis (sob ns. 533 e 534, de 1958), das Comissões de Economia e de Finanças.

O SR. PRESIDENTE: – Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerrarei a discussão. *(Pausa)*.

Está encerrada.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto, queiram permanecer sentados. *(Pausa)*.

Está aprovado.

É o seguinte o projeto aprovado, que vai à sanção:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 155, DE 1958

(Nº 4.295-B de 1958, na Câmara dos Deputados)

Isenta de todos os impostos e taxas federais o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º – É concedida isenção de todos os impostos e taxas federais, exceto a de Previdência Social, ao Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, sociedade civil sem objetivo lucrativo, com sede no Distrito Federal, e a todos os bens e direitos de que seja titular aquela entidade.

Art. 2º – A isenção, a que se refere o art. 1º desta lei, compreende, para os portos administrados pela União ou suas Autarquias, as taxas de capatazia e mais despesas portuárias e inclui, para os primeiros trinta dias de armazenagem, nos armazéns portuários, franquia das respectivas despesas.

Art. 3º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE: – Esgotada a matéria da Ordem do Dia.

Tem a palavra o nobre Senador Ruy Carneiro, inscrito para esta oportunidade.

O SR. RUY CARNEIRO (*): – Senhor Presidente, o "O Jornal", órgão líder dos Diários Associados, nos seus registros sobre o movimento do Porto do Rio de Janeiro, inseriu, no dia 20 deste mês, nota que, talvez, tenha passado despercebida aos Senhores Senadores, como ocorreu comigo.

(*) – Não foi revisto pelo orador.

Por me parecer de grande interesse, vou proceder à sua leitura, para conhecimento da Casa.

MÁS REFERÊNCIAS AO BRASIL

"Por ocasião da chegada do "Del Norte" à Baía de Guanabara, aconteceu um fato ainda inédito em nosso porto, quando o comissário do navio, reunindo todos os passageiros que se destinavam ao Rio, passou para eles um filme sobre a "Cidade Maravilhosa", mostrando a miséria das favelas e o perigo que representava para o turista os assaltos realizados à mão armada pelos malandros, em plena Cinelândia.

Recomendou ainda que ninguém bebesse água nem comesse, em terra, pois a cidade estava cheia de febres malígnas e outras epidemias".

Sr. Presidente, sabemos que nem o povo nem o Governo americano têm responsabilidade por essa atitude deselegante, grosseira do Comissário do navio Del Norte, da Companhia de Navegação Delta Line, lançando à face da população da cidade do Rio de Janeiro tanta mentira, tanta infâmia e tanta injúria.

A Capital da República está cheia de estrangeiros; e não me consta que ninguém tenha morrido de febre malígna ou envenenado pela nossa água ou nossas comidas.

Eu não havia lido a notícia, mas um paraibano dirigiu-me carta chamando-me a atenção para ela.

Acentuou que, embora não fôssemos cariocas, habitávamos nesta cidade acolhedora, a Metrópole do País. Assim, pedia-me historiasse o fato, da tribuna do Senado, lavrando veemente protesto.

Sr. Presidente, deveria eu transmitir a incumbência aos eminentes colegas representantes do Distrito Federal, Senadores Caiado de Cas-

tro, Alencastro Guimarães e Gilberto Marinho, todos tão devotados aos interesses desta metrópole e de sua hospitaleira população.

O missivista, entretanto, dirigiu-se a mim pelo fato de ser eu seu correligionário e desejar que a voz da pequena Paraíba verberasse a atitude do referido Comissário americano.

Sr. Presidente, entendo que devia existir um órgão do Governo Federal para cuidar do turismo, não somente na Capital da República, mas em todos os Estados do Brasil.

Temos no Distrito Federal um Departamento Municipal de Turismo, mas êle só por si não basta.

O Distrito Federal, apesar da sua opulência em belezas naturais, é apenas pequena parcela.

Por todo o Brasil há o que mostrar ao estrangeiro.

Na Câmara dos Deputados foi criada uma Comissão de Inquérito, para estudar os problemas do turismo e propor as medidas legislativas adequadas.

A matéria, porém, não se enquadra bem nas finalidades das Comissões de Inquérito que, em última análise, são órgãos de fiscalização legislativa.

Ficaria melhor numa Comissão Especial, quando não numa Comissão Permanente.

O Congresso Nacional tem um grupo de Deputados e Senadores filiado à Associação Interparlamentar de Turismo, que poderia chamar a si o estudo desses problemas e a proposta das medidas legislativas.

Mas, quando isso não pareça possível ao grupo, ao menos que se criasse, em cada Casa uma Comissão Especial para estudo desses problemas.

Neste final de sessão legislativa e de legislatura não seria aconselhável a iniciativa.

No começo da nova legislatura, porém, a medida teria cabimento.

Lanço a idéia – repito – da criação de um órgão federal, encarregado do turismo através de todo o País, a exemplo de outras nações, como o México a Itália a França a Suíça e muitos outros países, para as quais essa atividade representa apreciável fonte de receita. Além do mais, com semelhante providência, fatos dessa natureza seriam evitados, porque êsse órgão faria a nossa propaganda no estrangeiro e aqui, evitando que um tresloucado como êsse do *Del Norte* ludibriasse a boa fé de estrangeiros que desconhecem os foros de cidade civilizada como a nossa, ficando temerosos de nos visitarem, como se a nossa cidade fôsse tudo aquilo que a maldade ou o cérebro enfêrmo imputou ao Rio de Janeiro.

De qualquer forma, Sr. Presidente, o que o Comissário do *Del Norte* praticou, exibindo um filme desairoso para a Capital da República, não podia passar sem protesto. Estamos certos, de que o ocorrido ecoará pèssimamente entre os estrangeiros que, não conhecendo o Brasil, viajaram nesse navio e, naturalmente, quizeram conhecer a "Cidade Maravilhosa", a qual desfrutava de natureza das mais belas.

O SR. FERNANDES DE TAVORA: – Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. RUY CARNEIRO: – Com muito prazer.

O SR. FERNANDES TAVORA: – Êsse Comissário não é apenas desaforado. Seu ato transcende a órbita do desafôro, para entrar na da alienação. Fazer o que fez no pôrto de uma Nação que o acolhia, é prova de insanidade mental.

O SR. RUY CARNEIRO: – Foi exibido um filme desprimoroso para o Rio de Janeiro. Há, portanto – concluo – plano preconcebido.

Sei que tanto o povo como o Governo dos Estados Unidos são nossos amigos e não lhes cabe a responsabilidade no caso. A película mostrava a nossa Capital como cidade abandonada, sem policiamento, onde ocorrem, até na Cinelândia, vizinha ao Senado, assaltos a mão armada a estrangeiros passageiros dos navios que aportam ao Rio de Janeiro.

O SR. FERNANDES TÁVORA: – Permite V. Ex.^a outro aparte?

O SR. RUY CARNEIRO: – Com prazer.

O SR. FERNANDES TÁVORA: – É tão grosseira a afirmação, que qualquer cidadão poderia verificar-lhe a falsidade.

O SR. RUY CARNEIRO: – Perfeitamente. Acredito que a Delta Line, que tem escritório no Rio de Janeiro e é muito bem acolhida pelo povo, pelas autoridades e pela sociedade desta cidade, contestará a insinuação do filme exibido pelo Comissário de um de seus navios.

O SR. LIMA TEIXEIRA: – Permite V. Ex.^a uma interrupção?

O SR. RUY CARNEIRO: – Pois não.

O SR. LIMA TEIXEIRA: – É justo o protesto de V. Ex.^a; o procedimento daquele Comissário atinge às raízes do desafôro. O incidente faz-me lembrar que, certa feita, na Quinta Avenida, em Nova Iorque, um americano me perguntou – como, aliás, temos notícias de perguntas idênticas – se era fácil encontrar-se cobras na Cinelândia. Respondi-lhe que, a julgar pelas notícias chegadas ao Brasil, naquela cidade americana existiam tantos, “gangsters” que poderíamos ser assaltados a qualquer momento. Eu, no entanto, nada receava. Desde que chegara, fora

muito bem tratado e ninguém me atacara. No Brasil dá-se a mesma coisa. O caso da Cia. Delta Line, a que V. Ex.^a se reporta, é, repito, um desafôro, uma propaganda negativa, com intuito preconcebido; e merece nossa repulsa. O protesto de V. Ex.^a tem inteiro cabimento e damos-lhe integral apoio.

O SR. GILBERTO MARINHO: – Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. RUY CARNEIRO: – Com prazer.

O SR. GILBERTO MARINHO: – Agradeço a generosa referência de Vossa Excelência à minha atuação nesta Casa, bem como as dos nobres colegas Caiado de Castro e Alencastro Guimarães. Dou inteira solidariedade ao protesto formulado por V. Ex.^a. Pelos apartes de apoio que está recebendo fica evidenciado que suas palavras exprimem o pensamento unânime da Casa.

O SR. RUY CARNEIRO: – Agradeço o aparte do nobre Senador e prezado amigo Gilberto Marinho, que tão brilhantemente representa o povo carioca no Senado da República.

Sr. Presidente, concluo minhas considerações esperando que a *Delta Line* tome providências quanto ao procedimento do Comissário daquele navio. Insultou êle esta cidade, que não o merece pelo acolhimento que dispensa a todos os estrangeiros, sobretudo aos americanos que vêm ao Brasil. (*Muito bem! Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE: – Tem a palavra o nobre Senador Coimbra Bueno.

O SR. COIMBRA BUENO (*): – Sr. Presidente, ocupo no momento a tribuna para, a exemplo do que tenho feito nos anos anteriores, fazer, uma vez mais, apêlo,

(*) – Não foi revisto pelo orador.

que espero seja o último, à Câmara dos Deputados, no sentido de que dê acolhimento às emendas desta Casa, complementando a proposta orçamentária da União para 1959 em relação às rodovias BR-14 e BR-56, nos trechos que interessam à ligação Brasília-Santos.

Como o Senado está informado, no dia 14 do mês corrente, o Sr. Presidente da República, em solenidade que ficará assinalada como um marco de progresso para todo o Interior, sobretudo para o Planalto Central Brasileiro, inaugurou, parte em terra, parte em asfalto, a ligação Brasília-Santos, com 1.175 quilômetros de extensão. Sr. Presidente, esta ligação é de vital importância para a instalação da Capital Federal, em Brasília, em 1960.

O não asfaltamento, sobretudo dos trechos que interessam às ligações das terminais ferroviárias com Brasília, acarretam uma aspiral ascendente dos preços de todas as utilidades.

Qualquer caminhão carregado – é justo que ressaltemos – para trafegar em estrada de chão batido, sofre desgaste tremendo, ficando com sua duração reduzida a pouco mais de um ano. O resultado é que os transportes para aquela cidade estão sendo feitos a preços astronômicos, pelas dificuldades de concorrência e escassez de veículos, que deveriam entrar naquele mercado de fretes. O asfaltamento da estrada é, sem dúvida, medida essencial para a concretização da mudança da Capital em 1960.

Às emendas apresentadas e recém-aprovadas, nesta Casa, para o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, naquilo que interessa à ligação “Brasília-Santos” consignam a soma de 413 milhões e 500 mil cruzeiros. Não significam inversão, porque, atualmente, entre Brasília e Uberlândia trafegam, diariamente, segun-

do estatísticas levantadas pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, nada menos de 700 veículos. Presume-se que esse número, ao ser inaugurada a pavimentação desse trecho, se elevará para cerca de mil e duzentos veículos por dia. A essa base, poderemos concluir facilmente que, pela inversão dos quatrocentos e treze milhões e quinhentos mil cruzeiros, já em 1959 – em apenas um exercício, portanto – o País recuperará nada menos do que setecentos e dezesseis milhões de cruzeiros. São dados concretos, de estatísticas levantadas pelo próprio Departamento Nacional de Estrada de Rodagem.

Assim, Sr. Presidente, o apêlo que faço à Câmara dos Deputados, e que espero seja apoiado pelos meus nobres colegas do Senado, é no sentido de que prestigie a Lei da mudança da Capital em 1960; prestigie a ação do eminente Presidente da República, Sr. Juscelino Kubstichek, cujo governo necessita de um caminho para o mar para prosseguir na construção de Brasília, em condições mais econômicas.

Permito-me solicitar que a Comissão de Orçamento e o Plenário daquela Casa do Congresso aumentem o teto dado ao Senado para as “B.R.” e concedam êstes quatrocentos e treze milhões e quinhentos mil cruzeiros, essenciais, vitais, para a realização do maior de todos os problemas jamais equacionados em nosso País – que é a construção de Brasília e a interiorização da Capital da República.

Lerei a seguir as Emendas ns. 21, 22 e 68, ao anexo do M.V.O. (D.N.E.R.) que desejo sejam examinadas pela Câmara dos Deputados e cujas justificações demonstram cabalmente a essencialidade da ultimação dos trechos rodoviários em causa.

Aos argumentos já apresentados, lembramos aos Senhores Deputados, que a ultimação em 1959 do asfaltamento da “Brasília-Santos” só será possível com a consignação das verbas ora pleiteadas pelas citadas Emendas ns. 21, 22 e 68, no orçamento para 1959, o que permitirá aos empreiteiros levantarem dinheiro por antecipação, em estabelecimentos de crédito, para o ataque intensivo das obras, ainda em janeiro p. f. – Tôda e qualquer protelação ou promessa de crédito outros “em perspectiva” terá como resultado o adiamento do ataque intensivo e programado dos serviços. Uma das muitas conseqüências nefastas, será a estagnação para além de 1959, não só de pessoal técnico e administrativo, mas também de um imenso parque de máquinas rodoviárias atualmente operando, ao longo de “Brasília-Santos”, e cuja produtividade irá ser fatalmente diminuída, numa época em que uma simples máquina está custando milhões e o País dispõe de escassíssimos recursos cambiais para importação de novas. (*Muito bem*).

O Estado de São Paulo já completou o asfaltamento de dois trechos da “Brasília-Santos” em seu território; o 1º da Colômbia a Barretos com 45 quilômetros e o 2º de Matas a Santos com 380 quilômetros; o 3º e último trecho intermediário, entre Barretos e Matas, deverá estar ultimado no segundo semestre de 1959; a União assumiu sérios compromissos com São Paulo para a conjugação de esforços, no sentido da “Brasília-Santos” ficar ultimada em asfalto em 1959, ainda em tempo de atender às fases de construção e da inauguração de Brasília; será inadmissível que a União, que é a parte mais interessada, deixe de cumprir a sua parte. Tal cumprimento só será possível conseguindo-se em novembro, sem mais delongas no orçamento para 1959, as ver-

bas essenciais, e que darão lastro aos empreiteiros para obterem em dezembro os recursos bancários, necessários, para intensificarem o ataque às obras, a partir de janeiro de 1959, para dá-las prontas até dezembro do mesmo ano.

Assim, do trecho de 554 quilômetros do território de São Paulo, e a cargo dêste Estado, só restam 129 quilômetros por asfaltar, serviço êste que deverá estar completado no segundo semestre de 1959.

Os 627 quilômetros restantes, a cargo da União, territórios de Goiás e Minas Gerais, estão com a sua pavimentação asfáltica prevista para 1959, na dependência, principalmente, dos recursos orçamentários recém-aprovados pelo Senado, e do seu acolhimento pela Câmara dos Deputados, que ora se pleiteia – Nestes 627 quilômetros, estão incluídos os 132 quilômetros, entre Brasília e Anápolis, já praticamente asfaltados.

Emendas do Senado ns. 21, 22 e 68, ao anexo do M.V.O.P. (D.N.E.R. – BR); bem como “Relatório apresentado pelo D.N.E.R. em 14-11-1958, a que se refere o Senador Coimbra Bueno em seu discurso.

Nº 21

04.03.02 – Divisão do Orçamento.

2.0.00 – Transferências.

2.1.00 – Auxílios e Subvenções.

2.1.01 – Auxílios.

3) Entidades Autárquicas.

1) Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

1 – Para estudos, projetos, prosseguimento e conclusão de obras, desapropriação e aquisição de imóveis, obras de acesso de pavimentação, reparos, pavimentação dos trechos urbanos e outras obras nas seguintes rodovias:

1 – Rodovias do Plano Rodoviário Nacional.

11 – BR-14 – Belém – Guamá – Pôrto Franco – Porangatu – Ceres – Anápolis – Goiânia – Frutal – Ourinhos – Irati – Erechim – Cruz Alta – Santa Maria – São Gabriel – Livramento.

1) *Substitua-se os itens abaixo de números 6 e 11, refundindo-se no novo item nº ... , que vai logo a seguir discriminado:*

	Cr\$
6 – Trecho Anápolis – Entroncamento BR-71, inclusive uma ponte sobre o Rio Paranaíba, em Itumbiara, acesso ao ponto terminal da nova rodovia “Brasília-Anápolis”, bem como acesso ao ponto terminal do trecho asfaltado da BR-71, perto de Monte Alegre de Minas, sendo Cr\$ 10.000.000,00 para pavimentação do acesso às dependências do DNER em Morrinhos, inclusive pavimentação dos trechos urbanos.....	500.000.000,00
11 – Trecho Itumbiara-Monte Alegre de Minas, inclusive ligação com Uberlândia e pavimentação dos trechos urbanos.....	37.000.000,00
Total.....	<u>537.000.000,00</u>

2) *Pelo seguinte e novo item:*

Item nº ...) Trecho Anápolis-Entroncamento da BR-71.

Inclusive:

Cr\$

a) ponte sobre o Rio Paranaíba, em Itumbiara; b) acesso ao ponto terminal da rodovia “Brasília-Anápolis”; c) acesso pavimentado às dependências do DNER, em Morrinhos; d) pavimentação dos trechos urbanos..... 781.000.000,00

Justificativa

Há um aumento de Cruzeiros 224.000.000,00, resultante da inclusão de Cr\$ 35.000.000,00, para ultimação do asfaltamento de todo trecho, que se acha dividido em 7 sub-trechos, adjudicados por Concorrência Pública, devendo a entrega de tôdas as obras ao tráfego, ser feita até fins de 1959, caso sejam os recursos entregues em tempo hábil.

É essencial, para a transferência do Govêrno para Brasília, em abril de 1960, que êste trecho esteja integralmente pavimentado, uma vez que estabelece conexão com, nada menos de 3 vias do sistema ferroviário nacional (R. M. V. F. – E. F. Mogiana e E. F. Goiás) .

Vale notar, que centenas de máquinas, representando bilhões de cruzeiros, estão em franca atividade neste trecho, executando os trabalhos de pavimentação em ritmo acelerado, de acôrdo com determinação expressa do Sr. Presidente da República.

Assim, nada menos de 7 das mais reputadas firmas especializadas do País, sofrerão pesadas perdas, se os recursos compromissados não constarem do Orçamento para 1959, o que as obrigarão a pleitearem indenizações ou reajustamento de preços caso se verifique paralisa-

ção dos trabalhos ou dilatação do prazo de cumprimento desta importante meta.

Além dêste ônus direto, a paralisação ou redução do ritmo de trabalho, abalará a confiança que as firmas construtoras vêm tendo na ação governamental, determinando, como consequência imediata, preços mais elevados.

Os compromissos já assumidos para 1959, de acôrdo com as metas estabelecidas no Plano Quinquenal de Obras Rodoviárias, exigem que o Orçamento da União, consigne as verbas necessárias à preservação do ritmo de trabalho que vem sendo observado.

Outro fator que impõe o acréscimo de Cr\$ 244.000.000,00 às verbas já votadas pela Câmara, é que segundo o relatório apresentado pelo D.N.E.R., no ato da inauguração em terra da rodovia “Brasília-Santos”, no dia 14 do corrente mês, êste trecho já tinha uma freqüência diária de 700 veículos. Com o aceleração das obras de Brasília e com a implantação do asfalto, a freqüência, deverá aumentar para 1.200 veículos, sendo 80% do tráfego em caminhões, conforme comprovam os estudos já efetuados pelo D.N.E.R.

Admitindo-se uma freqüência diária de 1.200 veículos, e considerando-se um tráfego de 80% em caminhões, para o trecho em causa, cuja extensão é de 327 quilômetros, e caso o acréscimo ora proposto seja aceito pelo Congresso, teremos uma economia para o País da seguinte parcela:

Trecho – 327 quilômetros.

– Economia média aceita pelo DNER por veículo/km. passando do piso de terra para o do asfalto – Cr\$ 5,00.

– Número de dias do 1º ano de abertura, ao tráfego em asfalto (1959) – 365.

– Número de veículos trafegando por dia (Estimativa para 1959) – 1.200.

– Economia média por dia e por veículo no trecho – Cruzeiros 1.635,00.

– Economia média por dia, para os 1.200 veículos – Cruzeiros 1.962.000,00.

– Economia média anual para os 1.200 veículos – Cruzeiros 716.130.000,00.

O acréscimo de verba pleiteado pela presente emenda, de Cruzeiros 244.000.000,00, possibilitará a conclusão de todo trecho em 1959, e proporcionará uma economia anual ao País, de Cr\$ 715.130.000,00.

Êstes cinco cruzeiros da economia por “veículo-quilômetro”, que decorrem de passagem da estrada de terra para a asfaltação, são a integral de poupanças de material, combustíveis, lubrificantes, pessoal e tempo mal gastos, e tem imediatos e benéficos reflexos na situação cambial do País.

Dotações assim destinadas, jamais poderão ser tachadas de “inflacionárias”, e mesmo feitas à custa de emissões, estarão automaticamente lastreadas. – *Coimbra Bueno*.

Nº 22

04.03.02 – Divisão do Orçamento.

2.0.00 – Transferências.

2.1.00 – Auxílios e Subvenções.

2.1.01 – Auxílios.

3) Entidades Autárquicas.

1) Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

1 – Para estudos, projetos, prosseguimento e conclusão de obras, desapropriação e aquisição de imóveis, obras de acesso da pavimentação, reparos, pavimentação dos trechos urbanos e outras obras nas seguintes rodovias:

1 – Rodovias do Plano Rodoviário Nacional.

11 – BR-14 – Belém – Guamá – Pôrto Franco

– Porangatu – Ceres – Anápolis – Goiânia – Frutal – Ourinhos – Irati – Erechim – Cruz Alta – Santa Maria – São Gabriel-Livramento.

Onde se lê:

1) Entroncamento com a BR-56 – Anápolis, inclusive ponte sobre o Rio Paraíba e pavimentação dos trechos urbanos. – Cruzeiros 56.500.000,00.

Leia-se:

1) Entroncamento com a BR-71. Entroncamento com a BR-56, para conclusão da terraplenagem e obras de arte inclusive estudos e projeto de pavimentação. – Cr\$ 80.000.000,00.

Justificativa

O acréscimo de apenas Cruzeiros 23.500.000,00 possibilitará, a ultimação das obras de arte e terraplenagem já empreitadas, cuja complementação depende unicamente de verba, bem como, sejam iniciados os serviços de estudos e projeto de pavimentação.

É de toda conveniência que os serviços de estudos e projetos de pavimentação sejam feitos com bastante antecedência, possibilitando a localização de jazidas de materiais de melhores qualidades, que determina uma economia substancial nos serviços de pavimentação, quer pela menor espessura do pavimento, quer pela menor distância de transportes.

O acréscimo de verba pleiteado pela presente emenda de Cruzeiros 23.500.000,00, possibilitará a complementação de todos os serviços de terraplenagem e obras de arte, e o início dos estudos, proporcionando uma economia futura com os serviços de pavimentação. – *Coimbra Bueno*.

Nº 68

04.03.02 – Divisão do Orçamento.

2.0.00 – Transferências.

2.1.00 – Auxílio e Subvenções.

2.1.01 – Auxílios.

3) Entidades Autárquicas.

1) Para estudos, projetos, prosseguimento e conclusão de obras, desapropriação e aquisição de imóveis, obras de acesso de pavimentação, reparos, pavimentação dos trechos urbanos e outras obras nas seguintes rodovias:

1 – Rodovias do Plano Rodoviário Nacional.

43 – BR-56 – Frutal – Araraquara.

Acrescente-se:

2 – Trecho Frutal – Colômbia, para pavimentação inclusive dos trechos urbanos – Cruzeiros 146.000.000,00.

Justificativa

A inclusão da verba ora pleiteada, visa proporcionar meios capazes de promover a pavimentação do trecho Frutal-Colômbia da BR-56, completando assim, o asfaltamento da ligação Brasília-Santos.

O orçamento prevê recursos para o trecho Matão-Barretos da ligação Brasília-Santos; tivemos oportunidade de apresentar emenda propondo acréscimo para a dotação destinada no Orçamento ao trecho Entroncamento com a BR-71 – Anápolis da BR-14, considerando que o trecho Frutal-Entroncamento com a BR-71 tem os recursos previstos no Projeto de Lei nº 3.747-58 – Crédito Especial – verifica-se que resta apenas a consignação dos recursos para o trecho Frutal-Colômbia da BR-56, para que tenhamos assegurada a pavimentação total da ligação Brasília-Santos. – *Coimbra Bueno*.

RELATÓRIO

Apresentado pelo DNER, em 14-11-1958, por ocasião da inauguração do trecho Anápolis (90) – Colômbia (S.P.) completando a ligação “Brasília-Santos”.

A entrega ao tráfego pelo DNER de mais 572 quilômetros de rodovias integrantes do Plano Quinquenal de Obras Rodoviárias Federais tem dois significados: o primeiro, a ligação direta em estradas de rodagem de características de alto padrão, entre Santos e Brasília, com a conclusão de 489 quilômetros das BR-56 e BR-14; o segundo, a pavimentação de primeira classe da BR-71 com 83 quilômetros entre Uberlândia e a BR-14.

Importância Econômica da Ligação Santos-Brasília.

A ligação Santos-Brasília representa muito mais do que o acesso do mar à futura Capital da República. Na verdade ela integra, ao grande centro produtor, consumidor e distribuidor que é São Paulo, vasta região que, numa faixa de 50 quilômetros do eixo ora entregue aos usuários, abrange 11 municípios do Estado de Minas e 20 do Estado de Goiás, cruzando os férteis Vales dos Rios Grande e Paranaíba, cuja prodigiosa produção encontra doravante mercado fácil para ser colocada, com a recíproca de ganhar cada vez maior poder aquisitivo para adquirir produtos manufaturados. Especialmente o Vale do Paranaíba está classificado como constituído das melhores terras do mundo, fato atestado pela excepcional produtividade das lavouras existentes. Acresce ainda a circunstância de que, em Colômbia, S-P., encontra-se a ponta dos trilhos da Cia. Paulista de Estradas-de-Ferro, significando dizer que o trecho ora concluído pelo DNER vai contribuir, de maneira positiva, funcionando como coletor, para aumentar o tráfego dessa ferrovia, à qual caberá o transporte dos produtos compatíveis com a sua finalidade.

Em ligeira síntese deve assinalar-se que a ligação contínua Santos-Brasília representa principalmente a articulação rodoviária das

regiões Centro-Oeste e Sul do País, de tão diversas características geoeconômicas; e pode ser considerada, como outras metas que no mesmo sentido o Governo Federal vem finalizando, mais um dos sólidos marcos para a real integração do Oeste na economia brasileira, aliada ao fator sócio-político ao qual indiscutivelmente se associa.

Desenvolve-se a ligação Santos-Brasília, no trecho de 489 km que o DNER vem de concluir, da forma seguinte: partindo de Colômbia, SP, é cruzado o Rio Grande pela ponte “Gumercindo Penteado”, com 630 m de extensão, e atingindo o Estado de Minas Gerais, em Planura. Daí o segmento de 42 km da BR-56 alcança Frutal, ou seja do Rio Grande até à interseção das BR-56 e BR-14. De Frutal prossegue, pela BR-14, passando por Prata, MG, e atingindo o cruzamento com a BR-71 numa extensão de 120 km. Dêsse cruzamento a BR-14 demanda a divisa MG/GO e atravessa o Rio Paranaíba para alcançar Itumbiara, no Estado de Goiás, numa extensão de 57 km. De Itumbiara prossegue a BR-14 em direção a Goiânia, deixando à direita as cidades de Morrinhos, Piracanjuba e Hidrolândia, para chegar àquela Capital com um percurso de 210 km desde Itumbiara. Finalmente, de Goiânia a Anápolis, sempre na BR-14, medeiam os últimos 60 km do total dos 489 km construídos pelo DNER. De Anápolis a Brasília, na extensão de 132 km a construção e pavimentação estiveram a cargo da NOVACAP; e de Santos a Colômbia, sobre o Rio Grande, na extensão de 554 km com os trechos pavimentados Santos-Matão (380 km) e Barretos-Colômbia (45 km), coube ao DER-SP construí-los e pavimentar a quilometragem assinalada. Dista, assim, Brasília de Santos o total de 1.175 km, ou sejam cerca de 2/3 de ligação rodoviária Rio-Pôrto Alegre ou 3/4 da

distância do Rio de Janeiro a Salvador, pela Rio-Bahia.

Características da Ligação Santos-Brasília

As rodovias construídas pelo DNER para estabelecer a ligação Santos-Brasília desenvolvem-se parte em zona ondulada e parte em regiões de topografia mais pesada. Apresentando as características da Classe I das Normas Brasileiras, todas elas têm a largura de 7,00 m de pista mais 2,50 m em cada acostamento, ou sejam 12,00 m de plataforma. A terraplenagem atingiu nove milhões, quatrocentos e trinta e dois mil metros cúbicos e as obras d'arte especiais somaram 1.034,40 ml, dos quais 19 pontes com a extensão axial de 851,90 ml e 6 bueiros especiais com a extensão axial de 182,50 ml. As pontes custaram 52 milhões de cruzeiros e os bueiros especiais, 5 milhões de cruzeiros. Para a conclusão dos serviços o DNER despendeu a importância total de 395 milhões de cruzeiros, com os 489 km ora entregues ao tráfego. Das pontes, todas em concreto armado (16 na BR-14 e 3 na BR-56) existem 13 com vãos até 50 m; 5 com vãos entre 58 e 75 m; e uma, que é a mais extensa, com 110 m. sobre o Rio Tejuco. Os bueiros enquadrados no tipo de obras d'arte especiais situam-se em extensões que vão de 18,90 a 46,50 m.

O SR. PRESIDENTE: – Não há outro orador inscrito. *(Pausa)*.

Antes de encerrar a sessão, convoco os Senhores Senadores para uma extraordinária, hoje às 21 horas, com a seguinte:

ORDEM DO DIA

1 – Discussão única do Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 1958, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1959. – Anexo nº 2 – Poder Legislativo – Subanexo nº 2.01 – Câmara dos Deputados *(incluído em Ordem do Dia em virtude de dispensa de interstício concedida na sessão anterior a requerimento do Sr. Senador Francisco Gallotti)*, tendo Parecer nº 552, de 1958, da Comissão de Finanças, favorável às Emendas ns. 1 e 2 e oferecendo a de nº 3-C.

2 – Discussão única do Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 1958, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1959 – Anexo 2 – Poder Legislativo – Subanexo nº 2.02 – Senado Federal *(incluído em Ordem do Dia em virtude de dispensa de interstício concedida na sessão anterior, a requerimento do Sr. Senador Francisco Gallotti)*, tendo Parecer nº 553, de 1958, da Comissão de Finanças, favorável, com as Emendas ns. 1-C a 4-C.

Está encerrada a sessão.

Levanta-se a sessão às 15 horas e 40 minutos.

173ª SESSÃO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 3ª LEGISLATURA, EM 27 DE NOVEMBRO DE 1958
EXTRAORDINÁRIA

PRESIDÊNCIA DOS SENHORES DOMINGOS VELLASCO E VICTORINO FREIRE

Às 21 horas, acham-se presentes os Senhores Senadores:

Vivaldo Lima.
Mourão Vieira.
Prisco dos Santos.
Lameira Bittencourt.
Sebastião Archer.
Victorino Freire.
Públio de Mello.
Waldemar Santos.
Mathias Olympio.
Leônidas Mello.
Onofre Gomes.
Parsifal Barroso.
Fernandes Távora.
Kerginaldo Cavalcanti.
Reginaldo Fernandes.
Ruy Carneiro.
Argemiro de Figueiredo.
Novaes Filho.
Ezechias da Rocha.
Freitas Cavalcanti.
Rui Palmeira.
Júlio Leite.
Jorge Maynard.
Lourival Fontes.
Neves da Rocha.
Juracy Magalhães.
Lima Teixeira.
Carlos Lindenberg.
Atílio Vivacqua.
Ary Vianna.
Moreira Filho.
Paulo Fernandes.
Arlindo Rodrigues.
Alencastro Guimarães.
Caiado de Castro.
Benedicto Valladares.
Lima Guimarães.
Lino de Mattos.
Moura Andrade.

Domingos Vellasco.
Coimbra Bueno.
Pedro Ludovico.
Mário Motta.
João Villasbôas.
Filinto Müller.
Othon Mäder.
Gaspar Velloso.
Gomes de Oliveira.
Francisco Gallotti.
Saulo Ramos.
Daniel Krieger.
Mem de Sá. – (52).

O SR. PRESIDENTE: – A lista de presença acusa o comparecimento de 52 Senhores Senadores. Havendo número legal, está aberta a sessão.

Vai ser lida a Ata.

O Sr. Francisco Gallotti, servindo de 2º Secretário, procede à leitura da Ata da sessão anterior, que, posta em discussão, é sem debate aprovada.

O Sr. Quarto Secretário, servindo de 1º, dá conta do seguinte:

EXPEDIENTE

Ofício

Da Câmara dos Deputados nº 1.304, encaminhando autógrafos do seguinte projeto de lei:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

(Nº 2.684-C, de 1957, na Câmara dos Deputados)

Concede isenção de direitos
de importação, mais taxas

aduanейras e Impôsto de Consumo para materiais importados pela S. A. Rádio Tupi, com sede no Distrito Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º – É concedida isenção de direitos de importação, mais taxas aduanейras, exceto a de Previdência Social, e impôsto de consumo para os seguintes materiais importados pela S. A. Rádio Tupi, com sede no Distrito Federal, para uso, respectivamente, de sua estação de *broadcasting* e de televisão, instaladas na Capital da República, uma estação completa de onda média com a potência de cinquenta kilowatts e uma estação completa de televisão de cinco kilowatts de potência e equipamentos para manutenção de transmissor de televisão.

Parágrafo único. Os materiais, a que se refere êste artigo foram adquiridos nos têrmos das licenças de importações DC-48/3016-6002, emitida em 10 de maio de 1948, processo na Alfândega do Rio de Janeiro nº 61.117/55-DG-49-2683/28.518, emitida em 20 de maio de 1949, processos na Alfândega ns. 65.196/49 e 65-211-55 e DG-57/13987-16275, emitida em 13 de abril de 1957, tôdas expedidas pelo Banco do Brasil S. A., através de sua Carteira de Importação e Exportação e Carteira do Comércio Exterior.

Art. 2º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Às Comissões de Economia e de Finanças.

O SR. PRESIDENTE: – Está finda a leitura do Expediente. Não há orador inscrito.

O SR. NOVAES FILHO: – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE: – Tem a palavra o nobre Senador Novaes Filho.

O SR. NOVAES FILHO (*): – Sr. Presidente, através dos jornais de hoje já se tem conhecimento das dificuldades surgidas e que vão impossibilitar o honrado Sr. Ministro da Fazenda de pôr em prática, como desejava, o já conhecido e debatido Plano de Estabilização Monetária.

De outra parte informa a Imprensa desta cidade que já se dispõe o digno titular da Pasta da Fazenda, a submeter à aprovação do Sr. Presidente da República novo programa de contenção de despesa, de cortes de verbas cuja destinação possa ser adiada sem maiores prejuízos para o serviço e para os interesses nacionais.

Sr. Presidente, o homem põe e Deus dispõe.

Acredito até que as circunstâncias a que aludo venham a tornar-se em benefício e rendimento para os próprios interesses nacionais. Ainda mais; nesta hora de contenção rigorosa de despesas e de esforços sôbre-humanos para o equilíbrio orçamentário, acredito numa política de diminuição de ritmo de muitas obras, enfim, de supressão de tôda despesa que fôr ou parecer adiável, contanto que se desafogue a situação angustiosa que o Brasil atingiu com o elevado custo de vida, cuja tendência, sem dúvida, é o de gerar descontentamento, vexames, contrariedades e exaltações de tôda ordem.

Reconheço no Sr. Lucas Lopes, um homem competente, capaz, sobretudo modesto, e que não se acompanha de ambições políticas imediatas. Por isso mesmo, creio que S. Ex.^a, meditando sôbre os problemas entregues à sua direção, encontrará, sem maiores dificuldades, o caminho adequado para

(*) – Não foi revisto pelo orador.

aliviar a grave conjuntura econômica a que chegamos.

Sr. Presidente, se minha voz tivesse maior expressão, se eu tivesse qualquer influência nos altos quadros governamentais, apelaria para o Exmo. Sr. Presidente da República e o honrado Sr. Ministro da Fazenda, no sentido de que esses dois eminentes brasileiros não tivessem qualquer constrangimento e afastassem de si melindres oriundos da vaidade ou do amor próprio. Uma vez que o Plano de Estabilização Monetária não tem condições de ser conduzido à realidade que almejavam, que. S. Exas., com o alto e meritório pensamento de acertar, em benefício da coletividade que, acredito, os acompanha em todos os instantes, aproveitassem o ensejo e convocassem para um debate profundo, para uma argumentação séria e honesta, as altas reservas que o Brasil possui, de capacidade e experiência, para o exame e trato dos altos problemas econômicos e financeiros do País.

Acredito, Sr. Presidente, que a opinião pública brasileira receberia com grande confiança e respeito o gesto do honrado Sr. Presidente da República e do seu eminente titular da Fazenda, se chamassem homens do porte de José Maria Whitaker, Eugênio Gudin, Hórcio Láfer e outros que agora, não me acodem à memória, os quais poderiam levar-lhes os conselhos da sua experiência, do seu saber, enfim, dos conhecimentos, recolhidos no estudo e na prática.

O SR. GOMES DE OLIVEIRA: – De homens como V. Ex.^a ex-Ministro de Estado, e com experiência da vida pública – é que o Brasil necessita. Sòmente com figuras dêsse naipe encontraremos caminhos melhores.

O SR. LIMA GUIMARÃES: – Muito bem!

O SR. NOVAES FILHO: – Sou muito grato ao aparte do ilustre Senador Gomes de Oliveira, e confesso que, desde que aqui convivo, sinto no trato com S. Ex.^a a pedra de toque de fidalguia, mas, agora, verifico os extremos da sua generosidade.

O SR. GOMES DE OLIVEIRA: – Não há generosidade; apenas justiça.

O SR. NOVAES FILHO: – Acredito que o honrado Sr. Presidente da República, – como membro da Minoria o proclamo por espírito de justiça – pode ser homem impetuoso, como êle próprio tem repetido, e desejoso de realizar com precipitação o progresso de nossa Pátria, mas certo é que dotado, que é, de boa vontade e patriotismo, daria, nesta hora, nobre exemplo de seu alto desejo de acertar e de retirar o Brasil dessa difícil conjuntura à qual se tem reportado insuspeitos membros da Maioria, como ainda ontem o fêz o eminente Senador Argemiro de Figueiredo.

Não estou fazendo apêlo algum – note bem o Senado; apenas declaro que, se tivesse credenciais, dirigiria veemente solicitação ao honrado Sr. Presidente da República.

O SR. GASPAR VELLOSO: – Vossa Excelência está em condições de fazê-lo.

O SR. NOVAES FILHO: – Sou muito grato a V. Ex.^a, mas conheço bem o lugar reservado nos quadros da política nacional, aos modestos plantadoras de cana.

Apelaria, sim, para que Sua Excelência desse ao Brasil inteiro testemunho inequívoco de sua vontade de acertar, de corrigir erros e traçar rumos seguros, permitindo ao País sair da difícil conjuntura a que chegou, para tanto convocando os homens de maior experiência, capacitados pelo saber e prática no trato dos negócios fi-

nanceiros e econômicos da Nação, os quais opinariam, com indiscutível autoridade. Traçado assim um plano para sairmos dessas dificuldades, o Sr. Presidente da República teria dividido com a própria Nação suas graves responsabilidades nesta hora.

Releve-me o Senado a trepidação que uso ao debater os assuntos que se ligam à inflação que aqui se encontra, devorando as derradeiras energias do povo brasileiro.

Sr. Presidente, tenho, desta tribuna, continuamente chamado a atenção dos homens responsáveis para os graves perigos que a inflação encerra aqui e alhures. O que a História nos ensina é que as grandes e mais prejudiciais convulsões dos povos, têm por motivo as grandes dificuldades econômicas que os atingem.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO: – Muito bem!

O SR. NOVAES FILHO: – Desta tribuna, tenha sempre conclamado os homens responsáveis a que dêem melhor atenção a êsse problema. Cheguei a julgar que o grave êrro era meu, a falta de observação era minha, de tanto clamar para o problema que mais uma vez focalizo. As circunstâncias, porém, os fatos, as dificuldades, as inquietações – e mais que isso – os boatos que intranquilizam a família brasileira confortam-me, de certo modo, porque me dão a convicção de que não estava errado ao pedir a atenção para êsse grave problema, nem foi obtusa minha observação de modesto plantador de cana do massapê de Pernambuco.

Cheguei a apresentar vários projetos, visando a combater a espiral inflacionária. Infelizmente, todos pareceram desnecessários para enfrentar a conjuntura, mas a verdade, Sr. Presidente, é que o despenhadeiro se apresenta cada vez mais perigoso, de onde recolho a

agradável convicção para minha consciência de brasileiro e de pernambucano de que me assistia muita razão das vêzes em que ocupei a tribuna para alertar os responsáveis para os perigos, as inquietações e as próprias ameaças à ordem legal que o setor econômico estava oferecendo, em consequência da inflação devastadora que até hoje não pôde ser contida.

Sr. Presidente, sou homem sem prevenções, por índole e educação estou sempre pronto a colaborar, a fazer justiça, a dar o quinhão que me cabe na comunhão brasileira para que nossos problemas mais importantes se encaminhem, com acêrto, para o bem do povo e tranqüillidade geral.

Ainda uma vez, Sr. Presidente, apelaria desta tribuna para o honrado Sr. Presidente da República, a fim de que, dentro de suas aspirações patrióticas, chamasse à sua presença os homens de maior experiência para um reexame do assunto. Tal providência, de modo algum diminuiria o alto conceito em que o Brasil todo tem o honrado Sr. Ministro Lucas Lopes, por certo estudioso e competente, mas que, só agora, começa a sentir, na prática, as graves dificuldades da Pasta que dirige.

Sendo S. Ex.^a, como todos o sabem, homem de formação modesta, tranqüilo, cuja única preocupação é acertar na gestão da importante Pasta da República, em vez de constrangido, sentir-se-ia honrado em debater a questão com homens que merecem a maior confiança do Brasil, a fim de que novos e seguros rumos sejam indicados para que o País saia das dificuldades em que se encontra.

Meus votos, Sr. Presidente, de brasileiro sobretudo de nordestino, pois no Nordeste as dificuldades são mais acentuadas, pelas próprias condições de clima, pauperismo e conjunturas, de tôda a ordem – meus votos, Sr. Presidente

sempre foram, e continuam sendo, para que o Governo da República dentro da alta missão que o povo brasileiro lhe conferiu nas urnas soberanas, lance mão de todos os recursos, de toda a energia, para enfrentar os problemas sem timidez, sem receios na adoção das providências mais drásticas, a fim de que o nosso País possa, já não direi sair das dificuldades, mas sentir-se ao menos aliviado de parte delas. *(Muito bem; muito bem, palmas).*

Durante o discurso do Sr. Novaes Filho, o Sr. Domingos Vellasco deixa a cadeira da presidência, assumindo-a o Sr. Victorino Freire.

O SR. PRESIDENTE: – Passa-se à:

ORDEM DO DIA

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 1958, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1959 – Anexo nº 2 – Poder Legislativo – Subanexo nº 2.01 – Câmara dos Deputados (incluído) em Ordem do Dia em virtude de dispensa de interstício concedida na sessão anterior a requerimento do Sr. Senador Francisco Gallotti), tendo Parecer nº 552, de 1958, da Comissão de Finanças, favorável às Emendas de ns. 1 e 2 e oferecendo a de nº 3-C.

O SR. PRESIDENTE: – Em discussão o projeto e as emendas. *(Pausa).*

Não havendo quem faça uso da palavra, encerro a discussão. *(Pausa).*

Encerrada.

Em votação as Emendas números 1, 2 e 3-C.

Os Senhores Senadores que aprovam as emendas, queiram permanecer sentados. *(Pausa).*

Estão aprovadas.

São as seguintes as emendas aprovadas:

Nº 1

Repartição: 2.01 – Câmara dos Deputados.

Verba: 1.0.00 – Custeio.

Consignação: 1.5.00 – Serviços de Terceiros.

Subconsignação: 1.5.07 – Publicações, serviços de impressão e encadernação.

Acrescente-se:

a) Biblioteca da Câmara dos Deputados. Para a impressão do Boletim da Biblioteca Cruzeiros 300.000,00.

Nº 2

Repartição: 2.01 – Câmara dos Deputados.

Verba: 4.0.00 – Investimentos.

Consignação: 4.1.00 – Obras.

Subconsignações: 4.1.04 – Reparos, adaptações, conservação e despesas de emergência com bens imóveis.

Inclua-se:

Para mobiliário da Câmara no prédio do Congresso, em construção em Brasília - Cr\$ 100.000.000,00.

Nº 3-C

2.01 – Câmara dos Deputados.

1.0.00 – Custeio.

1.1.00 – Pessoal Civil.

1.1.02 – Subsídios de representações.

Parte fixa – Aumente-se para – Cr\$ 126.380.000,00.

Parte variável – Aumente-se para – Cr\$ 150.300.000,00.

1.1.09 – Ajuda de custo.

Aumente-se para Cr\$ 35.000.000,00

1.1.18 – Gratificação pela representação de Gabinete.

2) Gabinete do 1º Secretário.

Aumente-se para Cr\$ 300.000,00.

Inclua-se:

3) Demais Gabinetes – Cruzeiros 1.620.000,00.

1.1.23 – Gratificação adicional por tempo de serviço.

Aumente-se para Cr\$ 31.000.000,00.

O SR. PRESIDENTE: – Em votação o projeto assim emendado.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram conservar-se sentados. *(Pausa)*.

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 1958, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1959 – Anexo nº 2 – Poder Legislativo – Subanexo nº 2.02 – Senado Federal (incluído

na Ordem do Dia em virtude de dispensa de interstício concedida na sessão anterior, a requerimento do Sr. Senador Francisco Gallotti), tendo Parecer nº 553, de 1958, da Comissão de Finanças, favorável, com as emendas que oferece de ns. 1-C a 4-C.

O SR. PRESIDENTE: – Em discussão o projeto e as emendas. *(Pausa)*.

Não havendo quem faça uso da palavra, encerro a discussão. *(Pausa)*.

Encerrada.

Em votação as Emendas números 1-C a 4-C.

Os Srs. Senadores que aprovam as emendas queiram permanecer sentados. *(Pausa)*.

Estão aprovadas.

São as seguintes as emendas aprovadas:

Rubricas da Despesa

DESPESAS ORDINÁRIAS

1.0.00 – Custeio.

Consignação:.

1.1.00 – Pessoal Civil.

Consignação:

Dotação

Fixa

Cr\$

Variável

Cr\$

1.1.01 – Vencimentos.....	63.078.000	
1.1.02 – Subsídios e representações.....	27.990.000	34.242.000
1.1.05 – Salários de contratados.....		4.000.000
1.1.08 – Auxílio-doença.....		200.000
1.1.09 – Ajuda de custo.....		18.120.000
1.1.11 – Substituições.....		140.000
1.1.14 – Salário-família.....		2.000.000
1.1.15 – Gratificação de função.....	672.000	
1.1.17 – Gratificação pela prestação de serviço extraordinário.....		10.000.000

Rubricas da Despesa

DESPESAS ORDINÁRIAS

	DOTAÇÃO	
	Fixa Cr\$	Variável Cr\$
1.1.18 – Gratificação pela representação de Gabinete.....		2.457.600
1.1.23 – Gratificação adicional por tempo de serviço.....	19.975.500	
1.1.27 – Diversos.....		7.000.000
	<u>111.715.500</u>	<u>78.159.600</u>
Total da Consignação 1.1.00.....		189.875.100

Consignação:

1.3.00 – Material de Consumo e de Transformação.

Subconsignações:

	Dotação	
	Variável	
1.3.02 – Artigos de expediente, desenho, ensino e educação.....		2.000.000
1.3.03 – Material de limpeza, conservação e desinfecção.....		700.000
1.3.04 – Combustíveis e lubrificantes.....		1.200.000
1.3.05 – Materiais e acessórios de máquinas, de viaturas e de aparelhos.....		400.000
1.3.11 – Produtos químicos, biológicos, farmacêuticos e odontológicos; artigos cirúrgicos e outros de uso nos laboratórios.....		150.000
1.3.13 – Vestuários, uniformes, equipamentos e acessórios; roupa de cama, mesa e banho.....		800.000
Total da Consignação 1.3.00.....		<u>5.250.000</u>

Consignação:

1.4.00 – Material Permanente.

Subconsignações:

1.4.03 – Material bibliográfico em geral; filmes.....	300.000
1.4.05 – Materiais e acessórios para instalações elétricas.....	100.000
1.4.09 – Utensílios de copa, cozinha, dormitório e enfermaria.....	400.000
1.4.12 – Mobiliário em geral.....	400.000
Total da Consignação 1.4.00.....	<u>900.000</u>

Consignação:

1.5.00 – Serviços de Terceiros

Subconsignações:

	DOTAÇÃO Variável
1.5.03 – Assinatura, de órgãos oficiais e de recortes de publicações periódicas.....	800.000
1.5.04 – Iluminação, fôrça motriz e gás.....	500.000
1.5.06 – Reparos, adaptações, recuperação e conservação de bens móveis.....	800.000
1.5.07 – Publicações, serviços de impressão e de encadernação.....	2.000.000
1.5.11 – Telefone, telefonemas, telegramas, radiogramas, porte-postal e assinatura de caixas-postais.....	800.000
1.5.13 – Seguros em geral.....	400.000
Total da Consignação 1.5.00.....	5.300.000

Consignação:

1.6.00 – Encargos Diversos.

Subconsignações:

1.6.01 – Despesas miúdas de pronto pagamento.....	380.000
1.6.14 – Exposições, congressos e conferências:	
1) Grupo Brasileiro da União Interparlamentar.....	6.100.000
2) Grupo Brasileiro da Associação Interparlamentar de Turismo.....	3.000.000
3) Para a Conferência Interparlamentar Pró-Govêrno Mundial.....	500.000
4) Diversos.....	1.000.000
1.6.24 – Diversos:	
1) Despesas de qualquer natureza com o Gabinete do Vice-Presidente da República.....	230.000
2) Para a assinatura de revistas técnicas e aquisição de livros indispensáveis à assessoria técnica do Senado a cargo da Diretoria das Comissões.....	150.000
3) Para despesas de qualquer natureza com os encargos da Lei nº 3.273 de 1-10-1957.....	5.000.000
4) Para reequipamento e instalação de novos serviços na Diretoria do Arquivo.....	500.000
Total da Consignação 1.6.00.....	16.860.000
Total da verba 1.0.00.....	218.185.100
" das Despesas Ordinárias.....	218.185.100

DESPESAS DE CAPITAL

Verba: 4.0.00 – Investimentos

Consignação:

4.1.00 – Obras.

Subconsignações:

	DOTAÇÃO Variável
4.1.04 – Reparos, adaptações, conservação e despesas de emergência com bens imóveis	600.000
Total da Consignação 4.1.00.....	600.000

Consignação:

4.2.00 – Equipamentos e Instalações.

Subconsignações:

4.2.01 – Máquinas, motores e aparelhos.....	800.000
Total da Consignação 4.2.00.....	800.000
Total da Verba 4.0.00	1.400.000
Total das Despesas de Capital.....	1.400.000
Total Geral.....	219.585.100

Nº 2-C

2.02 – Senado Federal.

Inclua-se:

2.0.00 – Transferências.

2.1.00 – Auxílios e Subvenções.

2.1.01 – Auxílios.

Mútua Parlamentar - Cr\$ 300.000,00.

Nº 3-C

2.02 – Senado Federal.

4.0.00 – Investimentos.

4.1.00 – Obras.

4.1.09 – Reparos, adaptações, conservação e despesas de emergência com bens imóveis.

Inclua-se:
Mobiliário do Senado no prédio do Congresso, em construção em Brasília – Cr\$ 50.000.000,00.

Nº 4-C

2.02 – Senado Federal.

1.0.00 – Custeio.

1.6.00 – Encargos Diversos.

1.6.24 – Diversos.

Inclua-se:

Despesas de qualquer natureza com a colaboração técnica de representantes do Senado nas obras de construção do prédio do Congresso Nacional em Brasília, de

acôrdo com a Lei nº 3.273 de 1º de outubro de 1957 – Cruzeiros 5.000.000.00.

O SR. PRESIDENTE: – Em votação o projeto assim emendado.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram conservar-se sentados. (*Pausa*).

Está aprovado. A matéria vai à Comissão de Finanças para Redação Final.

O SR. PRESIDENTE: – Está esgotada a matéria da Ordem do Dia.

Antes de encerrar a Sessão, convoco os Senhores Senadores para uma extraordinária, às dez horas e trinta minutos, com a seguinte:

ORDEM DO DIA

1 – Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 1958, que cria no Tribunal Regional do Trabalho da

2ª Região dois (2) cargos de Juiz e dá outras providências, tendo pareceres favoráveis ao projeto e contrários às emendas de Plenário (ns. 1 e 2), sob ns. 300, 301, 530 e 531, de 1958, das Comissões de Serviço Público Civil e Finanças.

2 – Discussão única do Projeto de Resolução nº 10, de 1958, de autoria do Sr. Senador Filinto Müller, que acrescenta parágrafos ao art. 154 do Regimento Interno, tendo Pareceres, sob números 541 e 542, de 1958, das Comissões de Constituição e Justiça, favorável, com a Emenda que oferece, de nº 1-C, e Diretora, favorável ao projeto e à emenda da Comissão de Justiça.

Está encerrada a sessão.

Levanta-se a sessão às 21 horas e 40 minutos.

EXTRAORDINÁRIA

PRESIDÊNCIA DOS SENHORES APOLÔNIO SALLES, VICTORINO FREIRE E DOMINGOS VELLASCO

Às 10 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Vivaldo Lima.
Mourão Vieira.
Prisco dos Santos.
Lameira Bittencourt.
Sebastião Archer.
Victorino Freire.
Públio de Mello.
Waldemar Santos.
Mathias Olympio.
Leônidas Mello.
Onofre Gomes.
Parsifal Barroso.
Kerginaldo Cavalcanti.
Reginaldo Fernandes.
Ruy Carneiro.
Argemiro de Figueiredo.
Apolônio Salles.
Novaes Filho.
Ezechias da Rocha.
Freitas Cavalcanti.
Rui Palmeira.
Júlio Leite.
Jorge Maynard.
Neves da Rocha.
Juracy Magalhães.
Lima Teixeira.
Carlos Lindenberg.
Attílio Vivacqua.
Ary Vianna.
Moreira Filho.
Paulo Fernandes.
Arlindo Rodrigues.
Alencastro Guimarães.
Caiado de Castro.
Gilberto Marinho.
Benedicto Valladares.
Lima Guimarães.

Lino de Mattos.
Moura Andrade.
Domingos Vellasco.
Coimbra Bueno.
Pedro Ludovico.
Mário Motta.
João Villasbôas.
Filinto Müller.
Othon Mäder.
Gaspar Velloso.
Gomes de Oliveira.
Francisco Gallotti.
Saulo Ramos.
Daniel Krieger.
Mem de Sá. – (52).

O SR. PRESIDENTE: – A lista de presença acusa o comparecimento de 52 Senhores Senadores. Háendo número legal, está aberta a sessão.

Vai ser lida a Ata.

O Sr. Rui Palmeira, servindo de Segundo Secretário, procede à leitura da Ata da sessão anterior, que, posta em discussão, é sem debate aprovada.

O SR. PRESIDENTE: – Não há, sobre a mesa, Expediente para leitura.

Terminou ontem o prazo para recebimento de emendas ao Projeto de Reforma Constitucional nº 2, de 1958, que outorga o título de Conselheiro da República aos ex-Presidentes da República, assegurando-lhes prerrogativas e vantagens dos Senadores.

Nenhuma emenda lhe foi oferecida.

Na forma do disposto no § 1º do art. 182 do Regimento, a matéria vai à Comissão Especial, a fim de que emita sobre ela o seu parecer. *(Pausa)*.

O Sr. Apolônio Salles deixa a cadeira da presidência, assumindo-a o Sr. Domingos Vellasco.

O SR. APOLÔNIO SALLES: – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE: – Tem a palavra o nobre Senador Apolônio Salles.

O SR. APOLÔNIO SALLES: – Sr. Presidente, Srs. Senadores, há poucos dias demorei-me quase uma semana em uma visita a Pernambuco; visita habitual ao meu Estado, que sempre trago muito perto do coração e cujo destino, cujas vicissitudes, dificuldades e alegrias são sempre minha preocupação; as preocupações da minha carreira, de minha vida pública.

Dessa visita, Sr. Presidente, não trouxe motivos de alegria; ao invés, pude mais que nunca verificar que o esforço imenso, ciclópico mesmo, dos homens da minha terra nem sempre têm a recompensa das bênçãos de uma natureza que longe de ser pródiga, por vezes é avara e cruel.

Pernambuco, todo o mundo sabe, tem sua economia firmada na lavoura da cana de açúcar, na indústria açucareira que ocupa o maior acervo industrial do Estado, e é meio de trabalho, de ganho, meio de vida para a maior concentração populacional do Nordeste.

A indústria açucareira situa-se nas chamadas regiões da mata e do litoral, que abrangem área que não ultrapassa de quatorze mil quilômetros quadrados dentro da escassa superfície do território pernambucano, de noventa e nove mil

quilômetros quadrados, em que se abriga população superior a quatro milhões de habitantes.

Os fenômenos climáticos que atingiram em cheio o âmago do sertão pernambucano, destruindo lavouras e impedindo o lançamento de novas, fizeram sentir seu efeito maléfico, negativo, na própria zona da mata que se apontava ao País como região de terras ricas de pluviosidade normal e suficiente para medrança da lavoura, sem os percalços da irrigação.

O que acontece é que o retardamento do inverno – como chamamos no Nordeste a estação das chuvas – tem efeitos prejudiciais e catastróficos, na zona da mata, zona canavieira por excelência de Pernambuco. Se tivesse de analisar qual o fator negativo de maior significação para a economia do Nordeste, se a falta de chuvas ou a sua irregularidade, confesso, como modesto afeiçoado dos assuntos de economia, que não teria dúvida em apontar a irregularidade como o fenômeno que ocasiona maiores prejuízos.

O SR. LIMA TEIXEIRA: – É verdade o que V. Ex.^a afirma. Quando a estação chuvosa não é regular, os prejuízos são muito maiores; às vezes até maiores que a praga que ataca a lavoura canavieira.

O SR. APOLÔNIO SALLES: – Diz muito bem o nobre colega, Senador Lima Teixeira, que me honra com seu aparte.

Os prejuízos da irregularidade de chuvas somam-se e somam-se em progressão geométrica, na Zona da Mata, porque, acreditando o agricultor na clemência do céu, lança, com confiança, as sementes, inverte seus capitais e concentra as suas preocupações na produção para, mais tarde, com o retardamento inesperado das chuvas, em vez da recompensa das colheitas, sofrer a decepção, com o estiola-

mento das plantas mal nascidas, sem esperança de searas produtivas. Na zona onde a escassez das chuvas é mais constante, menores são as inversões, menores os desenganos.

Sr. Presidente, foi o que aconteceu e está ocorrendo, êste ano.

A lavoura canavieira, em minha terra, ocupa área que se abeira de duzentos mil hectares de lavouras anuais. Por isso mesmo, em área tão vasta, se as chuvas se retardam, se as irregularidades se acentuam, como agora as lavouras bem lançadas e bem cuidadas e que cresceram rapidamente às primeiras chuvas, param o desenvolvimento, depois, se estiolam, estacionam ou perecem. Na época da safra, na época da colheita a cana, não tendo atingido o maturamento, ocasiona perda de rendimento nas usinas que hoje se registra, em algumas delas, ao nível de vinte quilos por tonelada.

Imagine-se, Sr. Presidente e Srs. Senadores, o prejuízo quando se sabe que, êste ano por exemplo, em Pernambuco, a safra prevista, mais de 12 milhões de sacas de açúcar, talvez não atinja a 10 milhões,

Calcule-se, em dados grosseiros, o que significa uma redução, na safra, de um milhão e meio de sacas de açúcar, se se computa o preço médio bruto do artigo em quinhentos cruzeiros por saca! Ter-se-ia, assim, um prejuízo orçado em nunca menos de setecentos e cinquenta milhões de cruzeiros, que deixarão de circular nas praças de Pernambuco.

Está aí, Sr. Presidente, uma das razões das dificuldades bancárias recentemente apontadas para minha terra. Digo uma porque por certo, houve outras; mas essa lei foi, sem dúvida, a principal, que ainda não se pôde remover.

Que resultará de tudo isso Sr. Presidente, para uma Nação, como o Brasil, em que se deseja como é

de crer, a prosperidade em todos os seus recantos? Resultará que um Estado ordeiro e trabalhador, como Pernambuco, não venha pedir à Nação que lhe mande esmolas ou lhe distribua benesses caritativas. Venha, sim, solicitar e exigir, pela voz dos seus representantes, aos homens que dirigem o crédito neste País que ajudem aquela região antes próspera a reparar, numa hora de dificuldades, com o crédito, aquilo que a crueldade da natureza não permitiu se transformasse em recompensa ao trabalho.

Não pinto, Sr. Presidente, uma ficção nem teço argumento de retórica. O que eu digo é que se faz necessário o crédito amplo a fim de se aparelhar a indústria açucareira pernambucana para enfrentar as horas difíceis para a industrialização racional da cana de açúcar, quando do estiolamento da produção, provocado pelas incertezas do clima. Nesta hora, o recurso humano, para obviar as contingências que se repetem, é tanto o aparelhamento das fábricas, como da lavoura.

O SR. LIMA TEIXEIRA: – Permite V. Ex.^a outro aparte?

O SR. APOLÔNIO SALLES: – Com muito prazer.

O SR. LIMA TEIXEIRA: – Ouço Vossa Excelência com a atenção que me merece, sobretudo quando é sabido que a economia do Estado de Pernambuco reside, principalmente, na cana de açúcar." Ainda anteontem dizia eu aqui: se há Estado grandemente prejudicado é o de Pernambuco, sobretudo agora com a redução da safra, que V. Ex.^a anuncia e já estava prevista, em virtude da irregularidade das estações, como também porque – permitam-me o comentário – o Instituto do Açúcar e do Alcool falhou à sua responsabilidade de promover, o quanto antes, o reequipamento das fábricas de açúcar do Nordeste.

O SR. APOLÔNIO SALLES: – O aparte do nobre Senador Lima Teixeira ilustra sem dúvida, o meu discurso. Analisarei, momentos adiante, o papel do Instituto do Açúcar e do Alcool, no que diz respeito ao aparelhamento das fábricas de Pernambuco. Não falhou o grande órgão.

Para não quebrar a unidade do meu modesto discurso, na orientação que me tracei, vou repetir o sentido da última frase, justamente aquela que proferia, quando do valioso aparte do prezado amigo e colega, Senador Lima Teixeira.

Impõe-se Sr. Presidente, como dizia; aparelhamento das fábricas açucareiras de Pernambuco, de modo a permitir se restrinja a estação de colheita.

Discordo quando se diz que as fábricas açucareiras de Pernambuco não têm aparelhagem moderna, capaz de tirar da cana de açúcar maior rendimento, o açúcar que ela contém. Há cerca de dois anos, um dos técnicos mais conceituados do Instituto do Açúcar e do Alcool, o Sr. Nelson Coutinho traçou paralelo entre o rendimento açucareiro das fábricas pernambucanas e o das paulistas chegando a colocar as de Pernambuco em lisonjeira e vantajosa posição. A baixa produtividade atual de algumas delas não decorre de insuficiente aparelhagem, mas do fato de ser a maquinaria minguada em proporção às safras que teriam de colher. Colhem em seis meses, quando deveriam, fazê-lo em quatro.

Digo-o, Sr. Presidente, sem receio de contestação. Na verdade o que faltou e está faltando a Pernambuco é o crédito amplo e oportuno para o aparelhamento das fábricas, a fim de capacitá-las a moer em pouco tempo, a quantidade que, hoje moem em 6 meses consecutivos e mais.

O SR. LIMA TEIXEIRA: – Permite V. Ex.^a um aparte? – (*Assentimento do orador*) – Não discordo de V. Ex.^a, mas há uma observação a fazer: o rendimento das duas fábricas, Catende e Santa Teresinha, é realmente muito grande, enquanto que o das demais é baixo; daí a compensação.

O SR. APOLÔNIO SALLES: – É evidente, nobre colega, que não devemos estabelecer, no momento, discordâncias, quando ambos trabalhamos no mesmo sentido. Permito-me, entretanto, esclarecer que o rendimento das pequenas fábricas de Pernambuco se não atinge os índices desejados não é por conta de defeitos da aparelhagem, mas pela sua insuficiência, que as força a operar, nas grandes safras, com canas não suficientemente maduras, com canas em que não há açúcar para o ferro das moendas tirar.

Esse aparelhamento, entretanto, só é possível com crédito. Sei, dos contactos que tenho travado com os homens do açúcar de minha terra, há tantos anos que, mais de uma vez, bateram usineiros de Pernambuco às portas dos estabelecimentos de crédito, não para ampliar suas fábricas ou ultrapassar suas cotas, mas para aperfeiçoá-las e dar-lhes capacidade de moagem para a colheita racional em pouco tempo. Não têm, contudo, sido ouvidos, à conta do programa, no meu entender errado, de restrição da produção açucareira no Brasil.

Cabe, agora, Sr. Presidente, e com muito prazer, minha resposta ao aparte do nobre Senador Lima Teixeira, quanto ao papel do Instituto do Açúcar e do Alcool. Cumpre ao I.A.A. estimular o aparelhamento das fábricas, de todo modo, de tôdas as maneiras, inclusive munindo-se de maiores recursos, a fim de que possa êle suprir, como instituição de crédi-

to não apropriado, o papel que os Bancos deviam exercer, por direito e por atribuição.

O SR. LIMA TEIXEIRA: – Permite-me V. Ex.^a mais uma interrupção ? – (*Assentimento do orador*) – Para se conseguirem êsses recursos, basta uma mensagem do Poder Executivo aumentando a taxa de defesa, que ainda é a mesma de quando o açúcar estava a trinta e oito cruzeiros a saca.

O SR. APOLÔNIO SALLES: – O aparte do nobre colega é decorrência do brilhante discurso de há alguns dias. Merece sem dúvida atenção especial do modesto orador.

Na verdade, o aumento da taxa de defesa do açúcar é imperioso. Acredito que, em breve tempo, se possa processar a essa aspiração do Instituto do Açúcar e do Alcool; até no caso já há projeto na Câmara. Não é, porém, êsse o papel precípua do Instituto; o grande papel que o Instituto do Açúcar do Alcool vem exercendo é o de alertar, como o está fazendo, a tôda hora, os industriais do açúcar quanto à necessidade de aparelharem suas fábricas, orientá-los e com êles cooperar. Não se trata em muitos casos de modernizar: mas aparelhar as usinas para a moagem racional de cento e vinte, dias no máximo, e não cento e oitenta, e até duzentos como em algumas usinas se tem feito.

Acredito, Sr. Presidente e prezados colegas, que o Instituto tem cuidado dessa parte. Tem mesmo ajudado com crédito possível; mas a grande, a imensa culpa da conjuntura não cabe a essa autarquia. Estou certo de que o prezado colega, Senador Lima, Teixeira, há de concordar comigo em que culpados são os estabelecimentos de crédito, que no caso, não estão cumprindo sua missão creditícia. O Instituto do Açúcar e do Alcool não é um banco; é um órgão de estímulo, de organização e regularização da indústria açucareira

do Brasil. É a garantia, até para os próprios bancos, de que se marcha na estrada certa da técnica, da previsão econômica e da organização, agro-social da zona de açúcar no Brasil.

O SR. LIMA TEIXEIRA: – Permite V. Ex.^a outro aparte? (*Assentimento do orador*) – Os industriais de açúcar do Norte e do Nordeste são pobres, diante dos industriais do Sul. Não dispõem de recursos suficientes para promover o reequipamento de suas fábricas. É indispensável que o Instituto do Açúcar e do Alcool promova, quanto antes, os meios de obter recursos através da taxa de defesa, para conceder empréstimos a fim de que êsses industriais reequipem suas fábricas. Até agora, o açúcar, apesar de tudo, é dos poucos produtos que não têm acompanhado a ascensão de preços.

O SR. APOLÔNIO SALLES: – Estou de pleno acôrdo com o prezado colega quanto ao final do seu aparte.

Volto, porém, à minha tese: o Instituto do Açúcar e do Alcool não é um banco; é o órgão de defesa da produção, a grande garantia, sem dúvida, para os bancos, que devem financiar a indústria açucareira de Norte a Sul do País.

Quando aponto a indústria paulista de açúcar em franca prosperidade, não o faço com amargura. Frui ela das bênçãos de Deus, em uma natureza bondosa e feliz. Oxalá, no Brasil, fôsse possível encontrarem-se muitas manchas de terras, em regiões tão privilegiadas.

Sr. Presidente, apesar de tudo, não sou um desalentado nem um descrente do Nordeste. Verão os nobres Senhores Senadores, em discursos que, provavelmente farei antes de deixar esta Casa – em que me acostumei a servir a Pernambuco – que hei de apontar

outros recursos, através dos quais se ressalte a premência de restauração da lavoura canavieira do Nordeste. Não me referirei somente à lavoura canavieira de Pernambuco, mas à da Paraíba, à do Rio Grande do Norte, à do Ceará, à da Bahia, à de Sergipe, à de Alagoas, numa contribuição de modesto técnico e de brasileiro, que estima cada uma das unidades da Federação com todas as veras. Com o mesmo ardor com que estima os integrantes de uma grande e única Pátria. (*Muito bem! Muito bem! Palmas*).

Durante o discurso do Sr. Apolônio Salles, o Sr. Domingos Vellasco deixa a cadeira da presidência, assumindo-a o Sr. Victorino Freire.

O SR. PRESIDENTE: – Tem a palavra, para explicação pessoal, o nobre Senador Gaspar Venoso.

O SR. GASPAR VELLOSO (para explicação pessoal) (*): – Sr. Presidente. Recebi da Associação Paranaense de Cafeicultores do Estado do Paraná, o seguinte ofício:

"Curitiba, 24 de novembro de 1958.

Ilustre patricio.

A Associação Paranaense de Cafeicultores, entidade que congrega a lavoura cafeeira deste Estado, representando o pensamento da classe, e na conjuntura pela qual atravessamos, tem a honra de dirigir-se ao nobre Membro da Bancada Estadual, dessa Câmara Alta, a fim de expor o que abaixo se segue.

Estando em andamento na Câmara dos Deputados Projeto nº 4.503-58, de autoria do Deputado, Ulysses Guimarães, que assegura aos cafeicultores não beneficiados pela Lei nº

3.393, de 27 de Maio de 1957, o direito de liberação integral da safra referente ao período de 1957-1958, independentemente do pagamento do respectivo débito ao Banco do Brasil, e julgando esta entidade ser o projeto oportuno e de grande valia para a cafeicultura, pois prorrogará os contratos de financiamento, trazendo conseqüentes benefícios à lavoura, nesta hora de crise e dificuldades, vem, com a devida vênua solicitar de Vossa Excelência seus melhores ofícios, no sentido da aprovação do referido projeto.

Certos de podermos contar com o seu maior empenho para o conseguimento dessa medida, aproveitamos o ensejo para renovar nossos protestos da mais alta estima e distinta consideração.

Cordiais saudações.

Associação Paranaense de Cafeicultores a.)
Deputado Dr. Nilson Batista Ribas, Presidente.

Sr. Presidente, acabava de ler no "Correio da Manhã" de hoje notícia a respeito do assunto, quando recebi o ofício que acabei de ler.

A Comissão de Cafeicultores do Estado de São Paulo solicitou, ontem, ao Instituto Brasileiro do Café, a liberação da safra de 1957, independentemente do pagamento dos débitos para com o Banco do Brasil.

O SR. OTHON MÄDER: – Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. GASPAR VELLOSO: – Terei grande prazer em ouvir o aparte do meu particular amigo e distinto colega; Senador Othon Mäder.

O SR. OTHON MÄDER: – Como V. Ex.^a recebi na data de hoje, ofício, em termos idênticos, da As

(*) – Não foi revisto pelo orador.

sociação Paranaense de Cafeicultores no qual é pedida nossa intercessão em favor do rápido andamento do projeto do Deputado Ulysses Guimarães. Junto meu apêlo ao que o nobre colega certamente fará aos Senhores Deputados e, também ao Dr. Renato Costa Lima, Presidente do Instituto Brasileiro do Café, no sentido do rápido andamento da proposição. Como sabe V. Ex.^a, quando entrou em vigência a lei que liberou as safras cafeeiras, já grande parte da de 1957; fôra entregue ao Banco do Brasil. O Banco opôs dificuldades ao cumprimento do dispositivo legal, que conferia àqueles que já estivessem quitados o direito a empréstimo de igual quantia para 1958 e 1959. Dessa forma, como não houve interpretação correta da lei; tornou-se preciso, renová-la, a fim de que confirme a anterior, pela qual foi liberada a safra de 1957 e 1958. A proposição é justa, apenas repete a lei precedente e, não há dúvida, merecerá a aprovação do Congresso Nacional.

O SR. GASPAR VELLOSO: – Muito obrigado a Vossa Excelência.

O aparte do nobre Senador Othon Mäder, meu companheiro de representação, ilustra e completa meu pensamento.

Sr. Presidente, na reunião de ontem, no Instituto Brasileiro do Café, em presença, dos cafeicultores paulistas, prometeu o ilustre Presidente daquele órgão, Sr. Renato Costa Lima, resolver o assunto administrativamente, pois a lei permite que assim se faça.

Nessas condições, envio a S. Ex.^a não só o meu apêlo, como o da Bancada do Paraná, porquanto recebi o apoio do ilustre representante da União Democrática Nacional nesta Casa, para que resolva, desde logo o assunto. Providências tardias às vezes não alcançam os resultados esperados. Meus votos

são no sentido de que dê solução imediata, para bem dos cafeicultores do Brasil, e mais que isso, em benefício da economia nacional prejudicada com a procrastinação das providências solicitadas. (*Muito bem*).

O SR. PRESIDENTE: – Continua a hora do Expediente.

O SR. PAULO FERNANDES (para explicação pessoal) (*): – Sr. Presidente, desejo apenas solicitar da Mesa retificação da Emenda nº 44, ao Anexo do Ministério da Agricultura, cuja publicação contém erros, sem que, a corrigenda importe em qualquer aumento do quantitativo.

A emenda mereceu parecer favorável da Comissão de Finanças, foi aprovada em Plenário e encaminhada à Câmara dos Deputados.

A Redação a ser dada é a seguinte:

EMENDA Nº 44

16) Comissão Nacional de Avicultura – Cr\$ 8.000.000,00.

16) Prosseguimento com a cooperação da Comissão Nacional de Avicultura, nos trabalhos de desenvolvimento da avicultura, em cumprimento ao acôrdo firmado em 28 de agosto de 1957; entre a Divisão de Fomento da Produção Animal (D.F.P.A.), e o Escritório Técnico de Agricultura Brasil-Estados Unidos (E.T.A.), a fim de constituir contribuição da D.F.P.A. ao "Fundo Conjunto" do projeto ETA-42 (Avicultura) – Cruzeiros 8.000.000,00.

Era o que tinha a dizer. (*Muito bem*).

O SR. PRESIDENTE: – V. Ex.^a será atendido.

Vão ser lidos pareceres chegados à Mesa.

(*) – Não foi revisto pelo orador.

São lidos os seguintes pareceres.

PARECER
Nº 554, DE 1958

Da Comissão de Finanças, apresentando a Redação Final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 1958, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para exercício financeiro de 1959 – Subanexo 4.01 – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia. (Publicado em seplemento).

PARECER
Nº 555, DE 1958

Da Comissão de Finanças, apresentando a Redação Final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 145, de 1958, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para exercício financeiro – Subanexo 4.22 – Ministério da Viação e Obras Públicas (Publicado em suplemento).

O SR. PRESIDENTE: – Sobre a mesa requerimento do nobre Senador Francisco Gallotti.

É lido e aprovado o seguinte:

REQUERIMENTO
Nº 498, DE 1958

Requeiro dispensa de publicação para a imediata discussão é votação da Redação Final das emendas do Senado ao subanexo orçamentário referente à Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia.

Sala das Sessões, em 28 de novembro de 1958. – *Francisco Gallotti.*

O SR. PRESIDENTE: – Nos termos do requerimento que acaba de ser aprovado anunciei a discussão da Redação Final das emendas do Senado ao subanexo orçamentário referente à Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia.

O SR. VIVALDO LIMA (*): – Sr. Presidente, pedi a palavra apenas para solicitar a retificação de duas Emendas, as de ns. 131 e 168, publicadas com incorreções.

A Emenda nº 131, refere-se à alínea 6. Onde se lê:

"Linha de Navegação Manaus-Benjamim Constant – Firma Nador & Cia."

Leia-se:

"Linha de Navegação Manaus-Tabatinga – Firma Nador & Cia".

Na Emenda nº 268, Onde se lê:

"União Operária Amazonense – Cr\$ 1.000.000,00".

Leia-se:

"União Operária Amazonense – Cr\$ 100.000,00".

São as correções que me cumpre fazer na oportunidade da discussão da Redação Final, em nome da Comissão, de Finanças. (*Muito bem*).

O SR. PRESIDENTE: – Vossa Excelência será atendido.

Em discussão a Redação Final que consta do Parecer nº 554, anteriormente lido.

Não havendo queira faça uso da palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Senhores Senadores que aprovam a Redação Final, queiram permanecer sentados. (*Pausa*).

Aprovada.

Vai à Câmara dos Deputados.

(*) – Não foi revisto pelo orador.

Para acompanhar o estudo, das emendas do Senado, designo o nobre Senador Vivaldo Lima.

Há outro requerimento sôbre a mesa.

É lido e aprovado o seguinte:

REQUERIMENTO

Nº 499, DE 1958

Requeiro dispensa de publicação para a imediata discussão e votação da Redação Final das emendas do Senado ao subanexo orçamentário referente ao Ministério da Viação.

Sala das Sessões, em 28 de novembro de 1958 – *Francisco Gallotti*.

O SR. PRESIDENTE: – Em discussão a Redação Final cuja publicação foi dispensada e consta do Parecer nº 555, anteriormente lido.

Nenhum Sr. Senador desejando fazer uso da palavra, encerrarei a discussão. *(Pausa)*.

Encerrada.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam a Redação Final, queiram permanecer sentados. *(Pausa)*.

Aprovada.

Vai à Câmara dos Deputados.

Designo o nobre Senador Othon Mäder para acompanhar, naquela Casa do Congresso, o estudo das emendas do Senado.

Passa-se à:

ORDEM DO DIA

Votação, em discussão única, do Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 1958, que cria no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região dois (2) cargos

de Juiz, e dá outras providências, tendo pareceres favoráveis ao projeto e contrários às Emendas de Plenário (ns. 1 e 2), sob ns. 300, 301, 530, e 531, de 1958, das Comissões de Serviço Público Civil e Finanças.

O SR. PRESIDENTE: – Em votação as Emendas, ns. 1 e 2, que têm pareceres contrários das Comissões.

Os Senhores Senadores que aprovam as emendas queiram permanecer sentados. *(Pausa)*.

Estão rejeitadas.

São as seguintes as emendas rejeitadas:

EMENDA Nº 1

Acrescentem-se onde couber, os seguintes artigos:

Art. ...Os Juízes Togados dos Tribunais Regionais do Trabalho serão nomeados pelo Presidente da República e serão indicados, quatro quintos pelos Tribunais Regionais entre Juízes Presidente de Juntas da respectiva Região pelo critério de promoção alternada, por merecimento, e por antiguidade e um quinto alternadamente pela Ordem dos Advogados e pelo Ministério Público do Trabalho, em lista tríplice, entre bacharéis de notório saber jurídico e reputação ilibada com 10 anos, pelo menos de prática forense".

"Art. ...As primeiras nomeações de Juízes Togados, após a vigência da presente lei, deverão recair sôbre advogados e membros do Ministério Público, nas condições do artigo anterior, a fim de se completar em cada Tribunal a quinta parte dessas representações.

"Art. ...O Presidente e o Vice-Presidente dos Tribunais Regionais do Trabalho serão escolhidos pelo Presidente da República entre os Juízes Togados.

"Art. ...Fica revogado o parágrafo 2º do artigo 670 da Consolidação das Leis do Trabalho.

"Art. ...Na Segunda Região da Justiça do Trabalho, é criada uma Junta de Conciliação e Julgamento, com sede em Franca e jurisdição, neste e ainda nos Municípios de Batatais, Pedregulho, Patrocínio, Paulista e Itairapuã, todos no Estado de São Paulo.

§ 1º. São criados um cargo de Juiz do Trabalho de Junta, de duas funções de Vogal sendo uma para a representação de empregadores e a outra para a de empregados.

§ 2º. Haverá um Suplente para cada Vogal.

§ 3º. Os vencimentos do cargo e das funções de que trata este artigo serão os fixados na Lei nº 2.588, de 8 de setembro de 1955.

§ 4º. O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da Segunda Região promoverá a instalação desta Junta".

EMENDA Nº 2

"Art. 3º. O Poder Executivo é autorizado a abrir ao Poder Judiciário – Justiça do Trabalho – os créditos especiais para a execução desta lei, até a importância de Cr\$ 2.618.960,00 (dois milhões, seiscentos e dezoito mil novecentos e sessenta cruzeiros).

O SR. PRESIDENTE: – Em votação o projeto.

Os Senhores Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. *(Pausa)*.

Está aprovado.

É o seguinte o projeto aprovado, que vai à sanção:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 64, DE 1958

(Nº 3.041-B, de 1957, na Câmara dos Deputados)

Cria no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, dois cargos de Juiz e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º – Fica alterado o disposto no art. 670 da Consolidação das Leis do Trabalho, quanto ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, que passará a ser composto de nove Juizes, dos quais dois serão representantes classistas, um dos empregadores e outro dos empregados.

Art. 2º – Para atender ao disposto no artigo anterior, ficam criados 2 (dois) cargos de Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região a serem preenchidos de acordo com a legislação vigente.

Art. 3º. É o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário – Justiça do Trabalho – o crédito especial de Cruzeiros 614.928,00 (seiscentos e quatorze mil novecentos e vinte e oito cruzeiros) para atender às despesas decorrentes desta lei.

Art. 4º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Discussão única do Projeto de Resolução nº 10, de 1958, de autoria do Sr. Senador Filinto Müller, que acrescenta parágrafos ao art. 154 do Regimento Interno, tendo Pareceres, sob números 541 e 542, de 1958, das Comissões de Constituição e Justiça, favorável com a Emenda que oferece de nº 1-C, e Diretora, favorável ao projeto e à emenda da Comissão de Justiça.

O SR. PRESIDENTE: – Sobre a mesa requerimento que vai ser lido.

É lido e aprovado o seguinte:

REQUERIMENTO
Nº 500, DE 1958

Nos termos dos arts. 126, letra *f*, e 155, letra *b* do Regimento Interno, requeiro adiamento da discussão do Projeto de Resolução nº 10, de 1958, a fim, de ser feita na sessão de 2 de dezembro próximo.

Sala das Sessões, em 28 de novembro de 1958. – *João Villasbôas*.

O SR. PRESIDENTE: – O projeto será incluído na Ordem do Dia do próximo dia 2 de dezembro.

Está esgotada a matéria da Ordem do Dia. *(Pausa)*.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão. Designo para a sessão ordinária das quatorze horas e trinta minutos, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1 – Discussão única do Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 1958, que concede o auxílio anual de Cr\$ 800.000,00 à Biblioteca Pública do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, tendo Pareceres Favoráveis sob ns. 527 a 529, de 1958, das Comissões de Constituição e Justiça, Educação e Cultura e Finanças.

2 – Discussão única do Projeto de Lei da Câmara nº 157, de 1958, que concede o auxílio de Cruzeiros 12.000.000,00 à Confederação Brasileira de Desportos para realização de campeonatos nacionais e participação do Brasil em competições internacionais, tendo pareceres Favoráveis. (sob números 535 e 536, de 1958) das Comissões: de Constituição e Justiça e de Finanças.

Está encerrada a sessão.

Encerra-se a sessão às 11 horas e 10 minutos.

PRESIDÊNCIA DOS SENHORES APOLÔNIO SALLES E VICTORINO FREIRE

Às 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Vivaldo Lima.
Mourão Vieira.
Prisco dos Santos.
Lameira Bittencourt.
Sebastião Archer.
Victorino Freire.
Públio de Mello.
Waldemar Santos.
Mathias Olympio.
Leonidas Mello.
Onofre Gomes.
Parsifal Barroso.
Fernandes Távora.
Kerginaldo Cavalcanti.
Reginaldo Fernandes.
Ruy Carneiro.
Argemiro de Figueiredo.
Apolônio Salles.
Novaes Filho.
Ezechias da Rocha.
Freitas Cavalcanti.
Rui Palmeira.
Júlio Leite.
Jorge Maynard.
Lourival Fontes.
Neves da Rocha.
Juracy Magalhães.
Lima Teixeira.
Carlos Lindenberg.
Atílio Vivacqua.
Ary Vianna.
Moreira Filho.
Paulo Fernandes.
Arlindo Rodrigues.
Alencastro Guimarães.
Caiado de Castro.
Gilberto Marinho.
Benedicto Valladares.
Lima Guimarães.
Lino de Mattos.

Moura Andrade.
Domingos Vellasco.
Pedro Ludovico.
Mário Motta.
João Villasbôas.
Filinto Müller.
Othon Mäder.
Gaspar Velloso.
Gomes de Oliveira.
Francisco Gallotti.
Saulo Ramos.
Daniel Krieger.
Mem de Sá. – (53)

O SR. PRESIDENTE: – A lista de presença acusa o comparecimento de 53 Senhores Senadores. Havendo número legal, está aberta a sessão.

Vai ser lida a Ata.

O Sr. Segundo Suplente, servindo de 2º Secretário, procedo à leitura da Ata da sessão anterior, que, posta em discussão, é sem debate aprovada.

O SR. PRESIDENTE: – Não há Expediente a ser lido.

Tem a palavra o nobre Senador Lino de Mattos, primeiro orador inscrito.

O SR. LINO DE MATTOS (lê o seguinte discurso): – Sr. Presidente, faz pouco mais de uma semana, compareci a esta Tribuna, com intuito de advertir os meus pares acerca do desvirtuamento do art. 59 da Lei de Tarifas, pela Instrução nº 161, da Superintendência da Moeda e do Crédito.

Distinguiu-me, então, o nobre Senador Lameira Bittencourt, eminente Vice-Líder da Maioria, com um aparte no qual asseverou que prevaleceria, contra as duas empresas beneficiárias da deformação da lei, o princípio inserto no parágrafo 6º da própria Lei nº 3.244 de 14 de agosto de 1957, o qual estabelece 18% de margem de lucro para o montador.

Era a garantia de que a SUMOC não faria, por inteiro, tábula rasa do diploma legal, rasgando a própria Constituição da República, para obsequiar a dois hábeis grupos de homens de negócios.

A assertiva categórica do nobre Vice-Líder da Maioria tranqüilizou-me inicialmente. O escândalo, proclamou-o S. Ex.^a, seria apenas o da operação. Não atingiria, quanto aos resultados, a astronômica margem de lucros que tive a necessidade de denunciar, que é da ordem de cinco bilhões e seiscentos milhões.

De qualquer maneira, Sr. Presidente, a subversão da ordem jurídica, efetivada pela SUMOC, através de portarias derogatórias de leis, é inegável.

Rogo a V. Ex.^a e aos Srs. Senadores que me acompanhem nesta crua e singela exposição.

Para perfeito entendimento da matéria, torna-se, mister compulsar e confrontar o Decreto nº 41.018 que institui o Plano Financeiro da Indústria, atinente a automóveis de passageiros, o art. nº 59 da Lei de Tarifas, a Instrução nº 161 da SUMOC, a Portaria 522 do GEIA e mais a determinação da Carteira de Câmbio do Banco do Brasil.

Quem o faz, como o fiz, chegará a conclusão desalentadora de que são inúteis os esforços inteligentes e moralizadores do Poder Legislativo, sempre que ferem os interesses particularistas e inconfessáveis de certos grupos financeiros.

Dispõe o texto, isto é, o art. 59 da Lei de Tarifas:

"De acôrdo com a Letra A (43º do art. nº 48) a Carteira de Câmbio do Banco do Brasil S. A. fará realizar em licitação específica para automóveis de passageiros, de peso até 1.600 quilos e valor FOB não superior a US\$ 2.300 (dois mil e trezentos dólares), ou equivalente em outra moeda nos limites mínimos de US\$ 12.000.000 (doze milhões de dólares) no primeiro ano e US\$ 8.000.000 (oito milhões de dólares) no segundo ano ou equivalente em outras moedas, mediante leilões mensais e dentro de verbas fiscais no orçamento de câmbio a que se refere o art. 12 da Lei 1.807, de 7 de janeiro de 1953".

Que quer isto dizer?

Quer dizer, é claro, que o Banco do Brasil leiloará, mensalmente, um milhão de dólares americanos ou o equivalente em outras moedas, até totalizar a venda de vinte milhões de dólares, para a importação de automóveis de passageiros.

A quem a lei confere o direito de importar os mencionados veículos?

A resposta deflui, inequívoca, do próprio texto: *a todos os interessados.*

O art. 59, ao qual me reporto, derivou da emenda Bilac Pinto, parlamentar cujo nome declino com o maior respeito, também pelo seu empenho honesto em policiar o comércio de automóveis.

Diante da nitidez do preceito, acima reproduzido, não havia lugar para favoritismos e negociações.

Cuidou-se, pois, de fraudar a lei a, pretexto de interpretá-la.

Foi o que se fez com a Instrução nº 161 da SUMOC.

Realmente, a terceira norma, da aludida Instrução, dividiu os importadores em três grupos: A, B e C.

Distinguiu, onde a lei não distinguiu, criando privilégios abusivos num texto que se atinha ao princípio da igualdade de todos perante a própria lei.

O Grupo A ficou constituído pelos "fabricantes nacionais de automóveis de passageiros: o Grupo B pelos "montadores de automóveis" e o Grupo C por "qualquer pessoa física ou jurídica" não incluída nos grupos anteriores.

A instrução respeitou apenas o quinhão de dólares americanos, ou o equivalente em outra moeda, a ser lícitado mensalmente.

A 6ª norma, porém, num petulante desafio ao legislador deformou-lhe o propósito salutar, estipulando que a "Carteira de Câmbio estabelecerá as licenças mínimas para os leilões de cada grupo, as quais, em nenhuma hipótese, poderão ser inferiores, a Cruzeiros 130,00 por dólar ou equivalente em outra moeda".

Articulou-se, dêste modo, o grave golpe desferido contra os interesses do País, em benefício dos que sabem aproveitar-se das debilidades da administração federal.

Sobrevém, então, como segundo passo da urdidura, a Portaria nº 522, baixada pelo GEIA, mandando que as empresas interessadas na importação de automóveis de passageiros remanescessem sujeitas, nos leilões especiais, às normas por ela prescritas e que se divorciam berrantemente na lei vigente.

Como se não bastasse esta insurreição de órgãos do Poder Executivo contra um diploma emanado do Legislativo e sancionado pelo Sr. Presidente da República e por seu Ministério, a Portaria nº 522 afrontou os interessados com a norma de nº 7, à qual deu a seguinte redação: "para apresenta-

ção da reformulação de projetos de fabricação e planos de montagem são fixados os seguintes prazos: "fabricantes" até 15 de setembro de 1958 e "montadores" até 30 de setembro de 1958".

Ora, para o desfrute das vantagens concedidas à, chamada produção nacional de automóveis de passageiros, o Decreto 41.018, de 26 de fevereiro de 1957, fixara, no art. 4º, percentagens de nacionalização rígidas, precisas e incontornáveis. Todavia, pelo ato de 30 de agosto de 1958, uma simples portaria do GEIA autoriza a "reformulação daquela percentagem que o decreto presidencial prescrevia como de índices definitivos".

No festim de dólares a que estamos assistindo, e para o qual foram convocadas apenas duas empresas, não ficaríamos nisto, Sr. Presidente:

O abuso iria além, assumindo contornos tais que estão a escandalizar, senão a revoltar aqueles que conservam um mínimo de confiança na gestão e administração dos dinheiros públicos.

A Carteira, de Câmbio do Banco do Brasil, abusando dos poderes ditatoriais que lhe foram conferidos pela norma 6ª, da Instrução nº 161, consoante já sublinhei, resolveu criar, a 28 de setembro último, condições estarrecedoras para a licitação do primeiro milhão de dólares, previstas no art. 59 da Lei das Tarifas.

Que fez ela?

Decidiu que, ao Grupo A – o dos chamados "fabricantes", que pouco ou nada fabricam – reservar-se-ia uma fatia de 700 mil dólares com a sobretaxa de Cr\$ 130,00 por dólar; ao Grupo B o dos "montadores", conceder-se-ia um naco de 80, mil dólares norte-americanos e 50 mil dólares ACL, com uma sobretaxa mínima de Cruzeiros 180,00 por dólar; ao Grupo C – o dos particulares, 10 mil dólares norte-americanos com uma

sobretaxa mínima de Cr\$ 250,00 por dólar 10 mil dólares ACL e 150 mil dólares de países com os quais mantemos convênios bilaterais.

Para alertar desde logo o espírito dos nobres Senadores, quero sublinhar que êstes 150 mil dólares, por último mencionados, constituem moeda inconversível para os quais, dentro das condições preestabelecidas, não houve – não há e não haverá licitantes.

Aparentemente, o primeiro grupo ficou com 70% das divisas leiloadas. Na verdade, porém, beneficiou-se de mais de 90% dessas mesmas divisas. Fraudou-se, portanto; a lei, Sr. Presidente e a pretexto deinterpretá-la. Fraudou-se a lei discriminando os interesses, dos três Grupos: A, B e C. Fraudou-se a lei, com a criação de variações de ágios.

Cr\$ 130,00 para uns!

Cr\$ 180,00 para outros!

Cr\$ 250,00 para o 3º Grupo!

Não ficou nisto a decisão da SUMOC, fugindo à vontade do legislador quando era de sua obrigação submeter-se a ela.

Avançou todos os sinais e afrontou a Nação com uma dádiva de 70% das disponibilidades à dupla merecedora de sua simpatia, presente êste que, em um cálculo correto, se eleva conforme vimo – a 90% das divisas leiloadas. Sr. Presidente, o que ocorre neste instante, no Brasil; é inominável. Não sei de que estranha exegese; nem atino; a que desmiolada hermenêutica foram buscar argumentos aquêles que, para executar o artigo 59 da Lei de Tarifas dispositivo que regula a importação de automóveis de passageiros – alijaram da importação o comércio, os motoristas de praça e particulares em geral, as companhias que tradicionalmente operam no setor automobilístico, substituindo todos os indivíduos e tôdas as en-

tidades por duas emprêsas, apenas duas, verdadeiras tuteladas da SUMOC e da Carteira de Câmbio do Banco do Brasil.

Onde, na lei, a distinção dos interessados em três grupos?

Onde, as diferenças de ágios, a que já me reporteí?

Onde, o aquinhoamento de uma percentagem enorme a favor. de um só grupo?

Onde está, sempre ná lei, que o Grupo A deve receber, em cada leilão, 700 mil dólares em moedas conversíveis, e o Grupo C apenas 10 mil dólares americanos e 10 mil dólares ACL, ou seja, de moedas inconversíveis?

Como justificar-se que portarias, normas e instruções invalidem leis votadas pelo Congresso Nacional e promulgadas pelo Presidente da República, com a solene assistência de todo seu Ministério?

Onde estamos, Sr. Presidente, em que terra morámos, em que época vivemos, em que semelhantes afrontas à vontade soberana dos delegados do povo, podem ser cometidas sem que os responsáveis colham de pronto, a punição que merecem; sem que os responsáveis sequer se julguem obrigados a uma satisfação a um dos integrantes do mais Alto Parlamento da Nação?

Não se diga, Sr. Presidente, que os fabricantes ou montadores fazem jus ou carecem de melhor tratamento do que os interessados, em geral.

A própria condição que possuem, os colocam em situação de superioridade financeira diante dos demais. Êles comprem automóveis desmontados, adquirem-nos a preços de fábrica, não pagam mão de obra alienígena, nem tarifas, espegiais, nem corretagem, nem impostos no estrangeiro.

Como se não bastasse, a lei generosamente não os esqueceu e lhes conferiu um privilégio, outorgando-lhes uma redução no valor do

impôsto da importação que vai de 40% a 90% num *escalonamento* que premia o esforço do produtor nacional honesto e diligente.

O retrospecto que acabo de fazer e fotografa a urdidura engenhosa tecida em benefício de duas emprêsas, não permite a esperança, acalentada pelo eminente Vice Líder da Maioria de que, se observará a margem de lucro de 18%, dada ao fabricante.

Se nada se respeita, neste negócio, se a administração conspurca o texto legal, que devemos e que podemos aguardar de tamanha negociata?

Repito, ainda uma vez, se fôr preciso irei bater às portas do Poder Judiciário para que a monstruosidade não se consuma, para que a aberração não se repita, legitimada pelo nossa silêncio.

Dentro de alguns dias; teremos um novo leilão de divisas.

Aguardo as providências prometidas pelo eminente Senador Lameira Bittencourt. O eco da minha voz há de chegar à consciência do Sr. Presidente da República, e o primeiro Magistrado da Nação vai nos dizer, através dos atos e das providências que ordenar se somos efetivamente o Congresso Nacional, ou se as nossas decisões, legalmente soberanas, podem ser, com impunidade, rasgadas por simples agentes do Executivo, em benefício de emprêsas esquisitamente amparadas.

É, Sr. Presidente e Srs. Senadores, a esperança que acalento.

Mais dois ou três dias, o novo leilão de divisas. Tomará o primeiro Magistrado da Nação providências para que a lei seja cumprida? Isto é, seja permitida a qualquer cidadão do povo comparecer a êsse leilão, em igualdade de condições com todos os interessados, arrematar divisas para a importação de automóveis?

Poderá; o motorista de praça comparecer a êsses leilões e conseguir divisas para importar auto-

móvel para seu serviço, ou essas duas emprêsas continuarão com o privilégio de, sómente elas, terem divisas, para consumação do maior negócio do ano que se finda, e que lhes proporcionará o lucro liquido, sem empate de capital, da ordem de cinco bilhões e seiscentos mil cruzeiros?

Era o que desejava dizer, Senhor Presidente. *(Muito bem!)*

O SR. PRESIDENTE: – Continua a hora do Expediente.

Tem a palavra o nobre Senador Othon Mäder, segundo orador inscrito.

O SR. OTHON MÄDER (*): – Sr. Presidente, acabo de receber do meu prezado amigo Alvaro Godoy, Presidente da Associação dos Lavradores do Norte do Paraná, telegrama que passo a ler:

"Senador Othon Mäder

Senado Federal.

Peço o obséquio de ler no Plenário o presente telegrama endereçado ao Senador Moreira Filho:

"A Associação dos Lavradores do Norte do Paraná protesta contra os têrmos emitidos pelo ilustre Senador contra os organizadores da "Marcha da Produção". O nobre Senador demonstraria patriotismo, e bom senso, insistindo junto ao Presidente da República, no sentido de enviar financistas a fim de resolver a situação calamitosa da cafeicultura nacional, provocada pela péssima administração, em lugar de ameaçar os lavradores, que sustentam o Brasil, com Fôrças Armadas, que nada resolvem; apenas aprofundam mais ainda o abismo do entendimento entre os lavradores e o Govêrno.

(*) – Não foi revisto pelo orador.

Pode o ilustre Senador estar ciente de que não descansaremos enquanto nossas justas reivindicações não forem atendidas. – *Alvaro Godoy – Presidente*".

A esta hora, o ilustre Senador Moreira Filho, deve ter recebido o telegrama a que se refere o telegrama do Presidente da Associação dos Lavradores do Norte do Paraná.

Atendo apenas a um pedido daquele grande fazendeiro de café que, na região, é um dos líderes da lavoura e dos organizadores da "Marcha da Produção".

Sr. Presidente, eu não estava presente quando o nobre Senador Moreira Filho pronunciou discurso que, repercutindo em Londrina, provocou imediato protesto. Julgo, porém, pelo telegrama do Sr. Alvaro Godoy, que S. Ex.^a emitiu opiniões injustas, relativamente aos promotores da "Marcha da Produção".

Já se tem dito, neste Plenária, através da voz autorizada do nobre Senador Lino de Mattos, e também na Câmara dos Deputados, pela palavra de numerosos representantes do Paraná e de São Paulo, que a "Marcha da Produção", não era, como se assoalha, movimento subversivo, mas, ao contrário, bastante pacífico. Queriam os cafeicultores vir à Capital da República para fazer sentir ao Governo Federal que a lavoura atravessa período de crise e que tôdas as reclamações anteriores não foram atendidas.

Dizem, os que combatem o movimento, que os cafeicultores deveriam ter usado de outros meios, em vez dessa marcha ameaçadora, que poderia pôr em perigo o regime constitucional.

É preciso, porém, ressaltar que tudo fizeram antes de lançar mão do recurso extremo memoriais, apelos a autoridades. Para comprovar o caráter pacífico do movi-

mento basta considerar que tiveram o apoio de três Bispos do Paraná – o de Jacarézinho, o de Londrina e o de Maringá – autoridades eclesiásticas prudentes, ponderadas, que só se associaram à marcha quando viram que, efetivamente, era justa e tinha tôda a procedência, porquanto esgotados estavam todos os recursos.

O SR. FERNANDES TÁVORA: – Permite V. Ex.^a um aparte ?

O SR. OTHON MÄDER: – Pois não.

O SR. FERNANDES TÁVORA: – O Governo estava perfeitamente ciente de que a "Marcha da Produção" não visava senão a trazer à Capital da República as reivindicações dos cafeicultores. Gritando de longe, ninguém, ouviria. Disso não havia qualquer dúvida, mas era preciso inventar um pretexto para justificar a brutalidade da intervenção militar, tendente a impedir viessem os cafeicultores à sede do Governo para protestar contra as arbitrariedades. do Poder Público.

O SR. OTHON MÄDER: – Muito grato pelo aparte do nobre Senador Fernandes Távora, que exprime a verdade.

O SR. LINO DE MATTOS: – Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. OTHON MÄDER: – Com muito gosto.

O SR. LINO DE MATTOS: – Disse V. Ex.^a que não teve ensejo de ouvir o discurso do eminente Senador Moreira Filho.

Eu, entretanto, estava presente, havendo mesmo sido honrado com citações nominais pelo ilustre colega. Resumindo, o discurso de Sua Excelência foi injusto, nas apreciações sôbre os lavradores. Repito o que, por várias vêzes, ambos afirmamos, V. Ex.^a e eu: a "Marcha

da Produção" era a manifestação dos desencantados, dos desiludidos.

O SR. OTHON MÄDER: – Dos desesperados.

O SR. LINO DE MATTOS: – ...dos decepcionados e desesperados. Ninguém usa de atitudes violentas, de vocabulário duro, quando compreendido. Os colegas que acompanham a minha atuação nesta Casa do Congresso Nacional, podem dar o testemunho de quantas vezes assomei à tribuna para louvar ações de membros do Governo Federal. Por mais de uma vez, fiz referências justas e elogiosas ao Sr. Embaixador José Carlos de Macedo Soares, quando Ministro das Relações Exteriores. Em aparte ao nobre colega, Senador Moreira Filho, afirmei que ao mesmo tempo em que censurava a atuação do General Teixeira Lott no episódio da "Marcha da Produção", eu o louvava quando utilizava as forças gloriosas do Exército Nacional para coibir o contrabando de café na fronteira com o Paraguai e pedia a S. Ex.^a que não se limitasse àquelas divisas mas fôsse para o Norte, o Nordeste, porque por ali também está escapulindo, criminosamente, o café nacional. Há momentos, porém, em que desesperamos. A Casa é testemunha de que, ainda há pouco pronunciei um discurso violento, duro, rude, contundente. Não por prazer: não sinto alegria alguma de agir dessa maneira. É que também já estou desanimado, desiludido, não adianta muito estar gritando desta tribuna. Dá-me a impressão de estar perdido no deserto do Saara. O Presidente da República não ouve e as autoridades federais não tomam conhecimento. Quem desconhece que, há mais de um ano, requeri informação ao Instituto Brasileiro do Café no sentido de que esclarecesse a aplicação dos recursos na campanha de café fi-

no? Nenhuma resposta veio. Houve agitação; o então Ministro da Fazenda, Deputado José Maria Alkimim, concedeu entrevista violenta contra minha pessoa. Respondi à altura, ameaçando-o de processo por crime de responsabilidade, de acordo com as nossas leis. O caso foi objeto de manchetes em vários jornais importantes e, no entanto, há poucos dias, em entrevista coletiva, o Presidente da República, Sr. Juscelino Kubitschek perguntado por um jornalista se havia dado ordens ao Sr. José Maria Alkimim para não prestar os esclarecimentos solicitados pelo Senador Lino de Mattos respondeu pura e simplesmente que desconhecia a existência do requerimento. O Chefe da Nação não sabe que meu pedido de informações deu margem a entrevistas malcriadas do Ministro da Fazenda, a agressões a um membro do Congresso Nacional; não sabe que há mais de um ano estou reclamando. S. Ex.^a respondeu pura e simplesmente ignorar a existência desse requerimento. É bem possível que o Presidente Juscelino Kubitschek ignore a existência, até, do representante – modesto é verdade – do Estado de São Paulo no Parlamento.

O SR. FERNANDES TÁVORA: – Continuará a ignorar tudo aquilo que não lhe convenha conhecer.

O SR. OTHON MÄDER: – Assim como o Presidente da República declarou desconhecer o requerimento do Senador Lino de Mattos feito há mais de um ano, também não deu importância às reclamações transmitidas desta alta Casa do Congresso Nacional contra a política de S. Ex.^a contra o confisco cambial há mais de três anos combatido; da mesma forma procedeu em relação aos cafeicultores do Paraná; não os atendeu. Não houve memorial, não houve missão das mais variadas

formas que conseguisse compadecer o Govêmo da sorte daquela gente que trabalha, que produz, como bem diz o Presidente da Associação do Paraná, que paga impostos, sustenta e enriquece a Nação.

O SR. MOREIRA FILHO: – Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. OTHON MÄDER: – Darei, num momento, o aparte a Vossa Excelência.

Nunca foram ouvidos os lavradores. Daí a razão de lançarem mão da providência extrema de marcharem para o Rio de Janeiro completamente desarmados. Talvez trouxessem, quem sabe, uma enxada como símbolo do trabalho do cafeicultor, mas nenhum propósito de fazer desordem, de subverter a legalidade.

O SR. MOREIRA FILHO: – Dá V. Ex.^a licença para um aparte?

O SR. OTHON: – Com muito prazer.

O SR. MOREIRA FILHO: – Como meu nome foi citado, afirmo a Vossa Excelência e ao Senado que ainda não recebi êsse telegrama. O primeiro conhecimento que tive da "Marcha da Produção" foi através do brilhante discurso do Senador Lino de Mattos em o qual Sua Excelência trouxe ao Senado elementos que me colocavam – e creio a muito outros colegas – contra êsse movimento. Segundo aquelas informações, a "Marcha da Produção" era integrada por homens desesperados, entre os quais alguns vigiados pelas respectivas famílias, para evitar o suicídio. Até então, desconhecia eu êsse movimento denominado imprópriamente, "Marcha da Produção". Outro fato que robusteceu minha opinião de que êsse movimento constituía uma agitação, foi a publicação, em certo jornal, de entrevista concedida pelo Exmo. Sr.

Dr. Juiz de Direito da Comarca de Londrina, no Paraná, na qual o referido magistrado qualificava o movimento de perigoso ao regime e à estabilidade das instituições. Acrescento que, na ocasião em que o nobre Senador Lino de Mattos falava, tive a honra de apartear S. Ex.^a afirmando não ser possível admitir-se serenidade de propósitos em homens desesperados, que pensavam em suicídio. Posteriormente, vindo a ocupar a tribuna – mesmo porque já corriam rumores de novas tentativas de "Marcha da Produção" – asseverei ao contrário do que consigna o telegrama, solidariedade aos componentes daquela manifestação. Apenas combati o método antidemocrático de se pleitear reivindicações, que reputo justas, por parte dos cafeicultores. Se V. Ex.^a supõe que estou falando sem informações precisas, poderá verificar em meu discurso publicado no "Diário do Congresso" de 26 de novembro de 1958, a parte noticiada pelo citado jornal de Londrina.

O SR. PRESIDENTE (fazendo soar os tímpanos): – Atenção! Pondero ao nobre Senador Moreira Filho que, o Regimento não permite discursos paralelos.

O SR. MOREIRA FILHO: – Sr. Presidente, como meu nome foi citado, desejava justificar minha atitude.

O SR. OTHON MÄDER: – Estou certo de que o nobre colega virá à tribuna tratar do assunto; e, nessa ocasião, ouviremos o pronunciamento de V. Ex.^a a respeito da "Marcha da Produção".

Sr. Presidente, pelo que se verifica, o eminente representante do Estado do Rio, Senador Moreira Filho, baseou-se em declaração do Juiz de Direito da Comarca de Londrina. Convém salientar, no entanto, que Juiz de Direito de Comarca é uma pessoa como outra

qualquer e que sua opinião é puramente pessoal como a de qualquer outro membro da comunidade. Aliás, contra o pronunciamento daquele Juiz de Direito temos a manifestação da totalidade dos fazendeiros do Norte do Paraná, que somam alguns milhares. Trata-se, portanto, de opinião isolada, nesse movimento da "Marcha da Produção".

Desejo, também, opor a êsse conceito outros mais valiosos por mim anteriormente citados – os dos Bispos do Norte do Paraná. Três Bispados, três Dioceses declararam-se a favor da "Marcha da Produção", acentuando não verem nesse movimento qualquer perigo para o regime, sequer para a ordem pública. Sabemos como os Bispos são cautelosos em seus pronunciamentos, como são respeitadores e evitam entrar em conflito com qualquer autoridade. Se, portanto, os Bispos de Jacarèzinho, de Londrina e Maringá resolveram dar apoio integral à "Marcha da Produção", foi porque viram que, na realidade, era um movimento justo, humano e pacífico, aliás como se tem demonstrado. O nobre representante de São Paulo, Senador Lino de Mattos já provou que o movimento não visava mais do que chamar a atenção do Governo para a situação aflitiva dos cafeicultores do norte do Paraná.

Sr. Presidente, temos que compreender a reação do homem da lavoura, que trabalha o dia todo, que sofre e corre grandes riscos – porque às vezes a geada destrói numa noite o trabalho de dez e quinze anos – quando, ao colhêr alguma coisa, ao recolher o produto do seu trabalho se sente espoliado. É que o Governo adquire o produto do cafeicultor e o vende por três ou quatro vezes mais, a êle reservando a diferença, que deveria caber ao agricultor, que trabalhou para produzir.

São, portanto, mais do que justos e humanos os motivos em que se baseiam os protestos contra o confisco cambial. Vendo esgotados todos os recursos, não tendo mais para quem apelar, porque as autoridades não lhes davam atenção nem ouvidos, foram obrigados a empreender essa "Marcha da Produção". Como declarei, é movimento permitido pela Constituição; não se pode obstar a que um cidadão saia, em jipe ou caminhão, estrada afora, e vá até onde quiser. Ninguém pode proibi-lo; a proibição será o cerceamento da liberdade, do direito de locomoção.

Sr. Presidente, há poucos dias assistimos, em plena Capital da República, o desfile dos incapacitados, que percorreram as ruas a fim de pedir a atenção do Governo para a sua situação. Lançaram mão dêsse meio pacífico, que não perturbou a ordem pública, como não a perturbariam os cafeicultores do norte do Paraná, que apenas pretendiam desfilar, como protesto, chamando a atenção do Governo para a situação que precisava ser atendida.

O Governo, porém, entendeu de maneira diferente, e mandou o Exército Nacional contê-los. Não consentiu que saíssem de suas fazendas e assim atentando contra as liberdades fundamentais asseguradas na Constituição.

Sr. Presidente, comparo a "Marcha da Produção" com outro caso recente, que ocorreu também no Estado do Paraná.

Não faz ainda meio ano, a população do sudoeste do Paraná levantou-se num movimento de rebeldia contra a exploração de Companhias possuidoras de terras no Estado, das quais o Chefe do Executivo Estadual é sócio. Foi um movimento muita mais grave do que a "Marcha da Produção", porque depuseram o Prefeito, um Promotor Público, um Juiz de Direito

e prenderam um Delegado de Polícia. Foram portanto, muito mais longe do que os integrantes da "Marcha da Produção".

Que fez o Exército Nacional nessa ocasião? Que fez o Sr. Presidente da República na emergência, quando até autoridades foram destituídas de seus cargos por êsse movimento? – Nenhuma providência foi tomada, porque o Governo do Paraná entendia como desprestígio para sua autoridade a prisão dos implicados por Fôrça Federal. Para não enfraquecer a autoridade do Governo do Paraná o Exército não saiu dos seus quartéis; as unidades destacadas não passaram de União da Vitória.

O movimento, entretanto, era muito mais perigoso e de conseqüências mais funestas do que o da "Marcha da Produção". Logo, há dois pesos e duas medidas para os atos do Governo Federal.

Em São Paulo, como se tratava de lavradores indefesos, o Governo Federal mandou o Exército armado impedir o movimento pacífico; no caso do Paraná, como se queria prestigiar o Governo do Estado, o Sr. Presidente da República deixou-o entregue à Polícia.

Por que, então, não considerou a "Marcha da Produção" da alçada policial?

Sempre há, na resolução dos incidentes, a influência política, a influência do Governo político.

Como todos os representantes do Paraná, principalmente os ligados à Agricultura, protestamos contra a participação das Fôrças Federais impedindo essa marcha pacífica.

Na Câmara dos Deputados, houve, por vêzes, protestos bastante enérgicos do Deputado Castilho Cabral. Afirmou S. Ex.^a que a "Marcha da Produção" não tinha outra finalidade senão a de fazer sentir ao Governo da República a gravidade da situação, resultante da crise da cafeicultura paranaense que precisava ser atendida.

O SR. LINO DE MATTOS: – Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. OTHON MÄDER: – Com todo o prazer.

O SR. LINO DE MATTOS: – O Deputado Federal, por São Paulo, Sr. Castilho Cabral manifestou-se sobre o assunto, provando, com a Constituição nas mãos tratar-se de legítima intervenção federal nos Estados de São Paulo e Paraná, por intermédio do Exército Nacional.

O SR. OTHON MÄDER: – Muito grato ao aparte de Vossa Excelência.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para solidarizar-me com as afirmativas repetidas do nobre Senador Lino de Mattos acerca de que a Marcha da Produção não tinha intuítos subversivos; era movimento democrático; dentro da lei, sem qualquer desrespeito à Constituição.

A classe dos cafeicultores do Paraná chegou a ponto tal de desânimo, de desespero, que lançou mão da medida extrema de vir ao Rio de Janeiro, com grandes despesas e sacrifícios; a fim de ver se o Governo se compadecia da sua sorte.

Dirijo desta tribuna novo apêlo ao Sr. Presidente da República, no sentido de que S. Ex.^a olhe com carinho para os problemas da cafeicultura. Na realidade, como bem diz o ilustre Presidente da Associação dos Cafeicultores do norte do Paraná, Sr. Alvaro Godoy, os problemas ainda não foram, resolvidos.

Há poucos dias, o Presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Sr. Antônio Devisati, com a alta responsabilidade do seu cargo, declarou que se o Governo não tomar providências para superar a atual crise resultante da inflação que sufoca o País, a "Marcha da Produção"

se repetirá, e, então, além dos paranaenses dela participarão São Paulo e outros Estados que também sentem os efeitos da inflação.

O SR. LINO DE MATTOS: – O Governo está brincando com um barril de pólvora.

O SR. OTHON MÄDER: – Vossa Excelência tem toda a razão. A situação é gravíssima, e todos o compreendem. Ainda anteontem, pessoa muito chegada ao Governo – o antigo Líder da Maioria, Sr. Vieira de Melo – declarava, na Bahia, que o Sr. Juscelino Kubitschek não chegará ao fim do seu mandato porque a convulsão social aí está. A crise, porém, não demanda resolução a mão armada, como pretende o Governo fazer para sufocar a voz dos que protestam contra uma situação insuportável.

Sr. Presidente, solidarizo-me integralmente com os promotores da "Marcha da Produção". Acentuo mais, visto que esse movimento tem sido acusado de influência política, que nunca a política nele interferiu. Entre os seus promotores, existem representantes dos mais variados partidos políticos, mas a maioria não pertence a qualquer agremiação partidária.

Encontrava-me em Maringá, no dia em que a "Marcha da Produção" se concentrava naquela progressista cidade do Norte do Paraná; assisti ao atrito surgido porque um candidato a Deputado pretendia aproveitar-se da oportunidade para fazer discurso político. Impediram-no os chefes do movimento, que não queriam intromissão política numa reunião nitidamente agrícola, de fazendeiros, sitiantes e trabalhadores rurais. O cidadão só logrou falar uma hora depois, quando o comício já se dissolvera completamente.

Em Londrina, deu-se o mesmo.

Não permitiram que político algum se manifestasse, nesse caráter. Não desejavam se pensasse na Capital da República que o movimento tinha raízes políticas, ou estava sob influência desta ou daquela agremiação partidária. Tiveram todo o cuidado em afastar completamente qualquer feição político-partidária da Marcha da Produção".

É, portanto, Sr. Presidente, mais uma injustiça que se faz aos cafeicultores, atribuir-se-lhes intenção política; e o nobre Senador Moreira Filho deixou-se levar por informações falsas.

Filho do Paraná, convivendo sempre com paranaenses; tendo estado várias vezes nos lugares onde se reuniam os componentes da "Marcha da Produção", jamais ouvi qualquer pronunciamento político-partidário em seus comícios. Timbraram eles em ficar alheios às questões políticas. Seu movimento era de fundo econômico, para protestar contra a situação desesperadora que atravessa a Agricultura do norte do Paraná.

Assim, Senhor Presidente, desimcumbindo-me da tarefa que me delegou o signatário do telegrama, aproveito a oportunidade para reafirmar a minha solidariedade àqueles que promoveram a "Marcha da Produção", movimento que julgo da mais perfeita ordem, pacífico e conforme às leis e à Constituição da República. (*Muito bem! Muito bem!*)

Durante o discurso do Sr. Othon Mäder, o Sr. Apolônio Salles deixa a cadeira da presidência, assumindo-a o Sr. Victorino Freire.

O SR. MOREIRA FILHO: – Sr. Presidente, peço a palavra para explicação pessoal.

O SR. PRESIDENTE: – Tem a palavra, para explicação pessoal, o nobre Senador Moreira Filho.

O SR. MOREIRA FILHO (em explicação pessoal) (*): – Sr. Presidente, Srs. Senadores, como afirmei em aparte ao nobre Senador Othon Mäder, só tive conhecimento da "Marcha da Produção" através do eloqüente discurso do Senador Lino de Mattos e, em seguida, através da opinião de um Magistrado que se encontrava, por assim dizer, uma vez que há essa denominação de "Marcha da Produção" no teatro das operações – o Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito de Londrina, no Paraná.

Não sei a quem atribuir maior autoridade: se ao meu ilustre colega, que acaba de concluir o seu brilhante discurso, se à opinião do Exmo. Magistrado de Londrina.

O SR. OTHON MÄDER: – Muito obrigado a Vossa Excelência!

O SR. MOREIRA FILHO: – As palavras do nobre Senador Othon Mäder merecem todo acatamento, todo respeito. Sobre ser um Senador, é um cidadão reconhecidamente idôneo, de esplêndida formação de caráter.

Quanto ao meu discurso, quanto a crítica à minha atitude, há dias nesta Casa, ao ocupar a tribuna para condenar a "Marcha da Produção", se assim procedi, Sr. Presidente, foi baseado na informação trazida ao discurso do nobre Senador Lino de Mattos, de um magistrado da cidade de Londrina, no Paraná: "considerando-a perigosa para o regime, pois durante os preparativos para o movimento houve pronunciamento abertamente contra o Governo, que incitavam os cafeicultores a uma verdadeira rebelião".

Declarou o Magistrado que a liberdade de trânsito e de reunião dos lavradores paranaenses não foi coagida, em momento algum, não se devendo confundir tais di-

reitos com "Marcha da Produção" que punha em risco a estabilidade do Governo.

Na opinião do Magistrado paranaense, não houve interferência militar, uma vez que o Governo Federal mantém tropas em todos os pontos do território nacional e os contingentes que patrulham o Paraná têm sede no próprio Estado".

O SR. OTHON MÄDER: – A opinião do Juiz de Direito que V. Ex.^a cita, eu poderia opor a de numerosos Prefeitos e Vereadores que aplaudiam o projetado movimento. São autoridades eleitas pelo povo e merecem nosso acatamento. Ao seu lado estão também os Bispos do norte do Paraná. Não há de ser, portanto, a voz isolada de um Juiz de Direito que virá destruir a significação da Marcha.

O SR. MOREIRA FILHO: – Os Prefeitos podem ser autoridades, porém, antes de tudo, partidários. Não estabeleça V. Ex.^a confronto entre a opinião de um Magistrado e a de Prefeitos e Vereadores.

O SR. OTHON MÄDER: – Não vejo em que a opinião de Juiz se sobrepõe à de vários Vereadores e Prefeitos.

O SR. MOREIRA FILHO: – No entender do nobre colega.

O SR. OTHON MÄDER: – Afirmei que o Prefeito de Maringá decretou feriado o dia da "Marcha da Produção", depois de merecer a aprovação unânime da Assembléia Legislativa. Houve, assim, através dos representantes do povo, a manifestação do povo em favor da "Marcha da Produção". Contra essa manifestação, V. Ex.^a traz a opinião de apenas um Juiz.

O SR. MOREIRA FILHO: – De um homem que executa a lei e equidistante, portanto, dos entrecosques partidários.

(*) – Não foi revisto pelo orador.

O SR. OTHON MÄDER: – O Juiz é falível; pode inclusive estar defendendo uma causa por paixão.

O SR. MOREIRA FILHO: – É autoridade por isso que deve estar acima de qualquer suspeita em se tratando de um executor da lei.

O SR. OTHON MÄDER: – Podia citar milhares de pessoas de responsabilidade que participavam da "Marcha da Produção". Acreditava V. Ex.^a que estivesse igualmente apaixonadas pela causa?

O SR. MOREIRA FILHO: – Vossa Excelência é de opinião que um Juiz é mais susceptível de se apaixonar por uma causa do que um Prefeito?

O SR. OTHON MÄDER: – O Prefeito é eleito pelo povo ao passo que o Juiz é nomeado pelo Governador de Estado.

O SR. MOREIRA FILHO: – No campo político, talvez V. Ex.^a tenha razão, mas não no campo da ordem pública.

O SR. OTHON MÄDER: – Não se trata de movimento perigoso para a ordem pública. Pelo menos assim o entenderam os que estão com os Prefeitos e Vereadores do Brasil. A Marcha não tem caráter subversivo. Creio que essa opinião vale mais que a voz isolada de um Juiz de Direito.

O SR. MOREIRA FILHO: – Acato a opinião de V. Ex.^a, embora não a subscreva.

O SR. OTHON MÄDER: – Obrigado a Vossa Excelência.

O SR. MOREIRA FILHO: – Não posso ver mais autoridade na opinião de um Prefeito do que na de um Juiz de Direito, que é o executor da lei.

O SR. LIMA GUIMARÃES: – Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. MOREIRA FILHO: – Com prazer.

O SR. LIMA GUIMARÃES: – O nobre Senador Othon Mäder afirma com aquela velha segurança de legislador que todos reconhecemos, que o movimento não é político; entretanto, S. Ex.^a acaba de dizer que vários Vereadores e Prefeitos o apóiam. São expressões nitidamente políticas, pelos cargos que exercem.

O SR. NOVAES FILHO: – Até um Prefeito do P.S.D. aderiu à "Marcha da Produção"!

O SR. LIMA GUIMARÃES: – Seja lá quem fôr; não estou dizendo que é movimento partidário, mas político. A "Marcha da Produção" não pode deixar de ser movimento político, o que o nobre Senador nega.

O SR. OTHON MÄDER: – Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. MOREIRA FILHO: – Pois não. Com todo o prazer.

O SR. OTHON MÄDER: – É preciso distinguir política, no alto sentido do termo e política partidária. O que digo é que não há política partidária, no sentido do bem público.

O SR. LIMA GUIMARÃES: – Não pode haver boa política com a pressão que se faz ao Govêrno.

O SR. OTHON MÄDER: – Os Prefeitos, como representantes do povo, estão interessados nessa questão. A prova disso é que pertencem aos mais variados partidos. Não se trata de Prefeitos do Partido Social Democrático, da União Democrática ou do Partido Trabalhista Brasileiro; mas repito, de todos os partidos.

O SR. MOREIRA FILHO: – O Prefeito é sempre político partidário.

Sr. Presidente, desejando relembrar a minha atitude nesta Casa, lerei trecho do meu discurso para mostrar a interpretação diversa que lhe deram os cafeicultores do Paraná, segundo o telegrama lido pelo nobre Senador Othon Mäder.

Dizia eu:

Estou solidário, Sr. Presidente – desejo frisá-lo bem – com os cafeicultores do Paraná, mas contrário à "Marcha da Produção". Descendo de família cuja profissão habitual é a cultura do café. Discordo, todavia, do método antedemocrático utilizado em suas reivindicações.

O SR. OTHON MÄDER: – Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. MOREIRA FILHO: – Pois não; com todo prazer.

O SR. OTHON MÄDER: – Aí está a divergência entre V. Ex.^a e o Presidente da Associação dos Cafeicultores do Paraná: V. Ex.^a é contra a "Marcha da Produção"; e éle a favor.

O SR. MOREIRA FILHO: – Sou contra a "Marcha da Produção", porque há impropriedade no termo.

O SR. OTHON MÄDER: – Confessa V. Ex.^a divergir do movimento.

O SR. MOREIRA FILHO: – Dizia, no meu discurso, que a denominação "Marcha da Produção" só se justificaria se os cafeicultores do Paraná se encaminhassem para o Rio de Janeiro trazendo produtos para abastecer êsse mercado, contribuindo, assim diretamente, para combater a carestia e a ganância de comerciantes inescrupulosos.

Neste caso, seria, com propriedade "Marcha da Produção". No

sentido, porém, como se pretendeu compreendê-la com agitações, não estou de acôrdo.

O SR. OTHON MÄDER: – É interpretação de V. Ex.^a. Os que desejam realizá-la, pensam de modo diverso.

O SR. MOREIRA FILHO: – Segundo o discurso do eminente Senador Lino de Mattos, há agitações, desespero, tentativas de suicídio. Empreender-se, nesse estado d'alma, marcha para o Rio de Janeiro, parece-me temerário. Embora não seja Senador carioca, defendo a população do Distrito Federal. São homens desesperados, que pensam em suicídio, que se propõem vir ao Rio de Janeiro!

O SR. OTHON MÄDER: – Desesperados na acepção de homens desanimados, decepcionados, que nada mais esperam. Não viriam ao Rio praticar loucuras, cometer desatinos.

O SR. MOREIRA FILHO: – Declarei a V. Ex.^a, de início, que tive conhecimento da "Marcha da Produção" através do brilhante discurso do nobre Senador Lino de Mattos. Foi S. Ex.^a quem empregou as palavras "agitados", "desesperados", "suicídio". Não fui eu quem as aplicou àqueles homens.

O SR. OTHON MÄDER: – Desesperados com a situação. O termo "desesperados" não significa, no caso, pessoas mentalmente agitadas.

O SR. LINO DE MATTOS: – Perfeitamente. Empreguei o vocábulo conforme interpreta o nobre Senador Othon Mäder. Quanto ao nobre orador, faz S. Ex.^a confusão, dá outro sentido às minhas palavras e acrescenta-lhe até o termo "suicídio".

O SR. MOREIRA FILHO: – Trata-se de interpretação tardia, por parte de Vossa Excelência.

O SR. LIMA GUIMARÃES: – Suicídio é sempre suicídio; não admite duplo sentido.

O SR. MOREIRA FILHO: – Desejando ainda, comprovar minha atitude de solidariedade aos cafeicultores, embora contrário à "Marcha da Produção", lerei outro trecho do meu discurso, já publicado.

O SR. OTHON MÄDER: – O nobre colega é contra a "Marcha da Produção"; os cafeicultores são a favor. Essa a divergência.

O SR. MOREIRA FILHO: – O movimento é antidemocrático. O que se pretende, através da imprópria denominação de "Marcha da Produção", é promover uma marcha de intimidação. Não é esse o meio democrático de pleitear justiça.

O SR. OTHON MÄDER: – Está Vossa Ex.^a equivocado. Não se trata de marcha de intimidação e, sim, de protesto, permitida na Constituição e adotada em outras partes do mundo.

O SR. MOREIRA FILHO: – Ainda assim, haveria impropriedade. Marcha sobre o que?

O SR. OTHON MÄDER: – Marcha contra o desamparo e o desespero em que vivem os lavradores.

O SR. MOREIRA FILHO: – Isso não é forma de protesto.

Dizia eu, em meu discurso, Sr. Presidente:

"Para demonstrar a sinceridade dos meus propósitos, Sr. Presidente, quando afirmo minha solidariedade aos cafeicultores, democraticamente aconselho-os a se reorganizarem, mas não no estado de alma de que estavam possuídos quando da formação da "Marcha da Produção". Sugiro-lhes instituíam uma comissão, a fim de entender-se com o Exmo.

Sr. Presidente da República. O ideal seria, aliás, que dela fizesse parte a figura brilhante do Senador Lino de Mattos..."

Sr. Presidente, sugeri mesmo, a adoção de medidas democráticas, que correspondessem às justas aspirações dos cafeicultores.

O SR. OTHON MÄDER: – Estamos cansados disso; é recurso esgotadíssimo.

O SR. MOREIRA FILHO: – Talvez, não contassem na época, com a intervenção valiosa de V. Ex.^a e do nobre Senador Lino de Mattos.

O SR. OTHON MÄDER: – Minha interferência é sempre modesta e fraca. Neste recinto, tenho sido dos que mais protestam contra o confisco cambial.

O SR. MOREIRA FILHO: – Tenho adotado nesta alta Casa, atitudes claras e definidas. Não sou contrário às justas aspirações dos cafeicultores do Paraná e de São Paulo, mas contra os meios antidemocráticos por eles adotados. (*Muito bem*).

O SR. OTHON MÄDER: – Sr. Presidente, peço a palavra para explicação pessoal.

O SR. PRESIDENTE: – Tem a palavra o nobre Senador.

O SR. OTHON MÄDER (para explicação pessoal) (*): – Sr. Presidente, acabamos de ouvir a palavra do nosso eminente colega, Senador Moreira Filho, que afirmou não estar contra os agricultores, não havendo, por isso, razão para o protesto que acabei de ler, vindo por telegrama de Londrina.

S. Ex.^a labora em equívoco. Está, de fato, em divergência com os

(*) – Não foi revisto pelo orador.

cafeicultores, porque, conforme declarou e repetiu, é contra a "Marcha da Produção" e êles a favor.

Em segundo lugar, S. Ex.^a acha que a "Marcha da Produção" é movimento antidemocrático, de intimidação às autoridades do País, enquanto os cafeicultores do Estado do Paraná o julgam puramente democrático, sem o menor perigo para as instituições.

Dirigiram-me os cafeicultores o telegrama de protesto, que há pouco li. Afirmam que o ilustre representante fluminense está mal informado. Seguramente, assim, é, pois não posso acreditar esteja convencido de que as razões que apontou sejam as verdadeiras. Baseia-se, naturalmente, em informações de outras fontes, apaixonadas, facciosas, e que não traduzem a verdade.

O SR. MOREIRA FILHO: – Informações facciosas de um Juiz de Direito ou do nobre Senador Lino de Mattos?

O SR. NOVAES FILHO: – Permite o nobre orador um aparte?

O SR. OTHON MÄDER: – Com todo o prazer.

O SR. NOVAES FILHO: – Ninguém pode temer qualquer manifestação oriunda da lavoura brasileira, tradição de amor e obediência à ordem. Quanto à sentença do Juiz, a que se reporta o nosso prezadíssimo companheiro, também concordo que os homens políticos são mais suscetíveis às paixões que os magistrados. Êstes devem reservar-se um estado de absoluta isenção de ânimo, para melhor distribuírem a justiça.

Lembro a V. Ex.^a que um outro magistrado do Paraná concedeu mandado de segurança a agricultores para que iniciassem a "Marcha da Produção".

O SR. OTHON MÄDER: – Vossa Excelência diz muito bem: foi o Juiz de Direito da Comarca de Maringá.

O SR. LINO DE MATTOS: – Mandado de segurança cujo inteiro teor li da tribuna e que consta dos Anais do Senado.

O SR. OTHON MÄDER: – O nobre Senador Moreira Filho aponta, contra a "Marcha da Produção", um Juiz de Direito de Londrina; temos a favor o Juiz de Direito de Maringá, que concedeu "habeas-corpus".

O SR. MOREIRA FILHO: – O "habeas-corpus" era dispensável, porque havia liberdade de locomoção. O "habeas-corpus" foi apenas para surtir efeito. Entre conceder "habeas-corpus" e dizer que a "Marcha da Produção" é pacífica, a diferença é enorme. "Habeas-corpus" consegue-se; não há constrangimento...

O SR. OTHON MÄDER: – O "habeas-corpus" tinha fundamento. Naturalmente, o Juiz entendeu que a "Marcha da Produção" é movimento permitido pelas Leis e a Constituição. O Presidente da República mandou fôrças para impedir êsse movimento democrático e pacífico.

O SR. MOREIRA FILHO: – O "habeas-corpus" requerido era preventivo; apenas para dar a impressão de que a "Marcha da Produção" era legal.

O SR. PAULO FERNANDES: – Permite o nobre orador um aparte?

O SR. OTHON MÄDER: – Com prazer.

O SR. PAULO FERNANDES: – Não tive a satisfação de ouvir os debates desde o início. Quero, porém, dar meu depoimento a respeito da controvérsia que aqui se trava em

tôrno da atitude do meu colega de Bancada, Senador Moreira Filho, de ser a favor ou contra os cafeicultores. S. Ex.^a representa município do Estado do Rio de Janeiro essencialmente cafeeiro, e pode testemunhar o alto interesse demonstrado pelos cafeicultores do Estado em sua longa vida de homem dedicado aos assuntos fluminenses. Parece-me que a questão está mal colocada. V. Ex.^a declara que o nobre Senador Moreira Filho era contra os cafeicultores. Esclareço – e êste o ponto de vista verdadeiro – que S. Ex.^a não está contra a "Marcha da Produção", muito menos contra as aspirações dos cafeicultores do Paraná; discorda, apenas, dos métodos por êles utilizados a fim de fazerem chegar suas reivindicações ao conhecimento das autoridades.

O SR. OTHON MÄDER: – Perfeitamente. Expliquei-o ao dizer que S. Ex.^a, embora desejando o mesmo que os cafeicultores do Paraná, ou seja, a melhoria de preços e a superação desta crise, diverge dos métodos empregados. Daí estarem os cafeicultores do meu Estado contra o Senador Moreira Filho. Entendem que a "Marcha da Produção" é o único caminho, para darem conhecimento ao Sr. Presidente da República, de maneira mais positiva, da situação aflitiva em que se encontram. A divergência, portanto, é quanto aos métodos, não quanto ao objetivo. Os cafeicultores consideram êsse caminho apropriado, justo, o único cabível na emergência, enquanto o eminente Senador Moreira Filho não concorda com a idéia.

O SR. MOREIRA FILHO: – Basta considerar as conseqüências da "Marcha da Produção". Fala-se em nada menos de três mil cafeicultores. Admitamos que, em cada fazenda, existam oitenta colonos, ou contratantes, conforme o regime.

Se concordássemos com métodos antidemocráticos como a "Marcha da Produção", naturalmente deveríamos esperar, para daí a quinze dias ou um mês, outra marcha – a da reivindicação dêsses pequenos colonos. Já pensou V. Ex.^a na anarquia que provocariam oitenta vêzes três mil homens?

O SR. PRESIDENTE (fazendo soar os tímpanos): – Comunico ao nobre orador que o tempo de que dispõe está por terminar.

O SR. OTHON MÄDER: – Obrigado a V. Ex.^a, Sr. Presidente. Desejo apenas esclarecer o aparte do nobre Senador Lima Guimarães, que afirmou ser o movimento político. Político na alta acepção da palavra, na expressão lírica do vocábulo, é todo ato que envolve interesses da população e da comunidade, não um movimento partidário, em que os partidos jogassem as cristas um contra o outro e daí resultasse sublevação.

Não, Sr. Presidente. A "Marcha da Produção" era movimento apolítico e apartidário. Político só no alto sentido da palavra, como já o disse. Tem muito mais valor, e deve pesar muito mais na nossa opinião, o que dizem os milhares de lavradores paranaenses e os Prefeitos, Vereadores e Bispos da região, do que o julgamento esparso de um Juiz de Direito, que já têm aliás, contra a sua, a opinião de outro Juiz de Direito. (*Muito bem! Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE: – Passa-se à:

ORDEM DO DIA

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 1958, que concede o auxílio anual de Cr\$ 800.000,00 à Biblioteca Pública do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, tendo Pareceres Favoráveis, sob ns. 527 a

529, de 1958, das Comissões de: Constituição e Justiça, Educação e Cultura e Finanças.

O SR. PRESIDENTE: – Sobre a mesa requerimento, que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido, e sem debate, aprovado o seguinte:

REQUERIMENTO

Nº 501, DE 1958

Nos termos dos arts. 126, letra *f*, e 155, letra *b*, do Regimento Interno, requero adiamento da discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 1958, a fim de ser feita na próxima sessão.

Sala das Sessões, em 28 de novembro de 1958. – *Filinto Müller*.

O SR. PRESIDENTE: – De acordo com a deliberação do Plenário, a matéria é retirada da Ordem do Dia e entrará na da próxima sessão.

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara nº 157, de 1958, que concede o auxílio de Cr\$ 12.000.000,00 à Confederação Brasileira de Desportos para realização de campeonatos nacionais e participação do Brasil em competições internacionais, tendo Pareceres Favoráveis (sob ns. 535 e 536, de 1958), das Comissões: de Constituição e Justiça e de Finanças.

O SR. PRESIDENTE: – Sobre a mesa requerimento, que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e aprovado sem debate o seguinte:

REQUERIMENTO

Nº 502, DE 1958

Nos termos dos arts. 126, letra *f*, e 155, letra *b*, do Regimento Interno, requero adiamento da dis-

cussão do Projeto de Lei da Câmara nº 157, de 1958, a fim de ser feita na próxima sessão.

Sala das Sessões, em 28 de novembro de 1958. – *Filinto Müller*.

O SR. PRESIDENTE: – De conformidade com a decisão do Plenário, o projeto é retirado da Ordem do Dia e será apreciado na próxima sessão.

Está esgotada a matéria da Ordem do Dia.

Tem a palavra o nobre Senador Gilberto Marinho, primeiro orador inscrito para a oportunidade.

O Sr. Senador Gilberto Marinho pronuncia discurso que, entregue à revisão do orador, será posteriormente publicado.

O SR. PRESIDENTE: – Convoco o Senado para reunir-se extraordinariamente às 16 horas e 15 minutos.

Nada mais havendo que tratar, vou levantar a sessão. Designo para a próxima a seguinte:

ORDEM DO DIA

1 – Discussão única do Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 1958, que concede o auxílio anual de Cr\$ 800.000,00 à Biblioteca Pública do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, tendo Pareceres Favoráveis, sob ns. 527 a 529, de 1958, das Comissões de: Constituição e Justiça, Educação e Cultura e Finanças.

2 – Discussão única do Projeto de Lei da Câmara nº 157, de 1958, que concede o auxílio de Cr\$ 12.000.000,00 à Confederação Brasileira de Desportos para realização de campeonatos nacionais e participação do Brasil em competições internacionais, tendo Pareceres Favoráveis (sob ns. 535 e 536, de 1958), das Comissões: de Constituição e Justiça e de Finanças.

Está encerrada a sessão.

Levanta-se a sessão às 16 horas e 55 minutos.

176ª SESSÃO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 3ª LEGISLATURA, EM 29 DE NOVEMBRO DE 1958

PRESIDÊNCIA DOS SRS. FREITAS CAVALCANTI E VICTORINO FREIRE

Às 14 horas, acham-se presentes os Senhores Senadores:

Vivaldo Lima.
Mourão Vieira.
Prisco dos Santos.
Lameira Bittencourt.
Sebastião Archer.
Victorino Freire.
Públio de Mello.
Waldemar Santos.
Mathias Olympio.
Leônidas Mello.
Onofre Gomes.
Parsifal Barroso.
Fernandes Távora.
Kerginaldo Cavalcanti.
Reginaldo Fernandes.
Ruy Carneiro.
Argemiro de Figueiredo.
Apolônio Salles.
Novaes Filho.
Ezechias da Rocha.
Freitas Cavalcanti.
Rui Palmeira.
Júlio Leite.
Jorge Maynard.
Lourival Fontes.
Neves da Rocha.
Juracy Magalhães.
Lima Teixeira.
Carlos Lindenberg.
Atílio Vivacqua.
Ary Vianna.
Moreira Filho.
Paulo Fernandes.
Arlindo Rodrigues.
Alencastro Guimarães.
Caiado de Castro.
Gilberto Marinho.
Benedicto Valladares.
Lima Guimarães.
Lino de Mattos.
Moura Andrade.

Domingos Vellasco.
Coimbra Bueno.
Pedro Ludovico.
Mário Motta.
João Villasbôas.
Filinto Müller.
Othon Mäder.
Gaspar Velloso.
Gomes de Oliveira.
Francisco Gallotti.
Saulo Ramos.
Daniel Krieger.
Mem de Sá. – (54).

O SR. PRESIDENTE: – A lista de presença acusa o comparecimento de 54 Senhores Senadores.

Havendo número legal, está aberta a sessão.

Vai ser lida a Ata.

O Sr. Primeiro Suplente, servindo de 2º Secretário, procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que, posta em discussão, é sem debate aprovada.

O Sr. Quarto Secretário, servindo de 1º, dá conta do seguinte:

EXPEDIENTE

Mensagens

– Do Sr. Presidente da República, nº 182, restituindo autógrafos, sancionados, do Projeto de Lei da Câmara, nº 128, de 1958, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 3.000.000,00, destinado a auxiliar a Prefeitura Municipal de Estrêla, no Estado

do Rio Grande do Sul, na realização da I Exposição Nacional de Suínos.

Ofícios

– Da Câmara dos Deputados, ns. 1.318, 1.319, 1.320 e 1.321, encaminhando autógrafos dos seguintes:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 173, DE 1958

(Nº 3.724-B, de 1958, na Câmara dos Deputados)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 126.000.000,00, para atender ao prosseguimento das obras da Cidade Universitária da Universidade do Brasil, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e **Cultura**, o crédito especial de Cr\$ 126.000.000,00 (cento e vinte e seis milhões de cruzeiros), para atender, no corrente exercício, ao prosseguimento das obras da Cidade Universitária, da Universidade do Brasil, a cargo do Escritório Técnico, criado pelo Decreto-lei nº 7.217, de 30 de dezembro de 1944.

Art. 2º A importância a que se refere o artigo anterior será entregue à Universidade do Brasil, como subvenção especial, e escriturada no Fundo Especial para as Obras da Cidade Universitária, nos termos do Decreto-lei nº 8.393, de 17 de dezembro de 1945, e do Decreto-lei nº 2.321, de 18 de junho de 1946.

Art. 3º Para assegurar o programa de Obras da Cidade Universitária, da Universidade do Brasil, o Orçamento Geral da União consignará, durante 5 (cinco) exercícios consecutivos, verba especifi-

ca de importância nunca inferior a Cr\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de cruzeiros) anualmente.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Comissão de Finanças.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 174, DE 1958

(Nº 2.386-B, de 1957, na Câmara dos Deputados)

Altera o Quadro da Secretaria do Tribunal Regional do Rio Grande do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º São extintos, no Quadro da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, 1 (um) cargo isolado de provimento efetivo de Zelador, padrão K, e 1 (uma) função gratificada de Chefe de Seção, símbolo FG-4.

Art. 2º São criados no mesmo Quadro 2 (dois) cargos isolados de provimento efetivo de Taquígrafo, padrão O, e 3 (três) funções gratificadas, símbolo FG-4, sendo 1 (uma) de Secretário do Corregedor e 2 (duas) de Chefe de Cartório, bem como 1 (uma) outra de Zelador, símbolo FG-7.

Art. 3º Os funcionários da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul servirão também, quando designados pelo Presidente do Tribunal, nas Zonas Eleitorais.

Art. 4º Para ocorrer às despesas decorrentes da presente lei no exercício corrente, é o Poder Executivo autorizado a abrir ao Poder Judiciário – Justiça Eleitoral – Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, o crédito especial de Cr\$ 120.000,00 (cento e vinte mil cruzeiros).

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Às Comissões de Constituição e Justiça, de Serviço Público e de Finanças.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 175, DE 1958

(Nº 2.603-C, de 1957, da Câmara dos Deputados)

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 38.033.056,60, para completar pagamento da percentagem devida aos Municípios, referente ao exercício de 1956, "ex-vi" do art. 15, § 4º, da Constituição Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 38.033.056,60 (trinta e oito milhões, trinta e três mil, cinqüenta e seis cruzeiros e sessenta centavos), para completar o pagamento da percentagem devida aos Municípios, ex-vi do art. 15, § 4º, da Constituição Federal, referente ao exercício de 1956.

Art. 2º Os pagamentos aos Municípios não serão feitos parceladamente.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Comissão de Finanças.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 176, DE 1958

(Nº 3.182-B, de 1957, na Câmara dos Deputados)

Modifica a letra "a" do parágrafo único do art. 87 do De-

creto-lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1940, que dispõe sobre as sociedades por ações.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A letra a do parágrafo único do art. 87 do Decreto-lei nº 2.627, de 26 de setembro de 1958, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 87.....

Parágrafo único

a) nomear os membros da diretoria, do conselho fiscal ou de qualquer outro cargo criado pelos estatutos e destituí-los quando ocorrer justa causa".

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Comissão de Constituição e Justiça.

PARECER
Nº 560, DE 1958

Redação Final do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 141, de 1958.

Relator: Sr. Gaspar Velloso.

A Comissão apresenta a Redação Final (fls. anexas) do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei nº 141, de 1958, de iniciativa da Câmara dos Deputados.

Sala das Comissões, em 29 de novembro de 1958. – *Públio de Mello*, Presidente eventual. – *Gaspar Velloso*, Relator. – *Saulo Ramos*.

ANEXO AO PARECER
Nº 560, DE 1958

Redação Final do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 141, de 1958, que revigora, pelo prazo de 2 anos, o crédito especial de Cruzeiros 500.000.000,00, autorizado pela Lei nº 3.035, de 19 de

dezembro de 1956, para ocorrer a despesas de exercícios encerrados.

Substitutivo

(EMENDA Nº 1, DE PLENÁRIO)

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério da Fazenda um crédito especial de Cr\$ 700.000.000,00 para ocorrer a despesas de exercícios encerrados.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir ao Ministério da Fazenda o crédito especial de Cruzeiros 700.000.000,00 (setecentos milhões de cruzeiros) para ocorrer a despesas de exercícios encerrados.

§ 1º Dessa importância destacam-se, Cr\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de cruzeiros), para pagamento das dívidas cuja liquidação obedece às normas estabelecidas pelo art. 78, do Código de Contabilidade da União.

§ 2º Não se incluem nesse destaque os processos já relacionados pelo Ministério da Fazenda, de acordo com o parágrafo 4º, do mencionado art. 78, cujos pagamentos já estejam autorizados por lei.

§ 3º A autorização para pagamento dessas despesas é da competência do Diretor da Despesa Pública do Tesouro Nacional, que poderá delegá-la.

§ 4º O processamento das despesas de que trata este artigo, obedecerá à ordem de entrada dos pedidos no Ministério da Fazenda.

Art. 2º Do referido crédito será destacada ainda a parcela de Cr\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil cruzeiros), destinada a ocorrer ao pagamento de gratificação pela prestação de serviços extraordinários e com base no art. 145, item III e art. 150, inciso I, da Lei nº 1.711, de 23 de outubro de 1952.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE: – Está finda a leitura do Expediente.

Tem a palavra o nobre Senador Gomes de Oliveira, primeiro orador inscrito.

O SR. GOMES DE OLIVEIRA (*): – Sr. Presidente, Senhores Senadores, parece que só agora teria voltado à ordem do dia dos fatos correntes a questão do custo de vida; e entretanto, desde que aqui cheguei, há quase oito anos, foi esse um dos assuntos que mais atraíram minha atenção, e mais debati desta tribuna.

Sem dúvida, o problema afetava, desde então, e continua afetando a vida de todas as classes, mas, sobretudo, das menos favorecidas – dos trabalhadores em geral, que são, em verdade, os mais sacrificados com o desnível constante do custo de vida e, talvez, com o esforço dos governos no sentido de progresso, porque, dia a dia, os salários se reduzem.

O aumento de preço das utilidades importa redução dos salários fixos, nem sempre reajustados como de ordinário acontece nas classes industriais.

Também a classe dos comerciantes reajusta os preços das mercadorias na proporção em que eles se elevam nas fontes fornecedoras. Industriais e comerciantes jamais perdem. Nem mesmo pagam os impostos, que têm sido *leit motif* da grita contra a atuação dos poderes públicos. Criados ou aumentados os tributos, imediatamente são reajustados os preços das mercadorias, na mesma proporção.

Realmente desajustado fica quem tem salário estável. Poderia mesmo dizer que, a rigor, grande parte do que realiza a administração de um País em estado

(*) – Não foi revisto pelo orador.

inflacionário, é pago pelos que vivem de salário fixo.

As outras classes são bem mais felizes. Gritam, e gritarão sempre, desde que haja pequenos desajustes ou crises nos seus setores industriais ou comerciais. Clamam contra a atuação dos governos, responsabilizando-os por elas. Os governos às vezes o são, mas, para essas classes, sempre são, quando há crises nos seus respectivos setores econômicos. Então, apelam, para intervenção do Poder Executivo, como único capaz de remediar a situação. Tem sido assim nas crises do café, do mate, da madeira, do cacau, do algodão, e tantos outros, sobretudo dos produtos nobres que encontram guarida nas preocupações dos poderes públicos, porque esteios da economia do País.

É de se observar o clamor das classes produtoras por uma ação enérgica do Poder Executivo para salvá-los da crise em que se debatem nos respectivos setores econômicos.

Foi sempre assim. Em razão dêsses reclamos, criaram-se, entre nós, os órgãos de defesa dos setores diversificados da economia. O Instituto do Café, o Instituto do Açúcar e do Alcool, o Instituto do Sal, o Instituto do Mate e tantos outros órgãos foram fundados especificamente para proteger e assistir a economia do País, na parte relativa a êsses produtos, a fim de evitar-se o que se chamou *debacle* econômica quando, nas várias etapas por que tem passado a nossa economia, sofreram baixa de preços conseqüentes de superprodução. O café se debate, atualmente, numa das crises mais sérias que a história do País tem registrado – tão séria como a de **1929 – 1930**, em que a superprodução levou o Poder Público à medida drástica de queimar, segundo as estatísticas, setenta milhões de sacas de café para diminuir os estoques e evitar que os preços, continuando

a baixar, conduzissem o País a situação mais dramática ainda.

Outra vez manifesta-se uma crise de superprodução de café e já os clamores das mesmas fontes se levantam. Organizam-se não mais as chamadas marchas pró-salários ou pró-medidas de defesa da população; prepara-se agora a "Marcha da Produção", através da qual pretendem os cafeicultores medidas governamentais que consideram indispensáveis para a salvação da sua economia.

Sr. Presidente, quando o Poder Público toma qualquer medida no sentido de proteger o consumidor, essa grande massa da população que vive de salários e tem suportado a maior carga em todo o período da inflação; quando toma partido, como acaba de fazê-lo, através da COFAP e das COAPS, órgãos que merecem críticas, não por serem em si um mal, mas por se terem mostrado incapazes no desempenho de sua alta missão de intervir na vida econômica do País, para conter a tendência altista dos preços e as ambições desmedidas – ergue-se, então, o clamor nos setores industriais e produtores. Pretendem que o Poder Público continue naquela velha concepção de *gard de la nuit*, para defender e preservar a propriedade das tentativas criminosas dos ladrões. Não! O Poder Público já não é o simples guardião, alheio à vida do País e desinteressado pelas crises que comprometem a sua economia. Incumbe-lhe defender o produtor nas horas de superprodução e queda de preços bem como o consumidor nas horas de abuso, de desmedida elevação de preços.

Nestas horas, a atuação do Poder Público se faz mais necessária, se impõe, é indispensável, no sentido de preservar não só o produtor, mas o consumidor. É o que se está fazendo, com o fortalecimento dos órgãos de controle de preços, quando a tendência altista parece exacerbar-se.

Procedem de fato as críticas à atuação desses organismos de controle, não porque sejam desnecessários, mas porque têm sido incapazes.

Nesta hora em que o Governo promove o congelamento de preços, não seria eu quem haveria de condenar-lhe a orientação, por indevida, pois sempre defendi essa prerrogativa do Estado moderno. O meu temor seria, apenas, quanto à impossibilidade de seus órgãos executarem as medidas tendentes a conter o aumento de preços e a congelar os preços.

Ainda ontem, Sr. Presidente, assisti na televisão a entrevista do Coronel Frederico Mindello, homem que sei de alto espírito público e de invulgar capacidade de trabalho, além de inteiramente dedicado à COFAP, cuja direção lhe foi confiada.

Às indagações que lhe foram feitas, respondeu com a segurança de quem está senhor das dificuldades e percalços que a sua tarefa tem encontrado e há de encontrar, sobretudo na ocasião em que se outorga àquele órgão a função podemos dizer extrema de conter e congelar os preços.

Considero também, como o ilustre Senador Mem de Sá, que o maior obstáculo que a COFAP terá a vencer, será conter o preço de determinadas mercadorias, quando sabemos que o custo de vida resulta do conjunto de cotações dos mais variados produtos.

Se quisermos deter os preços de alguns gêneros, corremos o risco de não chegar a resultado satisfatório, pois em torno dos produtos cujo preço se pretende conter, há uma série de outros que subirão, sufocando o setor econômico atingido pela medida restritiva. Chegará, então, o momento em que o indivíduo que trabalha nessa atividade buscará saída através do câmbio negro ou de ocupação mais remuneradora.

Estará, então, malogrado o tentame de congelar preços. Eis o perigo a enfrentar.

Em verdade, raramente se procura deter a alta dos produtos industriais, que, muitas vezes, compõem o preço dos gêneros agrícolas, com a parcela do custo dos instrumentos de que o lavrador necessita.

Por outro lado, o custo da terra aumentou desmesuradamente em regiões próximas às cidades, dificultando ao agricultor produzir, em termos de contabilização, o suficiente para a própria manutenção.

Aliás, é verdade sobejamente conhecida de quantos se interessam pela atividade agrícola, que, dificilmente, nosso lavrador pode contabilizar, como o industrial e o comerciante, a produção decorrente de sua atividade. Se o fizesse, veria que seu trabalho e esforço são deficitários; chegaria à conclusão de que seu sacrifício é inútil e buscaria outros afazeres para fugir a uma situação que o leva fatalmente à pobreza. É, aliás, o que acontece. O lavrador brasileiro trabalha e produz apenas para manter um nível de vida modesto, do qual dificilmente consegue sair.

Mesmo os que nos parecem prósperos, em comparação com os que nas cidades se dedicam a outras atividades, são pobres. Se sua casa porventura tiver melhor aparência que a do homem da cidade, não tenhamos dúvida de que, não obstante, vive humildemente.

Eis por que, Sr. Presidente, manifesto o meu receio de que a determinação governamental de caminhar para o congelamento de preços não seja coroada de êxito. É imperativo, porém, que o Governo tome medidas seguras para evitar a especulação, contendo a ganância daqueles comerciantes e industriais que, mal ouvem falar em aumento de nível do salário mínimo, elevam os preços das suas mercadorias. O Poder Público deve tomar providências que atendam

os reclamos, não dos industriais ou produtores mas, já agora, dos consumidores, da grande massa de trabalhadores, operários e funcionários que vivem nas cidades e são, realmente, as vítimas das impaciência e sofreguidão com que produtores e industriais procuram resguardar-se, por antecipação, dos aumentos salariais.

Não tenho dúvida, confio mesmo em que o Governo, através dos órgãos criados com a finalidade de atender a êsses reclamos, possa realmente satisfazer, de algum modo, as exigências da população consumidora.

Estou certo de que, embora insuficientes ainda e longe de cumprirem a sua missão precípua, êsses órgãos terão valido alguma coisa. A presença dêles na vida econômica do País deverá ser como a da autoridade policial, que nem sempre tenha necessidade de agir mas cujo ato de presença baste para conter a ganância e a sofreguidão dos que, não se contentando em ganhar menos e preocupados em ganhar mais, aproveitam as contingências das crises econômicas para o enriquecimento fácil e nem sempre lícito. *(Muito bem! Muito bem)*.

O SR. FILINTO MÜLLER: – Sr. Presidente, peço a palavra, para explicação pessoal.

O SR. PRESIDENTE: – Tem a palavra, para explicação pessoal, o nobre Senador Filinto Müller.

O SR. FILINTO MÜLLER (para explicação pessoal) (*): – Sr. Presidente, desejo apenas fazer um comunicado ao Senado.

O Presidente da República, tomando em consideração a denúncia formulada pelo nobre Senador Lino de Mattos, sobre a licitação de divisas para importação de automóveis, determinou a não realização do próximo leilão.

(*) – Não foi revisto pelo orador.

A providência do Chefe do Executivo Federal não significa haver S. Exa. considerado verdadeiras as denúncias do eminente representante paulista. A SUMOC, ao distribuir os dólares, fê-lo após exame cuidadoso tendo em vista a melhor forma de atender ao interesse público.

Em face, porém, das críticas formuladas e da denúncia do nobre Senador Lino de Mattos, resolveu o Presidente da República sobrestar a próxima licitação a fim de proporcionar reexame da matéria.

Êsse, Sr. Presidente, o esclarecimento que desejava prestar ao Senado, como homenagem ao nobre Senador pelo Estado de S. Paulo.

O SR. LINO DE MATTOS: – Permite V. Exa. um aparte?

O SR. FILINTO MÜLLER: – Com prazer.

O SR. LINO DE MATTOS: – Congratulo-me com V. Exa. pelo esclarecimento prestado. Não importa a ressalva de haver o Sr. Presidente da República tomado essa providência, não em consequência das denúncias por mim formuladas, mas por motivos outros. A mim importa que o Governo suspenda, conforme V. Exa. está comunicando ao Senado, o próximo leilão e determine estudos criteriosos sobre a matéria. Não me assiste o direito de duvidar haver entre os homens do Governo, muitos e muitos preocupados com o bem coletivo e, principalmente, com os interesses da nacionalidade. Repito: tenho certeza de que, com estudos criteriosos, as autoridades governamentais se convencerão da inteira procedência de minhas denúncias e que melhor solução será o Governo economizar nossas divisas deixando de dar cumprimento ao artigo 59 da Lei de Tarifas. Quando se trata de acautelar os interesses da nacionalidade, não importa que a lei seja desrespeitada. Tenho, para mim, que, se há artigo de lei que o Governo deve

desrespeitar para ficar bem perante a opinião pública, é o art. 59 da Lei de Tarifas Alfandegárias. É preferível não cumprir a lei do que fraudá-la.

O SR. FILINTO MÜLLER: – Agradeço o aparte do nobre Senador Lino de Mattos. S. Exa., porém, não compreendeu bem minhas palavras.

O SR. LINO DE MATTOS: – É possível.

O SR. FILINTO MÜLLER: – Não foi por motivos outros que o Sr. Presidente da República determinou sobrestar o próximo leilão de divisas, para importação de automóveis, fê-lo em atenção à denúncia e críticas formuladas pelo nobre Senador Lino de Mattos.

O SR. LINO DE MATTOS: – Perdoe-me não haver compreendido as palavras de Vossa Excelência.

O SR. FILINTO MÜLLER: – Fiz a seguinte ressalva: o fato de o Governo determinar a suspensão do próximo leilão de divisas para importação de automóveis não implica aceitação, como verdadeira e definitiva, a denúncia formulada pelo nobre representante de São Paulo; fê-lo, porém, em atenção ao eminente Senador Lino de Mattos.

Deve recordar-se o nobre Senador Lino de Mattos de que o art. 59 da Lei de Tarifas ocasionou debate acalorado no Senado. Foi até necessário chegar-se a um acôrdo para ser votada em tempo útil a Lei de Tarifas Alfandegárias. Agora que o Executivo está dando execução àquela norma aceita quase – digamos assim – por imposição do Congresso e de parte da opinião pública, o nobre Senador por São Paulo é de parecer que o Governo deve desrespeitar o art. 59 da citada lei. Não estou longe de concordar com S. Exa. O cumprimento dessa norma implica grande eva-

são de divisas, tão necessárias no momento difícil que atravessamos. Folgo em verificar que um eminente representante do Estado de São Paulo deseja não se cumpra o disposto no art. 59 da Lei de Tarifas Alfandegárias.

Sr. Presidente, vim à tribuna não para discutir a matéria contida naquela norma legal; mas para declarar que o Presidente da República – repito – em atenção a denúncia e críticas formuladas pelo nobre Senador Lino de Mattos, determinou não seja realizado o próximo leilão de divisas para importação de automóveis, a fim de que seja reexaminada a determinação da SUMOC.

O SR. LINO DE MATTOS: – Muito grato ao Governo da República por essa providência.

O SR. FILINTO MÜLLER: – Era o que me cumpria dizer. (*Muito bem*).

O SR. COIMBRA BUENO: – Senhor Presidente, peço a palavra para explicação pessoal.

O SR. PRESIDENTE: – Tem a palavra o nobre Senador.

O SR. COIMBRA BUENO (para explicação pessoal) (*): – Sr. Presidente, acabo de passar quatro noites na Câmara dos Deputados, acompanhando a votação das emendas, sobretudo de interesse de Brasília.

Julgo muito oportuna a apresentação de requerimento verbal à Mesa, no sentido de que se entenda com a da outra Casa do Congresso, para a constituição de comissão interparlamentar que estude novos processos a serem observados no encaminhamento anual da proposta orçamentária.

A razão principal desta sugestão é que as emendas votadas no Senado, depois de longos e penosos trabalhos, ficam completamente desamparadas na Câmara, pela ra-

(*) – Não foi revisto pelo orador.

zão simples de que, neste corre-corre de fim de ano, os Senadores indicados para acompanhar o andamento das ditas emendas, não podem atender ao mesmo tempo às solicitações de uma e outra Casa do Parlamento Nacional, ora em regime de três sessões por dia.

De anteontem até hoje, a Câmara dos Deputados funcionou ininterruptamente e a Comissão de Orçamento só encerrou a sessão permanente às 7 horas e 30 minutos. É óbvio que nenhum Senador poderá, em condições normais, acompanhar ali o destino das emendas aqui votadas, razão por que a maioria dos colegas reclama, anualmente, contra o não acatamento de emendas de interesse vital para a Nação brasileira.

De minha parte, não posso queixar-me do tratamento e muito agradeço o convívio e a atenção dos colegas da Câmara dos Deputados, sobretudo pelo fato de me auxiliarem, nesta sessão legislativa, a solver problema para solução do qual pedi e obtive o apoio da quase totalidade dos nobres Senadores, qual seja a abertura e asfaltamento do primeiro caminho do Planalto Central do mar – a Rodovia Santos - Brasília.

Darei oportunamente conhecimento a esta Casa da fórmula a que chegamos depois de exaustivos esforços na Câmara Federal para que não falem recursos para o aceleração e ultimateção ainda em 1959 do asfaltamento de 1.200 quilômetros do Caminho do Mar entre Brasília e Santos.

Agradeço, portanto, desta tribuna, as atenções a mim dispensadas pelos colegas da Câmara dos Deputados e renovo meu apêlo à Mesa do Senado para que estude, já no início do próximo ano, meios de melhor encaminharmos as propostas orçamentárias para o futuro. (*Muito bem!*).

O SR. PRESIDENTE: – A matéria a que alude o nobre Senador Coimbra Bueno não pode ser obje-

to de requerimento verbal. Se Sua Excelência desejar um pronunciamento do Senado, deve enviar à Mesa requerimento escrito, o qual será encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça, a fim de pronunciar-se sobre sua constitucionalidade.

O SR. COIMBRA BUENO: – Agradeço o esclarecimento e oportunamente enviarei requerimento à Mesa.

O SR. PRESIDENTE: – O Senhor Senador Lourival Fontes enviou à Mesa discurso, a fim de ser publicado, na forma do disposto no art. 98, § 2º, do Regimento Interno.

S. Exa. será atendido.

Discurso supra referido:

O SR. LOURIVAL FONTES: – Venho compartilhar dos sentimentos da Academia Petropolitana de Letras e associar-me às manifestações da Câmara dos Vereadores da mesma cidade ao homenagear os méritos artísticos e os dons de interpretação da jovem pianista Regina Crossi de Agostinho que tendo apenas dezesseis anos é uma verdadeira revelação artística no juízo da crítica especializada.

Exibindo-se com brilho e sucesso na Exposição Internacional de Bruxelas e no Festival de Chopin, de Varsóvia, soube grangear e atrair para o nosso País os aplausos e as aclamações das platéias mais exigentes. É o tributo que prestamos ao êxito da sua atuação e às expectativas promissoras dessa jovem artista.

O SR. PRESIDENTE: – Passa-se à:

ORDEM DO DIA

Discussão única, do Projeto de Lei da Câmara, nº 143, de 1958, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1959 – Anexo nº 1 (Receita) – incluído em Ordem do Dia, nos

têrmos do art. 91 do Regimento Interno, dependente de parecer da Comissão de Finanças.

O SR. PRESIDENTE: – Sobre a mesa, o parecer da Comissão de Finanças, que vai ser lido. É lido o seguinte:

PARECER
Nº 561, DE 1958

Da Comissão de Finanças – sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 1958, que estima a Receita e fixa a Despesa para o exercício financeiro de 1959 – Anexo Receita.

Relator: Sr. *Lameira Bittencourt*.

Investido, pela primeira vez, na alta e árdua função de Relator da Receita da Comissão de Finanças do Senado da República, com exata e rigorosa consciência das responsabilidades e deveres que ela impõe, lamentamos que a maneira tumultuária e desordenada com que, via de regra, se processa a elaboração da Lei Orçamentária da União, sempre de afogadilho e sem um melhor entrosamento entre as duas Casas do Congresso, apesar do trabalho ingente, e quase heróico mas, infelizmente, pouco disciplinado e produtivo dos seus membros, não nos permita um mais perfeito e cabal cumprimento da nossa missão, já de si difícil pelas notórias deficiências do executor.

Este ano, então, essa situação anômala, se desgraçadamente já não tivesse foros de hábito e praxe, que só uma reforma constitucional e uma lei reguladora do trabalho orçamentário, aliás por mais de uma vez, em louvável iniciativa, tentadas, poderiam corrigir, possibilitando ao Senado uma mais efetiva e eficiente presença na elaboração da lei anual do País. Este

ano, dizíamos, essa situação se agravou sobremodo por motivos por demais notórios, a tal ponto, que só nesta data podemos dar este parecer, ainda assim, sem a feição, substância e apuros condizentes com o seu objetivo e mesmo com a tradição e os estilos desta Casa que sob pena de faltar à sua determinação histórica e constitucional, urge defender ou reivindicar as suas atribuições de peça magna, indispensável ao regular funcionamento do regime.

Mas, apresentando, embora, nosso trabalho, possíveis erros ou equívocos e inevitáveis deficiências e senões, terá, pelo menos, o mérito de ser honesto e sincero no estimar a Receita da União para o próximo exercício financeiro de 1959, em bases rigorosamente reais e verazes, de acordo com as possibilidades, presumíveis e lógicas, do Erário Nacional.

Por isso mesmo, para melhor autenticidade dos nossos cálculos e previsões, procuramos ser frios, serenos e objetivos, sem nenhuma eiva de partidarismo ou injunções políticas no exame e apreciação dos elementos e circunstâncias da conjuntura brasileira, fugindo, do mesmo passo, com igual decisão, das demasias do otimismo exagerado e do pessimismo renitente, um e outro tão nocivos quanto injustificáveis.

Realmente, se temerário e até ridículo seria considerar tranquila, auspiciosa e boa a situação financeira do País, por outro forçoso é reconhecer que, se requer esta o maior zelo, cuidado e atenção do Poder Público, através uma ação vigilante, enérgica e planificada, face a sua inocultável delicadeza e gravidade, está ela, porém, mercê de Deus, longe de justificar a descrença, o desânimo e o alarma, tão prejudiciais, além do mais, ao crédito, interno e externo da Nação, e até sua estabilidade social e política.

Do País, da sua saúde financeira, bem poderíamos dizer parafraseando a terminologia médica, que o seu estado inspira cuidados mas, não é desesperador...

Já o temos dito em outras oportunidades, nesta Casa e na outra do Congresso, nossa crise, a crise do Brasil, é, antes de tudo, uma crise de crescimento.

Se os crescentes "deficits" orçamentários, as vultosas emissões monetárias e a situação cambial (já agora atenuada com uma incipiente mas animadora recuperação do cruzeiro), aspectos sombrios de um grave processo inflacionário, são, não há negar, índice ou fatores negativos, em salutar contrapartida, não se pode deixar de levar em conta, como ponderáveis elementos de melhoria e fortalecimento do organismo nacional, sua vigorosa expansão industrial e várias obras de alto sentido econômico e reprodutivo, com próximos e benéficos reflexos de ordem financeira, como dentre outras as realizadas no setor da siderurgia, da indústria automobilística e da energia hidrelétrica.

Ainda há poucos dias tivemos, vários Senadores, a oportunidade de visitar a Barragem de Três Marias, já em fase de bem adiantada construção, a ser inaugurada em dezembro de 1960, senão antes, como asseguram seus técnicos e dirigentes, que armazenando um volume de água de 21 milhões de metros cúbicos, sete vezes superior ao da Baía de Guanabara, a quinta do mundo em volume de terra, com uma capacidade de força de cerca de 520.000 kw, irá beneficiar largamente toda a imensa região do São Francisco, assegurando-lhe um formidável surto de progresso e riqueza.

Sobre a indústria automobilística nacional, tão impressionante e rápida tem sido sua expansão, que o "Wall Street Journal", órgão especializado da imprensa norte-americana, faz poucos dias, segundo largo resumo publicado nos jornais

do Rio, registrou que, produzindo ela 67.000 unidades neste ano, 110.000 em 1959, já em 1960 elevaria sua produção a 160.000 veículos de diversas marcas e tipos, dos quais 60.000 destinados à exportação, como poderosa fonte de divisas. Neste fim de ano já estão sendo exportados, para o Chile, os primeiros 25 jipes brasileiros.

A indústria têxtil brasileira, apesar das dificuldades que tem enfrentado, emprega 50 bilhões de cruzeiros com 400.000 operários trabalhando em 741 fábricas.

Muito haveria ainda a destacar e dizer sobre inúmeras obras e empreendimentos da iniciativa privada ou governamental, como V. g., as grandiosas fábricas Ford e Mercedes Benz, de S. Paulo, as usinas da COSIPA e Furnas – que permitem olhar com confiança e fé para o futuro do País, no que toca à regularização de suas finanças e ao seu soerguimento econômico, mas a limitação inexorável do tempo obriga-nos a ficar neste rápido e singelo registro.

Feitas estas considerações preliminares, sem nenhuma preocupação de forma, beleza e estilo, antes "corrente calamo", passemos propriamente ao:

RELATÓRIO

O Projeto de Lei da Câmara dos Deputados, nº 143, de 1958, estima a Receita Geral da União para o próximo exercício em Cruzeiros 138.689.328.000,00, sendo Cruzeiros 131.839.328.000,00, como Renda Ordinária, e Cr\$ 6.850.000.000,00, como Receita Extraordinária.

Concordando de um modo geral com a previsão do Executivo em quase todos os itens da Receita, sem favor um dos mais categorizados valores da outra Casa do Congresso, não obstante entendeu necessário proceder à revisão em dois impostos, aceitando em parte as recomendações do Plano de Estabilização Monetária.

Assim, no imposto aduaneiro houve uma redução de Cruzeiros 1.000.000.000,00 ao invés de 1 bilhão e meio e no Imposto de Consumo um aumento de Cruzeiros 1.616.000.000,00 resultante da alteração em várias rubricas recomendadas pelo Plano, e do substancial aumento de preço dos cigarros que veio acrescer a rubrica Fumo, em cerca de 3 bilhões de cruzeiros.

Recapitulando, teremos a seguinte estimativa proposta pela Câmara:

Redução no Imposto de Importação.....	1.000.000.000,00
Redução no Imposto de Consumo.....	1.550.000.000,00
Total.....	<u>2.550.000.000,00</u>
<i>Elevação do Imposto de Consumo:</i>	
Fumo.....	3.000.000.000,00
Aparelhos, máquinas etc.....	166.000.000,00
Total.....	<u>3.166.000.000,00</u>

Deduzindo-se as alterações, temos um aumento de Cruzeiros 616.000.000,00.

II – Situação Financeira em 1957 –

No Orçamento para o exercício de 1957 – Lei nº 2.996, de 10 de dezembro de 1956 – a Receita foi estimada em Cr\$ 98.257.553.000,00 e a despesa fixada em Cruzeiros 115.971.917.100,00, com um "deficit" previsível de Cr\$ 17.714.364.100,00, por força da própria conjuntura financeira e econômica do País, apesar dos ingentes esforços despendidos pelo Executivo, no sentido da contenção de despesas e da racionalização e acréscimo da arrecadação.

O resultado do exercício foi, porém, adverso. A arrecadação dos três Impostos – Consumo, Renda e Sêlo, ficou muito abaixo das respectivas estimativas, situando-se a Receita efetivamente arrecadada em 1957, em Cr\$ 35.788.466.435,90, menor em Cr\$ 12.469.086.564,70 do que a estimativa do orçamento.

O progressivo desenvolvimento da economia nacional e as majorações de tributos, principalmente do Imposto de Renda, Consumo, aumentos imprevisíveis quando foram feitas as estimativas, foram causas importantes do compreensível otimismo nas previsões para o exercício passado.

Entretanto, como causa principal, podemos apontar a evasão tributária, que já está se tornando calamitosa, não havendo, ao certo, um cálculo sequer aproximado do seu valor.

A boa, justa e eficiente arrecadação dos tributos por si só, possivelmente seria de tal monta que o Poder Público prescindiria de aumentar tributos para fazer face aos crescentes encargos da administração pública, não fôra a contribuição negativa dos que, através de mil artifícios, senão fraudes, fogem ao pagamento dos impostos devidos. E circunstância digna de reparo, assim procedem exatamente os que menos precisam e devem fazê-lo.

As razões principais da evasão residem na deficiente fiscalização, sistema tributário antiquado e ainda na ignorância dos contribuintes no que respeita ao modo de pagamento e recolhimento sem desprezar os que agem de má fé e ainda fraudulentamente. Melhorar o organismo arrecadador e incentivar a fiscalização, orientando-a no sentido de ensinar o contribuinte, e só punir o que realmente fôr encontrado em notória culpa, é tarefa das mais urgentes e meritória.

III – Aspectos da Economia Brasileira em 1957 –

Apesar dos esforços governamentais para sanear o meio financeiro, e da crescente melhoria e acentuado aumento de certos setores da produção industrial e agrícola, persistiram, ainda, em 1957, os efeitos de um grave processo inflacionário em plena evolução.

Assim é que o Produto Nacional, bruto, que, em 1956, registra um acréscimo de 28,4%, em 1957, sofreu um decréscimo de 12%.

Todavia o crescimento da economia nacional não pode ser examinado em termos de crescimento global. O próprio processo inflacionário, pela sua própria origem, natureza e características, traz distorções que merecem estudo, para que se possa bem medir o desenvolvimento econômico do País.

Não nega o Governo, nem nós, nem ninguém de boa fé, que os deficits orçamentários têm repercutido danosamente no mercado monetário e financeiro, anulando em grande parte, os progressos da produção e a possibilidade de concorrência das mercadorias brasileiras no comércio internacional.

As distorções provocadas pelo excesso de papel moeda em circulação, pelo crescimento inusitado dos meios de pagamento e outros desequilíbrios de ordem financeira, exigem um Plano de conjunto que considere tôdas as interligações existentes entre os deficits orçamentários, aumento dos empréstimos às entidades públicas, custo de produção e comércio exterior, formação de capitais e aumento de produção, eliminando a formação de pontos de estrangulamento.

O programa de Estabilização Monetária para o período de setembro de 1958 a dezembro de 1959, elaborado pelo Ministro Lucas Lopes já encaminhado à consideração do Congresso Nacional, é um indício auspicioso de que o Governo compreende essa situação e está na firme e patriótica disposição de

enfrentá-la e corrigi-la, para o que, porém, não bastará apenas a iniciativa do Executivo, mas se faz indispensável o concurso, não menos decisivo de todos os setores responsáveis do País, mormente do Legislativo, ao qual incumbe dar forma e força legal às medidas e soluções propostas.

Para ser compreendido necessita o ano econômico de 1957 de ser estudado nos seus diferentes aspectos.

Ao contrário do que aconteceu no ano anterior, já as condições climatéricas favoreceram a produção agrícola, principalmente a do café.

Como bem salienta o Relatório do Banco do Brasil de 1957, "de especial relevância são as cifras relativas ao incremento da produtividade agrícola *per capita*, pois demonstram que o progresso da industrialização do País vem sendo acompanhado pela melhoria do rendimento do trabalho rural".

As estatísticas da produção dos dois mais importantes itens de exportação, o café e o cacau, evidenciam um resultado muito favorável para o ano agrícola de 1957.

No seu conjunto, a produção agrícola aumentou de 11% entre 1956 e 1957, contra apenas 3% no período anterior.

A contrastar com o aumento de produção dos produtos agrícolas (Quadro I) apenas o algodão sofreu certa crise, apresentando de um lado, diminuição da área cultivada e do volume produzido e, do outro lado, rendimento por hectare e cotação de preço praticamente estacionário.

A produção do cacau em 1957 caracterizou-se pela maior área cultivada, maior produção, porém menor rendimento por hectare e maior preço por tonelada.

A baixa cotação do produto no mercado internacional ao iniciar-se o ano de 1957, levou o Brasil em meados desse ano, a uma política de estabilização de preço, buscando uma remuneração, do

mesmo passo, parte para o produtor e não excessiva para o consumidor. Graças a essa política, conseguiu nosso País apurar, em 1957, cêrca de 25 milhões de dólares a mais do que em 1956, apesar de ter exportado menos.

Os bens de consumo interno, como feijão, milho, mandioca, batata, trigo, e arroz, assinalaram um razoável incremento de produção, com uma taxa média de aumento de 10%.

b) Produção Industrial

No seu conjunto, a produção industrial para 1957, apresentou resultados razoáveis, principalmente no setor siderúrgico e automobilístico e de bens de produção em geral, conforme demonstra o Quadro nº II.

A decomposição do índice em seus dois principais elementos – bens de consumo e bens de capital – mostra que, em números relativos, o crescimento dêstes vem superando o das manufaturas destinadas ao consumo direto, o que evidencia progressivo fortalecimento do setor industrial. Os ramos de produtos alimentares e têxteis, que têm ocupado a liderança do valor de produção industrial, estão sendo alcançados por outros setores de maior expressão econômica.

Três aspectos preponderantes há a assinalar no setor industrial em 1957: a) violento impacto sobre os custos dos níveis de salários, e da alta dos custos internos da matéria prima, e ainda dos produtos importados, majorados, pelos ágios; b) maciças aquisições no estrangeiro de máquinas e aparelhos; e c) transferências de vultosos capitais realizados através do regime da Instrução 113 da SUMOC, empregados no Brasil, principalmente na indústria automobilística, como adiante melhor se comentará.

IV – Programa de Metas do Govêrno

No ano de 1957, o Govêrno continuou empenhado no processo de desenvolvimento econômico que objetiva dar ao País uma sólida estruturação de progresso.

O programa de metas traçado pelo Sr. Presidente da República continua sendo cumprido, apesar das dificuldades várias, inclusive, senão, principalmente, a de nossa fraca capacidade de importar.

Como bem salienta o Conselho do Desenvolvimento "para que os projetos de desenvolvimento econômico assumam feição realista, levando não a um surto episódico, mas um crescimento estável do produto nacional, é preciso ter em conta duas limitações: uma de natureza interna e outra externa.

Cumprir em primeiro lugar, que o esforço de investimento não leve pelo exagêro em demasia a uma agravação do processo inflacionário, mas antes crie condições propícias a seguro e rápido retôrno à estabilidade.

A segunda limitação situa-se em nossa insuficiente capacidade de importar, que coloca a execução das metas na dependência de financiamentos ou investimentos diretos estrangeiros, que permitam cobrir as despesas com a importação de bens e serviços, sem acarretarem uma posição de endividamento externo incompatível com as perspectivas ou possibilidades da balança de pagamentos.

Ambas essas condições limitativas levaram, em vários casos, à fixação de metas em nível modesto, para ajustar as necessidades aos recursos. Em outros, foram elas estabelecidas em caráter ainda condicional, tendo ficado sua execução integral na dependência de medidas que permitissem o levantamento de novos recursos internos ou externos. Em nenhum caso, justo é destacar, se procurou ignorar o problema da insuficiência de recursos, através do expediente pouco recomendável de financia-

mento inflacionário, por via de expansão monetária e creditícia.

Dos recursos a serem obtidos de 1957 a 1961, através do Orçamento da União, no valor global de 112.994 milhões de cruzeiros, cerca de 35%, ou sejam, aproximadamente, 61.838 milhões de cruzeiros, serão provenientes de fundos ou dotações pré-estabelecidas em lei, com vinculação a determinados setores das metas conforme se discrimina a seguir:

Resultados de Leis em vigor

	Cr\$
1) Fundo Rodoviário – Cota da União (Parcela de investimento).....	7.997.000
2) Fundo de Pavimentação – Cota da União.....	3.611.000
3) Fundo Ferroviário – Cota – RFF.....	7.857.000
4) Fundo de substituição de ramais ferroviários.....	2.730.000
5) Fundo Federal de Eletrificação	12.831.000
6) Cota da Petrobrás no imposto sobre combustíveis.....	11.000.000
7) Subvenções legais às Companhias de Aviação.....	5.070.000
8) Fundo Portuário	5.000.000
9) Fundo de Marinha Mercante....	5.742.000
Total.....	<u>61.838.000</u>

Cabe aqui, para ilustração do que dissemos, transcrever a seguinte passagem da Introdução do Plano de Estabilização Monetária (pág. V, vol. I).

"O recrudescimento da pressão deficitária que vem sofrendo a União nos últimos anos, deriva principalmente de fatores estranhos ao Programa de Metas. Registra-se, de um lado, uma contínua elevação das despesas de consumo, particularmente dos gastos com o

pessoal ativo e inativo, votadas não raro sem correspondente previsão de receita; assim é que o índice das despesas de consumo da União elevou-se de 100, em 1947, para 906, em 1956, ao mesmo tempo que a relação das despesas de investimentos para as de consumo baixava de 35% para 30%. De outro lado, impressionante desperdício ocorre através da pulverização de dotações para pequenas obras, desapoixadas em projetos técnicos, ou que representam parcela tão pequena do investimento programado, que décadas seriam necessárias para a sua conclusão. Nota-se, aliás, que das despesas de capital constantes dos orçamentos de 1957, 1958 e da proposta orçamentária de 1959, as verbas relacionadas com o Programa de Metas não representam mais que 58%, 60% e 90%, respectivamente, correndo o restante à conta de outros projetos de investimento, de subvenções para programas de desenvolvimento econômico e social, e de participações financeiras e amortização da dívida pública.

Afigura-se possível conciliar o objetivo do prosseguimento dos programas de desenvolvimento com o da correção dos desequilíbrios financeiros do setor público – correção essa fundamental em qualquer esforço de estabilização monetária – desde que seja adotada moderação nos gastos de consumo (ficando seu incremento sempre subordinado à obtenção de novas receitas) e que os investimentos sejam concentrados tecnicamente maduros e susceptíveis de serem executados de forma rápida e coordenada."

Dos restantes 51.156 milhões de cruzeiros a serem aplicados em cinco anos através do orçamento, parcelas ponderáveis são vinculadas por lei a programas regionais, como o Vale do São Francisco, o da Amazônica e do Polígono das Sêcas.

a) Indústria Petrolífera

O ano de 1957 foi de grande prosperidade para a indústria petrolífera nacional. A produção de óleo bruto aumentou de 150% em relação a de 1956, passando de 4.058.704 barris de litros para 10.105.269, em 1957.

Segundo estimativas, o plano de investimentos da Petrobrás no quinquênio 1957-61 dá uma idéia da importância relativa atribuída a cada setor de suas atividades (em milhões de cruzeiros).

Exploração.....	20.648
Desenvolvimento.....	9.510
Indústria do Xisto.....	77
Refinação.....	9.042
Transporte Marítimo.....	3.515
Indústria Petroquímica.....	3.378
Terminais e oleodutos.....	1.917
Outros.....	200
Total.....	<u>49.978</u>

b) Eletricidade

O ano de 1957, marcou mais uma etapa no processo de desenvolvimento da produção de energia elétrica, conhecida, como a de n. 1 do atual Governo.

Já estão em execução os projetos que elevarão a potência a 5.000.000 de kw. Além disso, cerca de 40% dos gastos que serão realizados até 1960 se destinarão a obras cujas máquinas entrarão em funcionamento depois de 1960, como Furnas e Três Marias.

No programa em curso, estima-se que as despesas de 1957 a 1961 atingirão a 85,7 bilhões de cruzeiros, inclusive a compra de cerca de 225 milhões de dólares de equipamentos e serviços, sendo que o total de equipamento importado deverá ter o valor de 428 milhões de dólares, ficando cerca de 203 milhões de dólares para pagamento depois de 1961.

c) Siderurgia

A produção siderúrgica nacional apesar de ser ainda bastante deficitária no que respeita ao atendimento das necessidades do mercado interno, experimentou notável incremento em 1957.

Assim, nas quatro maiores empresas que concentram cerca de 80% dos produtos de ferro e aço – o volume de ferro gusa alcançou 958 mil toneladas, isto é, mais de 11% que em 1956, o de aço foi de mais de 72 milhares de toneladas e, finalmente, o de laminados passou de 385 mil toneladas, em 1956 a 577 mil no fim do ano.

Os fatos mais importantes do ano nesse particular foram as inaugurações da nova aciaria de Monlevade e a concretização dos projetos da Usiminas e da Cosipa. Ambos os projetos já contam com financiamento em moeda estrangeira, sendo que no caso da Usiminas, o capital de três bilhões e meio já foi subscrito.

d) Carvão

A prorrogação da Lei nº 1.886, de 11 de janeiro de 1953, instituindo o Plano de Carvão Nacional até 1960, abrindo-se para isso um crédito especial de um bilhão e dez milhões de cruzeiros.

No Rio Grande do Sul e no Paraná, onde não há produção de carvão siderúrgico, a solução que se apresentou foi a de construção de usinas termelétricas na boca das usinas.

e) Transportes

A falta de transporte continua a ser um dos pontos fracos da estrutura econômica nacional, concorrendo para elevação dos preços e conseqüente agravamento da inflação.

No setor das ferrovias, o ano de 1957 marcou o início da criação da Rede Ferroviária Federal S. A. que reuniu 22 ferrovias desse enorme

patrimônio possibilitando eliminar o "deficit", e auferir em alguns casos, uma exploração rendosa das ferrovias que servem zonas econômicas mais desenvolvidas.

No setor rodoviário, o imposto único sobre combustíveis líquidos e lubrificantes, vem possibilitando a construção de excelentes estradas pavimentadas.

Panorama da Economia Brasileira em 1958

À falta de dados específicos sobre a produção agrícola e industrial do atual exercício, passaremos a examinar o comércio exterior, as emissões de papel moeda e os resultados até agora conhecidos da execução orçamentária.

a) Comércio Exterior

Ao contrário do que ocorreu em 1956, cuja balança de pagamento apresentou um "superavit" de 248 milhões de dólares, o ano de 1957 encerrou-se adverso com um "deficit" de 97 milhões de dólares.

As exportações no ano passado atingiram o montante de 1 bilhão e 392 milhões de dólares, a menor cifra do último quinquênio. Os três produtos principais de nossa pauta de trocas o café, cacau e algodão – sofreram um decréscimo de 242 mil toneladas, refletindo-se na queda de 223 milhões de dólares no respectivo valor exportado.

No setor das importações houve um grande aumento, sobretudo de bens de capital, com o que foram despendidos 547 milhões de dólares, contra 337 milhões em 1956.

A pauta de importações melhorou assim consideravelmente, pois máquinas, aparelhos e equipamentos em geral são investimentos necessários à marcha do processo de desenvolvimento econômico. Os bens de capital são essenciais para atingir-se uma maior capacidade futura na produção dos bens de consumo, dos quais dependem os padrões de vida do povo.

As perspectivas do nosso comércio em 1958, não são das melhores conforme se vê no Quadro nº III.

Em igual período de 1957 as exportações acusaram 615 milhões de dólares contra 703 milhões de importação.

Houve ao lado de decréscimo de nossas exportações, grande redução das importações, que naturalmente foram limitadas, em primeiro lugar pela escassez de divisas e, em segundo, pelas restrições impostas pelo Governo ao comércio importador.

b) Papel Moeda

No exercício passado, o papel moeda em circulação cresceu quase 16 bilhões de cruzeiros, isto é, cerca de 19,5% sobre o ano anterior.

Tomando-se por base o ano de 1948 ou seja um período de 10 anos (Quadro nº IV), vemos que o papel moeda em circulação aumentou de 5 vezes, passando de Cr\$ 21.696.252.259,50, em 1948, para Cr\$ 96.575.095.349,00, em 31 de dezembro de 1957.

Em janeiro de 1958 houve um resgate de Cr\$ 2.601.986.000,00, reduzindo-se para Cr\$ 93.973.127.349,00.

No corrente exercício, o papel moeda em circulação já aumentou de Cr\$ 20.000.000.000,00, prevendo-se uma percentagem maior de acréscimo do que no ano anterior.

c) Meios de Pagamentos

Continuou em 1957, e nos meses de 1958 (Quadro nº V), a expansão dos meios de pagamentos determinando um excesso de procura sobre a oferta, ocasionando elevação dos preços que nos primeiros meses de 1958 acusou a percentagem de 12,6, indicando a possibilidade de que, em 1958, o nível de preços atinja a média elevadíssima do período de 1953-56, que foi de 14,4%.

Inflação

A década de 1947 a 1957 é conhecida como a de maior pressão inflacionária em tempo de paz, abrangendo de uma maneira geral, todos os povos, agravada no caso brasileiro, pela deficiência de nossa estrutura econômico-financeira.

O quadro nº VI mostra a depreciação monetária nos países, acusando o cruzeiro um índice de depreciação anual de 12,1, percentagem superada apenas pela Argentina e Chile, e apesar de não constar do quadro, sabemos, também, que a Bolívia e a Coréia do Sul estão abaixo do Brasil.

VI – Plano de Estabilização

O Plano pode ser dividido em 4 partes principais, abrangendo 4 setores básicos:

- a) Moeda e Crédito;
- b) Finanças Públicas;
- c) Salários; e
- d) Balanço de pagamentos.

No setor moeda e crédito, prevê o Plano os seguintes tetos para expansão monetária:

a) a expansão dos meios de pagamentos no período julho-dezembro de 1958 não deve exceder de 12,7 bilhões de cruzeiros, ou seja, um incremento de aproximadamente 40% em relação ao nível de 30 de julho de 1959, ou seja cerca de 10% acima do saldo estimado para 31-12-58.

b) o saldo de papel-moeda emitido não deve ultrapassar, no período setembro a dezembro de 3.117 milhões de cruzeiros de modo a não permitir que exceda 107.361 milhões de cruzeiros em 31 de dezembro de 1958. Dado que em virtude de fatores anormais, esse saldo já havia atingido a 109.437 milhões de cruzeiros em 30-9-58, deverá ser promovida sua redução no montante de 2.076 milhões, até fins de dezembro de 1958. Em 1959, o saldo do papel moeda emitido não

deve crescer mais de 10.500 milhões de cruzeiros, ou seja 10% relativamente ao saldo previsto para 31 de dezembro de 1958.

O segundo item do Plano, o mais importante, recomenda medidas tão esperadas de equilíbrio orçamentário.

Quanto à despesa, aconselha o seguinte:

a) que não sejam aprovadas, no corrente exercício, créditos adicionais sem indicação concomitante das fontes de recursos, ou redução em outros gastos necessários à cobertura de tais despesas;

b) que a entrada em vigor dos reajustamentos de vencimentos e vantagens dos servidores das autarquias industriais fique condicionada ao reajustamento das tarifas de serviço;

c) programação mensal das despesas públicas, pelo Executivo, tendo em vista o fluxo da receita e com o objetivo de evitar utilizações maciças, que provoquem desnecessárias emissões de papel-moeda.

Com referência à receita, foram feitas recomendações específicas para uma revisão na estrutura dos tributos de renda, consumo e sêlo, assim como de certas taxas e emolumentos.

Pela primeira vez, estabelecendo uma política de salários, determina o Governo, relativamente às autarquias deficitárias que, antes de quaisquer aumentos de vencimentos os seus dirigentes apresentem um plano de revisão de tarifas de serviços, que lhes permitam cobrir, na maior proporção possível, o deficit de custeio, e no caso de autarquias não industriais, deverão elas apresentar um plano de compressão de despesas com os mesmos objetivos.

No que respeita aos salários privados se orienta o Plano no sentido de que, em quaisquer entendimentos oficiais ou decisões administrativas sobre salários privados, se tenham em conta as reper-

cussões inflacionárias e os efeitos sobre a distribuição de renda social que possam decorrer:

a) de reajustamentos salariais superiores ao incremento da produtividade da mão-de-obra e ao incremento do custo de vida;

b) da subversão da hierarquia de salários prejudicial à mão-de-obra qualificada se houver tentativa de condução de política monetária muito estrita em fase subsequente a um aumento de salário mínimo real para nível demasiado alto.

Quanto ao problema do balanço de pagamentos estabelece o Plano:

a) controle nos setores monetário e fiscal para impedir a expansão imoderada da procura de bens e serviços estrangeiros;

b) desburocratização crescente do setor exportador, a fim de torná-lo um ramo de atividade econômica tão remunerador quanto os voltados para os mercados internos, desde que operando em bases de razoável produtividade técnica;

c) eliminação gradual dos subsídios cambiais a fim de evitar estímulo artificial ao consumo de bens importados; e não incentivar a procura de financiamentos externos a serem aplicados a investimentos cuja rentabilidade somente se apresenta em nível razoável, dado o custo irrealmente baixo do equipamento importado;

d) subordinar a execução de novos projetos de desenvolvimento econômico de grande intensidade de capital e longo período de construção, à obtenção de financiamento em moeda estrangeira a longo prazo, pois que os financiamentos de curto e médio prazo não se ajustam à natureza desses empreendimentos e contribuem para agravar o desequilíbrio fundamental do balanço de pagamentos.

VII – A situação financeira em 1958

A execução do orçamento em vigor não apresenta resultados animadores. Nos sete primeiros me-

ses a receita orçamentária escriturada pela Contadoria Geral da República, atingiu a Cruzeiros 53.835.061.449,20, ao passo que a previsão era de Cr\$ 63.035.586.677,40, donde a diferença de Cruzeiros 9.200.525.228,20 – expressa no quadro anexo nº VII.

A arrecadação do imposto aduaneiro, não vem correspondendo ao que dele se esperava em virtude da escassez de divisas e da maior importação de bens de capital que gozam de taxas mais favorecidas do que os bens de consumo.

Os demais tributos tendem a melhorar, principalmente o de renda onde os recolhimentos são maiores no fim do ano, principalmente os sobre pessoas físicas.

A grosso modo teremos arrecadação para o corrente exercício de 115 bilhões de cruzeiros, contra 130 bilhões da estima, com um deficit da execução de orçamento da receita de 15 bilhões de cruzeiros que percentualmente é igual ao do ano passado.

As causas que determinaram essa fraca produtividade da receita, principalmente o seu crescimento vegetativo são tremenda evasão, quadros deficientes de funcionários encarregados da fiscalização e sobretudo sistema antiquado de cobrança, causas essas que estão sendo combatidas pelo Governo com as reformas que estão sendo levadas a efeito no mecanismo de pagamento do Imposto de Renda, Consumo e Sêlo.

Imposto de Importação

Apesar da Lei nº 3.244, de 15 de agosto de 1957, que baixou a nova Lei da Tarifa das Alfândegas ter adotado a taxaçoão *ad valorem*, muito mais produtiva do que se especifica, a previsão da receita não será atingida sobretudo pela fraca capacidade de importação do País, motivada pelo deficit do comércio exterior.

Exportador de matérias primas, o Brasil vem sofrendo os efeitos da baixa desses produtos no merca-

do internacional, e da alta dos produtos manufaturados ou semi-manufaturados que são por nós adquiridos, ocasionando deficit em nossa balança comercial, apesar das restrições às importações.

Em virtude dos motivos acima apontados, a produtividade do imposto caiu sensivelmente, não correspondendo à expectativa da arrecadação consignada no orçamento.

O fenômeno foi muito bem explicado pelo atual Ministro Dr. Lucas Lopes que sintetizou em cinco verdades, o drama do País:

a) negligenciamos a expansão do volume físico de nossas exportações que declinava de 100, em 1948, para 85, em 1957, enquanto as importações subiam de 100 para 156;

b) o financiamento do deficit oriundo do desequilíbrio entre o volume declinante de exportações e o volume crescente de importações de bens e serviços tem sido feito pelos mais diversos processos como sejam utilização de reservas cambiais, restrições de importações e entrada de capitais estrangeiros;

c) a terceira verdade é que o próprio processo de desenvolvimento econômico, durante a sua fase inicial de rápidas transformações estruturais, intensificou agudamente a demanda de importações;

d) a quarta verdade é que o único meio de baratear importações é aumentar exportações, como bem salienta o articulista. É freqüente a ilusão de que se diminui o custo real de importação, outorgando-se taxas cambiais de favor a determinados produtos ou determinadas empresas. Com isso, entretanto, o que se logra é apenas transferir o custo, subvencionando certas atividades mediante tributos lançados sobre outros. O artifício do câmbio privilegiado para importações não gera divisas; apenas intensifica-lhes a procura com o resultado inevitável de que o custo global das importações tende a aumentar, enquanto não se

debelar a causa básica de seu encarecimento, que é a insuficiência da exportação.

e) por último, um dos meios eficazes de se elevar, a curto prazo, a produtividade da economia é o desenvolvimento do setor de exportação.

Embora o Governo tenha adotado medidas de simplificação do mecanismo burocrático de exportação, quer no tocante ao café, quer no tocante aos outros produtos, não podemos prever no próximo ano, grandes disponibilidades para importações, dada a soma de compromissos internacionais já assumidos e a incerteza de nossas receitas cambiais.

A arrecadação do imposto de importação apresenta normalmente várias dificuldades, por depender não apenas de fatores internos, mas ainda da conjuntura cambial, sujeita éster a modificações bruscas de difícil previsão. Acresce que a reforma das tarifas efetuada pela Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957, cujos efeitos somente gradualmente se estão manifestando, solidifica inteiramente as incidências tributárias anteriores, criando situações inteiramente novas. Sómente com acumulação de experiência será possível uma previsão mais fidedigna do comportamento do tributo.

As variáveis a serem examinadas na feitura das estimativas são as seguintes:

a) Receita em divisas utilizáveis para as importações não isentas de direitos aduaneiros;

b) Incidência média "ad valorem" sobre o produto importado, fator este que depende essencialmente das alíquotas tributárias e da composição das importações.

c) Taxa de dólar fiscal.

Conforme foi explicado na Proposta Orçamentária, as premissas

adotadas para o cálculo do tributo foram as seguintes:

	US\$
Estimativa das importações.....	1.564.000.000
Menos isenções – (60%).....	938.000.000
Saldo Tributável.....	626.000.000

Taxa média de Impôsto – 40% – Valor do impôsto de dólares – US\$ 250.000.000.

Dólar fiscal (teórico) – Cruzeiros 80,00.

Valor do Impôsto em cruzeiros – Cr\$ 20.000.000.000,00.

Os elaboradores do Programa de Estabilização, tendo em vista a substancial redução no montante de divisas ofertadas em leilão, como decorrência da agravação da crise cambial, bem como de um novo cálculo da taxa de incidência que foi fixada em 23%, chegaram ao seguinte resultado:

Saldo tributável das importações – US\$ 465.000.000.

Taxa de incidência – 23% – US\$ 106.950.000.

Dólar fiscal médio para 1959 – Cr\$ 172,00.

Produto do impôsto de importação – Cr\$ 18.395.400.000,00.

A Câmara dos Deputados, ao invés de aceitar a redução de 1 bilhão, e meio, reduziu de apenas 1 bilhão.

Antes de entrarmos, pròpriamente, no exame de nossas possibilidades de arrecadação em 1959, seja-nos lícito tecer alguns comentários e firmar certos princípios sôbre o problema, o que fazemos sem nenhum sentido polêmico, ou contraditório, não só porque tal seria descabido e impertinente em documento desta índole, como porque forçoso é reconhecer que a matéria, eminentemente técnica e controvertida, comporta teses e soluções que, embora diversas ou antagônicas, têm em seu favor o apoio sólido de argumentos e ra-

zões bem, ponderáveis. Assim, não nos parece aceitável que a incidência média tarifária, calculada com base em determinada faixa de importações possa ser aplicada, como entendem alguns, a um volume bem maior de importações, para estimativa da receita tributária sem necessidade de correção daquele cálculo de incidência; nem temos como elevada a incidência média tributária das importações não consideradas no cálculo dos técnicos do Govêrno.

O aspecto da falta de homogeneidade nos dados estatísticos pode apresentar inconvenientes mais sérios que é da escolha da faixa de importações.

Se fôssem incluídas nas estimativas as volumosas importações isentas atrás referidas, tanto no cálculo da incidência média em 1958 (que baixaria grandemente, por motivos óbvios), como no valor de importações previsto para 1959, o resultado não discreparia sèriamente daquele encontrado pelos técnicos do Govêrno, de vez que a redução da taxa de incidência média anularia a influência do aumento do valor das importações para 1959; diminuir-se-ia, todavia, o grau de precisão da estimativa pela introdução de fatores aleatórios, estranhos à arrecadação do impôsto.

Não se encontra justificação maior para a base de 40% (aliás já abandonada pelo DASP) como incidência média do tributo e, muito menos, para sua aplicação a um grupo de importações arbitrariamente, escolhido para a previsão de 1959, sem verificação da necessária coincidência com o grupo de mercadorias selecionado para cálculo da referida base de 40%.

Nem se diga que nos cálculos do Govêrno foi omitida importante faixa de importações, sujeitas a elevado nível de incidência tributária, como a das importações sujeitas a leilões especiais, bem como o daquelas fora dos leilões, das áreas de convênios bilaterais, e

das sem cobertura cambial. Por outro lado a alta incidência tributária sobre leilões especiais para importações de bacalhau e artigos de Natal, encontra sua contrapartida em leilões especiais de maior vulto, para importações destinadas à agricultura, que se beneficiam de isenção aduaneira, sendo de observar-se que, presentemente, se estuda a conveniência de conceder-se isenção às importações de bacalhau, tributadas em 15%. Se há a assinalar a presença de artigos não essenciais no intercâmbio com países com os quais mantemos acordos bilaterais de comércio, cumpre, também, não esquecermos o vulto das importações de trigo nesse intercâmbio.

Achamos, todavia, que o assunto merece amplos estudos para não fazermos uma estimativa exagerada.

Como não podia deixar de ser, tomamos como base, os dados relativos à entrada efetiva de mercadorias estrangeiras no País, que engloba tôdas as importações sujeitas e não sujeitas a leilão, inclusive aquelas sem cobertura cambial.

Segundo o Serviço de Estatística Econômico-Financeira do Ministério da Fazenda, no período de junho a setembro do corrente ano, o comércio importador foi da ordem de 115,5 milhões de dólares, o que corresponde a um total anual de 1.366 milhões, base do cálculo de nossas estimativas abaixo transcritas:

Importações US\$ 1.386.000.000. Menos isenções (60%) – US\$ 831.600.000.

Saldo Tributável US\$ 554.400.600.

Taxa média do imposto – 23%. Valor do imposto em dólares – US\$ 127.512.000.

Dólar fiscal – Cr\$ 172,00.

Valor do imposto em cruzeiros – Cr\$ 21.932.084.000,00.

Impôsto de Consumo

O Impôsto de Consumo ocupa atualmente o primeiro lugar no quadro da renda tributária.

Tomando-se por base o ano de 1953, correspondendo ao número 100, verificamos que a produtividade do tributo cresceu de 283 vezes, quase triplicando a arrecadação em um quinquênio.

Os impostos sobre a renda consumida, ou como são mais conhecidos os impostos indiretos, são ainda os mais preferidos, mesmo em países industrializados como a França e a Itália, onde 60% do orçamento provém da tributação indireta e somente 33% de lucros e proventos.

Entre as muitas vantagens da tributação indireta, podemos salientar:

- a) produtividade firme;
- b) arrecadação prática e fácil;
- c) função repressiva e moral como no caso

das bebidas, cigarros e baralhos.

O Impôsto de Consumo vem apresentando, desde 1956, razoável crescimento, em virtude de leis que majoraram o tributo, principalmente a de nº 2.974, de 28 de novembro de 1956.

A proposta do Governo estimou a provável arrecadação no ano de 1958 em 36.581 milhões e a estimativa para 1959 em 44.251 milhões.

O Plano de Estabilização Monetária, porém, apresentado ao Congresso em outubro, contém um novo estudo, o que levou o Governo a reduzir a sua estimativa em 1.500 milhões, sendo 700 milhões em aparelhos, máquinas e artefatos de metal, 250 milhões em artefatos de matérias de origem animal e vegetal, 200 milhões em produtos de higiene e cuidados pessoais e 250 milhões em tecidos, malharias e correlatos.

Diz o Plano de Estabilização do Governo que a previsão inscrita na proposta enviada ao Congresso no início do corrente ano, baseada que fôra numa conjuntura de maior incremento de preços, deve

ajustar-se agora às novas circunstâncias, orientada pelo provável comportamento da economia nacional em 1959.

Este reajuste deverá refletir-se naqueles tributos mais diretamente relacionados com a evolução dos preços.

Examinando a arrecadação até junho do corrente ano verificamos que o seu comportamento faz prever uma arrecadação de Cruzeiros 38,5 bilhões.

Tomando-se a taxa média de crescimento de 1956 para 1957, a previsão atingira ao que inicialmente o Executivo enviou ao Congresso com os aumentos decorrentes da elevação do preço dos cigarros.

Os quadros anexos mostram a previsão da arrecadação feita, não somente tendo em vista o aumento vegetativo, como as alterações decorrentes do projeto de lei em tramitação no Congresso.

Impôsto de Renda

A tributação direta, afirmou-se universalmente como a mais democrática de todas.

No Brasil, diz o art. 202 da Constituição que os tributos terão caráter pessoal, sempre que isso for possível, e serão graduados conforme a capacidade econômica do contribuinte.

As sucessivas majorações do Impôsto de Consumo, determinaram maior arrecadação do tributo que, em 1957, passou ao primeiro lugar, situação ocupada desde 1952 pelo Impôsto de Renda.

A cobrança do Impôsto de Renda é feita segundo as origens do tributo, baseado na progressividade.

Assim, temos o Impôsto de Renda de pessoas físicas, de pessoas jurídicas e o, Impôsto de Renda arrecadado na fonte.

Quanto às pessoas físicas e jurídicas não propomos qualquer alteração na estimativa da Câmara.

Arrecadação de fonte

A recém-aprovada Lei nº 3.470, de 28-11-58, do Impôsto de Renda, determinou profundas modificações nas taxas arrecadadas na fonte.

Assim procedemos à nova estimativa nos seguintes itens da rubrica:

a) impôsto sobre lucros apurados pelas pessoas físicas na venda de propriedades imobiliárias;

b) impôsto decorrentes de prêmios em dinheiro, obtido em loterias etc.;

c) impôsto sobre pessoas físicas e jurídicas residentes no estrangeiro;

d) taxação sobre "royalties";

e) impôsto sobre rendimento de exploração de películas cinematográficas estrangeiras;

f) sobre rendimento do trabalho arrecadado na fonte;

g) sobre aumento do fundo de reserva das sociedades anônimas;

h) impôsto sobre reavaliação de ativo.

O quadro anexo bem como a emenda mostram as alterações propostas.

Ao encerrar este Relatório, em que tanto nos valeu o inestimável auxílio de assessores desta Comissão, seja-nos lícito desejar, tão fervorosamente, como numa contrita prece a Deus, que da próxima lei orçamentária da União para

1959, se ausente o mais possível o fantasma horripilante do deficit.

O deficit orçamentário, mormente quando representado por cifras elevadas, não é só, mesmo passo, um inevitável e terrível círculo vicioso, causa e efeito da inflação, que tanto prejudica a Nação, aflige o povo e desmoraliza e ameaça o regime pela intranquilidade, mal-estar e desespero que provoca, tais sofrimentos de miséria e penúria, que traz em seu cortejo.

É, também, cumpre não esquecer, causa, fundamento e defesa dos tão malsinados planos de economia, a que todos os governos recorrem para reduzir o deficit e atenuar seus efeitos.

Façamos, então, no Parlamento, inspirados no mais alto espírito público, o nosso Plano de Economia, no próprio orçamento, antes que o Executivo tenha que fazê-lo, fora dêle ou contra êle, e por culpa, imprudência ou omissão do Legislativo.

É a nossa advertência, são os nossos votos, e, ainda, a nossa confiança e fé, ao bom senso dos nossos homens públicos e no futuro do País.

Na Comissão de Finanças, além das emendas do Relator, foi apresentada a Emenda nº 13-C, do ilustre Senador Vivaldo Lima, sobre a qual falaremos a seguir:

Se a lei orçamentária é, como sustenta a melhor doutrina, uma lei de *autorização* e não de *imposição* de despesas, não há como aceitar a emenda em que pesem seus elevados objetivos, porque sua aprovação importaria em flagrante violação de atribuições do Executivo, invadindo-lhe área de ação nitidamente privativa.

Sobre ser altamente inconveniente, no ponto de vista da administração e do interesse público, é ainda a emenda inconstitucional porque pelo art. 73, § 2º, da Constituição, apenas a "parte fixa" do Orçamento compreende despesas obrigatórias, que estas, sim, e só elas, não podem ser objeto de nenhum plano de economia.

As despesas da "parte variável", estas estão apenas sujeitas a rigorosa "especialização" e dependem do prudente arbítrio do Poder Executivo, só se tornando obrigatórias depois de empenhadas.

Mas se assim não fôsse, se a Constituição e o Orçamento já em si mesmos, já por si próprios, já por sua força e autoridade, tornassem rigorosamente obrigatórias e inadiáveis tôdas as despesas previstas na lei orçamentária, então, a emenda conteria regra notoriamente desnecessária e inócua, e, portanto, em boa técnica legislativa, de todo inaceitável.

Iria a lei pretender impor e conseguir o que a Constituição impôs e não conseguiu...

Acresce, ainda, que dispositivo idêntico foi incluído na vigente lei orçamentária e teve o seu voto aprovado pelo Congresso Nacional.

Nestas condições a Comissão de Finanças opina, favoravelmente, ao projeto nos termos das Emendas ns. 1-C a 12-C, e contrariamente à de nº 13-C. – *Vivaldo Lima*, Presidente em exercício. – *Lameira Bittencourt*, Relator. – *Novaes Filho*. – *Mathias Olympio*. – *Othon Mäder*. – *Gaspar Venoso*. – *Lima Guimarães*. – *Parsifal Barroso*. – *Carlos Lindenberg*. – *Lino de Mattos*.

QUADRO Nº 1

Produção Agrícola

Cr\$ 1.000.000

<i>Produtos</i>	1952	1953	1954	1955	1956	1957 (*)
De Exportação:						
Café.....	19.021	21.451	29.797	41.558	30.528	43.715
Algodão.....	9.234	6.347	8.462	12.034	12.318	11.921
Cacau.....	896	1.716	3.767	3.283	2.504	2.602
Total.....	29.151	29.514	42.026	56.875	45.350	58.238
De Consumo Interno:	40.185	57.139	67.094	85.151	110.128	120.839
Total Geral	69.336	86.653	109.120	142.026	155.478	179.077

(*) Sujeitos a retificação.

Fonte: Relatório do Banco do Brasil – 1957.

QUADRO Nº II

Volume Físico

Índices 1948 – 100

<i>Ano</i>	<i>Bens de Produção</i>	<i>Bens de Consumo</i>
1944.....	64	93
1945.....	68	93
1946.....	79	97
1947.....	86	94
1948.....	100	100
1949.....	116	106
1950.....	135	117
1951.....	150	124
1952.....	157	130
1953.....	177	137
1954.....	193	147
1955.....	198	156
1956 (*).....	228	147

(*) Dados provisórios.

Fonte: Relatório do Banco do Brasil – 1957.

QUADRO Nº III

Comércio Exterior do Brasil

(Em milhões de cruzeiros)

1958

<i>Meses</i>	<i>Importação</i>	<i>Exportação</i>	<i>Saldo</i>
Janeiro.....	104,7	92,5	- 12,3
Fevereiro.....	74,2	87,3	+ 13,3
Março.....	59,8	91,1	+ 31,3
Abril.....	87,0	99,8	+ 12,8
Maio.....	113,4	107,5	+ 5,9
Junho.....	90,6	145,3	- 54,7
Total.....	574,7	578,5	- 3,8

QUADRO Nº IV

Papel moeda em circulação

<i>Exercício</i>	<i>Importância</i>
1948.....	21.696.252.259,50
1949.....	24.045.027.254,50
1950.....	31.205.244.485,50
1951.....	35.319.454.294,50
1952.....	39.282.241.891,50
1953.....	47.004.352.451,00
1954.....	59.041.145.552,00
1955.....	69.339.910.050,00
1956.....	80.819.130.249,00
1957.....	93.973.127.349,00
1958.....	109.436.759.449,00

QUADRO Nº V

<i>Fins do período</i>	Efetivo no fim do período Cr\$ 1.000.000)				
	<i>Total</i> (C + D)	<i>Meio Circulante</i> (A)	<i>Caixa (*)</i> (B)	<i>Moeda c/ público</i> (C-A-B)	<i>Depósitos à vista</i> (D)
1952.....	104.155	39.280	7.747	31.533	72.622
1953.....	124.070	47.002	9.134	37.868	86.202
1954.....	151.482	59.039	10.074	48.965	102.517
1955.....	177.923	69.340	12.240	57.100	120.823
1956.....	217.283	80.819	13.361	67.458	149.825
1957.....	290.939	96.575	15.298	81.277	209.662
1958:					
I	291.426	93.973	14.356	79.617	211.809
II	297.662	94.570	14.474	80.096	217.566
III	304.733	96.569	14.765	81.904	222.929
IV	312.976	99.066	15.198	83.868	229.108
V	316.320	101.565	15.581	85.984	230.336
VI	322.602	103.361	17.181	86.180	236.422
VII	325.560	103.354	16.555	86.819	238.741

(*) Caixa em moeda corrente.

Fonte: Serviço de Estatística Econômica e Financeira.

QUADRO N° VI

Índice de depreciação das principais moedas do mundo

<i>Países</i>	<i>Índice do valor das moedas em 1957 (1957 - 100)</i>	<i>Taxa anual de depreciação 1947 - 57</i>
Suíça.....	89	1,2
Alemanha Ocidental.....	87	1,5
Venezuela.....	87	1,5
Estados Unidos.....	80	2,2
Índia.....	79	2,3
Bélgica.....	77	2,6
Itália.....	74	3,0
Canadá.....	70	3,5
Dinamarca.....	69	3,6
Noruega.....	67	4,0
África do Sul.....	66	4,0
Países Baixos.....	66	4,1
Suécia.....	65	4,2
Reino Unido.....	62	4,7
Nova Zelândia.....	61	4,8
França.....	56	6,2
México.....	49	6,9
Uruguai.....	47	7,3
Austrália.....	46	7,5
Finlândia.....	39	8,9
Peru.....	37	9,5
BRASIL.....	28	2,1
Argentina.....	16	6,5
Chile.....	5	25,5

Fonte: First National City Bank of New York:

QUADRO NP VII

Receita Orçamentária prevista e arrecadada em 1958

Janeiro a Julho

<i>Discriminação</i>	<i>Previsão Corrigida</i>	<i>Arrecadação Escriturada</i>	<i>Variação s/ a Previsão</i>	
			<i>Absoluta</i>	<i>Relativa</i>
Importação.....	11.356.252.523,10	5.745.646.013,90	– 5.610.606.509,20	– 49,40
Consumo.....	20.439.771.823,20	19.797.823.926,60	– 641.947.896,60	– 3,14
Renda.....	14.936.770.246,80	13.357.664.795,00	– 1.579.105.451,80	– 10,57
Sêlo.....	5.982.847.545,00	6.339.159.839,50	+ 356.312.294,50	+ 5,95
Demais Rendas.....	10.309.944.539,30	8.504.766.874,20	– 1.715.177.665,10	– 16,63
Total.....	63.025.586.677,40	53.835.061.449,20	– 9.190.525.228,20	– 14,58

QUADRO N.º VIII

Aparelhos, Máquinas e Artefatos de metal

(Em milhões de cruzeiros)

Ano	Arrecadação	Variação		Previsão
		Absoluta	%	
1951.....	954	—	—	550
1952.....	1.040	+ 86	+ 9,0	700
1953.....	925	— 115	— 11,1	1.030
1954.....	1.644	+ 719	+ 77,7	1.500
1955.....	1.884	+ 240	+ 14,6	1.650
1956.....	2.993	+ 1.109	+ 58,9	3.309
1957.....	3.815	+ 822	+ 27,5	3.700
1958 (1)	5.500	+ 1.685	+ 44,2	5.130
1959 (2)	6.000	+ 500	+ 9,1	6.000

Fontes: Contadoria Geral da República do Ministério da Fazenda e Divisão de Orçamento e Organização do Departamento Administrativo do Serviço Público.

(1) Arrecadação provável.

(2) Estimativa.

QUADRO N.º IX

Artefatos de Matéria de Origem Animal e Vegetal

(Em milhões de cruzeiros)

Ano	Arrecadação	Variação		Previsão
		Absoluta	%	
1951.....	302	+ —	—	195
1952.....	371	+ 69	+ 23,0	270
1953	413	+ 42	+ 11,3	450
1954.....	524	+ 111	+ 26,9	500
1955.....	652	+ 128	+ 24,4	536
1956	987	+ 335	+ 51,4	900
1957	1.364	+ 377	+ 38,2	1.020
1958 (1)	1.792	+ 428	+ 31,4	1.789
1959 (2)	2.250	+ 458	+ 25,6	2.250

Fontes: Contadoria Geral da República do Ministério da Fazenda e Divisão de Orçamento e Organização do Departamento Administrativo do Serviço Público.

(1) Arrecadação provável.

(2) Estimativa.

QUADRO N°X

Produtos Farmacêuticos e Medicinais

(Em milhões de cruzeiros)

Ano	Arrecadação	Variação		Previsão
		Absoluta	%	
1952.....	186	—		200
1953.....	199	+ 13	+ 7,0	233
1954.....	193	+ 94	+ 47,2	240
1955.....	152	+ 59	+ 20,1	300
1956.....	141	+ 89	+ 25,3	375
1957.....	563	+ 122	+ 427,7	494
1958 (1)	750	+ 187	+ 33,2	561
1959 (2)	1.030	+ 280	+ 37,2	865

Fontes: Contadoria Geral da República do Ministério da Fazenda e Divisão de Orçamento. e Organização do Departamento Administrativo do Serviço Público.

(1) Arrecadação provável.

(2) Estimativa.

QUADRO N° XI

Produtos de Higiene e Cuidados. Pessoais

(Em milhões de cruzeiros)

Ano	Arrecadação	Variação		Previsão
		Absoluta	%	
1951.....	205	+ —	— —	150
1952.....	224	+ 19	+ 9,3	201
1953.....	297	+ 73	+ 32,6	245
1954.....	469	+ 172	+ 57,9	350
1955.....	579	+ 110	+ 23,5	506
1956.....	821	+ 242	+ 41,8	910
1957.....	1.003	+ 182	+ 22,2	1.083
1958 (1)	1.300	+ 297	+ 29,6	1.378
1959 (2)	1.900	+ 600	+ 46,2	1.900

Fonte: Contadoria Geral da República do. Ministério da Fazenda e Divisão de Orçamento e Organização do Departamento Administrativo do Serviço Público.

(2) Estimativa.

(1) Arrecadação provável.

QUADRO Nº XII

Calçados

(Em milhões de cruzeiros)

Ano	Arrecadação	Variação		Previsão
		Absoluta	%	
1951.....	294	—	—	220
1952.....	324	+ 30	+ 10,2	265
1953.....	376	+ 52	+ 16,0	345
1954.....	505	+ 129	+ 34,3	420
1955.....	676	+ 171	+ 33,9	500
1956.....	1.037	+ 361	+ 53,4	866
1957.....	1.170	+ 133	+ 12,8	1.200
1958 (1)	1.350	+ 180	+ 15,4	1.350
1959 (2)	1.928	+ 578	+ 42,8	1.928

Fontes: Contadoria Geral da República do Ministério da Fazenda e Divisão de Orçamento e Organização do Departamento Administrativo do Serviço Público.

(1) Arrecadação provável.

(2) Estimativa.

QUADRO Nº XIII

Móveis

(Em milhões de cruzeiros)

Ano	Arrecadação	Variação		Previsão
		Absoluta	%	
1951.....	145	—	—	195
1952.....	174	+ 29	+ 20,0	140
1953.....	206	+ 32	+ 18,4	200
1955.....	269	+ 63	+ 30,6	240
1.954.....	328	+ 59	+ 21,9	284
1956.....	541	+ 213	+ 64,9	538
1957.....	747	+ 206	+ 38,1	620
1958 (1)	980	+ 233	+ 31,2	903
1959 (2)	1.500	+ 520	+ 53,1	1.500

Fontes: Contadoria Geral da República do Ministério da Fazenda e Divisão de Orçamento e Organização do Departamento Administrativo do Serviço Público.

(1) Arrecadação provável.

(2) Estimativa.

QUADRO N° XIV

Tecidos, Malharias e seus Artefatos, Passamarias, Cordoarias e Linhas

(Em milhões de cruzeiros)

Ano	Arrecadação	Variação		Previsão
		Absoluta	%	
1951.....	1.247	–	–	1.000
1952.....	1.285	+ 38	+ 3,0	1.250
1953.....	1.578	+ 293	+ 22,8	1.470
1954.....	2.101	+ 523	+ 33,1	1.763
1955.....	2.539	+ 438	+ 20,8	2.289
1956.....	3.695	+ 1.156	+ 45,5	3.900
1957.....	4.772	+ 1.077	+ 29,1	5.241
1958 (1).....	5.800	- 1.028	+ 21,5	6.936
1959 (2).....	7.715	+ 1.915	+ 33,0	7.715

Fontes: Contadoria Geral da Republica do Ministério da Fazenda e Divisão de Orçamento e Organização do Departamento Administrativo do Serviço Público.

(1) Arrecadação provável.

(2) Estimativa.

QUADRO RESUMO

(Em milhões de cruzeiros)

Itens	Proposta do Poder Executivo	Revisão da Câmara	Revisão do Senado	Diferença entre Câmara e Senado
Importação.....	19.464.000	18.464.000	21.932.084	+ 3.468.084
Consumo.....	44.251.122	45.867.122	49.135.100	+ 3.267.978
Renda.....	36.007.000	36.007.000	40.521.000	+ 4.514.000
Outras receitas (*).....	38.351.206	38.351.206	38.351.206	
Total.....	138.073.328	138.689.328	149.939.390	+ 11.250.062

(*) Não alteradas nela Câmara e pelo Senado.

EMENDAS SUBSTITUTIVA Nº 1-C

Substituir, no Anexo 1 – Receita, a classificação 1.00.00 – Imposto de Importação e sua discriminação pelas seguintes:

	<i>Subalíneas</i>	<i>Alíneas</i>	<i>Rubricas</i>
1.00.00 Imposto de Importação e Afins.....			24.932.084
01.00 Imposto de Importação.....		21.932.084	
01 Animais e produtos do reino animal (Seção II).....	500.000		
02 Produtos do reino vegetal (Seção II).....	700.000		
03 Gorduras e óleos animais e vegetais; produtos de sua dissociação; gorduras alimentares elaboradas; cêras animais e vegetais; resíduos da elaboração das substâncias gordurosas (Seção III).....	300.000		
04 Produtos das indústrias alimentícias; bebidas alcoólicas ou não; vinagre; fumo (Seção IV).....	750.000		
05 Produtos minerais (Seção V).....	318.000		
06 Produtos das indústrias químicas (Seção VI).....	1.900.000		
07 Plásticos, resinas sintéticas e suas manufaturas; borrachas e suas manufaturas (Seção VII).....	500.000		
08 Couros e peles e suas manufaturas; artigos das indústrias afins (Seção VIII).....	200.000		
09 Madeira e artigos de madeira; carvão vegetal; cortiça e artigos de cortiça; obras de espartaria e trançaria e outros materiais de cestaria (Seção IX)...	50.000		
10 Material para fabricação de papel – papel e suas manufaturas (Seção X).....	1.000.000		
11 Têxteis e artigos têxteis (Seção XI).....	1.300.000		
12 Calçados, chapéus, sombrinhas, guarda-chuvas, penas preparadas e artefatos de penas, flores artificiais; artefatos de cabelo (Seção XII).....	1.000		

	<i>Subalíneas</i>	<i>Alíneas</i>	<i>Rubricas</i>
13 Artigos de calcários, de gesso, de cimento, de amianto ou asbestos, de mica e semelhantes produtos de cerâmica, vidros e cristais (Seção XIII).....	28.000		
14 Pérolas, naturais e cultivadas, pedras preciosas e semi-preciosas, metais preciosos; folheados de metais preciosos; obras bijotérias de fantasia; moedas (Seção XIV).....	55.000		
15 Metais comuns empregados na metalurgia e suas obras (Seção XV).....	1.300.000		
16 Máquinas e instrumentos mecânicos; equipamentos elétricos (Seção XVI).....	7.200.000		
17 Veículos e equipamentos de transportes (Seção XVII)	5.000.000		
18 Instrumentos e aparelhos de ótica, de fotografia e de cinematografia; de medida, de verificação, de precisão, instrumentos e aparelhos médico cirúrgicos; relojoaria; instrumentos de música; aparelhos registradores e reprodutores de som (Seção XVIII).....	100.000		
19 Armas e munições (Seção XIX).....	10.000		
20 Obras não classificadas nem compreendidas em outra parte (Seção XX).....	170.000		
21 Mercadorias não classificadas nas subalíneas anteriores (art. 13).....	650.000		
02.00 Taxa de Despacho Aduaneiro.....		3.000.000	

Justificação

A presente emenda tem por fim promover a classificação correta dos tributos, que, pela sua natureza, devem ser agrupados na rubrica do Impôsto de Importação e Afins.

A Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957, ao mesmo tempo que modificou as Tarifas Aduaneiras, alterou a denominação do tributo para "Impôsto de Importação", suprimiu outros tributos cobrados sobre mercadorias importadas, substituindo-os por uma "Taxa de Despacho Aduaneiro".

Esta nova "taxa" conservou tôdas as características dos tributos suprimidos, inclusive a sua universalidade, os quais eram classificados nesta rubrica. Releva notar que a forma de cobrança da nova "taxa" é idêntica à da anterior Taxa de Previdência Social, um dos antigos tributos componentes do grupo Impôsto de Importação e Afins. Portanto, o deslocamento da Taxa de Despacho Aduaneiro para o parágrafo das Taxas, onde se agrupam tributos de natureza diferente, não se justifica, pois ela é, na realidade, um impôsto idêntico à antiga Taxa de Previdência Social que substituiu ou à Taxa de Educação e Saúde, ambas sempre classificadas no parágrafo dos impostos.

AUMENTO 3.268

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº

EMENDA SUBSTITUTIVA Nº 2-C

Substituir, no Anexo 1 – Receita, a classificação 2.0.00 – Impôsto de Consumo e sua discriminação, pela seguinte:

	<i>Subalíneas</i>	<i>Alíneas</i>	<i>Rubricas</i>
2.00.00 Impôsto de Consumo.....			49.135.100
01.00 Aparelhos, máquinas e artefatos de metais.....		6.000.000	
01 Produtos nacionais.....	5.000.000		
02 Produtos estrangeiros.....	1.000.000		
02.00 Armas, munições e fogos de artifícios.....		173.500	
01 Produtos nacionais.....	160.500		
02 Produtos estrangeiros.....	13.000		
03.00 Artefatos de matérias de origem animal e vegetal....		2.250.000	
01 Produtos nacionais.....	2.160.000		
02 Produtos estrangeiros.....	90.000		
04.00 Brinquedos, artigos de esportes e jogos.....		142.800	
01 Produtos nacionais.....	134.200		
02 Produtos estrangeiros.....	8.600		
05.00 Cerâmica e vidro.....		884.000	
01 Produtos nacionais.....	814.000		
02 Produtos estrangeiros.....	70.000		
06.00 Chapéus.....		66.000	
01 Produtos nacionais.....	65.900		
02 Produtos estrangeiros.....	100		
07.00 Cimento e artefatos de cimento, de gesso e de pedras naturais e artificiais.....		971.000	
01 Produtos nacionais.....	955.000		
02 Produtos estrangeiros.....	16.000		
08.00 Escôvas, espanadores e pincéis.....		57.400	
01 Produtos nacionais.....	57.200		
02 Produtos estrangeiros.....	200		
09.00 Lâmpadas elétricas.....		93.000	
01 Produtos nacionais.....	84.000		

	<i>Subalíneas</i>	<i>Alíneas</i>	<i>Rubricas</i>
02 Produtos estrangeiros.....	9.000		
10.00 Papéis e seus artefatos.....		495.900	
01 Produtos nacionais.....	476.100		
02 Produtos estrangeiros.....	19.800		
11.00 Produtos farmacêuticos e medicinais.....		1.030.000	
01 Produtos nacionais.....	1.013.000		
02 Produtos estrangeiros.....	17.000		
12.00 Produtos de higiene e cuidados pessoais.....		1.900.000	
01 Produtos nacionais.....	1.888.000		
02 Produtos estrangeiros.....	12.000		
13.00 Tintas, esmaltes, vernizes e outras matérias.....		790.000	
01 Produtos nacionais.....	650.000		
02 Produtos estrangeiros.....	140.000		
14.00 Velas.....		37.400	
01 Produtos nacionais.....	36.000		
02 Produtos estrangeiros.....	1.400		
15.00 Calçados.....		1.928.000	
01 Produtos nacionais.....	1.838.000		
02 Produtos estrangeiros.....	90.000		
16.00 Guarda-chuvas.....		87.300	
01 Produtos nacionais.....	80.000		
02 Produtos estrangeiros.....	7.300		
17.00 – Cartas de jogar.....		28.700	
01 Produtos nacionais.....	28.000		
02 Produtos estrangeiros.....	700		
18.00 Alcool.....		55.900	
01 Produtos nacionais.....	55.800		
02 Produtos estrangeiros.....	100		
19.00 Carbureto de cálcio.....		1.400	
01 Produtos nacionais.....	1.000		
02 Produtos estrangeiros.....	400		
20.00 Vinagre.....		11.600	
01 Produtos nacionais.....	11.540		
02 Produtos estrangeiros.....	60		
21.00 Bebidas e adicional.....		5.226.000	
01 Produtos nacionais.....	4.720.000		
02 Produtos estrangeiros.....	31.000		
03 Adicional de 10%.....	475.000		
22.00 Fósforos e isqueiros.....		461.200	
01 Produtos nacionais.....	450.000		
02 Produtos estrangeiros.....	11.200		
23.00 Fumo.....		14.422.000	
01 Produtos nacionais.....	14.390.000		
02 Produtos estrangeiros.....	32.000		
24.00 Jóias, obras de ourives e relógios.....		444.000	
01 Produtos nacionais.....	410.000		
02 Produtos estrangeiros.....	34.000		
25.00 Móveis.....		1.500.000	
01 Produtos nacionais.....	1.498.000		
02 Produtos estrangeiros.....	2.000		

	<i>Subalíneas</i>	<i>Alíneas</i>	<i>Rubricas</i>
26.00 Produtos alimentares industrializados.....		1.959.000	
01 Produtos nacionais.....	1.920.000		
02 Produtos estrangeiros.....	39.000		
27.00 Sal.....		24.000	
01 Produtos nacionais.....	23.970		
02 Produtos estrangeiros.....	30		
28.00 Tecidos, malharias e seus artefatos, passamanarias, cordoalhas e linhas.....		7.715.000	
01 Produtos nacionais.....	7.660.000		
02 Produtos estrangeiros.....	55.000		
29.00 Patentes de Registro.....		380.000	

Justificação

A presente emenda tem por fim corrigir a discriminação dos produtos sujeitos ao imposto de consumo tendo em vista a Nova Consolidação desse tributo aprovada com o Decreto nº 43.711, de 17 de maio de 1958. Além disso, restabelece o desdobramento tradicional de cada alínea em produtos nacionais e produtos estrangeiros, cuja supressão não é recomendável.

Embora a taxa de incidência do tributo seja idêntica para os produtos nacionais e para os estrangeiros, os fatores econômicos que influem sobre a arrecadação do imposto derivado dos produtos nacionais são completamente diferentes daqueles que atuam sobre a decorrente dos produtos estrangeiros. Enquanto a arrecadação dos primeiros resulta da expansão do parque industrial nacional que cresce com o aumento da população e com a melhor distribuição da renda, oferecendo certa regularidade no seu crescimento, a dos segundos depende primordialmente da situação cambial, cuja instabilidade provoca a miúdo, fortes contrações nas importações, com queda correspondente na arrecadação.

Portanto, a aglutinação da arrecadação proveniente daquelas duas fontes que atuam completamente independente uma da outra, além de não trazer benefício de nenhuma ordem para a administração fazendária, ainda prejudica os serviços das estimativas da receita, cujo aprimoramento deve ser uma constante das autoridades orçamentárias.

EMENDA Nº 3-C

<i>Código</i>	<i>Discriminação</i>	<i>Subalíneas</i>	<i>Alíneas</i>	<i>Rubricas</i>
3.00.00	Imposto de Renda.....			40.521.000
03.00	Imposto de Renda arrecadado nas fontes.....		13.800.000	
01	Imposto sobre lucros apurados pelas pessoas físicas na venda de propriedades imobiliárias.....	2.631.000		

	<i>Subalíneas</i>	<i>Alíneas</i>	<i>Rubricas</i>
10 Impôsto sôbre lucros superiores a Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros) decorrentes de prêmios em dinheiro, obtidos em loterias, concursos desportivos, inclusive do turfe, compreendidos os "bettings" e sorteios de qualquer espécie .	438.000		
11 Impôsto sôbre rendimentos percebidos pelas pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas no estrangeiro e pelos residentes no País que estiverem ausentes no exterior por mais de doze meses.....	2.534.000		
12 Impôsto sôbre os rendimentos percebidos pelas pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas no estrangeiro, a título de "royalties", tais como os decorrentes da exploração de marcas de indústria e de comércio, de patentes de invenção, processos ou fórmulas de fabricação .	1.511.000		
13 Impôsto sôbre o rendimento da exploração de películas cinematográficas estrangeiras	156.000		
14 Impôsto sôbre cotas-partes de multas recebidas por funcionários em virtude de leis fiscais.....	72.000		
15 Impôsto sôbre rendimentos de trabalho provenientes do exercício de empregos, cargos ou funções.....	937.000		
16 Impôsto sôbre o aumento dos fundos de reserva das sociedades anônimas com o aproveitamento de lucros apurados, quando êsses fundos já tenham atingido o valor do capital social realizado.....	776.000		
17 Impôsto sôbre o aumento de capital mediante a reavaliação do ativo imobilizado e a incorporação de reservas.....	3.009.000		

EMENDA SUBSTITUTIVA Nº 4-C

Substituir, no Anexo 1 – Receita, a classificação 03.0.00.00 – Renda de Bens Imóveis e sua discriminação (no Título da Renda Patrimonial), pela seguinte:

<i>Discriminação</i>		<i>(Milhares de cruzeiros)</i>		<i>Parágrafos</i>
		<i>Alíneas</i>	<i>Rubricas</i>	
03.0.00.00	Renda de Bens Imóveis	–	–	81.800
1.00.00	Aluguéis e Arrendamentos	–	16.700	–
01.00	Aluguéis.....	15.200	–	–
02.00	Arrendamentos.....	1.500	–	–
2.00.00	Foros e Laudêmios.....	–	46.000	–
01.00	Foros.....	9.000	–	–
02.00	Laudêmios.....	37.000	–	–
3.00.00	Taxa de ocupação de imóveis.....	–	19.100	–

Justificação

A presente emenda visa à identificação das rendas provenientes de aluguéis, arrendamentos, foros e laudêmios, separadamente. Essa classificação já se encontra em vigor no corrente exercício de 1958, com reais vantagens para os serviços de controle da Receita Federal, não se justificando, portanto, o seu abandono.

EMENDA SUBSTITUTIVA Nº 5-C

Substituir, no Anexo 1 – Receita, no capítulo da Renda Industrial (3.00.0.00.00), os correspondentes parágrafos, rubricas, alíneas e subalíneas, pelos seguintes:

		<i>(Milhares de Cruzeiros)</i>		<i>Parágrafos</i>
		<i>Alíneas</i>	<i>Rubricas</i>	
01.0.00.00	Renda de Empresas Pública.....			2.551.940
1.00.00	Departamento de Imprensa Nacional		45.000	
2.00.00	Departamento dos Correios e Telégrafos.....		2.500.000	
3.00.00	Receita dos portos administrados pela União.....		6.940	
01.00	Pôrto de Laguna.....	1.300		
02.00	Pôrto de Natal.....	640		
03.00	Outros portos.....	5.000		
01	Receita da utilização dos portos.....	3.000		
02	Receita das capatazias.....	700		

<i>Alíneas Subalíneas</i>	<i>Rubricas Alíneas</i>	<i>Parágrafos Rubricas</i>	<i>(Milhares de cruzeiros)</i>		
			<i>Alíneas</i>	<i>Rubricas</i>	<i>Parágrafos</i>
03 Receita de armazenagem.....		1.300			
02.0.00.00 Renda de Serviços Públicos.....					105.531
2.00.00 Ministério da Agricultura.....				40.222	
03.00 Departamento Nacional de Produção Animal.....			25.460		
01 Divisão de Caça e Pesca.....		350			
02 Divisão de Defesa Sanitária Animal.....		14.000			
03 Divisão de Fomento da Produção Animal.....		8.000			
04 Instituto de Biologia Animal.....		10			
05 Instituto de Zootecnia.....		3.000			
4.00.00 Ministério da Fazenda.....				3.720	

Justificação

A presente emenda visa à correção da receita proveniente dos serviços portuários prestados diretamente pela União, em portos cujo regime de concessão ainda não se encontra aprovado pelas autoridades competentes. A classificação da proposta é mais correta que a anterior, pois a receita em causa não é, propriamente, renda de serviço do Ministério da Fazenda, mas de serviços portuários ainda não organizados em forma de entidade autónoma. A segunda parte da emenda retifica a previsão da receita de alguns órgãos do Ministério da Agricultura, saída com incorreções.

EMENDA SUPRESSIVA Nº 6-C

Suprimir, no Anexo 1 – Receita, na Renda Industrial (3.00.0.000.00) – Renda de Serviços Públicos (02.0.00.00), Ministério da Fazenda (4.00.00), a seguinte alínea:

04.00 – Alfândegas e Estações Aduaneiras (utilização dos portos, capatazias e armazenagens)..... 5.000

Justificação

Esta supressão resulta da classificação correta desta receita na rubrica própria existente no primeiro parágrafo da Renda Industrial, a qual foi proposta em outra emenda.

EMENDA SUBSTITUTIVA Nº 7-C

Substituir, no Anexo 1 – Receita, a classificação 02.0.00.00 – Taxas e sua discriminação pela seguinte:

	<i>Alíneas</i>	<i>Rubricas</i>	<i>Parágrafos</i>
02.0.00.00 Taxas.....			1.008.500
1.00.00 Montepio Civil e Militar.....		445.000	
2.00.00 Emolumentos Consulares.....		200.000	
3.00.00 Cotas de Participação em Contribuição e Rendas de Entidades Diversas.....		163.360	
01.00 Cota de 20% do Imposto Sindical.....	150.000		
02.00 Taxas sobre a cota de previdência das Caixas e Institutos de Previdência Social.....	12.000		
03.00 Cota de 5% sobre a renda especial da Comissão da Marinha Mercante.....	<u>1.350</u>		
04.00 Cota de 10% sobre percentagem percebida pelos porteiros de auditório.....	10		
4.00.00 Taxas de Classificação e Fiscalização de Exportação de Produtos.....		27.600	
01.00 Taxa de classificação comercial e fiscalização de exportação de produtos.....	27.000		
02.00 Taxa de classificação e avaliação de pedras preciosas.....	400		
03.00 Taxa de classificação e avaliação de quartzo.....	200		
5.00.00 Taxas de Fiscalização.....		26.500	
01.00 Contribuição para fiscalização bancária.....	20.000		
02.00 Taxas de fiscalização de vinhos e derivados.....	2.400		
03.00 Taxa de censura.....	1.200		
04.00 Cota semestral das empresas que distribuem prêmios por sorteio.....	1.400		
05.00 Taxa de análise para licenciamento de especialidades farmacêuticas, produtos químicos e congêneres.....	500		

	<i>Alíneas</i>	<i>Rubricas</i>	<i>Parágrafos</i>
06.00 Contribuição para fiscalização de empresas de estradas-de-ferro, concessionárias de portos e companhias de seguros nacionais e estrangeiros	500		
07.00 Taxa de visita às embarcações.....	350		
08.00 Contribuição para fiscalização da Loteria Federal.....	100		
6.00.00 Taxas Sanitárias.....		19.400	
01.00 Taxa de inspeção sanitária.....	14.000		
02.00 Taxa fitossanitária.....	4.600		
03.00 Taxa de desinfecção.....	300		
04.00 Taxa de expurgo de embarcações.....	500		
7.00.00 Taxas e Custas Judiciais.....		11.000	
01.00 Taxa judiciária federal e da Justiça local do Distrito Federal.....	8.000		
02.00 Custas Judiciais.....	3.000		
8.00.00 Taxas de Registro.....		340	
01.00 Taxas de Registro e licenciamento de descarçadores e instalações de beneficiamento e prensagem de algodão e outras plantas têxteis.....	160		
02.00 Taxa de registro das organizações de previdência social	120		
03.00 Taxa de registro obrigatório dos compradores autorizados, lapidários e comerciantes de jóias e obras de ourives.....	60		
9.00.00 Taxas sobre minerais.....	73		
01.00 Taxa sobre a produção efetiva das minas.....	64.000		
02.00 Taxa sobre o carvão nacional entregue ao mercado.....	9.000		
10.00.00 Taxas Diversas.....		42.300	
01.00 Impôsto de faróis.....	13.900		
02.00 Taxa cinematográfica para educação popular.....	1.400		
03.00 Taxas sobre prêmios de corridas de cavalos.....	27.000		

Justificação

A presente emenda, unicamente de redação, tem por objeto corrigir a discriminação do parágrafo das taxas em face das novas disposições estabelecidas na Lei nº 3.244, de 14 de agosto de 1957, que modificou as Tarifas Aduaneiras e suprimiu vários tributos relacionados com a importação de mercadorias. Concomitantemente, procedeu à correção da denominação de algumas taxas e contribuições (4.03.00, 5.02.00, 5.06.00 e 5.07.00) para atender aos dispositivos legais que as instituíram.

EMENDA Nº 8-C

Inclua-se o seguinte artigo:

Art. ... Fica o Poder Executivo autorizado a abrir os créditos suplementares, que se fizerem necessários, na forma do art. 48 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, para atender às entregas das importâncias correspondentes às diferenças verificadas entre a Receita efetivamente arrecadada e as dotações a ela vinculadas.

Justificação

O artigo acima, que há vários anos consta da Lei Orçamentária, existe com o nº 6 da Lei Orçamentária para 1958 e foi suprimido na proposta para 1959. Trata-se, entretanto, de um dispositivo que sempre permitiu ao Ministério da Marinha receber a diferença verificada entre a arrecadação da taxa anteriormente referente ao produto do imposto da Transferência de Fundos para o exterior (Lei nº 1.383, de 13-5-51), agora prevista ao artigo 66, da Lei nº 3.244, de 14-8-57 e a dotação própria do Fundo Naval (Verba 3.0.00 – Consignação 3.1.00 – Subconsignação 3.1.09) do orçamento do Ministério da Marinha. O dispositivo em aprêço somente terá aplicação na hipótese de haver efetivamente maior arrecadação que a dotação do Fundo Naval, seja qual fôr a fonte da receita.

EMENDA Nº 9-C

Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 1058, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1959.

Inclua-se, no fim da lista de leis relativas aos impostos de consumo e sêlo, a expressão:

"e demais leis resultantes de projetos já em curso no Congresso Nacional, cuja vigência venham ocorrer no presente ano legislativo".

Projeto Nº.

EMENDA Nº 10

Acrescentar na Legislação. da Receita:

Imposto de Consumo.

Decreto nº 43.711 – 17-5-1958.

EMENDA Nº 12

Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 1958, que estima a Receita e fixa a Despesa para o exercício de 1959. Anexo 1 – Receita.

Ao art. 2º acrescente-se entre as expressões "em vigor" "e das especificações", o seguinte: "e leis resultantes de projetos já em curso no Congresso, cuja vigência venha ocorrer no presente ano legislativo".

Justificação

O art. 141, § 34 da Constituição, como é sabido, prescreve que "nenhum tributo será exigido ou aumentado sem que a lei o estabeleça e nenhum será cobrado em cada exercício sem prévia autorização orçamentária", ressalvadas as hipóteses das tarifas aduaneiras e do imposto lançado por motivo de guerra.

Interpretando e aplicando êsse preceito, que, como observa Pontes de Miranda, "é uma novidade da Constituição de 1946", tem decidido o Supremo Tribunal Federal, em iterativa e recente jurisprudência, já perfeitamente consolidada, que, para cobrança de títulos, em geral, em determinado exercício, é necessário sejam êles previamente previstos tanto em lei especial, como no orçamento, mas não é preciso que aquela preceda a êste. (Acórdãos do Supremo Tribunal Federal, de 27-7-53, de 21-9-57 e de 3-12-56, publicados, respectivamente, nos "Diários da Justiça", de 14.10.57, 24-4-57 e 28-8-58).

Na conhecida questão de cobrança do aumento da taxa de Previdência Social, resultante da Lei nº 2.250, de 30-6-54, ainda no curso do exercício, foi ainda mais longe nossa mais alta Corte de Justiça: "havendo lei, como no caso, que estabelece aumentos, basta para que fique autorizada a sua cobrança nos termos do art. 141, § 34, da Constituição, a menção do tributo na lei de meios, já que a previsão orçamentária é genérica..." (Acórdão do Supremo Tribunal Federal, de 30-1-58, no "Diário da Justiça", de 3-11-58).

Dentro dessa já pacífica e consagrada orientação jurisprudencial, que na doutrina encontra apoio nas lições de Carlos Maximiliano (Direito Internacional) e Temístocles Cavalcanti ("A Constituição Federal Comentada", vol. III, págs. 258, 259 e 263), cabe perfeitamente nossa emenda, que é, rigorosamente, constitucional.

Não colherá dizer-se ser ela uma perigosa autorização antecipada e genérica, imprecisa e vaga, uma espécie de cheque em branco em favor Executivo, que o preencheria ao sabor do seu arbítrio e de sua vontade. Muito ao contrário, pela redação, bem meditada e prudente, dada à emenda, ficam perfeitamente indicada e *determinada* as leis a que ela se refere; não haverá como estendê-la a outras. Não há

quem de boa fé, no caso, ignore que se oferece ela ao projeto de impostos de consumo e do sêlo, já em curso na Câmara.

Por outro lado, objetiva nossa emenda, e aí está seu maior mérito e principal finalidade, permitir que êsses projetos possam melhor ser estudados e votados. sem uma precipitação incompatível com a sua importância, num ambiente de entendimento e cooperação entre Maioria, Minoria e Oposição, em busca de uma solução que concilie, prudentemente, os interesses do Fisco, da Nação e do contribuinte.

Sala das Comissões, em .. de novembro de 1958. – *Lameira Bittencourt*.

EMENDA Nº 11

Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 1958, que fixa a Despesa e estima a Receita para o exercício de 1959 – Anexo 1, Receita.

Inclua-se na legislação da Receita a Lei nº 3.470, de 28 de novembro de 1958.

(Ao Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 1958, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1959 – Anexo 1).

1 – Receita.

Acrescente-se na Lei de Receita o seguinte artigo:

Art. .. As despesas consignadas nos anexos do presente Orçamento não poderão ser objeto de qualquer redução, seja, a que título fôr, tendo absoluta prioridade; quanto ao pagamento sôbre as despesas resultantes de créditos adicionais, salvo os destinados a medidas de salvação pública.

Parágrafo único. Os créditos adicionais serão relacionados por ordem cronológica para efeito de atendimento e pagamento posterior à integral execução dêste Orçamento.

Justificação

Os chamados Planos de Economia vêm prejudicando não só o pagamento de subvenções como quase que paralisando obras importantes e deixando hospitais sem verbas para atender aos doentes.

Não é justo que sejam pagos os créditos adicionais antes do pagamento das dotações consignadas na lei orçamentária.

O SR. PRESIDENTE: – Em discussão o projeto com as emendas.

O SR. MEM DE SÁ :– Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE: – Tem a palavra o nobre Senador Mem de Sá.

O SR. MEM DE SÁ (*): – Sr. Presidente, Senhores Senadores, a digna Comissão de Finanças, por proposta do seu eminente Relator, Senador Lameira Bittencourt, introduziu no art. 2º da lei que estima a Receita e fixa a Despesa, para o exercício de 1959, o seguinte acréscimo:

EMENDA Nº 12

"Acrescente-se entre as expressões "em vigor" e "das especificações", o seguinte:

"De lei resultante de projetos já em curso, cuja vigência venha ocorrer no presente ano legislativo".

O referido artigo estabelece que "a Receita estimada para o exercício de 1959 será arrecadada de acôrdo com as leis vigentes".

É a expressão clássica, tradicional, de todas as leis orçamentárias.

Realmente, o art. nº 73, § 1º, da Constituição, é expresso, e dispõe que:

(*) – Não foi revisto pelo orador.

"A lei do Orçamento não conterá dispositivo estranho à. previsão da Receita e à fixação da Despesa para os serviços anteriormente criados. Não se incluem nessa proibição:

I – a autorização para abertura de créditos suplementares e operações de crédito por antecipação da receita;

II – a aplicação do saldo e o modo de cobrir o deficit".

Em face desse preceito e como decorrência de principio consagrado na doutrina, na teoria universal da Ciência das Finanças e do Direito Orçamentário, entende-se que a Lei de Meios só pode conter, rigorosa e absolutamente, a estimativa da Receita e a fixação da Despesa, sendo que a Despesa Variável deve ser, também; rigorosamente discriminada.

O preceito tem uma velha história no orçamento brasileiro, e foi introduzido na nossa legislação constitucional pela emenda de 1926, com o fim de acabar com as famigeradas e escandalosas caudas orçamentárias.

Assim, todas as Leis de Meios se limitavam a fazer a estimativa de receita, de acôrdo com a legislação em vigor.

A legislação deve ser especificada. Os Orçamentos brasileiros, aliás são falhos, são omissos a respeito, porque, muita vez, deixam de incluir algumas das leis vigorantes, segundo as quais a Receita é arrecadada.

O que não resta dúvida, porém, é que o texto é sempre este: "A Receita será arrecadada, de acôrdo com a legislação em vigor, especificada nos anexos respectivos".

Agora, segundo a emenda do eminente Relator, aceita pela Comissão de Finanças, diz-se que "a Receita será arrecadada de acôrdo com a legislação em vigor e com as leis resultantes de projetos já em curso no Congresso, cuja vigência venha a ocorrer no presente ano legislativo".

Sendo assim, será possível arrecadar, em 1959, não só de acordo com as leis criadoras ou modificadoras de impostos, votadas e sancionadas até o dia 30 de novembro, mas, também, de acordo com as leis criadoras ou modificadoras de tributos, votadas e sancionadas até 15 de dezembro.

É uma inovação. Reconheço a extrema habilidade dessa "trouville" legislativa, e rendo as homenagens da minha admiração intelectual, já para não falar das da minha estima pessoal ao ilustre, operoso e digno Senador Lameira Bittencourt.

O SR. LAMEIRA BITTENCOURT: – Permite V. Exa. um aparte?

O SR. MEM DE SÁ: – Com todo o prazer.

O SR. LAMEIRA BITTENCOURT: – Muito agradeço a V. Exa. as generosas palavras com que distinguiu e honrou a minha emenda; e, desde já, prometo a V. Exa. que, logo após terminar o seu brilhante discurso, ocuparei a tribuna para explicar que, felizmente, são infundados os receios de V. Exa. O que inspirou a apresentação dessa emenda foi o mais puro, o mais nobre e elevado espírito público. Muito grato, de qualquer maneira, às referências tão bondosas do nobre colega.

O SR. MEM DE SÁ: – Devo desde logo dizer que, de forma alguma, em hipótese alguma, duvidei ou duvidaria do alto espírito inspirados da emenda de V. Exa. Embora discordasse dela, embora a ela me opusesse, sempre o faria reconhecendo a elevação de propósitos que teria guiado Vossa Excelência.

O SR. LAMEIRA BITTENCOURT: – Muito grato a Vossa Excelência.

O SR. MEM DE SÁ: – Realmente é uma "trouville" como disse; e, na azáfama destes dias, no tumulto e nas preocupações legislati-

vas destas semanas, confesso que não pude pesquisar, estudar, procurar os textos de autores e de jurisprudência para confrontar o ponto de vista que desejo expor, como uma ressalva para atitudes futuras em torno do assunto.

Sr. Presidente, o art. 141, § 34, da Constituição, referente aos Direitos e Garantias Individuais, estabelece o texto já tão conhecido e consagrado:

"Nenhum tributo será exigido ou aumentado sem que a lei o estabeleça; nenhum será cobrado em cada exercício sem prévia autorização orçamentária, ressalvada, porém, a tarifa aduaneira e o imposto lançado por motivo de guerra".

Aqui está a extrema habilidade da fórmula.

A Constituição não permite que nenhum imposto seja arrecadado sena prévia lei que o estabeleça e sem prévia autorização orçamentária.

Ora, a emenda do eminente Senador Lameira Bittencourt consigna uma autorização orçamentária, porque estabelece, no Orçamento, a autorização para cobrar impostos que venham a ser criados ou alterados por lei em curso, promulgadas até 15 de dezembro.

Dirá, portanto, S. Exa.: o texto constitucional foi atendido, porque do Orçamento consta a autorização.

Declarou-me o eminente colega pelo Pará que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal abona seu ponto de vista, e o Senado vai ter oportunidade, graças à minha intervenção, de conhecê-la. É o único mérito que tenho na discussão da matéria.

O SR. LAMEIRA BITTENCOURT: – O nobre colega sabe que o Senado ouve sempre com o máximo agrado e grande proveito os discursos de V. Exa. São obras-primas de eloquência parlamentar, demonstrações primorosas de erudição e

provas cabais de espírito público. Nesse ponto, discordo de V. Exa., como também dos termos gerais da tese que defende.

O SR. MEM DE SÁ: – Muito agradecido pela extrema generosidade.

Vai S. Exa trazer a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal que esposa o ponto de vista da emenda. Como disse, não tive oportunidade de procurar a jurisprudência, e nem mesmo de investigar os termos da doutrina sobre a matéria; entretanto, a mim se afigura. que, a interpretação literal, puramente etimológica e lógica dos termos da Constituição, quer no art. 73, quer no § 34 do art. 141, poderá permitir a fórmula dêsse acréscimo.

Segundo penso, porém, a Constituição sabidamente não se deve interpretar apenas pelo texto, mas pelo contexto. Todos os dispositivos de ordem constitucional além dos termos verbais, têm um espírito, um conteúdo lógico, uma intenção, uma vontade.

Ora, Sr. Presidente, o que presidiu, o que inspirou, o que determinou o preceito do § 34 do art. 141, foi a defesa do cidadão, do contribuinte, tanto que, êsse princípio foi introduzido no Capítulo dos Direitos e Garantias Individuais. O objetivo, portanto, foi defender o contribuinte de ser surpreendido com a cobrança do impôsto: primeiro, não constante, não criado por lei anterior; segundo, que não teve prévia autorização orçamentária. Esta pressupõe que a lei criadora do tributo tenha sido elaborada e sancionada antes e não depois do Orçamento.

O SR. LINO DE MATTOS: – Permite V. Exa. um aparte?

O SR. MEM DE SÁ: – Com muito prazer.

O SR. LINO DE MATTOS: – A questão foi suscitada por mim quando, há três ou quatro sessões, íamos

votar a urgência, de acôrdo com o art. 156, § 4º, para o projeto de lei que fixa os subsídios dos parlamentares, e o Projeto de Lei que altera o Impôsto de Renda.

Afirmar, na ocasião, que não via motivo para a urgência urgentíssima, porquanto, a prevalecer a jurisprudência já firmada em tôrno da matéria, o aumento do Impôsto de Renda, bem como o dos impostos, poderia ser feito depois de promulgado o Orçamento. Não discutia a matéria como jurista, que não o sou, mas dava meu testemunho do que se verificou, na Assembléia Legislativa de S. Paulo, durante dez anos sucessivos. Citei três ou quatro casos, do período em que eu liderava a bancada situacionista. Finalizei minhas considerações por lembrar o que está acontecendo, atualmente, na Assembléia Legislativa de São Paulo. O Orçamento para 1959, já foi promulgado; entretanto, a, Assembléia Legislativa ainda está votando o aumento do Imposto de Vendas e Consignações, a fim de atender ao aumento de vencimentos do funcionalismo. O entendimento que tem sido dado é que tôda vez que o Orçamento tenha a rubrica referente ao tributo pode ser êle aumentado desde que o seja dentro do exercício que finda às vinte e quatro horas do dia trinta e um de dezembro de cada ano. Houve recursos de contribuintes, inclusive meu – contra o ato da Assembléia Legislativa. Combati – como V. Exa. o faz, neste momento, tal interpretação, infelizmente, porém, o Judiciário deu ganho de causa, em São Paulo, ao Poder Executivo, e à. decisão da Assembléia Legislativa, que majorou impostos depois de promulgado o Orçamento, antes, porém, de findar o Exercício.

O SR. MEM DE SÁ: – O nobre colega está-se adiantando ao que vai dizer o nobre Senador Lameira Bittencourt. Além dos altos propósitos que inspiraram sua emenda, S. Exa. está estribado – ao

que me informou – em larga jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

SR. LINO DE MATTOS: – De minha parte, não defendo essa interpretação, cito apenas um exemplo.

O SR. LAMEIRA BITTENCOURT: – É ponto de vista pacífico e recente manifestado através de acórdãos. Afirmando, lealmente, a Vossa Excelência que antes de conhecer essa jurisprudência, também tinha as mesmas dúvidas que provocaram e estão fundamentando o discurso do nobre colega. Hoje, entretanto, rendo-me à decisão do intérprete máximo da lei em nosso País: – o Supremo Tribunal Federal.

O SR. MEM DE SÁ: – Apesar da jurisprudência da Alta Corte do País mantenho meu ponto de vista. Infelizmente, as decisões do Supremo já não me impressionam mais, tão acostumado está ele em esposar entre nós o pensamento do Poder Executivo. De resto, é sabido que o nosso Supremo Tribunal Federal longe tem estado de seguir o exemplo da Suprema Corte dos Estados Unidos, inspirador da criação do nosso. Enquanto aquela foi e continua sendo a cúpula do regime, a pedra fundamental máxima, sustentada pela inspiração de largo, generoso e alto espírito, e, sobretudo, tem mantido uma independência verdadeiramente excepcional, o nosso Supremo Tribunal Federal parece mais afeiçoado a lidar com matéria de Direito Privado; não tem estado à altura da sua missão constitucional.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI: – Permite V. Exa. um aparte?

O SR. MEM DE SÁ: – Com muita satisfação.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI: – Como obscuro advogado, que sempre acompanhou os trabalhos do Supremo Tribunal Federal, não

posso, data vênua, concordar com as palavras de V. Exa., até porque, tanto aqui como nos Estados Unidos, nossos mais altos julgadores têm procurado dar à Constituição sentido evolutivo. Eis por que se encontra em muitos julgados do Supremo Tribunal Federal aparente discrepância – embora, na realidade e no fundo estejam perfeitamente de acordo com o espírito da Constituição Federal. São as palavras que me permito proferir, na qualidade de modesto advogado que sempre acompanhou os trabalhos de nossa Suprema Corte. Ainda hoje, neste recinto, arredado das lides advocaciais, sustento que continuo a admirar nossos Magistrados, cuja integridade está bem à altura dos destinos da Pátria e da tarefa de cúpula que a Constituição lhes conferiu.

O SR. MEM DE SÁ: – Não sou advogado.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI: – Há dez anos não advogo, por força de estar cumprindo este mandato, ao qual dediquei toda a minha vida.

O SR. MEM DE SÁ: – Quanto ao Direito Público, à função constitucional, entendo que o Supremo Tribunal Federal não a tem preenchido. Minha opinião, aliás, nada vale...

O SR. FERNANDES TÁVORA: – Não apoiado!

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI: – Ponto de vista respeitável, mas não meu.

O SR. MEM DE SÁ: – ...mas tem a seu favor a de Rui Barbosa, muito valiosa, segundo a qual dos três Poderes da República, o que menos tem cumprido o seu dever é o Judiciário.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI: – É muito velha essa opinião.

O SR. MEM DE SÁ: – Imagine então V. Exa. o que diria Rui se vivesse em nosso tempo!

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI: – Diria justamente o que estou dizendo.

O SR. MEM DE SÁ: – O que pensaria da composição do Supremo Tribunal Federal, em nossos dias! Bem; sejamos discretos o encerremos aqui o comentário.

Creio que nossa Constituição não tem evoluído, não tem sido arejada ao influxo dos arestos do Supremo Tribunal, como vem acontecendo na Norte-América, cuja Carta Magna, uma das mais antigas do mundo, foi periodicamente modificada, principalmente graças à intervenção e às interpretações do Supremo Tribunal.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI: – V. Exa. devia notar os equívocos que fizeram as Constituições posteriores, por causa do "New Deal".

O SR. MEM DE SÁ: – Dada a opinião do Supremo Tribunal Federal, dentro da minha insignificância...

O SR. FERNANDES TÁVORA: – Não apoiado!

O SR. MEM DE SÁ: – ...e baseado exclusivamente na minha intuição em matéria financeira e orçamentária, entendo que, declarando, no § 34 do art. 141, que nenhum tributo será cobrado em cada exercício, sem prévia autorização orçamentária, o constituinte, evidentemente, quis estabelecer, em defesa do contribuinte, que o imposto terá sido necessariamente criado ou modificado antes da sanção da Lei de Meios, e não depois.

Afigura-se-me perigosa e infringente não da letra mas do espírito da vontade do constituinte brasileiro, a interpretação dada.

O mesmo preceito, agora introduzido na Lei Orçamentária de 1959, infringe, a meu ver, o disposto no art. 73, § 1º, porque a declaração

de que os tributos serão cobrados de acordo com a Legislação em vigor e com a que vier a ser elaborada e sancionada até o fim da Legislatura já é uma infração, já é legislar dentro do Orçamento, já é estabelecer preceito alheio à previsão da Receita e à fixação da Despesa. Em termos absolutos e rigorosos o constituinte quis evitar toda e qualquer introdução, todo e qualquer acréscimo ao Orçamento, além daquilo que foi previsto e prescrito. Assim é que, embora sabendo que a emenda do eminente Senador Lameira Bittencourt está apoiada na jurisprudência de nossos tribunais, continuo julgando que o precedente é perigoso e não corresponde às finalidades do Capítulo referente às Garantias Individuais, assim como fere uma das lições universais para elaboração Orçamentária.

Como esse ponto de vista não é amparado pela jurisprudência e, portanto, não tem possibilidade de qualquer êxito, apenas o enuncio como ressalva da minha posição futura; nem penso apresentar qualquer emenda ou levar avante esse debate. Deixo consignado apenas meu ponto de vista, não permito que a lei se altere ao pêso da autoridade pois já São Thomaz de Aquino dizia: "O mais fraco dos argumentos é o argumento da autoridade" (*Muito bem; muito bem.*).

Durante o discurso do Senhor, Mem de Sá, o Sr. Victorino Freire deixa a Presidência, assumindo-a o Sr. Freitas Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE: – Continua em discussão o Anexo da Receita com as emendas.

O SR. LAMEIRA BITTENCOURT (*): – Sr. Presidente, antes de considerar a matéria cabe-me lamentar a premência de tempo com que mais uma vez. nos vimos forçados a preparar a Lei Orçamenta-

(*) – Não foi revisto pelo orador.

ria da União e também minhas inevitáveis e notórias deficiências não permitirem produzir nesta oportunidade...

O SR. MEM DE SÁ: – Peço licença para um "não apoiado".

O SR. LAMEIRA BITTENCOURT:– Muito grato à bondade de Vossa Excelência.

Lamento, como dizia, não poder oferecer no momento, defesa a altura do valor, do brilho e da autoridade do discurso com que acaba de encantar o Senado da República um dos seus mais ilustres e destacados membros, o nobre Senador Mem de Sá.

O SR. MEM DE SÁ: – V. Exa., além de tudo, é fidalgo. Antes de me esmagar com o peso dos argumentos, esmaga-me com o peso do cavalheirismo.

O SR. LAMEIRA BITTENCOURT: – Muito grato a V. Exa. Ficarei, porém, bem satisfeito ao final desta minha modesta e rápida oração, se conseguir não esmagar, porque como homem ou parlamentar em nenhum aspecto ou sob qualquer efeito pode ser esmagado...

O SR. FILINTO MÜLLER: – Muito bem.

O SR. LAMEIRA BITTENCOURT: – ...mas convencer sinceramente o nobre colega da pureza dos meus propósitos e do acerto da solução que ofereço ao Senado.

O SR. MEM DE SÁ: – Quanto à pureza de propósito, sou o primeiro a depor.

O SR. LAMEIRA BITTENCOURT: – Muito grato a Vossa Excelência.

Sr. Presidente, para mostrar que a emenda em debate não, ofende, nem direta nem indiretamente, não viola de leve sequer a letra, o espírito, nem o sistema da nossa Constituição e que, por outro lado, no do ponto de vista prático, no

do ponto de vista objetivo, no do ponto de vista político, e da própria defesa do prestígio e das prerrogativas do Congresso, só vantagens oferece, peço permissão para resumir o que consta da justificação da minha emenda, para destacar, mais uma vez, a sinceridade com que agi no caso. Eu também, antes de ser lembrado, através do interessante aparte do eminente Senador Lino de Mattos, da existência dessa copiosa e pacífica jurisprudência do supremo intérprete e aplicador da lei brasileira, também tinha as mesmas dúvidas que motivaram o discurso de Sua Excelência.

O SR. LINO DE MATTOS: – Dá Vossa Excelência licença para um esclarecimento?

O SR. LAMEIRA BITTENCOURT: – Fico muito grato.

O SR. LINO DE MATTOS: – Não foi através de aparte que alertei Vossa Excelência. Fizera a propósito do assunto, dois discursos de encaminhamento de votação. O primeiro, quando estava sendo votada a urgência urgentíssima para o projeto de resolução que eleva o subsídio dos parlamentares; o segundo, ainda encaminhando votação, quando também foi pedida urgência urgentíssima para o projeto de lei, que alterou o Imposto de Renda.

O SR. LAMEIRA BITTENCOURT: – É exato. Recordo-me de que com êsses discursos, V. Exa. procurou provar a desnecessidade da urgência urgentíssima requerida e concedida pelo Senado. É, no entanto, mera minúcia, que não afeta minha argumentação.

Sr. Presidente, como já é do conhecimento do Plenário, por mais de uma vez, como base da sua argumentação foi recordado pelo eminente Senador Mem de Sá, que o § 34 do art. 141, da Constituição prescreve que nenhum tributo será exigido ou emendado sem que a lei

o estabeleça. Ressalva, portanto, uma condição, que a lei estabeleça. Prescreve, igualmente, que nenhum tributo será cobrado em cada exercício sem prévia autorização orçamentária, ressalvada – é claro – a hipótese das tarifas aduaneiras e do imposto lançado por motivo de guerra.

Interpretando esse preceito salutar, necessário e prudente, reconheço – como adverte Pontes de Miranda – que não se continha nas Constituições anteriores da República e certamente na do Império, a ponto desse eminente jurista classificá-lo de novidade; e que o Supremo Tribunal Federal, através dos acórdãos de 27 de junho de 1953, de 21 de setembro de 1957 e 3 de dezembro de 1956 publicados, respectivamente nos Diários da Justiça, de 14 de outubro de 1957, 24 de abril de 1957 e 28 de agosto de 1958, em pacífica, reiterada e uniforme jurisprudência, que já podemos considerar perfeitamente consolidada, tem assentado que para cobrança de títulos em geral, em determinado exercício, é necessário sejam eles previstos, tanto em lei especial – e nesse ponto, estamos todos de acordo – como no Orçamento.

Vai além a jurisprudência da nossa mais Alta Corte de Justiça. Neste ponto, confesso não vejo em que ela possa violar a Constituição ou, de qualquer modo prejudicar o interesse público ou ameaçar o constituinte. Não é preciso, contudo, que aquela – a Lei Especial – preceda esta – o Orçamento da República.

O SR. MEM DE SÁ: – Permite Vossa Excelência um aparte?

O SR. LAMEIRA BITTENCOURT: – Com prazer.

O SR. MEM. DE SÁ: – Quem não está muito seguro dessa interpretação é o honrado Sr. Presidente da República e também o ilustre e eminente Sr. Ministro da Fazenda.

Em relação ao Imposto de Renda, não obstante toda essa jurisprudência, S. Exas. insistiram em obter o término de sua elaboração antes da Lei Orçamentária, e foram tão açados que o veto já saiu no Diário do Congresso Nacional de hoje, sinal, portanto, de que o nosso Poder Executivo não está muito tranqüilo a esse respeito.

O SR. LAMEIRA BITTENCOURT: – Essas ponderações, esses comentários, esses argumentos de V. Exa., correm mais por conta de sua conhecida e inteligente malícia política do que podem, a rigor, ser considerados argumentos de ordem jurídica ou de ordem constitucional a se operem às razões modestas que estou apresentando.

O SR. MEM DE SÁ: – É um argumento de autoridade. É que no caso, estou mais com o Presidente da República do que com o Supremo Tribunal Federal.

O SR. LAMEIRA BITTENCOURT: – Muito grato a V. Exa. Pode crer: em que pese nosso ponto de vista jurídico a respeito do assunto, recebemos nós, que integramos a Maioria, com o máximo acatamento e a mais sincera simpatia as manifestações de agrado de V. Exa. a respeito do eminente Chefe do Executivo.

O SR. MEM DE SÁ: – S. Exa. na qualidade de bom médico, neste caso, foi bom constitucionalista.

O SR. KERGINALDO CAVALCANTI: – E inteligentemente malicioso.

O SR. LAMEIRA BITTENCOURT: – Na conhecida questão a que se referiu, em vários discursos, há recentes dias, e ainda há pouco, em seu aparte, o ilustre representante de São Paulo, Senador Lino de Mattos, da aplicação da Lei nº 2.250, de 30 de junho de 1954, na Previdência Social, o Supremo Tribunal foi ainda mais longe ao decidir:

"Havendo lei, como no caso, que estabelece aumentos, basta, para que fique autorizada a sua cobrança, nos termos do art. 141, § 34, da Constituição, a menção do tributo na Lei de Meios, já que a previsão orçamentária é genérica..." (Acórdão do Supremo Tribunal Federal, de. 30-1-58, no "Diário da Justiça", de 3-11-58)".

O SR. MEM DE SÁ: – Lamentável Supremo Tribunal Federal!

O SR. LAMEIRA BITTENCOURT: – Diante dêsse conceito haverá V. Exa. de convir que não é só, a Justiça que tem entendido e decidido assim. A nossa própria doutrina, em grande e brilhante parte, através de suas expressões mais representativas e ilustres, tem também aceito essa tese.

O SR. MEM DE SÁ: – A doutrina, não.

O SR. LAMEIRA BITTENCOURT: – Como se verifica no Direito Intertemporal de Carlos Maximiliano – infelizmente não tenho, de memória, o número da página do livro, mas V. Exa. o conhece e o manuseia, sem dúvida, tanto ou melhor do que eu.

O SR. MEM DE SÁ: – Basta que V. Exa. o cite; para mim é o suficiente.

O SR. LAMEIRA BITTENCOURT: – Obrigado. Isso corre por conta da bondade ou da ironia de Vossa Excelência; mas, de qualquer forma, agradeço.

O SR. MEM DE SÁ: – Pôr em dúvida uma citação de V. Exa. seria injúria que, de maneira alguma, eu admitiria.

O SR. LAMEIRA BITTENCOURT: – Verifica-se, portanto, Sr. Presidente, que a nossa emenda é rigorosamente constitucional e tem a seu favor não só a Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, co-

mo também a melhor doutrina constitucional.

O SR. MEM DE SÁ: – Nesse ponto divirjo de V. Exa. A melhor doutrina, de forma alguma!

O SR. LAMEIRA BITTENCOURT – Sr. Presidente, eis na íntegra a minha justificação:

"Não colherá dizer-se ser ela uma perigosa autorização, antecipada e genérica, imprecisa e vaga, uma espécie de cheque em branco em favor do Executivo, que o preencheria, ao sabor do seu arbítrio e de sua vontade. Mui ao contrário, pela redação, bem meditada e prudente dada à emenda, ficam perfeitamente *indicadas e determinadas* as leis a que ela se refere; não haverá Como estendê-la a outras. Não há quem de boa fé, no caso, ignore que se refere ela ao projeto de impostos de consumo e do selo, já em curso na Câmara".

Vou demonstrar, ainda, ao eminente Senador. Mem de Sá e outros ilustres colegas que a emenda não é só plenamente constitucional, mas rigorosamente conveniente, no interesse mesmo do bom funcionamento da máquina legislativa do Congresso Nacional.

O SR. MEM DE SÁ: – Perdoe-me V. Exa. outro aparte.

O SR. LAMEIRA BITTENCOURT: – Pois não.

O SR. MEM DE SÁ: – Esse preceito da Constituição não tem por objetivo somente o bom funcionamento da máquina do Estado; visa igualmente a defesa e a garantia do contribuinte.

O SR. LAMEIRA BITTENCOURT: – Tive oportunidade de acentuar que essa defesa fica, perfeitamente, assegurada.

O SR. MEM DE SÁ: – Não creio.

O SR. LAMEIRA BITTENCOURT: – Ao ser elaborada, votada, aprovada e sancionada a Lei Orçamentária, o contribuinte já fica ciente de que lei se trata; além do mais, a elaboração orçamentária precisa ser complementada pela promulgação das leis a que se refere. Há, pois, dupla cautela, dupla preocupação.

O SR. MEM DE SÁ: – Eis ao meu ver, a infringência. A garantia que a Constituição assegura ao contribuinte é que "Nenhum imposto poderá ser cobrado sem ter sido previsto no Orçamento".

O SR. LAMEIRA BITTENCOURT: – Meu nobre colega, essa autorização orçamentária está perfeitamente clara, definida, precisa, determinada; ao votar-se, sabe-se a que projeto, a que lei se refere.

O SR. MEM DE SÁ: – Aí está a habilidade da emenda.

O SR. LAMEIRA BITTENCOURT: – A prudência, o acerto da emenda.

O SR. MEM DE SÁ: – A habilidade da emenda é que encobre a infringência da Constituição.

O SR. LAMEIRA BITTENCOURT: – O que quis foi retirar dessa autorização qualquer sentido de imprecisão, de indeterminação, pela qual talvez se tornasse perigosa, transformando-se em "cheque em branco" ao Poder Executivo.

O SR. MEM DE SÁ: – Não se trata disso.

O SR. LAMEIRA BITTENCOURT: – Vou concluir: (*Lendo*)

"...Por outro lado, objetiva nossa emenda, e aí está seu maior mérito e principal finalidade, permitir que êsses projetos possam melhor ser estudados e votados, sem uma precipitação incompatível com a sua importância, num ambiente de entendimento e coope-

ração entre Maioria, Minoria e Oposição, em busca de uma solução que concilie prudentemente os interesses do Fisco, da Nação e do contribuinte".

Termino, Sr. Presidente, demonstrando não só a constitucionalidade da emenda, como ainda que não oferece nenhum inconveniente ou risco, do ponto de vista político; antes, procura resguardar, perfeitamente, o prestígio do Legislativo.

É de todos sabido que os projetos a que se referem essas autorizações evidentemente só poderão ser aprovados e se tornarem vigentes até o fim do presente ano legislativo, ou seja, até 15 de dezembro próximo.

O SR. MEM DE SÁ: – Até 31 de dezembro.

O SR. LAMEIRA BITTENCOURT: – O ano legislativo só vai até 15 de dezembro.

O SR. MEM DE SÁ: – A sessão legislativa pode ser prorrogada.

O SR. LAMEIRA BITTENCOURT: – Mas então não é ordinária. Essa hipótese só poderá ocorrer se, evidentemente, Minoria e Maioria entrarem em entendimentos...

O SR. MEM DE SÁ: – Mas será a presente sessão legislativa, embora prorrogada.

O SR. LAMEIRA BITTENCOURT: – ...permitindo que essas Proposições transitem normalmente, sem prejuízo do seu estudo, da apreciação prudente de sua matéria, através das duas Casas do Congresso.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, lamentando que a premência do tempo não me permita esplanar melhor a matéria. Felizmente, procurei suprir a fraqueza de meus argumentos...

O SR. RUY CARNEIRO: – Não apoiado...

O SR. MEM DE SÁ: – V. Exa. é brilhantíssimo, como sempre.

O SR. LAMEIRA BITTENCOURT: – ...com a invocação da autoridade do Supremo Tribunal Federal do País. (*Muito bem. Muito bem*).

O SR. ATTÍLIO VIVACQUA (para encaminhar a votação) (*): – Sr. Presidente, não tive oportunidade de ouvir todo o discurso do nobre Senador Mem de Sá, em torno da interpretação do § 34, do art. 141, da Constituição. Ouvi, entretanto, as brilhantes palavras do nosso eminente colega, também consagrado jurista, Senador Lameira Bittencourt...

O SR. LAMEIRA BITTENCOURT: – Muito grato a Vossa Excelência.

O SR. ATTÍLIO VIVACQUA: – ...em sentido oposto.

Quando aparteei o nobre Senador Lino de Mattos, a respeito desta matéria, manifestei o meu ponto de vista.

A Suprema Côrte merece o nosso mais alto respeito, o que não importa em havermos, como intangíveis seus arestos, além, do mais, porque não temos a instituição do prejulgado. O que cabe, especialmente, em assunto de interesse tão fundamental para o cidadão e o povo, é a discussão franca e viva no seio do Parlamento e da opinião pública. Não pode e não deve a questão ficar confiada nas salas dos tribunais e dos cenáculos jurídicos. Aliás, os acórdãos, parece-me, não se aplicam ao caso da emenda do Senador Lameira Bittencourt, emenda cujo texto declara o § 34, do art. 141, da Constituição:

"Nenhum tributo será exigido ou aumentado sem que a lei estabeleça; nenhum será cobrado em cada exercício sem prévia autorização orçamentária, ressalvada, porém, a tarifa

aduaneira e o impôsto lançado por motivo de guerra".

Na interpretação dêsse dispositivo, o citado parágrafo 34, tem-se partido de pressupostos errôneos, esquecidos os intérpretes de que êle não é uma norma orçamentária, mas, um cânone basilar do sistema constitucional de garantias e *direitos individuais*, e por isto mesmo, se acha inscrito entre os preceitos do art. 141 da Lei Magna, no Capítulo – *Dos direitos e das garantias individuais*. Em aparte, o preclaro Senador Mem de Sá aludiu a êsse aspecto do preceito constitucional.

O § 34 citado consagra um postulado do regime democrático – o da *anualidade do tributo*. É uma garantia para o contribuinte a fim de que oriente e planeje sua vida econômica e financeira, para o ano vindouro.

É a oportunidade para o legislador verificar se a Nação pode suportar a tributação ou se ela se tornou inadequada ou prejudicial. Está, também, consubstanciada no § 34 uma prerrogativa inalienável do Poder Legislativo, qual seja a de ajuizar, dentro do principio básico de anualidade do impôsto, as circunstâncias que aconselham ou não sua cobrança. Essa prerrogativa é também violada pela interpretação do Supremo Tribunal.

O SR. LAMEIRA BITTENCOURT: – Perdoe-me V. Exa. interrompê-lo.

O SR. ATTÍLIO VIVACQUA: – Com muita honra.

O SR. LAMEIRA BITTENCOURT: – Não posso deixar de opor ligeiro reparo, às considerações do nobre colega, até porque não o faço apenas baseado na minha autoridade, que seria nenhuma, mas na jurisprudência do tribunal supremo do País e na lição de mestres como Themistocles Cavalcanti e Carlos Maximiliano, lição aliás do conhecimento de V. Exa. As duas condi-

(*) – Não foi revisto pelo orador.

ções a que o ilustre colega acaba de referir-se, os dois requisitos ou as duas exigências da nossa Constituição estão perfeita e rigorosamente atendidos na fórmula da nossa emenda, que, por sua vez, se inspirou na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Há, de maneira clara, precisa, determinada, prévia autorização orçamentária, e há também lei especial criando, ou modificando, o imposto em questão. Estou de pleno acôrdo com a tese de V. Exa. rigorosamente constitucional e decorrente da própria letra e do espírito do mandamento constitucional. Permita-me, entretanto, ressaltar – pode ser que esteja em êrro, mas estou em boa companhia – que essa tese não colide de maneira alguma com o que se contém na minha emenda, Perdoe-me V. Exa. a extensão e impertinência do aparte.

O SR. ATTÍLIO VIVACQUA: – Sr. Presidente, o ilustre Senador Lameira Bittencourt invoca, sem dúvida, apoio dos mais prestigiosos. Não precisaria fazê-lo. A cultura e a inteligência de S. Exa. seriam um pálio de autoridade dos mais completos para sustentação da tese de Sua Excelência.

O SR. LAMEIRA BITTENCOURT: – Muito grato. Em V. Exa. não se sabe o que mais admirar, se o valor, se a generosidade.

O SR. ATTÍLIO VIVACQUA: – Estou apenas fazendo justiça.

Em primeiro lugar, essa interpretação se ateve, e com gritante heresia constitucional, ao aspecto financeiro e, particularmente, o aspecto orçamentário, que alguns exegetas consideram predominante no § 34 do art. 141, despercebidos de que êsse preceito, como já dissemos, encerra um principio essencial do regime democrático e do sistema de direitos e garantias individuais. Êsse principio é que deve, no caso, ser a idéia preeminente na exegese constitucional.

O que o acórdão aludido admite, por incrível que pareça, é que uma vez existindo lei que cria o tributo, a lei que vier a aumentá-lo prescinde de prévia autorização orçamentária e pode ser aplicada no exercício. A *majoração do imposto* equivale a nova, tributação. A lei que estabelece é nova *lei tributária*. O que a Constituição objetiva no mencionado 34 é precisamente avisar e garantir ao contribuinte, através da lei orçamentária que os seus encargos tributários no exercício subsequente serão apenas os nêle previstos.

Não fiquei ainda perfeitamente inteirado do texto da emenda, da qual tive ciência ao entrar no recinto. Mas, o meu intuito ao participar da discussão, era o de manifestar minha discordância contra a tese sustentada pelo ilustre Senador Lameira Bittencourt.

O SR. LAMEIRA BITTENCOURT: – Se assim ocorresse, V. Exa, teria razão; seria, uma autorização, um cheque em branco. Na justificação da emenda, precisamos perfeitamente os projetos a que a autorização se refere. São dois, já do conhecimento do público, em curso na Câmara dos Deputados, e terão de ser aprovados, para efeito da autorização, até 15 de dezembro próximo. É de todos sabido que só há uma possibilidade, dentro do próprio mecanismo legislativo, de tal aprovação ocorrer até aquela data: é se êsses projetos introduzirem na legislação vigente modificações que não importem aumento de tributação; logo, não haverá nenhum perigo...

O SR. ATTÍLIO VIVACQUA: – É uma ressalva pessoal de Vossa Excelência.

O SR. LAMEIRA BITTENCOURT: – ...quanto aos projetos em curso na Câmara dos Deputados que sejam aprovados, ainda no corrente ano legislativo, ou seja até o dia 15 de dezembro.

O SR. ATTÍLIO VIVACQUA: – Sr. Presidente, com a devida vênia, confesso que, antes de informado sobre o objeto da emenda, não pudeste supor que ela ferisse tão frontalmente assim o § 34 do art. 141, da Constituição. Agora vejo o contrário, com o esclarecimento do eminente colega, que se trata de autorização para cobrar impostos que serão ainda votados, e o Parlamento poderá...

O SR. LAMEIRA BITTENCOURT: – Pelo amor de Deus! Então fui muito infeliz, e não esclareci Vossa Excelência. Eu disse coisa completamente diversa do que me está atribuindo.

O SR. ATTÍLIO VIVACQUA: – Tem V. Exa. à mão o teor da emenda?

O SR. LAMEIRA BITTENCOURT: – Perfeitamente. V. Exa. tem o direito de discordar de minha opinião, mas não o de atribuir-me palavras que não proferi.

O SR. ATTÍLIO VIVACQUA: – Data vênia, não retiro o entendimento que fiz das palavras de V. Exa. Vejam a emenda:

Emenda nº 12 – Ao art. 2º, acrescente-se, entre as expressões "em vigor" e "das especificações" o seguinte: "de leis resultantes de projetos já em curso no Congresso. cuja vigência venha ocorrer no presente ano legislativo".

São leis tributárias futuras cujo ônus ninguém pode prefixar...

O SR. LAMEIRA BITTENCOURT: – Pela jurisprudência do Supremo Tribunal.

O SR. ATTÍLIO VIVACQUA: – Acho, em verdade, que a emenda é muito mais grave.

O SR. LAMEIRA BITTENCOURT: – ...esses impostos poderiam ser cobrados ainda mesmo que os pro-

jetos nem estivessem em curso no Congresso. Eu restrinjo muito mais do que o faz a jurisprudência do Tribunal.

O SR. ATTÍLIO VIVACQUA: – O fato de estar em curso projeto que deve sofrer discussão na Câmara dos Deputados e no próprio Senado, portanto sujeito às modificações – não significa, realmente, segurança alguma para o contribuinte. V. Exa., além do entendimento que, segundo os julgados proferidos no caso de São Paulo, acharam que uma vez existente legislação sobre determinado tributo, a majoração de um item dessa lei não exige sua prévia inclusão no Orçamento. Esta tese é menos grave do que a que inspirou a emenda.

Uma iniciativa de lei não fixa desde sua origem a vontade e a diretriz definitiva do Parlamento, salvo a renúncia impossível do direito de modificar o projeto no seu curso.

Somente a Emenda Constitucional apresentada por um quarto dos membros da Câmara e do Senado, somente ela nasce com o selo da vontade do constituinte, pois, quando se pretende alterá-la, será considerada como emenda nova, sujeita às mesmas exigências de propositura em tramitação.

Não tenho necessidade de voltar às considerações iniciais sobre o entendimento do § 34 do art. 141 da Constituição.

De sorte que nós, não podemos, de modo algum, aceitar a emenda, – embora preste a maior homenagem à inteligência e cultura do seu autor – ela tem alcance muito mais sério, no sentido da violação do § 34 do art. 141 da Constituição, do que aqueles precedentes judiciais a que aludiu o nobre Senador Lino de Mattos.

Vamos consagrar em lei um precedente dos mais perigosos, que tornam letra morta esse preceito salvaguardador do direito do contribuinte.

O SR. LAMEIRA BITTENCOURT: – Perdoe-me V. Exa. importuná-lo novamente, com aparte, mas meu silêncio, no caso, poderia parecer aquiescência à afirmação do nobre colega. Acredito sinceramente que, para minha felicidade, V. Exa. não conseguiu apreender perfeitamente o pensamento, a finalidade de minha emenda. Estou certo de que se tiver oportunidade de reexaminar e ponderar bem o assunto, Vossa Excelência concluirá que minha emenda acautela muito mais o interesse público, resguarda muito mais o prestígio do Parlamento do que a fórmula aceita pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

No que diz respeito ao caso de São Paulo, de conformidade com o último acórdão de 1958, dessa Alta Corte, estamos dando autorização quanto a um projeto de lei que nem sequer foi ainda apresentado. Ocorreu, no caso de São Paulo, que a proposição teve seu início, seu curso, depois da votação do Orçamento, ao passo que, pela minha emenda, essa autorização só vale, só será vigorante para projeto já em curso no Congresso, já sob exame da Câmara, cujos conteúdo e objetivo conheçamos, cujo acerto é lícito prever. Cheque em branco haveria, sim, no caso de São Paulo, que estaria dando autorização para projeto de lei apresentado depois da aprovação do Orçamento; isso, repito, não acontece com minha emenda.

O SR. MEM DE SÁ: – Em compensação, de acordo com a emenda de V. Exa., torna-se possível, inclusive, a votação e sanção de tributo novo, não existente ainda.

O SR. LAMEIRA BITTENCOURT: – Não há tributo novo. Minha emenda não cogita disso – porque se refere a projeto já em curso na Câmara.

O SR. ATTÍLIO VIVACQUA: – O nobre Senador Mem de Sá avançou meu pensamento.

O SR. MEM DE SÁ: – No momento atual, não há tributo novo, mas fixa o princípio para os Orçamentos subsequentes. Poderá ocorrer a hipótese.

O SR. ATTÍLIO VIVACQUA: – Como acentuei, o nobre Senador Mem de Sá avançou meu pensamento. A iniciativa parlamentar, o projeto de lei, pelas razões que já expus, e qualquer que seja a doutrina em torno do § 34, não pode servir de base legal. Além do mais, o que considero gravíssimo, Sr. Presidente, é a fixação desse critério legislativo seguido na emenda.

Enquanto a interpretação está no campo judiciário, ela continua na área da controvérsia jurídica, dentro e fora do Parlamento, e não estimulando tanto o seguimento do seu exemplo pelos Estados e municípios. Consubstanciada, porém, em lei, a regra atentatória do art. 141, § 34, estará mascarada a sua pretensa constitucionalidade pela consagração que o Congresso Nacional, com sanção do Presidente da República, faz dessa interpretação.

Peço desculpas ao eminente Senador Lameira Bittencourt por ter sido, talvez, um pouco veemente em minhas palavras, mas a minha convicção no sentido do entendimento que adoto em relação ao § 34 do art. 141, tanto mais se afervora quanto compreendo a gravidade de violação de um preceito constitucional que é norma do regime democrático, asseguradora de direitos e garantias individuais no campo tributário. (*Muito bem*).

O SR. PRESIDENTE: – Em discussão o projeto com as emendas.

Não havendo mais quem peça a palavra, encerrarei a discussão (Pausa).

Está encerrada.

Em votação as Emendas ns. 1 a 12, com pareceres favoráveis.

Os Senhores Senadores que aprovam as emendas, queiram permanecer sentados. *(Pausa)*.

Estão aprovadas.

O SR. PRESIDENTE: – Em votação a Emenda nº 13, com parecer contrário.

Os Senhores Senadores que aprovam a emenda, queiram permanecer sentados *(Pausa)*.

Está rejeitada.

Em votação o projeto assim emendado.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. *(Pausa)*.

Está aprovado. A matéria vai à Comissão de Finanças para Redação Final.

Esgotada a matéria da Ordem do Dia e ninguém querendo usar da palavra, vou encerrar a sessão. Antes, convoco os Senhores Senadores para uma sessão extraordinária hoje, às dezesseis horas e vinte minutos, para apreciação de matéria orçamentária urgente, com a seguinte:

ORDEM DO DIA

Discussão única da Redação Final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 1958, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1959 – Anexo nº 1 – Receita (matéria incluída em Ordem do Dia, nos termos do art. 91, letra b, do Regimento Interno).

Está encerrada a sessão.

177ª SESSÃO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 3ª LEGISLATURA, EM 30 DE NOVEMBRO DE 1958

EXTRAORDINÁRIA

PRESIDÊNCIA DO SENHOR VICTORINO FREIRE

Às 16 horas e 15 minutos, acham-se presentes os Senhores Senadores:

Vivaldo Lima.
Mourão Vieira.
Prisco dos Santos.
Lameira Bittencourt.
Sebastião Archer.
Victorino Freire.
Públio de Mello.
Waldemar Santos.
Mathias Olympio.
Leônidas Mello.
Onofre Gomes.
Parsifal Barroso.
Fernandes Távora.
Kerginaldo Cavalcanti.
Reginaldo Fernandes.
Ruy Carneiro.
Argemiro de Figueiredo.
Apolônio Salles.
Novaes Filho.
Ezechias da Rocha.
Freitas Cavalcanti.
Rui Palmeira.
Júlio Leite.
Jorge Maynard.
Lourival Fontes.
Neves da Rocha.
Juracy Magalhães.
Lima Teixeira.
Carlos Lindenberg.
Atílio Vivacqua.
Ary Vianna.
Moreira Filho.
Paulo Fernandes.
Arlindo Rodrigues.
Alencastro Guimarães.
Caiado de Castro.
Gilberto Marinho.
Benedicto Valladares.

Lima Guimarães.
Lino de Mattos.
Moura Andrade.
Domingos Vellasco.
Coimbra Bueno.
Pedro Ludovico.
Mário Motta.
João Villasbôas.
Filinto Müller.
Othon Mäder.
Gaspar Velloso.
Gomes de Oliveira.
Francisco Gallotti.
Saulo Ramos.
Daniel Krieger.
Mem de Sá. – (54).

O SR. PRESIDENTE: – A lista de presença acusa o comparecimento de 54 Senhores Senadores.

Havendo número legal, está aberta a sessão.
Vai ser lida a Ata.

O Sr. Francisco Gallotti, servindo de 2º Secretário, procede à leitura da Ata da sessão anterior, que, posta em discussão, é sem debate aprovada.

O Sr. Quarto Secretário, servindo de 1º, dá conta do seguinte:

EXPEDIENTE

PARECER

Nº 556, DE 1958

Da Comissão Especial para dar Parecer sobre a Emenda Constitucional nº 2-58, que ou-

torga o título de Conselheiro da República aos ex-Presidentes da República, assegurando – lhes prerrogativas e vantagens dos Senadores.

Relator: Sr. Attílio Vivacqua.

1. A presente Emenda Constitucional, redigida pelo ilustre Senador Gilberto Marinho, visa a acrescentar ao art. 61 da Carta Magna o seguinte parágrafo único:

"Os Presidentes da República, desde a data em que hajam deixado o cargo, terão com o título de Conselheiros da República, as prerrogativas e vantagens dos Senadores, exceto o direito de voto."

A iniciativa surge apoiada por 57 signatários e, portanto, prestigiada por mais de quatro quintos dos membros desta Casa.

Os Conselheiros da República, que o projeto pretende instituir, não farão parte da composição do Senado. Exercerão, através da Câmara Alta suas relevantes atribuições, sem, todavia, formarem dentro delas um *Magnum Concilium*, um corpo institucional. Serão Senadores honorários, sem voz deliberativa. Gozarão de imunidades e de outras prerrogativas e vantagens, asseguradas aos Senadores na Constituição e no Regimento Interno. Logicamente, a aplicação do novo dispositivo constitucional terá de ficar subordinada à interpretação e às normas da competência exclusiva do Senado.

2. A brilhante justificação do projeto resume e destaca os objetivos que o inspiram. Ao lado da intenção de conferir aos ex-Presidentes da República um posto eminente e vitalício, que os resguarde de privações materiais, os cerque de respeito público e lhes assegure uma alta e intangível tribuna para defesa do programa e atos do seu governo, a proposição colima, também, permitir a colaboração, nas atividades legislativas, da ex-

periência e do tirocínio auferidos no exercício da Suprema Magistratura do País.

É de aduzir-se a essas razões justificativas a de que será, sobremodo, ponderável, e muitas vèzes decisiva, a presença, no seio do Congresso Nacional, de conspícuos cidadãos que, pela sua autoridade e moderação, possam, nos momentos críticos da vida do País, colocar-se acima dos conflitos partidários e cooperar para entendimentos e conagração em benefício do regime e da Pátria.

Invocou-se, ainda, em abono do projeto, o exemplo da Constituição Italiana, outorgando, aos ex-Presidentes da República, o mandato de Senador Vitalício (art. 59) e o da nova Constituição Francesa, incluindo-os entre os membros natos do Conselho Constitucional (art. 56).

O Projeto da Câmara dos Deputados, nº 2.128, de 1956, de autoria do ilustre Deputado Aliomar Baleeiro, instituindo o Conselho de Estado, confere aos ex-Presidentes da República a categoria de membro nato dêsse órgão. Tratando-se, porém, de instituição criada por lei ordinária, não se lhes pode atribuir imunidades, as quais constituem garantia essencial, dentro da finalidade objetivada pela emenda Constitucional em exame.

3. Não se pode levantar contra a emenda qualquer objeção no sentido de que seria ofensiva ao regime democrático. A investidura no cargo de Conselheiro da República deriva do sufrágio popular mediante o qual é eleito o Chefe da Nação.

Não haveria, também, como considerar-se atingido o regime federativo, baseado na igualdade de representação no Senado dos Estados e do Distrito Federal. Os Conselheiros da República não representarão as unidades da Federação mas, o interesse geral e nacional. Não caberia, assim, qualquer crítica ao projeto, quando examinado em face do § 6º do art. 217 do Estatuto Fundamental, "cerne inal-

terável", da Constituição de 1946, como disse Pontes de Miranda.

A propositura da emenda e sua tramitação até este momento obedecem à Constituição e ao Regimento Interno.

4. Ante o exposto, a Comissão Especial opina pela aprovação da Emenda Constitucional em aprêço.

Sala das Comissões, em 28 de novembro de 1958. – *Lourival Fontes*, Presidente. – *Atílio Vivacqua*, Relator. – *Gaspar Velloso*. – *Gilberto Marinho*. – *Novaes Filho*. – *Benedicto Valladares*. – *Ruy Carneiro*. – *João Villasbôas*, vencido nos termos que exporá em Plenário. – *Lima Guimarães*, com restrições. – *Públio de Mello*. – *Lameira Bittencourt*. – *Argemiro de Figueiredo*, com restrições. – *Daniel Krieger*, com restrições. – *Rui Palmeira*. – *Vivaldo Lima*, com restrições. – *Kerginaldo Cavalcanti*, de acôrdo, porém, com a seguinte ponderação: melhor seria a criação do Conselho, como órgão à parte, pois não seria de melhor alvitre que, não sendo Senador pròpriamente dito, possa alguém intervir nos debates do Plenário e opinar, mesmo sem direito a voto.

Os cargos de Conselheiros, sobretudo sem direito a voto, não ferem o principio da igualdade, na Federação, pois, não sendo êles votantes, nem Senadores, superou o máximo obstáculo, que, a meu ver, seria intransponível, mesmo por meio de emenda constitucional.

Não está, porém, claro se não podendo votar, não poderão ser votados para os cargos da Mesa e das Comissões, o que se nos afigura desautorizável.

PARECER
Nº 557, DE 1958

Da Comissão de Finanças, sôbre a Redação Final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara, nº 143, de 1958, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para

o exercício financeiro de 1959 – Anexo 2 – Poder Legislativo – Subanexo 2.01 – Câmara dos Deputados.

Relator: Sr. *Vivaldo Lima*.

A Comissão de Finanças apresenta a fôlhas anexas a Redação Final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara, nº 143, de 1958, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1959 – Anexo 2 – Poder Legislativo – Subanexo 01 – Câmara dos Deputados.

Sala das Comissões, em 28 de outubro de 1958. – *Vivaldo Lima*, Presidente em exercício e Relator. – *Moura Andrade*. – *Parsifal Barroso*. – *Mathias Olympio*. – *Daniel Krieger*. – *Ary Vianna*. *Novaes Filho*. – *Othon Mäder*. – *Lima Guimarães*. – *Gaspar Velloso*. – *Júlio Leite*.

Redação Final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1959 – Anexo 2 – Poder Legislativo – Subanexo 2.01 – Câmara dos Deputados.

Nº 1

2.01 – Câmara dos Deputados.

1.0.00 – Custeio.

1.5.00 – Serviços.

1.5.07 – Publicações, serviços de impressão e encadernações.

Acrescente-se:

a) Biblioteca da Câmara dos Deputados.

	Cr\$
Para a impressão do Boletim da Biblioteca	<u>300.000,00</u>

Nº 2

2.01 – Câmara dos Deputados.

4.0.00 – Investimentos.

4.1.00 – Obras.

4.1.04 – Reparos, adaptações, conservação e despesas de emergência com bens imóveis.

Inclua-se:

	Cr\$
Para mobiliário da Câmara no prédio do Congresso, em construção em Brasília.....	<u>100.000.000,00</u>

Nº 3

2.01 – Câmara dos Deputados.

1.0.00 – Custeio.

1.1.00 – Pessoal Civil.

1.1.02 – Subsídios de representações.

	Cr\$
Parte fixa – Aumente-se para.....	<u>126.360.000,00</u>
Parte variável – Aumente-se para.....	<u>159.300.000,00</u>

1.109 – Ajuda de custo.

	Cr\$
Aumente-se para.....	<u>35.000.000,00</u>

1.1.18 – Gratificação pela representação do Gabinete.

2) Gabinete do 1º Secretário.

	Cr\$
Aumente-se para.....	<u>300.000,00</u>

Inclua-se:

3) Demais Gabinetes 1.620.000,00

1.1.23 – Gratificação adicional por tempo de serviço.

	Cr\$
Aumente-se para.....	<u>31.000.000,00</u>

Senado Federal, em .. de novembro de 1958.

PARECER
Nº 558, DE 1958

Da Comissão de Finanças, sobre a Redação Final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 1958, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1959 – Anexo 2 – Poder Legislativo – Subanexo 02 – Senado Federal.

Relator: Sr. Vivaldo Lima.

A Comissão de Finanças apresenta a fôlhas anexas a Redação Final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 1958, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1959 – Anexo 2 – Poder Legislativo – Subanexo 02 – Senado Federal.

Sala das Comissões, em 28 de novembro de 1958. – *Vivaldo Lima*, Presidente em exercício e Relator. – *Parsifal Barroso*. – *Mathias Olympio*. – *Ary Vianna*. – *Daniel Krieger*. – *Novas Filho*. – *Othon Mäder*. – *Lima Guimarães*. – *Gaspar Velloso*. – *Moura Andrade*. – *Júlio Leite*.

Redação Final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei ,da Câmara que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1959 – Anexo 2 – Poder Legislativo, Subanexo 2.02 – Senado Federal.

Nº1

Emenda ao Projeto,de Lei da Câmara, nº 143, de 1958, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1959 – Anexo 2 – Poder Legislativo, Subanexo 2.02 – Senado Federal.

Rubricas da Despesa..

Despesas Ordinárias.

VERBA 1.0.00 – CUSTEIO

Consignação 1.1.00 – *Pessoal Civil*

Subconsignações:	DOTAÇÃO	
	Fixa Cr\$	Variável Cr\$
1.1.01 – Vencimentos.....	63.078.000	
1.1.02 – Subsídios e representações.....	27.990.000	34.242.000
1.1.05 – Salários de contratados.....		4.000.000
1.1.08 – Auxílio doença.....		200.000
1.1.09 – Ajuda de custo.....		18.120.000
1.1.11 – Substituições.....		140.000
1.1.14 – Salário-família.....		2.000.000
1.1.15 – Gratificação de função.....	672.000	
1.1.17 – Gratificação pela prestação de serviço extraordinário.....		10.000.000
1.1.18 – Gratificação pela representação de gabinete		2.457.600
1.1.23 – Gratificação adicional por tempo de serviço.....	19.975.500	
1.1.27 – Diversos.....		7.000.000
	<hr/>	<hr/>
	111.715.500	78.159.600
Total da Consignação 1.1.00.....	<hr/>	<hr/>
	189.875.100	

Consignação 1.3.00 – *Material de Consumo e de transformação.*

Subconsignações:		
1.3.02 – Artigos de expediente, desenho, ensino e educação.....		2.000.000
1.3.03 – Material de limpeza, conservação e desinfecção.....		700.000
1.3.04 – Combustíveis e lubrificantes.....		1.200.000

Rubricas da Despesa	DOTAÇÃO	
	Fixa	Variável Cr\$
1.3.05 – Materiais e acessórios de máquinas, de viaturas e de aparelhos.		400.000
1.3.11 – Produtos químicos, biológicos, farmacêuticos e odontológicos; artigos cirúrgicos e outros de uso nos laboratórios		150.000
1.3.13 – Vestuários, uniformes, equipamentos e acessórios; roupa de cama, mesa e banho		800.000
Total da Consignação 1.3.00.....		<u>5.250.000</u>
Consignação 1.4.00 – <i>Material Permanente.</i>		
Subconsignações:		
1.4.03 – Material bibliográfico em geral; filmes		300.000
1.4.05 – Materiais e acessórios para instalações elétricas		100.000
1.4.09 – Utensílios de copa, cozinha, dormitório e enfermaria		100.000
1.4.12 – Mobiliário em geral		400.000
Total da consignação 1.4.00.....		<u>900.000</u>
Consignação 1.5.00 – <i>Serviços de Terceiros.</i>		
Subconsignação:		
1.5.03 – Assinatura de órgãos oficiais e de recortes de publicações periódicas		800.000
1.5.04 – Iluminação, força motriz e gás		500.000
1.5.06 – Reparos, adaptações, recuperação e conservação de bens móveis		800.000
1.5.07 – Publicações, serviços de impressão e de encadernação.....		2.000.000
1.5.11 – Telefone, telefonemas, telegramas, radiogramas, porte-postal e assinatura de caixas postais.....		800.000
1.5.13 – Seguros em geral.....		400.000
Total da Consignação 1.5.00.....		<u>5.300.000</u>

Consignação 1.6.00 – <i>Encargos Diversos</i>		DOTAÇÃO	
		<i>Fixa</i>	<i>Variável</i>
Subconsignações:			Cr\$
1.6.01 –	Despesas miúdas de pronto pagamento		380.000
1.6.14 –	Exposições, congressos e conferências		
1)	Grupo Brasileiro da União Interparlamentar		6.100.000
2)	Grupo Brasileiro da Associação Interparlamentar de Turismo.....		3.000.000
3)	Para a Conferência Interparlamentar Pró-Govêrno Mundial.		500.000
4)	Diversos.....		1.000.000
1.6.24 –	Diversos		
1)	Despesas de qualquer natureza com o Gabinete do Vice-Presidente da República.....		230.000
2)	Para a assinatura de revistas técnicas e aquisição de livros indispensáveis à assessoria técnica do Senado a cargo da Diretoria das Comissões		150.000
3)	Para despesas de qualquer natureza com os encargos da Lei nº 3.273, de 1º de outubro de 1957		5.000.000
4)	Para reequipamento e instalação de novos serviços na Diretoria do Arquivo.....		500.000
Total da Consignação 1.6.00.....			16.860.000
Total da Verba 1.0.00.....			218.185.100
Total das Despesas Ordinárias			218.185.100

Despesas de Capital.

VERBA 4.0.00 – INVESTIMENTOS.

DOTAÇÃO

Consignação 4.1.00 – Obras

	Fixa Cr\$	Variável Cr\$
Subconsignações:		
4.1.04 – Reparos, adaptações, conservação e despesas de emergência com bens imóveis		600.000
Total da Consignação 4.1.00		600.000

Consignação 4.2.00 – Equipamentos e Instalações.

Subconsignações:	
4.2.01 – Máquinas, motores e aparelhos.....	800.000
Total da Consignação 4.2.00.....	800.000
Total da Verba 4.0.00.....	1.400.000
Total das Despesas de Capital	1.400.000
Total Geral.....	219.585.100

Nº 2

2.02 – Senado Federal. Inclua-se:
2.0.00 – Transferências.
2.1.00 – Auxílios e Subvenções.
2.1.01 – Auxílios.

Inclua-se:

Mobiliário do Senado no prédio do Congresso, em construção em Brasília 50.000.000,00

Mútua Parlamentar 300.000,00

Nº 3

2.02 – Senado Federal.
4.0.00 – Investimentos.
4.1.00 – Obras.
4.1.04 – Reparos, adaptações, conservação e despesas de emergência com bens imóveis.

1.0.00 – Custeio.
1.6.00 – Encargos Diversos.
1.6.24 – Diversos.

Inclua-se:

Despesas de qualquer natureza com a colaboração técnica de representantes do Senado nas obras de construção do prédio do Congresso Nacional em Bra-

Cr\$
sília, de acôrdo com a Lei nº 3.273,
de 1º de outubro de 1957 5.000.000,00

Parecer nº 559, de 1958, da Comissão são de Finanças, apresentando a Redação Final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 1958, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1959, relativamente ao Subanexo nº 4.13 – Ministério da Agricultura.

(Publicado em Suplemento)

O SR. PRESIDENTE: – Vão ser lidos requerimentos do nobre Senador Mathias Olympio.

São sucessivamente lidos e aprovados os seguintes requerimentos:

REQUERIMENTO
Nº 503, DE 1958

Requeiro dispensa de publicação para a imediata discussão e votação da Redação Final do Projeto de Lei da Câmara nº 143-58 (Orçamento) – Anexo nº 2 – Subanexo nº 2.01 – Câmara dos Deputados.

Sala das Sessões, em 28 de novembro de 1958. – *Mathias Olympio*.

REQUERIMENTO
Nº 504, DE 1958

Requeiro dispensa de publicação para a imediata discussão e votação da Redação Final do Projeto de Lei da Câmara nº 143-58 (Orçamento) – Anexo nº 2 – Subanexo nº 2.02 – Senado Federal. Sala das Sessões, em 28 de novembro de 1958. – *Mathias Olympio*.

REQUERIMENTO
Nº 505, DE 1958

Requeiro dispensa de publicação para a imediata discussão e votação da Redação Final do Projeto de Lei da Câmara nº 143-58 (Orçamento) – Anexo nº 4 (Poder Executivo) – Subanexo 4.13 – Ministério da Agricultura.

Sala, das Sessões, em 28 de novembro de 1958. – *Mathias Olympio*,

O SR. PRESIDENTE: – Em discussão a Redação Final do subanexo orçamentário relativo à Câmara dos Deputados e constantes do Parecer nº 457, anteriormente lido.

Não havendo quem faça uso da palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Senhores Senadores que aprovam a Redação Final, queiram permanecer sentados: *(Pausa)*.

Aprovada.

A matéria vai à Câmara dos Deputados.

Designo o nobre Senador Vivaldo Lima para acompanhar, na Câmara dos Deputados, o estudo das emendas do Senado. *(Pausa)*.

Passa-se à discussão da Redação Final do subanexo relativo ao Senado Federal. Consta do Parecer nº 558, já lido e dispensado de publicação.

Em discussão.

Não havendo quem faça uso da palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Senhores Senadores que aprovam a Redação Final, queiram permanecer sentados. *(Pausa)*.

Aprovada.

Vai à Câmara dos Deputados.

Designo o nobre Senador Vivaldo Lima para acompanhar o estudo das emendas do Senado na outra Casa do Congresso. *(Pausa)*.

Em discussão a terceira Redação Final dispensada de publicação, nos termos do Requerimento nº 505. Refere-se às emendas do Senado ao subanexo orçamentário do Ministério da Agricultura.

Não havendo quem faça uso da palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Senhores Senadores que aprovam a Redação Final, queiram permanecer sentados. *(Pausa)*.

Aprovada.

Vai à Câmara dos Deputados.

Designo o nobre Senador Paulo Fernandes, relator da matéria, para acompanhar o estudo das emendas do Senado, na Câmara dos Deputados. *(Pausa)*.

Continua a hora do Expediente.

Tem a palavra o nobre Senador Lima Teixeira, orador inscrito.

O SR. LIMA TEIXEIRA (*): – Sr. Presidente, assisti ontem à justa homenagem que os gaúchos prestaram ao eminente colega Senador Alberto Pasqualini, na oportunidade do lançamento do seu livro pela Livraria São José.

Compareceram à cerimônia parlamentares, representantes da colônia Sul-riograndense, e o Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Dr. Leonel Brizzola. Comoveu-me profundamente a maneira carinhosa com que todos se referiam a Alberto Pasqualini, cuja personalidade bem se podia ajuizar pelos altos conceitos emitidos na ocasião.

O SR. MEM DE SÁ: – Permite V. Exa. um aparte? – *(Assentimento do orador)* – Nenhuma homenagem a Alberto Pasqualini será demasiada. Não estive presente ao lançamento do livro por ignorar essa sessão e porque ela poderia ter caráter partidário. A meu ver, Alberto Pasqualini está acima dos Partidos; e foi tão grande, que seu Partido não o compreendeu.

O SR. LIMA TEIXEIRA: – Agradeço o aparte do nobre Senador Mem de Sá, digno representante do Estado do Rio Grande do Sul.

A homenagem prestada a Alberto Pasqualini, o foi acima dos Partidos.

O SR. DANIEL KRIEGER: – Nesse caráter., também a ela me associo porque considero Alberto Pasqualini uma das mais altas expressões morais e intelectuais do Rio Grande do Sul.

O SR. LIMA TEIXEIRA: – Agradeço o aparte do nobre Senador Daniel Krieger, outro eminente representante do Rio Grande do Sul.

O SR. NOVAES FILHO: – Permite V. Exa. um aparte? – *(Assentimento do orador)* – Dou meu apoio à manifestação de V. Exa. sobre a personalidade, sem dúvida de alto teor patriótico e cultural de Alberto Pasqualini, que tanto dignificou no Senado; a representação do Rio Grande do Sul.

O SR. LIMA TEIXEIRA: – Muito obrigado pelo aparte do Senador Novaes Filho, digno representante do Estado de Pernambuco.

O SR. GOMES DE OLIVEIRA: – Dá licença para um aparte? – *(Assentimento do orador)* – Alberto Pasqualini sobressai na vida político-partidária do País em nível muito alto. Sem receio de exagêro, podemos dizer, que todos os Partidos lhe exaltam a figura, de fato ímpar, dado o merecido conceito de que goza entre os políticos e intelectuais dêste País. Assisti ontem, como V. Exa., à justa homenagem prestada àquele ilustre gaúcho; e vimos corroborado o alto conceito em que o têm seus concidadãos e companheiros de Partido, aos quais de bom grado nos associamos.

O SR. LIMA TEIXEIRA: – Muito agradeço o aparte do ilustre Senador Gomes de Oliveira, eminente representante do Estado de Santa Catarina.

(*) – Não foi revisto pelo orador.

O SR. NEVES DA ROCHA: – Dá Vossa Excelência licença para um aparte ?

O SR. LIMA TEIXEIRA: – Pois não.

O SR. NEVES DA ROCHA: – A Bancada da Bahia associa-se, de coração, à justa homenagem que Vossa Excelência presta à figura de Alberto Pasqualini, e pede fale também em seu nome.

O SR. LIMA TEIXEIRA: – Agradeço o apoio do nobre Senador Neves da Rocha, digno representante da Bahia, em seu nome e no da Bancada, às minhas palavras.

O SR. VIVALDO LIMA: – Permite V. Exa. um aparte ?

O SR. LIMA TEIXEIRA: – Pois não.

O SR. VIVALDO LIMA: – Conhece

V. Exa., nobre Senador Lima Teixeira, a composição da Bancada do Amazonas nesta Casa do Congresso Nacional. Seus três representantes pertencem ao Partido Trabalhista Brasileiro. Posso, portanto, falar em nome da Bancada amazonense, como no do próprio Estado e no do Partido Trabalhista Brasileiro, para louvar-lhe as palavras, revelando a personalidade do nosso companheiro Alberto Pasqualini. O Amazonas o tem em alto apêço e consideração. Sabemos que se trata do teórico do Partido, do verdadeiro doutrinador do trabalhismo brasileiro. No Amazonas, sobretudo nós que militamos no trabalhismo, adotamos os ensinamentos de Pasqualini. A Amazônia pratica o trabalhismo; e dentro dele se recupera, política e administrativamente. Os livros de Pasqualini, dos quais sai agora o primeiro tomo, têm, na Amazônia, a maior aceitação. Lerão, por assim dizer, o catecismo do Partido Trabalhista Brasileiro, Seção do Amazonas, e dos verdadeiros trabalhistas da minha terra.

O SR. LIMA TEIXEIRA: – Agradeço ao nobre Senador Vivaldo Lima, eminente representante do Amazonas, a solidariedade de sua Bancada à justa homenagem que estou prestando a Alberto Pasqualini.

O SR. ARLINDO RODRIGUES: – Permite V. Exa. um aparte ?

O SR. LIMA TEIXEIRA: – Pois não.

O SR. ARLINDO RODRIGUES: – Associo-me, de coração, às justas homenagens que V. Exa. presta a uma das mais altas expressões da cultura e da inteligência do Rio Grande do Sul, que é, sem dúvida, Alberto Pasqualini.

O SR. LIMA TEIXEIRA: – Agradeço a manifestação do digno representante do Estado do Rio de Janeiro, Senador Arlindo Rodrigues.

O SR. PÚBLIO DE MELLO: – O nobre orador permite um aparte ?

O SR. LIMA TEIXEIRA: – Pois não.

O SR. PÚBLIO DE MELLO: – Junto

às brilhantes palavras que V. Exa. profere, em homenagem ao Senador Alberto Pasqualini, a solidariedade da Bancada do Maranhão, da qual tenho a honra de fazer parte. O Rio Grande do Sul, de tão brilhantes tradições, teve, na pessoa do Senador Alberto Pasqualini, um dos mais dignos representantes. A trajetória de S. Exa: há de ficar perene na recordação do Senado da República.

O SR. LIMA TEIXEIRA: – Muito obrigado ao ilustre Senador Púlio de Mello, digno representante do Estado do Maranhão, pelas palavras de solidariedade a minha oração.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO: – Permite V. Exa. um aparte ?

O SR. LIMA TEIXEIRA: – Com prazer.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO: – Permita-me, V. Exa., dar-lhe a solidariedade da Bancada Paraibana e do Partido Trabalhista da Paraíba, às justíssimas homenagens que V. Exa. presta a um Senador que tanto honra esta Casa e, sobretudo, a vida pública brasileira.

O SR. LIMA TEIXEIRA: – Agradeço a solidariedade que o eminente Senador Argemiro de Figueiredo, digno representante da Paraíba, presta, em nome de sua Bancada e do Partido Trabalhista, às minhas palavras.

O SR. LOURIVAL FONTES: – Permite V. Exa. um aparte?

O SR. LIMA TEIXEIRA: – Com muito prazer.

O SR. LOURIVAL FONTES: – Considero o Senador Alberto Pasqualini o maior teórico e o maior idealista do trabalhismo brasileiro. Sentimos, no Parlamento, a sua ausência, a falta de suas luzes, de sua experiência, de sua inteligência. Sua recente obra é uma afirmação de seus ideais trabalhistas, do amor às causas sociais, da fidelidade aos princípios que lhe nortearam a vida.

O SR. LIMA TEIXEIRA: – Muito obrigado ao ilustre Senador Lourival Pontes, eminente representante de Sergipe, pelo seu aparte.

O SR. GASPAR VELLOSO: – Permite V. Exa. um aparte?

O SR. LIMA TEIXEIRA: – Com prazer.

O SR. GASPAR VELLOSO: – Acrescente V. Exa. às justas homenagens que presta ao ilustre Senador pelo Rio Grande do Sul, Alberto Pasqualini, as do Partido Social Democrático, que sente na obra apresentada pelo eminente Senador gaúcho a vontade de que os partidos brasileiros se organizem com programas estabelecidos, diretrizes certas. Para o bem da República

e para o bem da política brasileira, urge se definam os Partidos em programas teóricos, objetivos, capazes de fazer com que a população eleitoral, ao comparecer às urnas, vote antes em programas do que em homens. É preciso que o eleitor se sinta à vontade para escolher, entre as diversas plataformas políticas, aquela que diga mais de perto com as aspirações da coletividade. A homenagem prestada por V. Exa., neste instante, ao ilustre Senador gaúcho, cuja obra acaba de ser editada, é justa; e a ela se associam a Maioria desta Casa e o Partido Social Democrático.

O SR. LIMA TEIXEIRA: – Muito oportuno o aparte do eminente representante do Paraná, o nobre Senador Gaspar Velloso, principalmente porque toca em um dos pontos fundamentais das "Sugestões" de Alberto Pasqualini.

O SR. DOMINGOS VELLASCO: – Permite V. Exa. um aparte ?

O SR. LIMA TEIXEIRA: – Com todo o prazer.

O SR. DOMINGOS VELLASCO: – Associo-me às opiniões manifestadas por todo o Senado, que acompanha V. Exa. na homenagem prestada ao Senador Alberto Pasqualini. Os socialistas do Brasil têm, por Alberto Pasqualini, a maior admiração, não apenas pelo seu caráter, senão também e principalmente, pela sua inteligência e exata compreensão dos problemas nacionais. Ainda que S. Exa. não esteja cem por cento de acordo com o pensamento do Partido Socialista Brasileiro, na vida pública, sobretudo em sua atuação no Senado; especialmente como Relator, na Comissão de Finanças, do projeto que criou a Petrobrás, Alberto Pasqualini interpretou com fidelidade, o pensamento nacionalista do Brasil, que defendia o monopólio estatal na exploração do petróleo. O Parecer de S. Exa. sobre a espécie é

um monumento de inteligência, de cultura e de conhecimento profundo do problema. Na oportunidade em que Alberto Pasqualini publica suas obras completas, apraz-me dizer que os socialistas vêem em Alberto Pasqualini não um integrante do Partido Trabalhista Brasileiro, mas um dos cidadãos mais acatados pela inteligência brasileira.

O SR. LIMA TEIXEIRA: – Muito obrigado ao nobre colega, Senador Domingos Vellasco, eminente representante de Goiás, pela contribuição do seu aparte. Figurará em nossos Anais como exprimindo a opinião sincera e leal do Partido Socialista Brasileiro.

O SR. GILBERTO MARINHO: – Permite V. Exa. um aparte ?

O SR. LIMA TEIXEIRA: – Com prazer.

O SR. GILBERTO MARINHO: – Venho trazer minha solidariedade à homenagem que V. Exa. está prestando, com tanto brilho e propriedade ao grande brasileiro Senador Alberto Pasqualini. Tive a ventura de conhecê-lo quando assombrava a vetusta Faculdade de Direito de Pôrto Alegre com os fulgores do seu talento, um dos maiores que por ali passaram, em todos os tempos. Depois, um longo contato na sua notável vida pública, só fez crescer a minha sincera e profunda admiração pelo extraordinário teórico do trabalhismo nacional, sem favor algum, uma das mais extraordinárias culturas do Brasil contemporâneo.

O SR. LIMA TEIXEIRA: – Agradecido ao nobre colega Senador Gilberto Marinho, digno representante do Distrito Federal.

Sr. Presidente, as obras completas de Alberto Pasqualini se intitulam *Bases e Sugestões para uma Política Social*. O primeiro volume publicado trata dos seguintes assuntos:

Objetivos Básicos do Trabalhismo; Trabalhismo, Socialismo e Capitalismo; Riquezas do Subsolo e Fontes Naturais de Energia; Capital Estrangeiro; Abuso do Poder Econômico; Criação do Fundo Social; Problema Agrário; Ditadura do Dinheiro; Caixas Econômicas e Institutos de Previdência; Direitos Fundamentais; Trabalhismo e Profissionalismo Político-Parasitismo; Manutenção da Paz entre os Povos; Diretrizes Gerais e Problemas do Govêrno; Explicação do Programa.

Sr. Presidente, a obra é prefaciada pelo jornalista Rafael Azambuja, que ressalta, com brilhantismo, os méritos, as virtudes e os serviços daquele ilustre homem público.

Na sua passagem por esta alta Casa do Congresso Nacional, teve Alberto Pasqualini ensejo de tratar de assuntos da mais profunda objetividade, como sejam Reforma Bancária, Previdência Social, Reforma Agrária, Crédito Agrícola e tantos outros.

Lamentamos-lhe a ausência, ocasionada por pertinaz enfermidade, que há longos meses nos priva de seu agradável convívio.

Sr. Presidente, formulamos sinceros votos pelo restabelecimento do eminente gaúcho, a fim de que continue a orientar, com suas luzes, o trabalhismo brasileiro.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO: – Muito bem!

O SR. LIMA TEIXEIRA: – Sua vida e sua obra constituem orgulho para todos os brasileiros de boa formação que desejam ver êste País próspero e grandioso; que de sejam ver o Brasil marchar na estrada da paz e do progresso, livre das crises que nos atormentam, visando ao grande ideal – que é também de Alberto Pasqualini – do conagraçamento, do bom entendimento, da harmonia e do bom sentido que se deve dar à palavra política.

O SR. FERNANDES TÁVORA: – Permite V. Exa. um aparte?

O SR. LIMA TEIXEIRA: – Com muito prazer.

O SR. FERNANDES TÁVORA – A vida e a atuação do nobre Senador Alberto Pasqualini honram a mentalidade gaúcha. Sua rápida passagem pelo Senado deixou um rastro brilhante, que sempre enobrecerá esta Casa do Congresso.

O SR. LIMA TEIXEIRA: – Obrigado ao nobre colega Fernandes Távora, digno representante do Ceará, que complementa a manifestação dos integrantes das diversas Bancadas desta alta Casa do Parlamento.

Congratulo-me, já agora, não apenas em meu nome pessoal e no do Partido Trabalhista Brasileiro, mas no de todo o Senado Federal, com aqueles que resolveram publicar as obras de Alberto Pasqualini. Dando-lhes sentido real e possibilitando a disseminação dos princípios defendidos, evidenciaram o elevado sentimento patriótico que anima a grande figura de brasileiro, que é Alberto Pasqualini. *(Muito bem! Muito bem! Palmas prolongadas. O orador é cumprimentado).*

O SR. PRESIDENTE: – A Mesa associa-se às homenagens prestadas pelo Senado ao eminente Senador Alberto Pasqualini, que sempre demonstrou nesta Casa grande inteligência, respeito, equilíbrio e honradez modelar.

Passa-se à:

ORDEM DO DIA

Discussão única, do Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 1958, que concede o auxílio anual de Cr\$ 800.000,00 à Biblioteca Pública do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, tendo Pareceres Favoráveis, sob ns. 527 a 529 de 1958, das Comissões de:

Constituição e Justiça, Educação e Cultura e Finanças.

O SR. PRESIDENTE: – Em discussão.

O SR. CAIADO DE CASTRO (*): – Sr. Presidente, rendo, de início, minhas homenagens ao Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, pelos grandes benefícios que presta ao País.

Apesar, entretanto, de minha admiração, e do meu respeito por essa Sociedade, estranho que o Senado da República, ultimamente tão rigoroso na aplicação de verbas, lhe conceda um auxílio anual, permanente.

Causa-me estranheza. Sr. Presidente, que se dê a entidade sabidamente rica a subvenção anual de oitocentos mil cruzeiros, renovada periodicamente no orçamento.

Se as condições do Real Gabinete Português de Leitura justificassem ajuda imediata, não faria qualquer objeção; mas, tratando-se de sociedade bem aquinhoadada, do ponto de vista financeiro, a pretensão parece-me exagerada. (Maior é meu espanto, porque, como carioca, sinto as dificuldades da instrução; no Distrito Federal conheço o drama doloroso dos pais de milhares de crianças que por ocasião da abertura das aulas, vão em romaria implorar matrícula nas escolas.

Sr. Presidente, quero deixar consignada minha opinião contrária a essas liberalidades do Congresso.

Há dias, o nobre Líder da União Democrática Nacional, em cerrada argumentação, opôs-se à concessão de uma pensão – que afinal foi concedida – a velho médico octogenário, que passara a vida dedicando seus conhecimentos profissionais à pobreza, sem receber se quer um centavo.

Como conceder oitocentos mil cruzeiros anuais ao Real Gabinete Português de Leitura, enquanto o Brasil existir?

(*) – Não foi revisto pelo orador.

Esta, a declaração que desejava fazer, pedindo a atenção dos nobres Senadores para o que vamos praticar (*Muito bem*).

O SR. PRESIDENTE: – Continua a discussão. (*Pausa*).

Não havendo mais quem queira usar da palavra, encerrarei a discussão. (*Pausa*).

Encerrada.

Sobre a mesa, requerimento de destaque que vai ser lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO
Nº 506, DE 1958

Nos termos do art. 126, letra *m*, em combinação com o § 4º do artigo 158, requeiro destaque para rejeição, da seguinte parte do projeto: no artigo 1º, a palavra "*anual*".

Sala das Sessões, em 28 de novembro de 1958. – *Auro Moura Andrade*.

O SR. PRESIDENTE: – Em votação o requerimento.

O SR. PARSIFAL BARROSO (para encaminhar a votação) (*): – Sr. Presidente, Senhores Senadores, relator do Projeto de Lei da Câmara, nº 29, de 1958, na Comissão de Finanças, verifico que o requerimento do nobre Senador Moura Andrade altera por completo a estrutura da proposição. Se aprovado, transformaria o caráter permanente do auxílio financeiro ao Real Gabinete Português de Leitura num auxílio único.

O SR. PRESIDENTE (fazendo soar os tímpanos): – Desejo esclarecer a V. Exa. que há sobre a mesa, mais dois requerimentos de destaque, também de autoria do nobre Senador Moura Andrade. Um para rejeição do parágrafo único

do art. 1º e outro da expressão "no exercício de 1958", no artigo 2º.

O SR. PARSIFAL BARROSO: – Sr. Presidente, V. Exa., com sua bondade, poderia repetir os destaques requeridos?

O SR. PRESIDENTE: – Perfeitamente. V. Exa. está encaminhando a votação do requerimento em que o nobre Senador Moura Andrade pede a rejeição, no art. 1º, da palavra "*anual*".

No segundo requerimento, Sua Excelência pede a rejeição do parágrafo único do art. 1º, assim redigido:

"Para cumprimento do que dispõe este artigo, o Poder Executivo incluirá, anualmente, no Orçamento Geral da República, a dotação correspondente, através do Subanexo 4.13 – Ministério da Educação e Cultura, do Anexo 4 – Poder Executivo".

No terceiro requerimento, o nobre Senador Moura Andrade pede a rejeição, no art. 2º, da expressão "no exercício de 1958".

Diz o art. 2º:

"Para ocorrer ao pagamento previsto no art. 1º, no exercício de 1958, é o Poder Executivo autorizado a abrir o crédito especial de Cr\$ 800.000,00 (oitocentos mil cruzeiros)".

O SR. PARSIFAL BARROSO: – Sr. Presidente, com os esclarecimentos gentilmente prestados por V. Exa., verifico que o nobre Senador Moura Andrade, através de seus três requerimentos de destaque, altera a estrutura do projeto, de modo a transformá-lo em proposição semelhante à segunda matéria da Ordem do Dia, o projeto que concede apenas um auxílio à Confederação Brasileira de Desportos.

(*) – Não foi revisto pelo orador.

Pedi a palavra porque, se não tivessem sido apresentados os requerimentos de destaque, dos quais V. Exa. acaba de dar conhecimento à Casa, providenciaria nesse sentido e pediria ao Plenário que aceitasse o projeto, mas alterado na forma proposta pelo representante paulista, Senador Moura Andrade. (*Muito bem!*).

O SR. PRESIDENTE: – Em votação o Requerimento do nobre Senador Moura Andrade, pedindo destaque para rejeição da palavra "anual", no art. 1º do projeto.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados (*Pausa*).

Está aprovado. Fica excluída do projeto a palavra "anual", do artigo 1º. (*Pausa*).

Vai ser lido outro requerimento.

É lido e aprovado o seguinte:

REQUERIMENTO
Nº 507, DE 1958

Nos termos do art. 126, letra *m*, em combinação com o § 4º, do art. 158, requeiro destaque, para rejeição, da seguinte parte do projeto: parágrafo único do art. 1º.

Sala das Sessões, em 28 de novembro de 1958. – *Moura Andrade*.

O SR. PRESIDENTE: – Fica excluído do projeto o parágrafo único do art. 1º. (*Pausa*).

Vai ser lido mais um requerimento de destaque.

É lido e aprovado o seguinte:

REQUERIMENTO
Nº 508, DE 1958

Nos termos do art. 126, letra *m*, em combinação com o § 4º, do art. 158, requeiro destaque, para rejeição, da seguinte parte do Pro

jeto: no art. 2º as expressões: "no exercício de 1958".

Sala das sessões, em 28 de novembro de 1958. – *Moura Andrade*.

O SR. PRESIDENTE: – Ficam excluídas do art. 2º do projeto, as expressões: "no início de 1958".

O SR. PRESIDENTE: – Em votação o projeto com as modificações constantes dos requerimentos de destaques já aprovados.

Os Senhores Senadores que aprovam o projeto, queiram permanecer sentados. (*Pausa*).

Está aprovado.

É o seguinte o projeto aprovado, que vai à Comissão de Redação.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 29, DE 1958

(Nº 2.745-B, de 1957, na Câmara dos Deputados)

Concede o auxílio anual de Cr\$ 800.000,00 à Biblioteca Pública do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É concedido o auxílio anual de Cr\$ 800.000,00 (oitocentos mil cruzeiros) à Biblioteca Pública do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro.

Parágrafo único. Para cumprimento do que dispõe este artigo, o Poder Executivo incluirá, anualmente, no Orçamento Geral da República, a dotação correspondente, através do Subanexo 4.13 – Ministério da Educação e Cultura, do Anexo 4 – Poder Executivo.

Art. 2º Para ocorrer ao pagamento previsto no art. 1º, no exercício de 1958, é o Poder Executivo autorizado a abrir o crédito especial de Cr\$ 800.000,00 (oitocentos mil cruzeiros).

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Comissão de Redação, em 27 de março de 1958. – *Abguar Bastos*, Presidente. – *Lopo Coelho*. – *Bias Fortes*. – *Neiva Moreira*.

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara nº 157, de 1958, que concede o auxílio de Cr\$ 12.000.000,00 à Confederação Brasileira de Desportos para realização de campeonatos nacionais e participação do Brasil em competições internacionais, tendo Pareceres Favoráveis (sob ns. 535 e 536, de 1958), das Comissões: de Constituição e Justiça e de Finanças.

O SR. PRESIDENTE: – Em discussão.

Não havendo quem peça a palavra, encerrarei a discussão. (*Pausa*).

Está encerrada.

Os Senhores Senadores que aprovam o projeto, queiram permanecer sentados. (*Pausa*).

Está aprovado.

É o seguinte o projeto aprovado, que vai à sanção:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 157, DE 1958

(Nº 4.250-B, de 1958, na Câmara dos Deputados)

Concede o auxílio de Cr\$ 12.000.000,00, à Confederação Brasileira de Desportos, para realização de campeonatos nacionais e participação do Brasil em competições internacionais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 12.000.000,00 (doze milhões de cruzeiros), como auxílio à Confederação Brasileira de Desportos.

Art. 2º O auxílio, de que trata esta lei, será entregue à Confederação Brasileira de Desportos e destinado a ocorrer despesas com os campeonatos nacionais e **participação** do Brasil em competições internacionais, autorizadas pelo Conselho Nacional de Desportos, já realizadas e a realizar-se.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara dos Deputados, em 19 de novembro de 1958.

O SR. PRESIDENTE: – Está finda a matéria da Ordem do Dia. Convoco os Senhores Senadores para uma sessão extraordinária, amanhã, às 14 horas.

Não há orador inscrito para a oportunidade.

O SR. GOMES DE OLIVEIRA: – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE: – Tem a palavra o nobre Senador Gomes de Oliveira.

O SR. GOMES DE OLIVEIRA (*): – Sr. Presidente, não me estenderei mais que o tempo necessário para tecer algumas considerações sobre o Plano da Operação Pan-Americana.

Tenho sido, nesta Casa, há vários anos, um dos Senadores que mais têm salientado a necessidade de auxílios substanciais dos povos mais favorecidos aos países subdesenvolvidos a fim de que atinjam o progresso a que aspiram, como integrantes de uma comunidade em que há desníveis tão marcantes.

(*) – Não foi revisto pelo orador.

Critiquei, várias vezes, a atuação do nosso rico vizinho do norte – os Estados Unidos – pela desigualdade de tratamento dispensada aos vários países. Aos da Europa, assolados pela guerra, concedia substanciais auxílios, em bilhões de dólares – calculados em doze a dezessete bilhões – para sua recuperação. Enquanto isso, nós, da América do Sul, países economicamente atrasados, mas que cooperamos valiosamente naquele conflito, como aliados dos países ocidentais, continuávamos no mesmo atraso, lutando com as conseqüências da guerra, com a inflação, a maior doença. Lutávamos com grandes contratempos, para dar melhores condições de vida as populações, de acompanhar, de algum modo, os países super-desenvolvidos no progresso que alcançaram, principalmente no industrial, de que dependemos inegavelmente para emancipação.

Continuávamos, como disse, nesse estado de atraso, sem qualquer ajuda que permitisse uma recuperação, um adiantamento maior na nossa vida econômica, e, conseqüentemente, na social.

Recebemos – e temos recebido – alguns auxílios dos Estados Unidos, mas esporádicos, que mal dão para tapar buracos na nossa insuficiência de divisas. Não recebemos, porém, nenhum auxílio que permitisse ao País traçar e executar um plano de envergadura, no sentido do seu maior progresso.

Em vários congressos, na Argentina e em Petrópolis, se debateram os problemas do subdesenvolvimento e os auxílios que esperávamos, para encetar um plano de trabalho que nos permitisse melhorar nossa situação econômica e social.

Fomos sempre mal compreendidos, até que o ilustre Chefe do Governo concebeu a chamada Operação Pan-Americana, movimento no sentido da recuperação e do progresso dos países subdesenvolvidos, sobretudo a América do Sul.

O SR. LIMA TEIXEIRA: – Permite V. Exa. um aparte?

O SR. GOMES DE OLIVEIRA: – Pois não.

O SR. LIMA TEIXEIRA: – Tenho sido apologista da Operação Pan-Americana, mas, ao mesmo tempo entendo que o Brasil deve promover o reatamento das relações comerciais com a Rússia. Necessitamos aumentar nossas exportações procurando outros mercados, e a URSS poderá absorver grande parte dos nossos produtos. Digo-o com autoridade, pois sou contra o comunismo. Já é tempo de reatarmos as relações especialmente comerciais com a Rússia. Se seguirmos esse caminho, acredito que os Estados Unidos atenderão muito mais depressa às justas pretensões dos países latino-americanos.

O SR. GOMES DE OLIVEIRA: – Fico muito honrado com o aparte do ilustre Senador Lima Teixeira.

S. Exa., o Sr. Presidente Juscelino Kubitschek, apresentou realmente um grande Plano, que visa o desenvolvimento econômico dos países sul-americanos, no sentido da solidariedade continental, e coloca, sem dúvida, nosso País numa alta posição na vida dos povos americanos.

Hoje, depois de vários entendimentos e da troca de correspondência entre os Presidentes do Brasil e dos Estados Unidos da América do Norte, vemos que a idéia passou do terreno das conjecturas para o caminho das realizações. Infelizmente, parece que nessa trajetória ainda há tropeços, decorrentes um pouco de desentendimentos na execução de um Plano que possa resultar no desenvolvimento e progresso que os sul-americanos esperam, sobretudo o nosso País.

Tomamos, porém, uma posição definida, clara, que o Presidente Juscelino Kubitschek reafirmou ainda ante-ontem na Conferência proferida na Escola do Estado Maior do Exército.

A reafirmação dos pontos de vista que inspiraram o movimento pan-americanista no sentido realístico e positivo está consubstanciada no discurso de S. Exa. que passo a ler para que conste dos nossos Anais:

Desejo, em primeiro lugar, exprimir o meu agradecimento à Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra e ao seu Presidente, por esta feliz oportunidade de estar convosco, a fim de falar sobre a Operação Pan-Americana. Vosso interesse por este assunto, de palpitante e indiscutível atualidade, demonstra que vos conservais fiéis ao espírito desta instituição, que já tão bons e relevantes serviços tem prestado ao Brasil.

Em oportunidades anteriores, venho procurando realçar que, pela primeira vez em nossa história de povo independente, os assuntos da política externa passam a interessar profundamente a diferentes camadas da vida nacional. Até há pouco tempo, o debate dos problemas internacionais não transcendia os limites dos gabinetes de trabalho de nossa Chancelaria. Julgo salutar a discussão sobre a política exterior do Brasil na imprensa, no parlamento, nos meios culturais e universitários, nos círculos de estudo e de pesquisa das Forças Armadas. É que o Governo, responsável pela conduta das relações exteriores, não deseja e não pode executar senão a política que lhe seja ditada pela consciência nacional.

Um protesto

A Operação Pan-Americana representa precisamente uma tomada de posição, um protesto contra a desigualdade de condições econômicas neste hemisfério, uma advertência pú-

blica e solene no tocante aos perigos latentes no atual estado de subdesenvolvimento da América Latina. Não estamos pleiteando favores, auxílios ou empréstimos. Não estamos exigindo a execução imediata de um programa rígido e perfeitamente configurado e definido. Não estamos colocando povos amigos e aliados diante de dolorosas contingências de escolha, nem condicionando o nosso apoio – que é irrestrito e espontâneo – à causa do Ocidente. Colocamos um problema premente na consciência da América, usando a voz da franqueza e da lealdade. Falamos; sobretudo, com o realismo de quem conhece perfeitamente os obstáculos imensos a superar, os pontos de vista antagônicos a conciliar, as dificuldades a aplinar, e as incompreensões a vencer.

Que é a Operação Pan-Americana? Quais as suas possibilidades de êxito? Quais os seus perigos de fracasso? Quais as suas conseqüências, mediatas ou imediatas, nos grandes rumos da política continental? Qual o prazo útil estabelecido para a sua realização? Quais os resultados positivos já alcançados? Qual o programa imediato de ação internacional a ser empreendida pelo Brasil e pelos outros Estados Americanos? São estas as perguntas a que procurarei responder sem falsos otimismo, sem ilusões e sem desarrazoadas esperanças.

Trabalho de Persuasão

Estou perfeitamente consciente do fato de que um grande trabalho de persuasão e de convencimento ainda se torna necessário para familiarizar a opinião pública brasileira e a opinião pública continental com os verdadeiros objetivos da "Operação". A verdade é

que a opinião pública brasileira não estava acostumada à idéia de uma ação diplomática mais ativa e mais corajosa por parte do Brasil, com os riscos inerentes a todo e qualquer movimento de caráter essencialmente político. Absorvido com seus imensos problemas internos, de estabilização e de desenvolvimento, o País vivia um pouco alheio ao mundo em que tem de viver e à América que o circunda. Apegados, talvez, às benéficas influências que sempre recebemos do Velho Continente, a êle ligados pelo elo da tradição portuguesa e por vínculos humanos e culturais que nunca repudiaremos, não nos havíamos apercebido, de maneira nítida, de nossa fisionomia latino-americana.

Sobre este alheamento brasileiro, desejo relembrar um trecho, altamente expressivo da carta que recentemente me dirigiu o Presidente Lleras Camargo:

"Devo dizer a Vossa Excelência, no entanto, que, em mais de uma ocasião, lamentei que o interesse do Brasil pelo restante do mundo latino-americano que o rodeava não fôsse mais visível, e que sua participação nos problemas comuns não fôsse sempre proporcional à sua importância demográfica, geográfica, cultural e econômica. Pensei que no Brasil prevalecia a opinião de que, em seu especialíssimo caso, a maneira por que sua história decorreu e seus laços particulares com o antigo continente, o separavam involuntariamente do conjunto americano restante, ao qual, no entanto ofereceu amizade e uma colaboração jurídica e política da mais alta transcendência".

E assim parecia na realidade. Nosso sentimento pan-americano se afirmava na colabo-

ração prestada, aliás com admirável lucidez, à tarefa do ordenamento político-jurídico das relações inter-americanas. Nunca havíamos colocado perante o Continente a idéia – inteiramente nova – de que o princípio de solidariedade comum ante a agressão e a ameaça externa deveria, agora, estender-se à necessidade da luta comum contra a penúria, o subdesenvolvimento e a miséria.

Objetivo alcançado

"Nosso objetivo imediato já foi alcançado: o de colocar o problema do subdesenvolvimento, um problema real e indisfarçável, ante a consciência americana. O acerto e a oportunidade de nossa iniciativa nesse sentido foram rapidamente comprovados pelas manifestações de solidariedade que recebemos dos eminentes Chefes de Estado das Repúblicas americanas.

A conferência

O êxito de nossa diplomacia patenteou-se finalmente na reunião informal das 21 Repúblicas da América, realizada em Washington, na 2ª quinzena de setembro. O Comunicado conjunto, que resume as conversações entabuladas, estabelece um programa de ação para o futuro, representa o endosso mais pleno e irrestrito da tese brasileira, que vinculava, de maneira indissolúvel os conceitos de desenvolvimento econômico, e de segurança coletiva e apresentava o fortalecimento econômico da América Latina como uma necessidade fundamental da estratégia global do Ocidente.

Os Ministros reunidos em Washington aceitaram, integralmente, os seis pontos propostos pelo Brasil como possí-

veis temas de discussão entre os países americanos, com vista à fixação de bases e pontos de partida para a luta comum contra o subdesenvolvimento e, no que diz respeito ao aspecto processual do problema, concordaram com a nossa proposta, tendente à constituição de um Comité de 21 Estados, incumbido de alcançar um acôrdo básico sôbre pontos fundamentais de orientação política.

Debate ocioso

Parece-nos ocioso o debate, que intermitentemente reponta na imprensa, a respeito da conceituação da Operação Pan-Americana, ora como um movimento de caráter político, ora como movimento de caráter econômico, debate que pressupõe uma antinomia injustificável entre os dois conceitos. Em reiteradas ocasiões temos manifestado que o pan-americanismo é um sistema praticamente perfeito e inalterável do ponto de vista político-jurídico e que, nesse setor, muito pouco existe a realizar no futuro imediato. O que queremos é traduzir os princípios do pan-americanismo em realidades permanentes e duradouras, no campo da cooperação econômica efetiva, diante do qual sempre se tinham detidos nossos esforços. Nesse sentido, a Operação tem um objetivo claramente econômico. Certo é, por outro lado, que êsses resultados econômicos não serão alcançados sem a execução de uma política, suscetível de assegurar a sua consecução e sem uma idéia política, que lhe dê sentido e conteúdo. E a idéia política contida na Operação Pan-Americana, não é senão a de dar maior dinamismo e maior capacidade criadora à política ocidental, que não mais pode

permanecer na posição passiva de apenas procurar resistir aos caprichos da diplomacia soviética, mas deve retomar a iniciativa, iniciativa de paz e de desenvolvimento econômico, de segurança coletiva e de justiça social.

Reorientação política

No aide-mémoire brasileiro de 9 de agosto deixávamos bem claro que a Operação Pan-Americana não era uma ação delimitada no tempo, com objetivos a serem atingidos em prazo curto, mas uma verdadeira reorientação da política continental, com o fim de colocar a América Latina, mediante um processo de valorização total, em condições de participar mais eficazmente na defesa do Ocidente, através de um sentido crescente de vitalidade e um maior desenvolvimento de suas possibilidades "A Operação Pan-Americana não é, assim, um simples programa, mas tôda uma política". Dizíamos então que a Operação Pan-Americana devia ser compreendida como um corolário da estratégia geral do ocidente, dentre cujos objetivos fundamentais sobressaíam os seguintes: a preservação do regime democrático, baseado na liberdade política e religiosa e no respeito à propriedade privada e à livre empresa, e a defesa de tôdas as áreas que interessam à segurança do mundo livre. Por causa de sua importância intrínseca – política, econômica, social e estratégica – e porque uma ameaça à paz em qualquer parte do mundo era agora uma ameaça à paz do mundo inteiro, era oportuno rever, com o objetivo de fortificá-la, a contribuição ao poderio do mundo livre a ser dada pelas nações signatárias do Tratado do Rio de Janeiro.

Enunciávamos, na mesma ocasião, os seguintes conceitos, que hoje nos parecem mais fortes e indiscutíveis do que quando os formulamos pela primeira vez:

"No quadro da Operação Pan-Americana, a luta pela democracia identifica-se com a luta contra a estagnação e o subdesenvolvimento. O subdesenvolvimento reinante neste Hemisfério compromete moral e materialmente a causa que defendemos. Zonas subdesenvolvidas são zonas abertas à penetração da ideologia antidemocrática. A batalha do ocidente é, sob muitos aspectos e em todas as suas implicações, a luta pelo desenvolvimento. As ideologias materialistas se alimentam da penúria e da miséria de onde se originaram: o combate a estas constitui o único caminho seguro para o efetivo combate àquelas. Onde houver miséria, a nossa causa estará em perigo".

E advertíamos, com a mesma firmeza com que o fazemos hoje:

"É ilusório esperar atuação convicta, em prol de uma causa que abrange aspectos tão complexos, de povos cujo exílio nos rigores do pauperismo os impede de pensar e sentir fora do âmbito restrito de suas prementes necessidades de sobrevivência".

É foto assaz conhecido – é hoje um truísmo econômico – que os países industriais aumentam a sua riqueza com muito maior rapidez do que os de economia agrícola e pastoril. A continuar esta tendência, veremos aumentar indefinidamente a distância que separa os países desenvolvidos dos subdesenvolvidos.

Esta situação alarmante impõe-nos o dever de buscar os meios de inverter esta trajetória, o que só pode ser feito mediante a eliminação, no processo histórico do nosso desenvolvimento econômico, de algumas etapas que nos separam das potências industriais.

Ganhar tempo

Temos de lutar de todas as formas e por todos os meios para realizar, em anos, o que outros realizaram em décadas; temos de exigir o mesmo da nossa imaginação, de nosso engenho, para conseguir os recursos em técnica e em capital, que nos permitirão a execução desse objetivo.

Infelizmente, porém, com uma população geralmente pobre, grande parte da qual apenas percebe o bastante para prover à sua subsistência é impossível contar com a poupança individual como fonte de capital.

O exame retrospectivo do comércio entre os países industriais e os de economia colonial tampouco nos autoriza a contar com o comércio exterior como única fonte de financiamento do nosso programa de desenvolvimento. Por um lado, as flutuações de preços dos produtos primários no mercado internacional são de tal ordem que se torna impossível basear na receita oriunda da sua venda um programa de desenvolvimento a longo prazo. Por outro, as condições do intercâmbio entre as potências industriais e os países não desenvolvidos tornam-se progressivamente desfavorável aos segundos, exigindo a exportação de uma quantidade sempre crescente de produtos primários para a aquisição da mesma quantidade de produtos manufaturados.

De tudo isso, ressalta a necessidade urgente e imperiosa de romper este círculo vicioso em que a pobreza gera o subdesenvolvimento, o subdesenvolvimento perpetua a pobreza.

Para tanto se impõe a adoção de fortes e enérgicos corretivos, que pela natureza mesma da situação que acabo de descrever, têm de transcender a órbita nacional, projetando-se no campo da cooperação entre as nações. Este objetivo, porém, só será atingido após a solução de uns quantos problemas básicos, que representam, de algum modo, as premissas fundamentais de qualquer progresso econômico.

Em tais condições, fazemos face a um verdadeiro desafio. Queremos desenvolver nossos países em ritmo acelerado e estamos decididos a fazê-lo, pois assim o exigem nossos povos. Desejamos chegar a este resultado dentro do conceito democrático e cristão que constitui o fundamento da nossa sociedade, mas só poderemos fazê-lo se tivermos o auxílio das grandes potências ocidentais, particularmente dos Estados Unidos da América.

Sob um sistema rígido de planejamento estatal, que comprime os níveis de consumo do povo e canaliza os recursos nacionais de forma inexorável no sentido que melhor se adapte às necessidades do desenvolvimento nacional, os países comunistas têm atingido um maior volume de investimentos do que os ocidentais, conseguindo, assim, um maior ritmo de desenvolvimento.

O programa de auxílio da URSS

Por outro lado – e o que é ainda mais significativo – a URSS lançou um programa de auxílio aos países subdesen-

volvidos num ritmo que o levou de zero em 1954 a US\$ 1,6 bilhões em 1957.

Além do seu volume crescente, o tipo de auxílio soviético tem sido de molde a atrair a simpatia dos países subdesenvolvidos. Caracteriza-se ele em geral pela concessão de vultosos empréstimos, a juros moderados, amortizáveis em mercadorias do país devedor. Contornam, assim, o problema de divisas e fornecem muitas vezes possibilidade de escoamento para produtos agrícolas de difícil colocação no mercado internacional. Esta situação põe, muitas vezes, o Ocidente na posição de competidor do país que deveria auxiliar, enquanto os países do bloco comunista surgem como compradores providenciais de produtos gravosos.

Diante das condições oferecidas pela URSS, a tendência freqüente tem sido no sentido de esquecer a motivação política do auxílio para pensar apenas nos seus resultados concretos, comprovados ou esperados.

São, esses, fatos da maior gravidade, cheios de significação política e suscetíveis de alterar substancialmente o atual equilíbrio de forças entre os dois blocos de nações, para os quais a atenção dos principais responsáveis pela política ocidental se acha voltada.

O trabalho do "Comitê dos 21"

Julgo agora oportuno referir-me, em linhas gerais, ao trabalho que está cometido ao Comitê dos 21, que em 17 do corrente mês, se instalou em Washington, na sede da Organização dos Estados Americanos. Nos termos do comunicado final expedido pela Reunião dos Chanceleres de setembro último, o Comitê dos

21 deverá examinar, o *aide-mémoire* de 3 de agosto, submetido pelo Itamarati à consideração das Chancelarias dos demais Estados Americanos. De tal documento, que contém nossas idéias básicas sobre a luta que nos propomos travar contra o subdesenvolvimento, consta uma lista de temas, esquematizados à luz dos grandes problemas com que, no campo econômico, se defronta a América Latina.

A importância maior deve ser atribuída ao aumento de volume de investimentos, proveniente de capitais públicos, conforme estabelece o segundo dos temas propostos. Disto dependerá em última análise, a materialização da Operação Pan-Americana, a qual condiciona a solução dos grandes problemas da América Latina a aplicações maciças de capitais, em volume impossível de ser fornecido por investimentos privados.

Por outro lado, o fortalecimento geral da economia, assim obtido, provocará uma maior atenção de capitais privados, nacionais e estrangeiros, mercê das maiores condições de segurança e rentabilidade que lhes poderão ser oferecidas.

Repito, pois, para que não haja dúvidas sobre nossa posição que, somente a convocação de capitais públicos, em quantidades urgentes, permitirá à América Latina acelerar o ritmo de crescimento da renda individual de seus habitantes, permitindo-lhes atingir um índice superior ao das áreas já plenamente desenvolvidas. Está claro, e todos os verdadeiros estudiosos do problema concordarão comigo, que a maior parte de tais investimentos, serão mesmo sua quase totalidade, deverá ser orientada para os setores básicos e in-

fra-estruturais das economias latino-americanas, a fim de que sejam removidos os obstáculos hoje existentes à sua expansão global.

O problema é sério e as soluções que buscamos, com urgência, não poderão ser parciais. O Brasil está disposto a não aceitar meias soluções. De nada nos servirá procurar mostrar ao mundo uma unanimidade de vistas inexistente ou demonstrar uma satisfação fictícia com os resultados obtidos. Os estudos econômicos, em curso no Itamarati, situam em 3,5 bilhões de dólares as necessidades mínimas de créditos externos para que possa, só o Brasil, financiar a diferença entre a receita de suas exportações e o montante das importações indispensáveis ao crescimento de seu produto nacional bruto, no período compreendido entre 1959 e 1980. Para toda a América Latina, o mesmo cálculo se elevaria a um total de 10 bilhões de dólares. A quantia não é desproporcionada; é, antes, bastante razoável e realista, se considerarmos os perigos que acarretam para o mundo livre o estabelecimento de um clima de insegurança e insatisfação na América Latina.

Trata o item IV do Memorandum brasileiro, da tentativa de disciplinar, eqüitativamente, os mercados dos produtos de base.

Com isso se teria alcançado a solução para o mais grave dos problemas com que se debatem os países desta parte do hemisfério, e que consiste, justamente, na instabilidade dos preços e dos mercados para os produtos de exportação que constituem o cerne mesmo de suas economias. A instabilidade econômica, daí resultante, acarreta necessariamente a instabilidade política

e social, provocando todo um clima de pessimismo e de desalento.

No quadro da Operação Pan-Americana deverão ser buscadas, portanto, e simultaneamente, a estabilidade das receitas cambiais e a segurança de compensações adequadas aos favores concedidos pelo mercado comum europeu aos produtos das colônias africanas. Ora, a segurança de uma receita cambial estável terá de decorrer da fixação, simultânea, de cotas de exportação de nossos produtos e do estabelecimento de um nível de preços remunerador, ou seja, a uma efetiva reserva de mercado.

Mercado regional

Ao lado disso, e dentro do espírito da Operação de que tratamos, deverão ser feitos esforços sinceros para a adoção de medidas que favoreçam ou acelerem a criação de um mercado regional latino-americano e a integração econômica da área, tão rápida e completamente quanto possível.

A Assistência Técnica, objetivo do item VI da lista apresentada pelo Brasil, representa o terceiro elemento, de origem externa, inadiavelmente necessária para a execução de um programa sério de desenvolvimento. Apesar de sua experiência, relativamente longa, a assistência técnica prestada pela ONU e pelo Governo dos Estados Unidos da América Latina se ressentia de amplitude conveniente, e de coordenação e de método, na sua distribuição e aplicação efetiva. É necessário, agora, que ela adquira uma contextura compatível com o esforço a ser desenvolvido nos outros campos.

Independentemente das possibilidades maiores ou menores

de êxito integral e imediato, o que o Governo brasileiro deseja deixar bem claro é que considera a Operação Pan-Americana como um movimento político irreversível porque corresponde a um problema real – o problema do subdesenvolvimento econômico no Hemisfério. A Operação Pan-Americana só perderá o seu sentido quando os seus objetivos tiverem sido alcançados. Não estamos diante de um capricho ou de um devaneio diplomático, mas de um programa de ação e já agora não poderemos recuar, quaisquer que sejam as dificuldades e obstáculos a superar.

A ameaça soviética

O êxito final da Operação – bem o sabemos – não dependerá unicamente de nossa ação e de nossos esforços. Dependerá, em última análise, de um número de fatores e de circunstâncias latentes na atual situação internacional. O significado da Operação Pan-Americana transcende de muito os limites da política continental e vem ajustar-se às novas modalidades, da crise mundial num momento crítico para o ocidente. A ameaça soviética era até há poucos anos, considerada como uma ameaça de tipo puramente militar, localizada no Ocidente europeu. Já agora se percebe claramente que a guerra fria vai mudando de caráter, com a atenuação dos aspectos puramente militares e com uma ênfase cada dia maior nos assuntos econômico, industrial e tecnológico. O Ocidente, ao organizar o seu sistema defensivo, preparou-se para uma guerra que talvez não se materialize, muito embora seja justo reconhecer que poderia ter vindo a materializar-se não fôra a adoção das medidas as

securatórias de defesa. A preocupação com a ameaça soviética, logo após o término da Segunda Guerra Mundial, fez com que todos os esforços da diplomacia ocidental se concentrassem no auxílio e na recuperação das áreas devastadas pela conflagração. Como já disse, não queremos localizar e individualizar responsabilidades. Talvez, na ocasião, os Estados Unidos da América não tivessem alternativa, e talvez a liberdade e a democracia tivessem sido sufocadas pela avalanche soviética, se essa política de auxílios não tivesse sido planejada e executada. O que acontece é que não podemos manter em 1958, o mesmo plano de ação que foi considerado indispensável em 1945. Hoje, a América Latina está em situação mais precária do que a dos países reconstruídos da Europa e constitui o elo mais fraco da coligação ocidental. E para esse fato que não cessaremos de chamar a atenção de nossos amigos dos Estados Unidos da América, com franqueza, com lealdade e até com palavras duras e realistas.

Mudanças auspiciosas

De qualquer maneira, os indícios de uma mudança na posição americana são francamente auspiciosas e encorajadoras e vemos com satisfação que esses indícios não se manifestam apenas no seio do Governo dos Estados Unidos e no âmbito das Divisões do Departamento de Estado, mas em muitos setores do Congresso, da imprensa e mesmo da oposição democrata. O nosso dever é estimular essa tendência, que julgamos irreversível, e compreender que toda ação diplomática é obra de paciência, de firmeza e de tenacidade. Sabemos que, nos regimes

democráticos, nenhuma mudança sensível poderá processar-se em matéria de política nacional sem o pleno apoio da opinião pública e sabemos que essa opinião pública tem de ser esclarecida e orientada.

Somos os primeiros a reconhecer que todo programa de combate ao subdesenvolvimento é, pela sua própria natureza, um programa a longo prazo, visto como sempre teremos de assentar previamente as bases técnicas e materiais do fomento econômico. Nossa posição é, entretanto, intransigentemente contrária a adoção de meros paliativos, que poderiam dar-nos a ilusão de alívios passageiros e momentâneos, mas que nos roubariam a grande causa e a grande bandeira que levantamos.

Nobre iniciativa

Estou, entretanto, inteiramente convencido – de que se formos fiéis a nós mesmos, à causa que defendemos, ao ideal que transmitimos a nossos irmãos do Continente, se perseverarmos em nosso caminho sem desfalecimentos e sem tibieza, se tivermos a coragem de não transformar pequenos avanços momentâneos em vitórias fictícias e irreais, se tivermos a grandeza de reconhecer os nossos erros e de corrigir as nossas omissões, teremos ao mesmo tempo associado o nome do Brasil e da diplomacia brasileira a uma das mais nobres e mais puras iniciativas da história das nações ocidentais, a essa grande tentativa da Operação Pan-Americana, grito de redenção de um Continente estuante de vida, que deseja trabalhar pela paz e pela tranquilidade das nações.

Senhores Senadores: esse discurso do Sr. Presidente da República, demonstra o sentido da po-

lítica americana, sob o ponto de vista realista, bem como a decisão de levar a bom termo o Plano que o Governo brasileiro traçou e lançou na América do Sul.

Não poderíamos deixar de louvar a decisão com que o Sr. Juscelino Kubitschek retoma o assunto, reafirmando sua opinião, seus objetivos e a vontade de buscar a cooperação decisiva e substancial da América do Norte, para a realização deste Plano.

Sr. Presidente, sentimos as dificuldades por que passa o País, diríamos mesmo todas as nações sulamericanas, que enfrentam esta inflação absorvente e realmente tenebrosa que está empobrecendo o povo e criando agitações sociais nesta parte do Hemisfério.

Vemos o Brasil procurando vencer a inflação. Poderíamos censurar, aqui e ali, o Governo, por certas medidas que, aparentemente, contrariam sua orientação de combate à inflação. Haveremos de convir, porém, que, na execução do seu Plano de Metas, que redundam em desenvolvimento econômico, está uma forma eficiente de combate à inflação. De começo, o Plano de Metas do Governo da República conduzirá, sem dúvida, à correção dos inconvenientes a que a inflação nos arrastou. Aplicados os capitais em empreendimentos reprodutivos, dentro de pouco os resultados que haveremos de colher, normalização a situação de desnível criada pelo processo inflacionário. Com a execução dos projetos de desenvolvimento econômico, que o Governo da República atacou, estaremos promovendo o combate à inflação. Mas, – e aqui estão realmente as dificuldades por que estamos passando – não temos elementos suficientes para levar a bom termo a execução destes “Planos de Metas”; só com auxílio substancial em dólares poderemos de fato enfrentar as dificuldades atuais, detendo as conseqüências da inflação que está indomável e incontrollável há tanto tempo.

Dentro da orientação de um Governo dinâmico como o que vige em nosso País, que procura realmente realizar obras, enfrentar problemas, não teremos recursos necessários para correr o risco, estamos sofrendo de uma exacerbação do processo inflacionário.

Indagamos, então – havemos de parar? Países como o nosso, que anseiam por maior desenvolvimento e progresso, hão de parar na execução das metas traçadas? Haveremos de parar este País no seu anseio de desenvolvimento? Não creio possa a resposta ser negativa.

Precisamos realmente dar a esta Nação ávida de progresso e desenvolvimento os elementos indispensáveis à consecução dos seus objetivos, à elevação do nível de vida de sua população.

O SR. LIMA TEIXEIRA: – Muito bem!

O SR. GOMES DE OLIVEIRA: – Países como o nosso e outros da América do Sul desejam o mesmo progresso, a mesma providência, no sentido do desenvolvimento econômico.

O SR. LIMA TEIXEIRA: – O Presidente Juscelino Kubitschek é homem com suficiente energia e capacidade de trabalho para levar avante essa tarefa.

O SR. GOMES DE OLIVEIRA: – Grato pelo aparte de V. Exa. que vem corroborar minhas considerações. É inegável que o Sr. Juscelino Kubitschek tem demonstrado – e já o sabíamos – ser homem de grande capacidade de trabalho e de iniciativa. Decidiu-se a fazer, em cinco anos, aquilo que normalmente se fazia em cinqüenta. Talvez seja força de expressão este enunciado; mas a verdade é que S. Exa. está empenhado num programa de realizações e de progresso.

O SR. LIMA TEIXEIRA: – É verdade.

O SR. GOMES DE OLIVEIRA: – Não se poderá onde quer que haja homens de responsabilidade, recusar apoio a tão boa orientação.

O Brasil quer progredir. As suas populações querem melhorar as condições de vida; e haverão de conseguí-lo; mas somente sob o governo de homens de real capacidade de ação, de idealismo e decisão na consecução de seus objetivos.

O SR. LIMA TEIXEIRA: – Com o auxílio do Congresso.

O SR. GOMES DE OLIVEIRA: – Por certo! O Congresso haverá de compreender os altos objetivos do Chefe da Nação. De minha parte, e pelo tempo que me resta, eu os compreenderei.

O SR. LIMA GUIMARÃES: – Permite V. Exa. um aparte? – (*Assentimento do orador*) – O Sr. Juscelino Kubitschek, ao afirmar que em cinco anos faria obra de cinquenta, antecipou apenas uma realidade. Nestes cinco anos, S. Exa. dará ao Brasil alicerces econômicos suficientes para suportar não cinquenta anos, mas séculos de desenvolvimento econômico.

O SR. GOMES DE OLIVEIRA: – Muito grato pelo aparte do nobre colega.

Estamos, pois, Sr. Presidente, sob um Governo que quer fazer aquilo que nós todos, o Brasil inteiro, a sua população espera. Estará, talvez, sentindo dificuldades, deparando os embaraços de um plano de ação extenso, amplo e profundo.

O SR. LIMA TEIXEIRA: – É o mal entre nós: o derrotismo.

O SR. GOMES DE OLIVEIRA: – Haveremos também de combater esse espírito de descrença, de derrotismo, de que fala o nobre Senador Lima Teixeira. Haveremos de nos imbuir dos anseios progressistas que animam o Poder Executivo, na gestão do Sr. Juscelino Kubitschek.

Não estou aqui, Sr. Presidente, para erguer louvaminhas ao Senhor Presidente da República. Reafirmo apenas ponto de vista tantas vezes enunciado, nesta Casa. Entendi sempre que o Brasil não pode parar; e esse pensamento não será tão acaciano, por ser o de todos os brasileiros.

Está nossa Pátria no caminho da evolução; não pode estacionar e, nesse sentido, daremos todo o apoio ao Governo, que, imbuído de espírito progressista, precisa continuar com decisão a sua obra.

O SR. RUY CARNEIRO: – Permite V. Exa. um aparte?

O SR. GOMES DE OLIVEIRA: – Ouvirei o aparte de V. Exa. com prazer.

O SR. RUY CARNEIRO: – É com encantamento que ouvimos o discurso de V. Exa., tão cheio de confiança, de fé, no programa de realizações do Governo, na maneira por que está encarando os problemas do País, justamente num momento em que se pensa com pessimismo, com derrotismo. Para aqueles cujo ânimo se acha imbuído da idéia de falência, será benéfico ouvir o que V. Exa. proclama com a autoridade de representante do glorioso Estado de Santa Catarina.

O SR. GOMES DE OLIVEIRA: – Muito honrado com o aparte de Vossa Excelência.

Sr. Presidente, o derrotismo e o ceticismo não constróem. É preciso ser otimista, e não se justifica não o sejamos num País pleno de riquezas, de possibilidades, e que conta com homens capazes, que fazem quase o impossível para vencer as dificuldades imensas que se lhes deparam. O aceleração da inflação e das dificuldades que estamos sofrendo talvez sejam consequência da ânsia de progresso e de desenvolvimento.

O SR. LIMA TEIXEIRA: – Muito bem!

O SR. GOMES DE OLIVEIRA: – Há dois caminhos, realmente, para combater a inflação. Aquêlê que talvez mais se recomende, é o da contenção das despesas. Haveremos, sem dúvida, de gastar, mas nunca pensar em parar obras e serviços reprodutivos, essenciais, pois só caminhando, avançando, realizando, combateremos a inflação nas suas raízes.

Sr. Presidente, tenho, desta tribuna, reclamado a cooperação dos povos ricos para o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos como o nosso, sem a qual não poderemos enfrentar ideologias extremistas. É necessário, entretanto, reconhecer que nos cumpre fugir aos velhos processos de rotina que não satisfazem mais às prementes exigências das massas. Os povos querem melhores condições de vida. A cultura que já se expande entre os povos subdesenvolvidos, abre-lhes os olhos e impõe realmente, medidas que aperfeiçoem o seu progresso, para que possam atingir aquêlê nível de bem-estar que é a aspiração de todos os povos do Continente.

O SR. LIMA TEIXEIRA: – Perfeito!

O SR. GOMES DE OLIVEIRA: – Estaremos pois com o Governo, em busca de apoio naqueles países mais ricos e com possibilidades; estaremos com o Governo nessa

empreitada em busca do que talvez seja um direito: a ajuda dos povos ricos, das classes mais favorecidas aos mais necessitados. É a manifestação dêsse pensamento e dessa decisão contidos na Conferência do Presidente Juscelino Kubitschek que haveremos de ajudar, pois visam tão sómente à melhoria e ao progresso de um País cheio de possibilidades, que precisa apenas da ajuda dos homens de boa vontade e da cooperação daqueles povos que têm o dever de oferecê-la. (*Muito bem, muito bem. Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE: – Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão. Designo para a sessão extraordinária de amanhã a seguinte:

ORDEM DO DIA

1 – Discussão única, do Projeto de Lei da Câmara, nº 143, de 1958, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1959 – Anexo nº 1 (Receita) – incluído em ordem do Dia nos termos do art. 91 do Regimento Interno, dependente de parecer da Comissão de Finanças.

Está encerrada a sessão.

Levanta-se a sessão às 17 horas e 30 minutos.

EXTRAORDINÁRIA

PRESIDÊNCIA DO SR. FREITAS CAVALCANTI

Às 16 horas e 15 minutos, acham-se presentes os Senhores Senadores:

Vivaldo Lima.
Mourão Vieira.
Prisco dos Santos.
Lameira Bittencourt.
Sebastião Archer.
Victorino Freire.
Públio de Mello.
Waldemar Santos.
Mathias Olympio.
Leônidas Mello.
Onofre Gomes.
Parsifal Barroso.
Fernandes Távora.
Kerginaldo Cavalcanti.
Reginaldo Fernandes.
Ruy Carneiro.
Argemiro de Figueiredo.
Novaes Filho.
Ezechias da Rocha.
Freitas Cavalcanti.
Rui Palmeira.
Júlio Leite.
Jorge Maynard.
Lourival Fontes.
Neves da Rocha.
Juracy Magalhães.
Lima Teixeira.
Carlos Lindenberg.
Atílio Vivacqua.
Ary Vianna.
Moreira Filho.
Paulo Fernandes.
Arlindo Rodrigues.
Alencastro Guimarães.
Caiado de Castro.
Gilberto Marinho.
Benedicto Valladares.
Lima Guimarães.
Lino de Mattos.

Moura Andrade.
Domingos Vellasco.
Coimbra Bueno.
Pedro Ludovico.
Mário Motta.
João Villasbôas.
Filinto Müller.
Othon Mäder.
Gaspar Velloso.
Gomes de Oliveira.
Francisco Gallotti.
Saulo Ramos.
Mem de Sá. – (52).

O SR. PRESIDENTE: – A lista de presença acusa o comparecimento de 52 Senhores Senadores.

Havendo número legal, está aberta a sessão.

Vai ser lida a Ata.

O Sr. Segundo Suplente, servindo de 2º Secretário, procede à leitura da Ata da sessão anterior, que, posta em discussão, é sem debate aprovada.

O Sr. Quarto Secretário, servindo de 1º, dá conta do seguinte:

EXPEDIENTE

Mensagens

Do Sr. Presidente da República, ns. 183, 184 e 185, restituindo autógrafos sancionados, atinentes aos seguintes Projetos de Lei da Câmara:

– nº 103, de 1958, que isenta de impostos de importação e de consumo, inclusive a taxa aduaneira de 5%, trilhos de aço e respectivos acessórios, destinados à Companhia Paulista de Estradas-de-Ferro e mais empresas ferroviárias, nas mesmas condições;

– nº 104, de 1958, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, crédito especial de Cr\$ 10.000.000,00, para combater a erosão que assola o Estado do Paraná; e

– nº 92, de 1958, que concede a pensão especial de Cr\$ 3.000,00 mensais a Hermelinda Franco de Godoy, viúva do ex-oficial administrativo aposentado do antigo Ministério da Educação e Saúde Avelino de Godoy.

Carta

Do Presidente da Associação Brasileira de Educação, como segue:

Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1958.

Exmo. Sr. Senador Cunha Mello.

Digníssimo Primeiro Secretário do Senado Federal.

Tenho a honra de enviar a V. Exa. um parecer elaborado por uma comissão designada pela Associação que presido, para estudar o relevante problema da importação dos livros estrangeiros entre nós. Em sessão recentemente realizada, o Conselho Diretor da mesma Associação aprovou unânimemente esse parecer e tornou-o seu. Manifestou o Conselho Diretor o desejo de que o mesmo estudo, no qual são sugeridas medidas de caráter legislativo e executivo, para obviar à situação presente, seja submetido à atenção do Congresso Nacional e divulgação em seu órgão oficial.

Transmitindo a V. Exa. esse desejo, é com o maior aprêço que me subscrevo.

Raul J. Bittencourt – Presidente.

A Associação Brasileira de Educação não pode ficar indiferente à situação criada em nosso País pelas dificuldades opostas à entrada de livros e revistas. A própria Associação, quer coletivamente, quer através de seus membros individuais, tem sentido as dificuldades mencionadas, e o seu Presidente, há já alguns meses, pedia para o assunto a atenção do Senhor Ministro da Viação e Obras Públicas. Recentemente, por aprovação do Conselho Diretor, foi designada uma Comissão para estudar dar o problema. É o resultado dos seus trabalhos que vão aqui expostos.

A situação é tão grave que, se não fôr remediada a tempo, a cultura brasileira sofrerá um retrocesso sensível. É um fato reconhecido pelo patriotismo mais esclarecido que as culturas nacionais precisam ser vivificadas, constantemente, pela produção estrangeira. Sem precisar remontar a exemplos mais distantes no tempo, basta apontar o das três grandes nações que, de um século a esta parte, se vêm projetando no cenário mundial: Estados Unidos, Japão e Rússia. Todas as três aproveitaram e aproveitam avidamente os progressos realizados em outras terras. E este é um dos principais motivos por que tais nações já são hoje também exportadoras de novos conceitos científicos e de novas técnicas.

Há geralmente uma correlação entre o desenvolvimento cultural e o desenvolvimento econômico. O semi-bloqueio cultural, alfandegário e postal, que estamos nos impondo a nós mesmos, é, pois, particularmente lamentável, pois coincide com os anseios do País para emergir do sub-desenvolvimento econômico.

Vejamos, para contraste, o que se passa com países como a Grã-Bretanha, a França e os Estados Unidos, nos quais a cultura e a economia já atingiram um elevado grau de expansão. Parecia, por esses motivos que eles não deveriam preocupar-se com facilitar a entrada de livros estrangeiros. É justamente o contrário. Em primeiro lugar, em todos eles, os livros de encadernação simples, escritos em *línguas estrangeiras*, note-se bem, entram livres de quaisquer direitos. Se são recebidos em pequenas quantidades, por particulares ou instituições, o correio os entrega prontamente a domicílio. Se vêm em maior quantidade, passam pelo Serviço de Encomendas Postais Internacionais, mas aí também o desembaraço é rápido. Mesmo neste caso, não há qualquer taxa aduaneira a pagar, com algumas exceções especificadas nos regulamentos francês e americano. Na França os livros encadernados em couro pagam 20% *ad-valorem*. Nos Estados Unidos, todos os livros escritos em inglês pagam 5%, se são escritos por autores estrangeiros, e 10% se são escritos por autor americano. O motivo dessas curiosas exceções deve ser evidentemente a proteção das casas publicadoras nacionais. É talvez por isso que existem várias casas publicadoras inglesas com ramificações nos Estados Unidos. A Grã-Bretanha, porém, não abre exceção à sua regra de importação livre de direitos. Tanto lá como na França existe o licenciamento das importações, que abrange também os livros, quando estes são importados para venda. Assim é que na França se o livro ou livros ficarem abaixo de dez mil francos, o importador nenhum documento tem de apresentar.

São concordes as informações de que nesses três países, quaisquer que sejam as quantidades de livros importados, o desembaraço é rápido.

Vejamos agora a situação em

nosso País.

A situação no Brasil

O primeiro e estranho óbice erguido à importação de livros em nosso País resulta da taxa de despacho aduaneiro no valor de 5%, criada pelo art. 66 da Lei de Tarifas (nº 3.244), de 1957. Essa taxa recai sobre diversos produtos. O legislador, voluntária ou involuntariamente, deixou de excluir os livros desses produtos. Assim, a taxa se aplica a *todos os livros, sem distinção da língua ou do País em que foram impressos*. Saiu da memória do legislador o art. 174 da Constituição, que diz: “O amparo à cultura é dever do Estado”.

O segundo grande óbice são as dificuldades cambiais. O terceiro, e talvez o maior, são as dificuldades burocráticas.

Vejamos, em primeiro lugar, o caso dos particulares e o caso das instituições culturais, como é a nossa Associação: sob o ponto de vista cambial se acham equiparados. Antes, podíamos fazer a adição à nossa pequena biblioteca, de algumas obras educacionais de maior importância. Eram aquisições muito modestas, em virtude da escassez dos recursos associativos. Agora, nem isto é possível. Estamos sujeitos às precárias concessões de câmbio especial feitas pela SUMOC. Estas recentemente foram suspensas para os importadores que não sejam livreiros. A lei, entretanto, não distingue entre uns e outros. Lendo-se atentamente os arts. 50 e 56, da Lei de Tarifas, vê-se que os livros e outros produtos têm direito a câmbio especial (isto é, ao câmbio oficial acrescido de uma sobretaxa), quaisquer que sejam os importadores.

Mas, ainda obtido o câmbio especial, os obstáculos não cessam, como vamos ver. E sem dúvida o Sindicato Médico a organização que mais tem combatido as tentativas de bloqueio cultural. E o motivo é fácil de compreender: os

médicos têm uma necessidade que se pode chamar apropriadamente *vital*, de manter-se em dia com os progressos acelerados de sua profissão, em curso em diversos países. Como resultado desses esforços, o Sindicato foi equiparado aos livreiros, e os seus membros têm obtido câmbio especial para a importação de livros e revistas. Mas isso não tem impedido que o Serviço de Encomendas Postais Internacionais (o chamado serviço de *colis postaux*, que é uma dependência dos correios mas funciona em simbiose com a alfândega) apreenda os livros. Foi esta a denúncia feita, ainda em julho findo, pelo seu então Presidente, Dr. Iseu de Almeida e Silva. Disse ele que da apreensão, além da perda de tempo, resultavam “taxas escorchantes”, constituídas pela soma da taxa de despacho aduaneiro com a de armazenagem.

A nossa própria Associação teve ciência, em fins do ano passado, de um caso ainda mais grave, ocorrido com uma nossa digna colega do Conselho Diretor. Tratava-se de um simples exemplar de uma revista de terapêutica ocupacional. Apreendido indevidamente pelo *colis*, foram tais os embaraços e taxas opostos à entrega do exemplar que a destinatária dêle desistiu.

Os livreiros não partilham de melhor sorte. As suas queixas são veementes contra o Serviço acima referido. Hoje não são poucos os que aconselham os seus fornecedores a deixarem de utilizar-se do mesmo, e preferir os ônus do frete em navios, que afinal recai sobre o importador e consumidor nacionais. Um dos motivos conducentes a esta decisão é que, segundo alegam os livreiros, o Serviço, na confusão do recebimento das encomendas postais, freqüentemente não encontra senão uma parte dos livros constantes da fatura. Esta parte não pode ser retirada até que os outros volumes sejam encontrados, e isto leva, às vezes, meses.

Uma justa queixa ouvida é que, se a quantidade de livros é grande e há demora na sua entrega, as taxas a pagar se elevam a quantias vultosas, às vezes de milhares de cruzeiros. O pagamento dessas taxas é feito em selos, e o Serviço não passa recibo, de sorte que a escrituração da livraria não tem base concreta para os seus registros.

Assim, o Serviço de Encomendas Postais Internacionais, que é, em todos os países civilizados, um instrumento de cultura, entre nós lhe é um embaraço.

Apesar dos benefícios de câmbio especial, os livreiros têm a importuná-los a exigência de que paguem à administração 75% do valor de cada partida de livros chegada antes de recebê-los. Assim perdem os benefícios que outrora usufruíam de um prazo razoável para pagarem ao vendedor estrangeiro. Não se pode atinar com os motivos que tornam imperiosa tal exigência.

De outro lado da linha, a situação não é mais satisfatória. Ainda recentemente, a 12 de setembro, o “Correio da Manhã” transcrevia trechos de uma carta de um exportador britânico, na qual ele se queixa da série incrível de formalidades e documentos exigidos pelas autoridades consulares brasileiras, a fim de satisfazer às exigências alfandegárias nos portos de chegada. A demora é tão grande que às vezes o navio desejado parte sem a mercadoria. Nenhuma exceção é feita para os livreiros, no que diz respeito às exigências burocráticas.

Mas onde aparece o desafio mais franco à credulidade, é no que diz respeito aos livros enviados gratuitamente. Em lugar das dificuldades diminuírem, aumentam consideravelmente. Assim é que em fins de julho findo, a nossa Associação recebeu uma carta da chamada Organização Mundial da Profissão Docente, com sede em Washington, revelando que um seu relatório a nós enviado no começo

do ano lhe havia sido devolvido pelo correio brasileiro com a nota de “não reclamado”. A direção apurou que o relatório havia ido parar no Serviço de Encomendas Postais, e aí foram tais as delongas que o nosso encarregado desistiu da procura. Investigações posteriores apuraram que até as grandes organizações filantrópicas de projeção internacional, quando desejam fazer um donativo a instituições brasileiras, seja de livros, seja de outros instrumentos de cultura, têm de pedir, em cada caso, licença prévia à Carteira de Comércio Exterior. E a concessão de licença leva às vezes um tempo considerável. Sabemos que há esforços das autoridades educacionais brasileiras para abolir tais exigências, humilhantes para o nosso País e para as instituições doadoras. Em relação a livros, a exigência é francamente ilegal, conforme acreditam autoridades da própria Carteira de Comércio Exterior. Ela resultou de uma circular da Diretoria de Rendas Aduaneiras, datada de 31 de janeiro de 1957. Nela se exige a licença pela CACEX para os livros importados gratuitamente (fica aí evidentemente incluído o caso do relatório que nos foi enviado). Ora, essa circular não podia revogar o art. 7 da Lei nº 2.145, de 1953, confirmado posteriormente pelo art. 56 da Lei de Tarifas, nos quais se diz claramente que independem de licença, entre outros produtos, “mapas, livros, jornais, revistas e publicações similares que tratem de matéria técnica, científica, didática ou literária, redigidos em língua estrangeira, assim como obras em português, impressas em Portugal, e livros religiosos escritos em qualquer idioma e de qualquer procedência”. Como se vê, aí não se faz a mínima distinção entre livros importados gratuitamente e livros pagos. E onde a lei não distingue, ninguém pode distinguir, nem mesmo as poderosas autoridades aduaneiras.

Em resumo: a situação brasileira no que diz respeito à importações de livros foi muito bem definida numa moção aprovada este ano pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, reunida em São Paulo. Aí se diz que a atual Lei de Tarifas colocou os cientistas brasileiros numa situação vexatória, “única no mundo civilizado por não poderem mais receber sem entraves os meios de cultura representados pelos livros e periódicos de natureza didática, científica, tecnológica e literária.

Medidas aconselháveis

Essas medidas podem dividir-se em legislativas e simplesmente administrativas.

Entre as primeiras, logo se destaca a supressão da taxa de despacho aduaneiro, fonte não só de despesas para os importadores como de complicações burocráticas inúmeras. Aplicada a livros e a outros instrumentos de cultura, a taxa constitui uma medida para a qual só resta aplicar o velho termo: *draconiana*.

A segunda medida não diz respeito a livros; é o restabelecimento do dispositivo contido no art. 7º da Lei nº 2.145, de 1953, pelo qual independiam de licença de importação “os objetos e material destinados a instituições educativas, de assistência social ou religiosa, para uso próprio e utilização sem fins lucrativos”. Este item foi supresso pela nova Lei de Tarifas. Pareceu-nos que, pelo menos, o material didático e o destinado a pesquisas e a diagnóstico em laboratório deveriam ser isentos de licença e gozar das mesmas regalias que devem ser conferidas aos livros. Cumpre lembrar que o câmbio especial concedido para tais importações não representaria subsídio do Governo. A sobretaxa nêle incluída se baseia na média ponderadora das bonificações pagas aos exportadores brasileiros. O Governo deixa de ter lucros nas referidas

importações. Estas, cumpre lembrar, são em quantidade mínima e não afetam, pois, a situação financeira do País.

Quanto às medidas administrativas: seria de toda conveniência que elas fossem iniciadas pela designação de um grupo de trabalho incumbido de estudar os meios de racionalização dos trâmites postais e aduaneiros. Ela faria para as importações obra semelhante à que acaba de ser executada com real proveito pelo grupo de trabalho designado para melhorar o mecanismo das exportações. A sua tarefa inicial bem podia ser a que foi aqui tratada e interessa tão vitalmente à cultura do País, e, por conseguinte, ao seu desenvolvimento econômico. O grupo naturalmente convocaria para discussões com ele, não somente funcionários administrativos, mas representantes de associações culturais, de livreiros e particulares especialmente interessados.

É óbvio que a primeira consequência de um tal inquérito seria a reorganização dos métodos usados pelos serviços postais e aduaneiros. O Serviço de Encomendas Postais, por exemplo, precisa ter aqui a utilidade que lhe é reconhecida mundialmente. Além disto devem escapar ao seu ridículo e injusto controle exemplares de livros mandados a particulares (médicos, educadores, cientistas, homens de letras etc.) e a instituições culturais. É evidente que a Lei de Tarifas, por pior concebida que tenha sido nesse capítulo, não podia ter tido a intenção de impor taxas de despacho aduaneiro a tais exemplares isolados, que serão em mínima quantidade. Estamos certos de que o Conselho de Política Aduaneira, se consultado, opinaria nesse sentido.

Quanto aos livreiros, só teriam a lucrar com uma organização eficiente do serviço de Encomendas

Postais. Além disto, fácil será à administração aliviá-los da exigência do pagamento imediato de grande parte das aquisições feitas. Mas pareceriam que deveriam, por sua vez, ser compelidos a uma razoável margem de lucro, acima do câmbio especial que lhes é concedido. Se o controle dessa exigência, que é um dos mais fáceis, não puder ser feito dentro da legislação atual, seria o caso de estabelecê-lo em a nova legislação acima proposta.

São essas as medidas para as quais a Associação Brasileira de Educação solicita a esclarecida atenção dos poderes públicos.

O SR. PRESIDENTE: – Está finda a leitura do Expediente.

Não há orador inscrito. (*Pausa*).

Sobre a mesa, requerimento dos nobres Senadores Lameira Bittencourt e Filinto Müller.

É lido e aprovado o seguinte:

REQUERIMENTO
Nº 508, DE 1958

Requeremos, na forma do disposto no art. 187, do Regimento Interno, seja incluído em Ordem do Dia o Projeto de Reforma Constitucional nº 2, de 1958, dispensado o interstício de que trata o § 2º do art. 182 da lei interna.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1958. – *Lameira Bittencourt*. – *Filinto Müller*.

O SR. PRESIDENTE: – Será incluído na Ordem do Dia da próxima sessão o projeto a que se refere o requerimento ora aprovado.

Sobre a mesa, outro requerimento.

É lido e aprovado o seguinte:

REQUERIMENTO
Nº 509, DE 1958

Requeiro dispensa de publicação para a imediata discussão e votação da Redação Final do Projeto de Lei da Câmara, nº 141, de 1958.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1958. – *Francisco Gallotti*.

O SR. PRESIDENTE: – Em discussão a Redação Final dispensada de publicação. Consta do Parecer nº 560, lido na sessão anterior.

Não havendo quem faça uso da palavra, encerro a discussão.

Em votação a Redação Final.

Os Senhores Senadores que a aprovam, queiram conservar-se sentados. (*Pausa*).

Aprovada.

A matéria vai à Câmara dos Deputados.

Designo o nobre Senador Ary Vianna para acompanhar, na Câmara dos Deputados, o estudo das emendas do Senado.

Passa-se à:

ORDEM DO DIA

Discussão única da Redação Final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 1958, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1959 – Anexo n.º 1 –

Receita (redação oferecida pela Comissão de Finanças em seu Parecer nº 562, de 1958, matéria, incluída em Ordem do Dia, nos termos do art. 91, letra "b", do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE: – Sobre a mesa o parecer da Comissão de Finanças, que vai ser lido.

É lido o seguinte:

PARECER
Nº 562, DE 1958

Da Comissão de Finanças, sobre a Redação Final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 1958, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1959 – Anexo 1 – Receita.

Relator: Sr. *Lameira Bittencourt*.

A Comissão de Finanças apresenta a fôlhas anexas a Redação Final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 1958, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1959 – Anexo 3 – Receita.

Sala das Comissões, 29 de novembro de 1958.

– *Vivaldo Lima*, Presidente em exercício. – *Lameira Bittencourt*, Relator. – *Ary Vianna*. – *Carlos Lindenberg*. – *Othon Mäder*. – *Francisco Gallotti*. – *Parsifal Barroso*. – *Lima Guimarães*. – *Mathias Olympio*.

Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1959 – Anexo 1 – Receita.

Nº 1

Substituir no Anexo 1 – Receita – a classificação 1.0.00 – Imposto de Importação e sua discriminação pela seguinte:

<i>Código</i>	<i>Discriminação</i>	<i>Subalíneas</i>	<i>Alíneas</i>	<i>Rubricas</i>
1.00.00 –	Imposto de Importação e Afins			
01.00 –	Imposto de Importação			
01 –	Animais e produtos do Reino animal (Seção I).....	500.000		
02 –	Produtos do reino vegetal (Seção II).....	700.000		
03 –	Gorduras e óleos animais e vegetais; produtos de sua dissociação; gorduras alimentares elaboradas; cêras animais e vegetais; resíduos de elaboração das substâncias gordurosas (Seção II).....	300.000		
04 –	Produtos das indústrias alimentícias; bebidas alcoólicas ou não; vinagre; fumo (Seção IV).....	750.000		
05 –	Produtos minerais (Seção V).....	318.000		
06 –	Produtos das indústrias químicas (Seção VI).....	1.900.000		
07 –	Plásticos, resinas sintéticas e suas manufaturas (Seção VII).....	500.000		
08 –	Couros e peles e suas manufaturas; artigos das indústrias afins (Seção VIII).....	200.000		
09 –	Madeira e artigos de madeira; carvão vegetal; cortiça; obras de espartaria e trançaria e outros materiais de cestaria (Seção IX).....	50.000		
10 –	Material para fabricação de papel – papel e suas manufaturas (Seção X).....	1.000.000		

	<i>Subalíneas</i>	<i>Alíneas</i>	<i>Rubricas</i>
11 – Têxteis e artigos têxteis (Seção XI).....	1.300.000		
12 – Calçados, chapéus, sombrinhas, guarda-chuvas, penas preparadas e artefatos de penas, flôres artificiais, artefatos de cabelo (Seção XII).....	1.000		
13 – Artigos de calcários de gesso, de cimento, de amianto e semelhantes, produtos de cerâmica, vidros e cristais (Seção XIII).....	28.000		
14 – Pérolas naturais e cultivadas, pedras preciosas e semi-preciosas, metais preciosos; obras, bijuterias de fantasia; moedas (Seção XIV).....	55.000		
15 – Metais comuns empregados na metalurgia e suas obras (Seção XV).....	1.300.000		
16 – Máquinas e instrumentos mecânicos; equipamentos elétricos (Seção XVI).....	7.200.000		
17 – Veículos e equipamentos de transportes (Seção XVII).....	5.000.000		
18 – Instrumentos e aparelhos de ótica, de fotografia e de cinematografia; de medida, de verificação, de precisão, instrumentos e aparelhos médico cirúrgicos; relojoaria; instrumentos de música; aparelhos registradores e reprodutores de som (Seção XVIII).....	100.000		
19 – Armas e munições (Seção XIX).....	10.000		

	<i>Subalíneas</i>	<i>Alíneas</i>	<i>Rubricas</i>
20 – Obras não classificadas nem compreendidas em outra parte (Seção XX).....	170.000		
21 – Mercadorias não classificadas nas subalíneas anteriores (art. 13).....	650.000		
02.00 – Taxa de Despacho Aduaneiro.....		3.000.000	

Nº 2

Substituir, no Anexo 1 – Receita – a classificação 2.00.00 – Impôsto de Consumo e sua discriminação, pela seguinte:

<i>Código</i>	<i>Discriminação</i>	<i>Subalíneas</i>	<i>Alíneas</i>	<i>Rubricas</i>
2.00.00 – Impôsto de Consumo				
01.00 – Aparelhos, máquinas e artefatos de metais.....			6.000.000	
01 – Produtos nacionais	5.000.000			
02 – Produtos estrangeiros.....	1.000.000			
02.00 – Armas, munições e fogos de artifícios.....			173.500	
01 – Produtos nacionais.....	160.500			
02 – Produtos estrangeiros	13.000			
03.00 – Artefatos de matérias de origem animal e vegetal.....			2.250.000	
01 – Produtos nacionais.....	2.160.000			
02 – Produtos estrangeiros.....	90.000			
04.00 – Brinquedos, artigos de esportes e jogos.....			142.800	
01 – Produtos nacionais.....	134.200			
02 – Produtos estrangeiros.....	8.600			
05.00 – Cerâmica e vidro.....			884.000	
01 – Produtos nacionais.....	814.000			
02 – Produtos estrangeiros.....	70.000			
06.00 – Chapéus.....			66.000	
01 – Produtos nacionais.....	65.900			
02 – Produtos estrangeiros.....	100			
07.00 – Cimento e artefatos de cimento, de gesso e de pedras naturais e artificiais.....			971.000	
01 – Produtos nacionais.....	955.000			
02 – Produtos estrangeiros.....	16.000			
08.00 – Escôvas, espanadores e pincéis.....			57.400	
01 – Produtos nacionais.....	57.200			
02 – Produtos estrangeiros.....	200			
09.00 – Lâmpadas elétricas.....			93.000	
01 – Produtos nacionais.....	84.000			
02 – Produtos estrangeiros.....	9.000			
10.00 – Papéis e seus artefatos.....			495.900	

	<i>Subalíneas</i>	<i>Alíneas</i>	<i>Rubricas</i>
01 – Produtos nacionais.....	476.100		
02 – Produtos estrangeiros.....	19.800		
11.00 – Produtos farmacêuticos e medicinais.....		1.030.000	
01 – Produtos nacionais.....	1.013.000		
02 – Produtos estrangeiros.....	17.000		
12.00 – Produtos de higiene e cuidados pessoais.....		1.900.000	
01 – Produtos nacionais.....	1.888.000		
02 – Produtos estrangeiros.....	12.000		
13.00 – Tintas, esmaltes, vernizes e outras matérias.....		790.000	
01 – Produtos nacionais.....	650.000		
02 – Produtos estrangeiros.....	140.000		
14.00 – Velas.....		37.400	
01 – Produtos nacionais.....	36.000		
02 – Produtos estrangeiros.....	1.400		
15.00 – Calçados.....		1.928.000	
01 – Produtos nacionais.....	1.838.000		
02 – Produtos estrangeiros.....	90.000		
16.00 – Guarda-chuvas.....		87.300	
01 – Produtos nacionais.....	80.000		
02 – Produtos estrangeiros.....	7.300		
17.00 – Cartas de jogar.....		28.700	
01 – Produtos nacionais.....	28.000		
02 – Produtos estrangeiros.....	700		
18.00 – Álcool.....		53.900	
01 – Produtos nacionais.....	55.800		
02 – Produtos estrangeiros.....	100		
19.00 – Carbureto de cálcio.....		1.400	
01 – Produtos nacionais.....	1.000		
02 – Produtos estrangeiros.....	400		
20.00 – Vinagre.....		11.600	
01 – Produtos nacionais.....	11.540		
02 – Produtos estrangeiros.....	60		
21.00 – Bebidas e adicional.....		5.226.000	
01 – Produtos nacionais.....	4.720.000		
02 – Produtos estrangeiros.....	31.000		
22.00 – Fósforos e isqueiros.....		461.200	
01 – Produtos nacionais.....	450.000		
02 – Produtos estrangeiros.....	11.200		
23.00 – Fumo.....		14.422.000	
01 – Produtos nacionais.....	14.390.000		
02 – Produtos estrangeiros.....	32.000		
24.00 – Jóias, obras de ourives e relógios.....		444.000	
01 – Produtos nacionais.....	410.000		
02 – Produtos estrangeiros.....	34.000		
25.00 – Móveis.....		1.500.000	
01 – Produtos nacionais.....	1.498.000		
02 – Produtos estrangeiros.....	2.000		
26.00 – Produtos alimentares industrializados.....		1.959.000	
01 – Produtos nacionais.....	1.920.000		

	Subalíneas	Alíneas	Rubricas
02 – Produtos estrangeiros.....	39.000		
27.00 – Sal.....		24.000	
01 – Produtos nacionais.....	23.970		
02 – Produtos estrangeiros.....	30		
28.00 – Tecidos, malharias e seus artefatos, passamanarias, cordoalhas e linhas.....		7.715.000	
01 – Produtos nacionais.....	7.660.000		
02 – Produtos estrangeiros.....	55.000		
29.00 – Patentes de Registro.....		380.000	

Nº 3

<i>Código</i>	<i>Discriminação</i>	<i>Subalíneas</i>	<i>Alíneas</i>	<i>Rubricas</i>
3.00.00 –	Impôsto de Renda.....			40.521.000
03.00 –	Impôsto de Renda arrecadado nas Fontes			
01 –	Impôsto sobre lucros apurados pelas pessoas físicas na venda de propriedades imobiliárias.....	2.631.000		
10 –	Impôsto sôbre lucros superiores a Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros) decorrentes de prêmios em dinheiro, obtidos em loterias, concursos desportivos, inclusive do turfe, compreendidos os “bettings” e sorteios de qualquer espécie.....	438.000		
11 –	Imposto sôbre rendimentos percebidos pelas pessoas físicas ou jurídicas residente sou domiciliadas no estrangeiro e pelos residentes no País que estiverem ausentes no exterior por mais de doze meses.....	2.534.000		
12 –	Impôsto sôbre os rendimentos percebidos pelas pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas no estrangeiro, a título de “royalties”, tais como os decorrentes da exploração de marcas de indústria e de co-			

mércio, de patentes de invenção, processos ou fórmulas de fabricação.....	Cr\$	Cr\$	Cr\$
13 – Imposto sobre o rendimento da exploração de películas cinematográficas estrangeiras.....	1.511.000		
14 – Imposto sobre cotas-partes de multas recebidas por funcionários em virtude de leis fiscais.....	156.000		
15 – Imposto sobre rendimentos do trabalho provenientes do exercício de empregos, cargos ou funções.....	72.000		
16 – Imposto sobre o aumento dos fundos de reservada das sociedades anônimas com o aproveitamento de lucros apurados, quando êsses fundos já tenham atingido o valor do capital social realizado.....	937.000		
17 – Imposto sobre o aumento de capital mediante a reavaliação do ativo imobilizado e a incorporação de reservas.....	776.000		
	3.009.000		

Nº 4

Substituir, no Anexo 1 – Receita – a classificação 03.0.00.00 – Renda de Bens Imóveis e sua discriminação (no Título da Renda Patrimonial), pela seguinte:

(milhares de cruzeiros)

<i>Código</i>	<i>Discriminação</i>	<i>Alíneas</i>	<i>Rúbricas</i>	<i>Parágrafos</i>
03.0.00.00	Renda de Bens Imóveis.....			81.800
1.00.00	Aluguéis e Arrendamentos.....		16.700	
01.00	Aluguéis.....	15.200		
02.00	Arrendamentos.....	1.500		
2.00.00	Foros e Laudêmios.....		46.000	
01.00	Foros.....	9.000		
02.00	Laudêmios.....	37.000		
3.00.00	Taxa de ocupação de imóveis.....		19.100	

Nº 5

Substituir, no Anexo 1 – Receita – no capítulo da Renda Industrial (3.00.0.00.00), os correspondentes parágrafos, rubricas, alíneas e subalíneas pelo seguinte:

(milhares cruzeiros)

<i>Código</i>	<i>Discriminação</i>	<i>Subalíneas</i>	<i>Alíneas</i>	<i>Rubricas</i>	<i>Parágrafos</i>
01.0.00.00	Renda de Empresas Públicas.....				2.551.940
1.00.00	Departamento de Imprensa Nacional...			45.000	
2.00.00	Departamento dos Correios e Telégrafos.....			2.500.000	
3.00.00	Receita dos portos administrados pela União.....			6.940	
01.00	Pôrto de Laguna.....		1.300		
02.00	Pôrto de Natal.....		640		
03.00	Outros portos.....		5.000		
01	Receita da utilização dos portos.....	3.000			
02	Receita das capatazias.....	700			
03	Receita de armazenagens.....	1.300			
02.0.00.00	Renda de Serviços Públicos.....				105.531
2.00.00	Ministério da Agricultura.....			40.222	
03.00	Departamento Nacional de Produção Animal.....		25.460		
01	Divisão de Caça e Pesca.....	350			
02	Divisão de Defesa Sanitária Animal.....	14.000			
03	Divisão de Fomento da Produção Animal.....	8.000			
04	Instituto de Biologia Animal.....	10			
05	Instituto de Zootécnica.....	3.000			
4.00.00	Ministério da Fazenda.....			8.720	

Nº 6

Suprimir, no Anexo 1 – Receita – na Renda Industrial (3.00.0.00.00), Renda de Serviços Públicos (02.0.00.00), Ministério da Fazenda (4.00.00), a seguinte alínea:

04.00 – Alfândegas e Estações Aduaneiras (utilização dos portos, capatazias e armazenagens) – 5.000.

Substituir no Anexo 1 – Receita – a classificação 02.0.00.00 – Taxas e sua discriminação pela seguinte:

<i>Código</i>	<i>Discriminação</i>	<i>Subalíneas</i>	<i>Alíneas</i>	<i>Rubricas</i>
02.0.00.00	Taxas.....			1.008.500
1.00.00	Montepio Civil e Militar.....		445.000	
2.00.00	Emolumentos Consulares.....		200.000	
3.00.00	Cotas de Participação em Contribuição e Rendas de Entidades Diversas.....		163.360	
01.00	Cota de 20% do Imposto Sindical.....	150.000		
02.00	Taxas sobre a cota de previdência das Caixas e Institutos de Previdência Social.....	12.000		
03.00	Cota de 5% sobre a renda especial da Comissão da Marinha Mercante.....	1.350		
04.00	Cota de 10% sobre percentagem percebida pelos porteiros de auditório.....	10		
4.00.00	Taxas de Classificação de Fiscalização de Exportação de Produtos.....		27.600	
01.00	Taxa de classificação comercial e fiscalização de exportação de produtos.....	27.000		
02.00	Taxa de classificação e avaliação de pedras preciosas.....	400		
03.00	Taxa de classificação e avaliação de quartzo.....	200		
5.00.00	Taxas de Fiscalização.....		26.500	
01.00	Contribuição para fiscalização bancária.....	20.000		
02.00	Taxa de fiscalização de vinhos e derivados.....	2.400		
03.00	Taxa de censura.....	1.200		
04.00	Cota semestral das empresas que distribuem prêmios por sorteio.....	1.400		
05.00	Taxa de análise para licenciamento de especialidades farmacêuticas, produtos químicos e congêneres.....	550		

	Cr\$	Cr\$	Cr\$
06.00 Contribuição para fiscalização de empresas de estradas-de-ferro concessionárias de portos e companhias de seguros nacionais e estrangeiros.....	500		
07.00 Taxa de visita às embarcações.....	350		
08.00 Contribuição para fiscalização da Loteria Federal.....	100		
6.00.00 Taxas Sanitárias.....		19.400	
01.00 Taxa de inspeção sanitária.....	14.000		
02.00 Taxa fitossanitária.....	4.600		
03.00 Taxa de desinfecção.....	300		
04.00 Taxa de expurgo de embarcações.....	500		
7.00.00 Taxas e Custas Judiciais.....		11.000	
01.00 Taxa judiciária federal e da Justiça local do Distrito Federal.....	8.000		
02.00 Custas Judiciais.....	3.000		
8.00.00 Taxas de Registro.....		340	
01.00 Taxa de registro e licenciamento de descaroçadores e instalações de beneficiamento e prensagem de algodão e outras plantas têxteis.....	160		
02.00 Taxas de registro das organizações de previdência social.....	120		
03.00 Taxa de registro obrigatório dos compradores autorizados, lapidários e comerciantes de jóias e obras de ourives.....	60		
9.00.00 Taxas sobre minerais.....		73.000	
01.00 Taxa sobre a produção efetiva das minas.....	64.000		
02.00 Taxas sobre o carvão nacional entregue ao mercado.	9.000		
10.00.00 Taxas Diversas.....		42.300	
01.00 Impôsto de faróis.....	13.900		
02.00 Taxa cinematográfica para educação popular.....	1.400		
03.00 Taxa sobre prêmios de corridas de cavalos.....	27.000		

Nº 8

Inclua-se o seguinte artigo:

Art. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir os créditos suplementares que se fizerem necessários, na forma do art. 48 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, para atender às entregas das importâncias correspondentes às diferenças verificadas entre a Receita efetivamente arrecadada e as dotações a ela vinculadas.

Nº 9

Inclua-se, ao fim da lista de leis relativas aos impostos de consumo e sêlo, a expressão:

"e demais leis resultantes de projetos já em curso no Congresso Nacional, cujas vigências venham ocorrer no presente ano legislativo.

Nº 10

Acrescentar na Legislação da Receita Impôsto de Consumo.
Decreto nº 43.711 – 17-5-958.

Nº 11

Inclua-se na legislação da Receita a Lei nº 3.470, de 28 de novembro de 1958.

Nº 12

Ao art. 2º acrescente-se entre as expressões "em vigor" e das especificações o seguinte:

"e leis resultantes de projetos já em curso no Congresso, cuja vigência venha ocorrer no presente ano legislativo".

Senado Federal, em de novembro de 1958.

O SR. PRESIDENTE: – Em discussão a Redação Final.

Não havendo quem peça a palavra, encerrarei a discussão. (*Pausa*).

Está encerrada.

Os Senhores Senadores que aprovam o Parecer nº 562, de 1952, queiram permanecer sentados. (*Pausa*).

Está aprovado.

A matéria volta à Câmara dos Deputados.

Designo o Sr. Lameira Bittencourt para acompanhar naquela Casa o estudo das emendas do Senado.

Está esgotada a matéria da Ordem do Dia.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão.

Designo, para a próxima, a seguinte:

ORDEM DO DIA

Projeto de Reforma Constitucional nº 2-58.

Primeira discussão do Projeto de Reforma Constitucional nº 2, de 1958, que outorga o título de Conselheiro da República aos ex-Presidentes da República, assegurando-lhes prerrogativas e vantagens dos Senadores (incluído em Ordem do Dia, em virtude de dispensa do interstício constante do § 2º do art. 182, do Regimento Interno, concedida na sessão anterior a requerimento dos Senhores Senadores Lameira Bittencourt e Filinto Müller), tendo *Parecer Favorável*, sob nº 556, de 1958, da Comissão Especial.

Está encerrada a Sessão.

Levanta-se a sessão às 16 horas e 25 minutos.

CONGRESSO NACIONAL

ÍNDICE DOS ANAIS DO SENADO

(SEPARATA)

MÊS DE NOVEMBRO DE 1958

SESSÕES 168^a A 178^a

DIRETORIA DE PUBLICAÇÕES
RIO DE JANEIRO – BRASIL
1958

LISTA DOS SENHORES SENADORES

NOVEMBRO DE 1958

AMAZONAS

PTB – Vivaldo Lima
PTB – Mourão Vieira
PTB – Cunha Mello

PARÁ

UDN – Prisco dos Santos
PSD – Álvaro Adolpho
PSD – Lameira Bittencourt

MARANHÃO

PSD – Sebastião Archer
PSD – Victorino Freire
PSD – Assis Chateaubriand

PIAUÍ

PTB – Arêa Leão
PTB – Mathias Olympio
PSD – Leônidas Mello

CEARÁ

PSD – Onofre Gomes
PTB – Fausto Cabral
UDN – Fernandes Távora

RIO GRANDE DO NORTE

PSP – Kerginaldo Cavalcanti
PSD – Georgino Avelino
UDN – Reginaldo Fernandes

PARAÍBA

PSD – Ruy Carneiro
UDN – João Arruda
UDN – Argemiro de Figueiredo

PERNAMBUCO

PSD – Apolônio Salles
PL – Novaes Filho
PSD – Jarbas Maranhão

ALAGOAS

PR – Ezechias da Rocha
UDN – Freitas Cavalcanti
UDN – Rui Palmeira

SERGIPE

PR – Júlio Leite
PSP – Jorge Maynard
PTB – Lourival Fontes

BAHIA

PTB – Neves da Rocha
UDN – Juracy Magalhães
PTB – Lima Teixeira

ESPÍRITO SANTO

PSD – Carlos Lindenberg
PR – Atílio Vivacqua
PSD – Ary Vianna

RIO DE JANEIRO

PSD – Sá Tinoco
PSD – Paulo Fernandes
PTB – Tarcísio de Miranda

DISTRITO FEDERAL

PTB – Alencastro Guimarães
PTB – Caiado de Castro
PSD – Gilberto Marinho

MINAS GERAIS

PR – Bernardes Filho
PSD – Benedicto Valladares
PTB – Lima Guimarães

SÃO PAULO

PSD – César Vergueiro
PSP – Lino de Mattos
PTN – Moura Andrade

GOIÁS

PSB – Domingos Vellasco
UDN – Coimbra Bueno
PSD – Pedro Ludovico

MATO GROSSO

UDN – Sylvio Curvo
UDN – João Villasbôas
PSD – Filinto Müller

PARANÁ

UDN – Othon Mäder
PSD – Gaspar Velloso
PSD – Alô Guimarães

SANTA CATARINA

PTB – Gomes de Oliveira
PSD – Francisco Gallotti
PTB – Saulo Ramos

RIO GRANDE DO SUL

PTB – Prímio Beck
UDN – Daniel Krieger
PL – Mem De Sá

MESA

Presidente
JOÃO GOULART
Vice-Presidente da República

Vice-Presidente
APOLÔNIO SALLES
P.S.D.

1º Secretário
CUNHA MELLO
P.T.B.

4º Secretário
DOMINGOS VELLASCO
P.S.B.

2º Secretário
FREITAS CAVALCANTI
U.D.N.

1º Suplente
MATHIAS OLYMPIO
P.T.B.

3º Secretário
VICTORINO FREIRE
P.S.D.

2º Suplente
PRISCO DOS SANTOS
U.D.N.

RELAÇÃO DAS COMISSÕES

COMISSÃO DIRETORA

Apolônio Salles – *Presidente*
Cunha Mello – *1º Secretário*
Freitas Cavalcanti – *2º Secretário*
Victorino Freire – *3º Secretário*
Domingos Vellasco – *4º Secretário*
Mathias Olympio – *1º Suplente*
Prisco dos Santos – *2º Suplente*

COMISSÕES PERMANENTES

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Lourival Fontes – *Presidente*
Daniel Krieger – *Vice-Presidente*
Gilberto Marinho
Benedicto Valladares
Gaspar Velloso
Ruy Carneiro
Argemiro de Figueiredo
Lima Guimarães
Rui Palmeira
Atílio Vivacqua
Linneu Prestes

Lameira Bittencourt

Ary Vianna
Onofre Gomes
Paulo Fernandes
Carlos Lindenberg
Mathias Olympio
Lima Guimarães
Fausto Cabral
Daniel Krieger
Juracy Magalhães
Júlio Leite
Othon Mäder
Lino de Mattos
Novaes Filho
Auro Moura Andrade

ECONOMIA

Carlos Lindenberg – *Presidente*
Fernandes Távora – *Vice-Presidente*
Alô Guimarães
Leônidas Mello
Lima Teixeira
Alencastro Guimarães
Argemiro de Figueiredo
Juracy Magalhães
Lineu Prestes

Suplentes

Gaspar Velloso
Octacílio Jurema
Mourão Vieira
Atílio Vivacqua
Linneu Prestes
Mem de Sá

EDUCAÇÃO E CULTURA

Mourão Vieira – *Presidente*
Públio de Mello – *Vice-Presidente*
Nelson Firmo
Saulo Ramos
Ezechias da Rocha
Reginaldo Fernandes
Mem de Sá

Ezechias da Rocha – *Presidente*
Sebastião Archer – *Vice-Presidente*
Públio de Mello
Ruy Palmeira
Saulo Ramos (1)

REDAÇÃO

FINANÇAS

Álvaro Adolpho – *Presidente*
Valdo Lima – *Vice-Presidente*

RELAÇÕES EXTERIORES

João Villasbôas – *Presidente*
Bernardes Filho – *Vice-Presidente*

(1) – Substituído, interinamente pelo Senador Argemiro de Figueiredo.

Georgino Avelino
 Gilberto Marinho
 Benedicto Valladares
 Lourival Fontes
 Gomes de Oliveira
 Rui Palmeira
 Moura Andrade

SAÚDE PÚBLICA

Reginaldo Fernandes – *Presidente*.
 Alô Guimarães – *Vice-Presidente*.
 Pedro Ludovico
 Vivaldo Lima
 Ezechias da Rocha

LEGISLAÇÃO SOCIAL

Lima Teixeira – *Presidente*
 Ruy Carneiro – *Vice-Presidente*
 Lameira Bittencourt
 Waldemar Santos
 Prímio Beck
 Arlindo Rodrigues
 Octacílio Jurema
 Sylvio Curvo

SEGURANÇA NACIONAL

Onofre Gomes – *Presidente*.
 Caiado de Castro – *Vice-Presidente*.
 Pedro Ludovico
 Sá Tinoco
 Alencastro Guimarães
 Sylvio Curvo
 Jorge Maynard

SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

Prisco dos Santos – *Presidente*.
 Gilberto Marinho – *Vice-Presidente*.
 Ary Vianna
 Nelson Firmo
 Caiado de Castro
 Neves da Rocha
 Mem de Sá

TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

Jorge Maynard – *Presidente*
 Neves da Rocha – *Vice-Presidente*
 Waldemar Santos
 Coimbra Bueno
 Novaes Filho

COMISSÕES ESPECIAIS

DE REVISÃO DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

João Villasbôas – *Presidente*
 Georgino Avelino – *Vice-Presidente*
 Atílio Vivacqua – *Relator*.
 Filinto Müller

INCUMBIDA DE ELABORAR OS PROJETOS DO CÓDIGO ELEITORAL E DO CÓDIGO PARTIDÁRIO

João Villasbôas – *Presidente*
 Mem de Sá – *Vice-Presidente*
 Gaspar Velloso – *Relator do Projeto do Código Eleitoral*

Gomes de Oliveira – *Relator do Projeto do Código Partidário*.
 Lameira Bittencourt

DE MUDANÇA DA CAPITAL

Coimbra Bueno – *Presidente*
 Paulo Fernandes – *Vice-Presidente*
 Atílio Vivacqua – *Relator*
 Alberto Pasqualini (1)
 Lino de Mattos

(1) – Substituído temporariamente pelo Sr. Prímio Beck.

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

Lima Teixeira – *Presidente*
 Ernani Sátiro – *Vice-Presidente*
 Aarão Steinbruch – *Relator Geral*
 Ruy Carneiro
 Argemiro de Figueiredo
 Othon Mäder
 Kerginaldo Cavalcanti
 Júlio Leite
 Tarso Dutra
 Jefferson Aguiar
 Moura Fernandes
 Licurgo Leite
 Sílvio Sanson
 Lourival de Almeida
 Raymundo Brito

DE REFORMA CONSTITUCIONAL PARA EMITIR PARECER SOBRE PROJETO DE REFORMA CONSTITUCIONAL Nº 1, DE 1956, QUE ALTERA A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 2

Atílio Vivacqua – *Presidente*
 Lima Guimarães – *Vice-Presidente*
 Gilberto Marinho
 Ruy Carneiro
 Gaspar Velloso
 Saulo Ramos
 Lourival Fontes
 Caiado de Castro
 Argemiro de Figueiredo
 Álvaro Adolpho
 Alô Guimarães
 Mem de Sá
 João Villasbôas
 Daniel Krieger
 Sá Tinoco
 Lino de Mattos

COMISSÃO MISTA DE REFORMA ADMINISTRATIVA

Horácio Lafer – *Presidente*
 Gomes de Oliveira – *Vice-Presidente*
 Gustavo Capanema – *Relator*
 Afonso Arinos – *Relator*
 Bilac Pinto
 Batista Ramos
 Arnaldo Cerdeira
 Filinto Müller
 Ary Vianna
 Cunha Mello
 Coimbra Bueno
 Juracy Magalhães
 Bernardes Filho

DISCURSOS CONTIDOS NESTE VOLUME

	<i>Pág.</i>		<i>Pág.</i>
ALENCASTRO GUIMARÃES		FREITAS CAVALCANTI	
Encaminhando a votação da Emenda nº 12 ao Projeto de Lei da Câmara nº 162, de 1958.....	1765	Orçamento do Ministério da Agricultura (1959).....	1932
Questão de Ordem relativa à Emenda nº 14 ao Projeto de Lei da Câmara nº 162, de 1958.....	1781	GASPAR VELLOSO	
APOLÔNIO SALLES		Emitindo parecer, pela Comissão de Economia e de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 162, de 1958.....	1782
Indústria açucareira de Pernambuco.....	2150	Encaminhando a votação da Emenda nº 22 ao Projeto de Lei da Câmara nº 162, de 1958.....	1786
ARGEMIRO DE FIGUEIREDO		Encaminhando a votação da Emenda nº 35 ao Projeto de Lei da Câmara nº 162, de 1958	1791
Recuperação da lavoura nacional.....	1731	Comissão de Cafeicultores do Estado do Paraná, lendo ofício.....	2154
ATTÍLIO VIVACQUA		GILBERTO MARINHO	
Explicação pessoal sobre o Projeto de Lei do Senado nº 8, de 1954, que cria o Serviço Nacional de Assistência à Velhice.....	1748	Tratado de Amizade e Consulta, assinado entre o Brasil e Portugal, em 16 de novembro de 1953.....	1737
Encaminhando a votação da Emenda nº 12 à Lei Orçamentária de 1959.....	2232	Encaminhando a votação da Emenda nº 35 ao Projeto de Lei da Câmara nº 162, de 1958.....	1791
CAIADO DE CASTRO		Cruzada Pró Dia Universal.....	2123
Real Gabinete Português de Leitura.....	2250	GOMES DE OLIVEIRA	
COIMBRA BUENO		Custo de vida.....	2181
Emendas do Senado à Proposta Orçamentária de 1959.....	2131	Plano da Operação Pan-Americana.....	2253
Proposta orçamentária e rodovia Santos- Brasília.....	2185	KERGINALDO CAVALCANTI	
DOMINGOS VELLASCO		Declaração de voto sobre a Emenda nº 14 ao Projeto de Lei da Câmara nº 162, de 1958	1780
Encaminhando a votação da Emenda nº 12 ao Projeto de Lei da Câmara nº 162, de 1958	1773, 1779	Encaminhando a votação da Emenda nº 22 ao Projeto de Lei da Câmara nº 162, de 1958.....	1784
Explicação pessoal sobre a Emenda nº 14 ao Projeto de Lei da Câmara nº 162, de 1958.....	1782	LAMEIRA BITTENCOURT	
FILINTO MÜLLER		A Lei Orçamentária e a premência de tempo.....	2227
Licitação de divisas para importação de automóveis (explicação pessoal).....	2184	LIMA GUIMARÃES	
FRANCISCO GALLOTTI		Emitindo parecer da Constituição e Justiça sobre as emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 162, de 1958.....	1751
O 27 de novembro.....	2125	LIMA TEIXEIRA	
		Conferência Internacional do Açúcar, em Genebra.....	1744

	<i>Pág.</i>		<i>Pág.</i>
Encaminhando a votação da Emenda nº 41 ao Projeto de Lei da Câmara nº 162, de 1958 Orçamento do Ministério da Agricultura (1959).....	1796 1934	MOURÃO VIEIRA Encaminhando a votação da Emenda nº 33 ao Projeto de Lei da Câmara nº 162, de 1958	1790
Homenagem ao Senador Alberto Pasqualini..	2246	Encaminhando a votação da Emenda nº 60 ao Projeto de Lei da Câmara nº 162, de 1958.....	1798, 1800
 LINO DE MATTOS		 NOVAES FILHO	
Levantando Questão de Ordem pela aprovação da Emenda nº 39 ao Projeto de Lei da Câmara nº 162, de 1958.....	1175	Aumento para o funcionalismo público.....	2125
Encaminhando a votação da Emenda nº 45 ao Projeto de Lei da Câmara nº 162, de 1958.....	1797	Plano de Estabilização Monetária.....	2140
 MEM DE SÁ		 OTHON MÄDER	
Encaminhando a votação da Emenda nº 12 ao Projeto de Lei da Câmara nº 162, de 1958	1768	Encaminhando a votação da Emenda nº 12 ao Projeto de Lei da Câmara nº 162, de 1958.....	1764
A prisão de Jayme Cortezão. A exportação para os Estados Unidos do vinho riograndense.....	1829	 PAULO FERNANDES	
Emenda nº 12 ao Projeto de Lei da Câmara nº 162, de 1958.....	2223	A Operação Pan-Americana.....	1832
 MOURA ANDRADE		 RUI PALMEIRA	
Encaminhando a votação da Emenda nº 12 ao Projeto de Lei da Câmara nº 162, de 1958	1771	Encaminhando a votação da Emenda nº 26 ao Projeto de Lei da Câmara nº 162, de 1958.....	1788
Prestando esclarecimentos sobre a Emenda nº 14 ao Projeto de Lei da Câmara nº 162, de 1958.....	1776	 PARSIFAL BARROSO	
Declaração de voto sobre a Emenda nº 26 ao Projeto de Lei da Câmara nº 162, de 1958	1789	Encaminhando a votação da Emenda nº 41 ao Projeto de Lei da Câmara nº 162, de 1958.....	1793
Encaminhando a votação da Emenda nº 41 ao Projeto de Lei da Câmara nº 162, de 1958	1795	A Confederação Brasileira de Desportos.....	2251
Questão de Ordem sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 162, de 1958.....	1799	 RUY CARNEIRO	
		O movimento do Pôrto do Rio de Janeiro.....	2129
		 VICTORINO FREIRE	
		Levante comunista – 27 de novembro.....	2126

MATÉRIA CONTIDA NESTE VOLUME

	<i>Pág.</i>		<i>Pág.</i>
AÇÚCAR		AUTOMÓVEIS	
Conferência Internacional do – em Genebra; discurso do Sr. Lima Teixeira.....	1744	Licitação de divisas para importação de –; discurso do Sr. Filinto Müller.....	2184
A indústria açucareira de Pernambuco; discurso do Sr. Apolônio Salles.....	2150	CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE DESPORTOS	
ALBERTO PASQUALINI		A –; discurso do Sr. Parsifal Barroso.....	2251
Homenagem ao Senador –; discurso do Sr. Lima Teixeira.....	2246	CUSTO DE VIDA	
ATA		O problema do –; discurso do Sr. Gomes de Oliveira.....	2181
– da 168ª Sessão da 4ª Sessão Legislativa, da 3ª Legislatura, em 26 de novembro de 1958.....	1729	DIA UNIVERSAL	
– da 169ª Sessão da 4ª Sessão Legislativa, da 3ª Legislatura, em 26 de novembro de 1958 (Extraordinária).....	1744	Cruzada Pró –; discurso do Senhor Gilberto Marinho.....	2123
– da 170ª Sessão da 4ª Sessão Legislativa, da 3ª Legislatura, em 26 de novembro de 1958 (Extraordinária).....	1754	FUNCIONALISMO PÚBLICO	
– da 171ª Sessão da 4ª Sessão Legislativa, da 3ª Legislatura, em 27 de novembro de 1958 (Extraordinária).....	1827	Aumento para o –; discurso do Sr. Novaes Filho.....	2125
– da 172ª Sessão da 4ª Sessão Legislativa, da 3ª Legislatura, em 27 de novembro de 1958.....	2114	JAYME CORTEZÃO	
– da 173ª Sessão da 4ª Sessão Legislativa, da 3ª Legislatura, em 27 de novembro de 1958 (Extraordinária).....	2139	A prisão de –; discurso do Senhor Mem de Sá.....	1829
– da 174ª Sessão da 4ª Sessão Legislativa, da 3ª Legislatura, em 28 de novembro de 1958 (Extraordinária).....	2149	LAVOURA	
– da 175ª Sessão da 4ª Sessão Legislativa, da 3ª Legislatura, em 28 de novembro de 1958.....	2160	A recuperação da – nacional; discurso do Sr. Argemiro de Figueiredo.....	1731
– da 176ª Sessão da 4ª Sessão Legislativa, da 3ª Legislatura, em 29 de novembro de 1958	2178	LEVANTE COMUNISTA	
– da 177ª Sessão da 4ª Sessão Legislativa, da 3ª Legislatura, em 30 de novembro de 1958 (Extraordinária).....	2237	– de 27 de novembro; discurso do Sr. Francisco Gallotti.....	2125
– da 178ª Sessão da 4ª Sessão Legislativa, da 3ª Legislatura, em 30 de novembro de 1958 (Extraordinária).....	2266	Idem; discurso do Sr. Victorino Freire.....	2126
		OPERAÇÃO PAN-AMERICANA	
		A –; discurso do Sr. Paulo Fernandes.....	1832
		Plano da –: discurso do Sr. Gomes de Oliveira.....	2253
		ORÇAMENTO	
		O – para 1959 (Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 1958)1730, 1741, 1750, 1826, 1833, 1840, 2116, 2138, 2143, 2156, 2186, 2239, 2265,	2272

	Pág.		Pág.
O – do Ministério da Agricultura; discurso do Sr. Freitas Cavalcanti.....	1932	– Nº 554, de 1958, da Comissão de Finanças, apresentando Redação Final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 1958 (Orçamento).....	2156
Idem; discurso do Sr. Lima Teixeira.....	1934	– Nº 555, de 1958, da Comissão de Finanças, apresentando a Redação Final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 1958 (Orçamento).....	2156
Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 1958 (–); discurso do Sr. Coimbra Bueno.....	2131	– Nº 560, de 1958, Redação Final do substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 141, de 1958.....	2180
A Lei do – e a premência de tempo no Senado; discurso do Senhor Lameira Bittencourt.....	2227	– Nº 561, de 1958, da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 1958 (Orçamento).....	2187
PARECER		– Nº 556, de 1958, da Comissão Especial para dar Parecer sobre a Emenda Constitucional nº 2-58, que outorga o título de Conselheiro da República aos ex-Presidentes da República.....	2237
– Nº 541, de 1958, da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Resolução nº 10, de 1958.....	1729	– Nº 557, de 1958, da Comissão de Finanças, sobre a Redação Final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 1958 (Orçamento).....	2239
– Nº 542, de 1958, da Comissão Diretora, sobre o Projeto de Resolução nº 10, de 1958.....	1730	– Nº 558, de 1958, da Comissão de Finanças, sobre a Redação Final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 1958 (Orçamento).....	2240
– Nº 543, de 1958, da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 1958, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o Exercício Financeiro de 1959.....	1730	– Nº 562, de 1958, da Comissão de Finanças, sobre a Redação Final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 1958 (Orçamento).....	2272
– Nº 544, de 1958, Redação Final do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 119, de 1958.....	1731	PLANO DE ESTABILIZAÇÃO MONETÁRIA	
– Nº 545, de 1958, Redação Final das emendas do Senado ao Projeto de Decreto Legislativo nº 8, e 1958.....	1742	O –; discurso do Sr. Novaes Filho.....	2140
– Nº 546, de 1958, da Comissão de Finanças, apresentando Redação Final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 1958.....	1750	PÔRTO DO RIO DE JANEIRO	
– Nº 547, de 1958, da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 154, de 1958.....	1827	O movimento do –; discurso do Sr. Ruy Carneiro.....	2129
– Nº 548, de 1958, da Comissão de Finanças, apresentando a Redação Final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 1958 (Orçamento).....	1833	PROJETO DE LEI DA CÂMARA	
– Nº 549, de 1958, Redação Final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 162, de 1958.....	1834	– Nº 29, de 1958, que concede o auxílio anual de 800 mil cruzeiros à Biblioteca Pública do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro.....	2250
– Nº 550, de 1958, da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 148, de 1958.....	1841	– Nº 64, de 1958, que cria no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região dois cargos de Juiz.....	2157
– Nº 551, de 1958, da Comissão de Finanças ao Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 1958 (Orçamento).....	1928	– Nº 119, de 1958, que abre crédito especial para o Ministério da Fazenda.....	1742
– Nº 552, de 1958, da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 1958 (Orçamento).....	2116	– Nº 141, de 1958, que revigora pelo prazo de dois anos o crédito especial de Cr\$ 500.000,00 para ocorrer às despesas de exercícios encerrados.....	2272
– Nº 553, de 1958, da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 1958 (Orçamento).....	2117		

	Pág.		Pág.
– Nº 143, de 1958, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o Exercício Financeiro de 1959.....	1730,	REQUERIMENTO	
1741, 1750, 1826, 1833, 1840, 2116,		– Nº 476, de 1958, solicitando dispensa de publicação da Redação Final das emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 1958 (Orçamento – Subanexo 417)	1741
2138, 2143, 2156, 2186, 2239, 2265,	2272	– Nº 477, de 1958, solicitando dispensa de publicação da Redação Final do substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 119, de 1958.....	1742
– Nº 154, de 1958, que abre crédito especial para o Ministério da Guerra (pagamento dos servidores do Estabelecimento Comercial de Material de Intendência)	1828	– Nº 478, de 1958, solicitando destaque da Emenda nº 12 (Projeto de Lei da Câmara nº 162, de 1958).....	1760
– Nº 155, de 1958, que isenta de todos os impostos e taxas federais o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro.....	2113,	– Nº 479, de 1958, solicitando destaque da Emenda nº 13 (Projeto de Lei da Câmara nº 162, de 1958).....	1760
– Nº 157, de 1958, que concede o auxílio de 12 milhões de cruzeiros à Confederação Brasileira de Desportos.....	2177,	– Nº 480, de 1958, solicitando destaque da Emenda nº 15 (Projeto de Lei da Câmara nº 162, de 1958).....	1760
– Nº 162, de 1958, que altera a legislação do Impôsto de Renda	1743, 1751, 1755, 1760, 1803,	– Nº 481, de 1958, solicitando destaque da Emenda nº 22 (Projeto de Lei da Câmara nº 162, de 1958).....	1760
– Nº 173, de 1958, que abre crédito ao Ministério da Educação e Cultura (atender ao prosseguimento das obras da Cidade Universitária da Universidade do Brasil).....	2179	– Nº 482, de 1958, solicitando destaque da Emenda nº 24 (Projeto de Lei da Câmara nº 162, de 1958).....	1760
– Nº 174, de 1958, que altera o Quadro da Secretaria do Tribunal Regional do Rio Grande do Sul.....;	2179	– Nº 483, de 1958, solicitando destaque da Emenda nº 26 (Projeto de Lei da Câmara nº 162, de 1958).....	1760
– Nº 175, de 1958, que abre crédito especial para completar pagamento da percentagem aos municípios.....;	2180	– Nº 484, de 1958, solicitando destaque da Emenda nº 33 (Projeto de Lei da Câmara nº 162, de 1958).....	1760
– Nº 176, de 1958, que modifica a Lei das Sociedades por ações.....;	2180	– Nº 485, de 1958, solicitando destaque da Emenda nº 35 (Projeto de Lei da Câmara nº 162, de 1958).....	1760
PROJETO DE REFORMA CONSTITUCIONAL		– Nº 486, de 1958, solicitando destaque da Emenda nº 45 (Projeto de Lei da Câmara nº 162, de 1958).....	1761
– Nº 2, de 1958, que outorga o título de Conselheiro da República aos ex-Presidentes da República, assegurando-lhes prerrogativas e vantagens dos Senadores	2282	– Nº 487, de 1958, solicitando destaque da Emenda nº 45 (Projeto de Lei da Câmara nº 162, de 1958).....	1761
PROJETO DE RESOLUÇÃO		– Nº 488, de 1958, solicitando destaque da Emenda nº 49 (Projeto de Lei da Câmara nº 162, de 1958).....	1761
– Nº 10, de 1958, que acrescenta parágrafos ao art. 154, do Regimento Interno	1730	– Nº 489, de 1958, solicitando destaque da Emenda nº 52 (Projeto de Lei da Câmara nº 162, de 1958).....	1761
REAL GABINETE PORTUGUÊS DE LEITURA		– Nº 490, de 1958, solicitando destaque da Emenda nº 60 (Projeto de Lei da Câmara nº 162, de 1958).....	1781
O –; discurso do Sr. Caiado de Castro.....;	2250	– Nº 491, de 1958, solicitando destaque da Emenda nº 63 (Projeto de Lei da Câmara nº 162, de 1958).....	1761
RELATÓRIO		– Nº 492, de 1958, solicitando destaque para rejeição de parte do Projeto de Lei da Câmara nº 162, de 1958.....	1802
– apresentado pelo DNER, em 14-11-1958, por ocasião da inauguração do trecho Anápolis-Colombia, completando a ligação "Brasília-Santos".....;	2136		
– apresentado pela Comissão de Finanças do Senado sôbre a Lei Orçamentária para 1959.....	2192		

<i>Pág.</i>	<i>Pág.</i>
– Nº 554, de 1958, da Comissão de Finanças, apresentando Redação Final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 1958 (Orçamento).....	2156
– Nº 555, de 1958, da Comissão de Finanças, apresentando a Redação Final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 1958 (Orçamento).....	2156
– Nº 560, de 1958, Redação Final do substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 141, de 1958.....	2180
– Nº 561, de 1958, da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 1958 (Orçamento).....	2187
– Nº 556, de 1958, da Comissão Especial para dar Parecer sobre a Emenda Constitucional nº 2-58, que outorga o título de Conselheiro da República aos ex-Presidentes da República	2237
– Nº 557, de 1958, da Comissão de Finanças, sobre a Redação Final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 1958 (Orçamento).....	2239
– Nº 558, de 1958, da Comissão de Finanças, sobre a Redação Final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 1958 (Orçamento).....	2240
– Nº 562, de 1958, da Comissão de Finanças, sobre a Redação Final das emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 1958 (Orçamento).....	2272
PLANO DE ESTABILIZAÇÃO MONETÁRIA O –; discurso do Sr. Novaes Filho.....	2140
PÔRTO DO RIO DE JANEIRO O movimento do –; discurso do Sr. Ruy Carneiro	2129
PROJETO DE LEI DA CÂMARA – Nº 29, de 1958, que concede o auxílio anual de 800 mil cruzeiros à Biblioteca Pública do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro.....	2176, 2250
– Nº 64, de 1958, que cria no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região dois cargos de Juiz.....	2148, 2157
– Nº 119, de 1958, que abre crédito especial para o Ministério da Fazenda	1731, 1742
– Nº 141, de 1958, que revigora pelo prazo de dois anos o crédito especial de Cr\$ 500.000,00 para ocorrer às despesas de exercícios encerrados.....	2113, 2128, 2180, 2272
– Nº 504, de 1958, solicitando dispensa de publicação para imediata votação do Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 1958 (Orçamento – Anexo nº 2 – Subanexo nº 2.02 – Redação Final.....	2245
– Nº 505, de 1958, solicitando dispensa de publicação para imediata votação do Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 1958 (Orçamento – Anexo nº 4 – Subanexo nº 4.13) – Redação Final.....	2245
– Nº 506, de 1958, solicitando destaque para rejeição de parte do Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 1958.....	2251
– Nº 507, de 1958, solicitando destaque para rejeição de parte do Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 1958.....	2252
– Nº 508, de 1958, solicitando destaque para rejeição de parte do Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 1958.....	2252
– de 1958, solicitando seja incluído em Ordem do Dia o Projeto de Reforma Constitucional nº 2, de 1958.....	2271
– Nº 509, de 1958, solicitando dispensa de publicação para imediata votação da Redação Final do Projeto de Lei da Câmara nº 141, de 1958.....	2272
SANTOS-BRASÍLIA	
Proposta orçamentária e rodovia –; discurso do Sr. Coimbra Bueno.....	2185
TRATADO DE AMIZADE E CONSULTA	
O – assinado entre o Brasil e Portugal, em 16 de novembro de 1953; discurso do Sr. Gilberto Marinho.....	1737
VINHO RIOGRANDENSE	
A exportação para os Estados Unidos do –; discurso do Sr. Mem de Sá.....	1829